



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Jorge Amilcar de Castro Santana

**Imigrantes africanos em um conjunto de favelas no Rio de Janeiro: redes
sociais, disputas, trabalho informal e ilegalismo**

Rio de Janeiro

2016

Jorge Amilcar de Castro Santana

**Imigrantes africanos em um conjunto de favelas no Rio de Janeiro: redes sociais,
disputas trabalho informal e ilegalismo**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Birman

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

S232 Santana, Jorge Amilcar de Castro.
Imigrantes africanos em um conjunto de favelas no Rio de Janeiro: redes sociais, disputas, trabalho informal e ilegalismo / Jorge Amilcar de Castro Santana. – 2016.
205 f.

Orientadora: Patrícia Birman.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.

1. Africanos – Maré (Rio de Janeiro, RJ) – Teses. 2. Trabalho informal – Teses. 3. Antropologia – Teses. I. Birman, Patrícia, 1949-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

CDU 333.326(815.31)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Jorge Amilcar de Castro Santana

**Imigrantes africanos em um conjunto de favelas no Rio de Janeiro: redes sociais,
disputas, trabalho informal e ilegalismo**

Dissertação apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre, ao Programa
de Pós-graduação em Ciências Sociais, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 25 de julho de 2016.

Banca examinadora:

Prof^ª. Dra. Patrícia Birman (Orientadora)

Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof^ª. Dra. Lia de Mattos Rocha

Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof. Dr. Edson Miagusko

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof^ª. Dra. Adriana Fernandes

Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Rio de Janeiro

2016

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação ao meu pai já falecido Jorge Santana. Meu contato com meu pai foi pequeno, contudo extremamente fundamental para minha formação política, social e acadêmica. Meu querido pai foi dos marinheiros que sublevaram em março de 1964. *Glória a todas as lutas inglórias /Que através da nossa história não esquecemos jamais.*

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho tem minha autoria, porém é fruto de um coletivo muito assíduo que participou de todas as fases da construção dessa dissertação de mestrado. Os mais de dois anos em que me dediquei a esse trabalho foram difíceis, turbulentos e instáveis. Só consegui chegar ao final, devido à ajuda de amigos, familiares, colegas e professores. Todos esses foram essenciais nessa longa caminhada.

Em primeiro lugar quero agradecer a minha mãe Ivete de Castro pela imensa ajuda, pelo apoio e por todo carinho. A minha mãe sempre foi uma grande incentivadora para que eu continuasse estudando e sem ela não seria possível que cursasse a pós-graduação. A minha mãe tem muitas digitais nessa dissertação de mestrado. Em seguida quero agradecer a todos meus familiares que foram grandes incentivadores na caminhada rumo à conclusão dessa etapa acadêmica. Quero agradecer a minha professora e orientadora Patrícia Birman, que desde o meu pré-projeto de mestrado me apoiou e também me aceitou como orientando. Com a sua orientação tive contato com uma riquíssima bibliografia, que contribuiu bastante para minha formação e para o aprofundamento de diversas questões na minha pesquisa. As duas disciplinas ministradas pela professora Patrícia Birman foram de grande valia para minha formação acadêmica. É impossível pensar nessa conclusão sem a participação da minha orientadora e toda ajuda que ela me forneceu nesses mais de dois anos.

Quero agradecer a todos os meus amigos que me incentivaram nessa difícil caminhada, mesmo nos momentos mais difíceis foram pessoas que contribuíram para minha continuidade. São eles Thiago Turíbio, Gustavo Mendel, Débora Simões, Fernanda Motta, Leonardo Brito, Renan Menezes, Eneida Fiori, Leandro Mattos, Diogo Abreu, Vinicius Fontes, Ronald Fonseca, Elaine Souza, Carolina Santiago, Caroline Pinho, Mayara Sá, Davi Moreno, Gabriella Alves, Danilo Machado, Cecília Setubal Fernando entre tanto outros que foram de enorme colaboração. Em especial quero agradecer a companheira, amiga, confidente Gleyce Martins de Carvalho pelas leituras, pelas revisões, pela paciência, pelo incentivo em todas as etapas da construção dessa dissertação. Quero agradecer ao meu queridíssimo amigo desde a graduação em história Diego Dezidério que por várias vezes leu, releu, apontou erros, fez elogios e me acompanhou nessa difícil caminhada.

Foram de grande importância para essa dissertação de mestrado uma caríssima amiga que conheci no PPCIS/UERJ, Adriana Fernandes que me ajudou inúmeras vezes. E também por ter aceitado participar da minha banca de Qualificação e de Defesa. Camila Pierobon uma

excelente companheira, que também foi de suma importância para escrita dessa pesquisa de mestrado. Quero agradecer um companheiro que durante a o curso de mestrado tornou-se um nobre amigo, o Vinícius Rodrigues. Vinicius não só contribuiu indicando leituras, revisando meus textos e me incentivando dos momentos de dificuldade. Outro companheiro de orientação que veio a se tornar um amigo foi Cleiton Maia, que sempre esteve aberto a dar um conselho, escutar minhas angústias ou mesmo para ajudar no que fosse possível. Agradeço também a outros amigos que fiz no PPCIS/UERJ como: Heloisa Lobo, Bernardo Guerra, Geisa Bordenave, Flávia Regina e muito outros que não cabem nessas folhas. Todos eles foram essenciais para a conclusão desse trabalho.

Quero agradecer aos membros da banca de Qualificação e de Defesa. Quero agradecer ao professor Edson Miagusko pelos conselhos, pela leitura atenta, pelas indicações e por ter aceitado o convite de participar da banca examinadora. Gostaria de agradecer a professora Lia Rocha pelos incentivos, pelas indicações e pela participação nas fases importantes dessa etapa acadêmica. Gostaria de registrar que a disciplina *Favelas e Margens*, ministrada por Lia Rocha que contribui densamente pra minha formação sobre o tema. Não posso deixar de agradecer duas professoras da graduação: Christiane Laidler e Magali Angel. Pois além do incentivo escreveram a minha carta de indicação. Quero agradecer todos os interlocutores que me ajudaram na pesquisa e alguns que hoje posso chamar de amigos. Eles foram responsáveis por me sentir confortável e bem quisto no Conjunto de favelas da Maré.

Não posso deixar de agradecer aos funcionários do PPCIS/UERJ que sempre foram solícitos e atenciosos. Como também não posso esquecer-me de agradecer aos valorosos professores do PPCIS/UERJ como: Márcia da Silva Perreira Leite, Rosane Manhães Prado, João Trajano de Lima Santo Sé e Licia do Prado Valladares. Não poderia ficar de fora desses agradecimentos ao professor Michel Agier, a professora Carly Barboza Machado e ao professor-pesquisador Jérôme Souty.

Quero agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) que me agraciou com uma bolsa por 24 meses. Essa bolsa de grande importância para a pesquisa realizada.

São inúmeras pessoas que participaram indiretamente e diretamente desse trabalho de conclusão do mestrado. Todas essas pessoas foram especiais e singulares para minha conclusão. Gostaria de citar todas elas aqui, mas o espaço não permite. Gostaria de ressaltar que sem elas não conseguiria encerrar essa etapa. Foram vários os momentos de incerteza, cansaço e lamúrias, entretanto esses momentos foram superados pelo companheirismo, pelo carinho e por toda ajuda de todos os que foram imensamente amigos nessa caminhada.

RESUMO

SANTANA, Jorge Amilcar de Castro. *Imigrantes africanos em um conjunto de favelas no Rio de Janeiro: redes sociais, disputas, trabalho informal e ilegalismo*. 2016. 205 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Os imigrantes angolanos na Maré foram identificados pelo Estado como bandidos ou potenciais bandidos. Essa identificação produziu a categoria *angolanos*, que é uma categoria desabonadora, estigmatizante e criminalizante. As trajetórias ocupacionais dos imigrantes africanos transitam por trabalhos informais, precários, atividades ilegais e atividades ilícitas. Os ilegalismos e a troca de “mercadorias políticas” foram e são acionados para o funcionamento de práticas ilegais e informais. Os imigrantes africanos estão inseridos na globalização popular não hegemônica e mobilizam o transporte, a distribuição de inúmeros produtos por vias informais e ilegais. A construção de uma categoria, a categoria *angolas*. Categoria que foi construída pelos imigrantes africanos em interação com os moradores da Maré, categoria positiva e valorosa. A comunidade angolana é agenciada por forças internas e externas. Lideranças disputam o status de chefe dos angolas e nessa disputa são acionadas manipulações, fofocas, fronteiras étnicas e redes sociais. Xumane é um interlocutor singular que tem um discurso crítico e radical ao racismo brasileiro e faz duras críticas ao regime político em seu país natal.

Palavras-chave: Antropologia. Identificação. Ilegalismo. Trabalho Informal. Favela. Imigrantes africanos.

ABSTRACT

SANTANA, Jorge Amilcar de Castro. *Africans immigrants in Group of favelas no Rio de Janeiro: social networks, disputes, informal work, determined e illegalisms*. 2016. 205 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

The angolans immigrants in Maré were identified for the State as bandits or potential bandits. This identification produced the category called *angolans.*, that is a stigmatizing, discrediting and criminalizing category. The trajectories of African immigrations occupation, walk on informal work, precarious, illegal and unlawful activities. The illegalisms and the trade of political goods were and are activated in order to operate illegal and informal practices. The african immigrants are inserted in not hegemonic popular globalization and mobilize the transport, the distribution of several products by informal and illegal ways. The elaboration of the category, the category angolas. The category which was generated for the african immigrants in interaction with local residents, a positive and brave category. The angolan community is managed by insides and outsides forces. Leaders dispute the status of angolans' chiefs and in this dispute are raising manipulations, gossips, ethnics lines and social networks. Xumane is a singular interlocutor and has a critical and radical speech against brazilian racism and make harsh criticism to the political system of his home country.

Keywords: Antropology. Indentification. Illegalism. Informal Work. Favela. Africans Immigrants.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 –	Jornal O Globo 8 de fevereiro de 2000.....	28
Fotografia 2 –	Recorte de jornal: O Globo de 16 dezembro de 2006.....	34
Fotografia 3 –	Veículo blindado da Marinha na Maré.....	55
Fotografia 4 –	Capa do livro O Fugitivo.....	87
Fotografia 5 –	Cartaz de divulgação do show Maré Mix.....	88
Fotografia 6 –	Recorte de jornal: O Globo de 25 de abril de 1993.....	130
Fotografia 7 –	Colete utilizado pelos angolas nos jogos de futebol aos sábados.....	136
Fotografia 8 –	Clube Esportivo dos Angolas C. E. A.....	139
Fotografia 9 –	Cartaz de campanha “Eu sou Gaga. Exijo justiça a todos”.....	182
Fotografia 10 –	Arte panfletária.....	184

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AK-47	Avtomat Kalashnikova (Arma automática de Kalashnoikov)
ALESP	Assembleia Legislativa de São Paulo
BNH	Banco Nacional de Habitações
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
CEBA	Centro de Estudos Brasil África
DRE	Delegacia de Repressão a Entorpecentes
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
MNU	Movimento Negro Unificado
MPLA	Movimento pela Libertação de Angola
NBA	National Basketball League (Liga de basquete norte-americana)
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PDT	Partido Democrata Trabalhista
PLUA	Partido da Luta dos Africanos de Angola
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPPP	Parceria Público Privada Participativa
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
SINFO	Serviço de Inteligência e Segurança do Estado
TPA	Televisão Pública de Angola
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA	União das Populações de Angola
UPNA	União das Populações do Norte de Angola
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	IDENTIFICAÇÃO DOS “ANGOLANOS”	20
1.1	Breve história de Angola	20
1.2	Acusações, notícias e associação com o tráfico	24
1.3	Processo de identificação da categoria “angolano”	36
1.4	Memórias do perigo	52
2	GLOBALIZAÇÃO POPULAR, ILEGALISMO E MERCADO INFORMAL	71
2.1	Roberto Manuel Cazenga entre lícito e o ilícito	74
2.2	Ivo Domingos Bumba “o fugitivo”	85
2.3	Ilegalismos, trabalho informal e práticas ilícitas	97
2.3.1	<u>Mercado informal e imigrantes angolanos</u>	99
2.3.1.1	Mercado informal.....	100
2.3.2	<u>A prática do “171” e as atividades ilegais</u>	106
2.3.3	<u>Globalização popular</u>	112
2.4	Apontamentos finais	120
3	OS ANGOLAS	128
3.1	Os Angolas da Maré	129
3.2	Disputas, redes sociais e fronteiras étnicas	141
3.3	Xumane, o autor de “Zedu tem que morrer”	164
3.3.1	<u>O discurso sobre racismo</u>	165
3.4	Angola, rap e ativismo político	177
	CONCLUSÃO	188
	REFERÊNCIAS	193

INTRODUÇÃO

Terminei em 2012 a graduação em licenciatura em História e, ao final do curso, tinha como objetivo intentar a seleção para um curso de pós-graduação. Já nesse momento eu buscava sair do campo da História e migrar para as Ciências Sociais ou a Geografia. Procurava continuar com um objeto de pesquisa relacionado à América Latina, pois é uma área que me desperta bastante interesse. Minha monografia teve como tema a Revolução Mexicana e, ainda, desenvolvi um projeto de mestrado com o tema relativo aos movimentos sociais indígenas na Bolívia.

Com esse projeto de pesquisa, no ano de 2013, fiz duas seleções de mestrado. Uma na pós-graduação de Geografia, na qual fui reprovado na última fase do processo de seleção. No mesmo ano, eu fiz o processo seletivo na pós-graduação de Ciências Sociais, onde novamente não obtive sucesso. Essas duas reprovações me despertaram para uma mudança no projeto de pesquisa que estava apresentando.

Ao mesmo tempo, uma questão me perturbava em relação ao meu objeto de pesquisa: Eu, como negro¹ e militante da questão racial e da luta antirracista, teria como dever estudar um objeto relacionado à questão étnica? Essa era uma dúvida que sempre circundou minha vida acadêmica. O meu pai, Jorge Santana, foi fundador e líder do mais importante movimento negro da cidade de São Gonçalo, o Centro de Estudos Brasil África (CEBA). Durante as décadas de 1980 e 1990, o CEBA desempenhou um papel de destaque no que concerne à luta contra o racismo e em defesa da pauta negra. Infelizmente, com o falecimento do meu pai em 1999, o CEBA teve suas atividades encerradas. Contudo, permanece na memória de muitos negros gonçalenses os áureos tempos do CEBA e das grandiosas festas.

Quando as pessoas descobrem que sou filho de Jorge Santana, geralmente me fazem cobranças demandando uma ação minha para o renascimento do movimento negro em São Gonçalo. Nunca neguei a militância negra, porém sempre me esquivei da tarefa de refundar o CEBA, ainda que eu tenha plena consciência da importância de tal movimento para a cidade de São Gonçalo.

Deste modo, alguns amigos negros do meio acadêmico por vezes fizeram a cobrança ou fizeram insinuações porque eu não abordava uma questão étnica no meu projeto de mestrado. Era uma cobrança que me incomodava, pois nunca vi tal questão como uma obrigação,

¹ Eu nunca militei em um movimento negro, mas sempre fui defensor das pautas relacionadas à questão racial. No PSOL, partido em que milito desde 2013, atuo no setorial de negros e negras. Minha militância partidária tem como eixo central o combate ao racismo e a defesa de políticas públicas afirmativas.

entretanto compreendia a necessidade de um número maior de pesquisa com essa temática. Vivi essa celeuma e procurava um novo objeto de pesquisa, visto que, nesse momento, já havia desistido de estudar os movimentos sociais na Bolívia.

Realizando a leitura do jornal *O Globo* em um domingo, deparei-me com uma entrevista com um rapper angolano morador da Maré, Badharó. A reportagem era curta e foi motivada pela estreia de um documentário em que o rapper era protagonista. O documentário chama-se “Open arms, closed doors”² (“Braços abertos, portas fechadas”), das diretoras Fernanda Polacow e Juliana Borges. O documentário estreou na TV *Al Jazeera*. Eu, que já havia escutado algo em relação aos angolanos na Maré, quando surgiram notícias relativas ao suposto envolvimento dos imigrantes com tráfico de drogas, no mesmo dia procurei o documentário na internet e assisti. Ele abarca a vida do rapper, radicado no Brasil desde 1997. As principais questões discutidas são relativas ao preconceito racial que o rapper sofreu e sofre no Brasil e suas músicas que tratam sobre o seu cotidiano. Em uma cena, em que o rapper é entrevistado em uma rádio comunitária na Maré, ele é apresentado pelo radialista com a seguinte frase: “Nós estamos aqui com um rapper africano, angolano e favelado. Mais underground do que isso impossível.”

Gostei bastante do documentário e fui buscar trabalhos e pesquisas acadêmicas sobre angolanos moradores do Conjunto de Favelas da Maré. Encontrei alguns poucos trabalhos e, a partir desses, iniciei a elaboração do meu novo projeto de mestrado; que foi elaborado, tendo os imigrantes e refugiados na Maré como objeto de pesquisa em meados de 2014.

O que me despertou atenção para o projeto de pesquisa foi, em primeiro lugar, a questão étnica, pois são imigrantes africanos que vivem no Brasil há quase vinte anos e relatam suas dificuldades e o enfrentamento do racismo estrutural na sociedade brasileira. E, em segundo lugar, o fato de habitarem em um dos maiores Conjuntos de Favelas da metrópole fluminense, a Maré. Conjunto esse, que está atrelado a uma imagem de lugar da violência e da pobreza, no Rio de Janeiro. Mas não posso negar que há uma atração pelo local de pesquisa devido a sua notoriedade. Como aponta Licia Valladares (2005) existe uma concentração em relação ao número de favelas pesquisadas pelos cientistas sociais. Favelas como: Rocinha, Maré, Cidade Deus, Dona Marta, Jacarezinho, Cantagalo, Vidigal, Mangueira, entre outras são as mais estudadas. A autora indica seis hipóteses relativas às razões para serem preferidas pelos estudantes. Uma das hipóteses é a notoriedade dessas favelas, centrada na violência e na criminalidade. Essa hipótese aguçou meu interesse pelo objeto.

² Link para o documentário Open arms, closed doors (Braços abertos, portas fechadas). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uXqpOFBxjBs>. Acesso em: 15 maio 2016.

Confesso que é fascinante poder realizar minha pesquisa em uma favela de tanta representatividade para a cidade do Rio de Janeiro. Pena que tal destaque seja dado mais pelos aspectos negativos do que positivos. Contudo, a grandiosidade da Maré³, conjuntamente a sua história e a importância para imaginário social, desperta um desafio para o cientista social que se propõe a estudá-la.

O trabalho de campo era algo inovador para mim, que vinha de uma formação em História. Apesar de a história oral ser hoje uma área em crescimento, o historiador ainda tem como principal local de pesquisa o arquivo. O desafio de realizar trabalho de campo em uma favela me desafiava ainda mais se tratando de uma favela de notoriedade nacional como a Maré. Somando essas questões ao tamanho da comunidade angolana na Maré, que já foi especulada em três mil angolanos, o objeto tornou-se ainda mais tentador.

O medo de realizar a pesquisa de mestrado em uma localidade tão famosa pela violência e criminalidade perdeu o ímpeto em pouco tempo. Tive, por algumas vezes, o carro revistado por militares e cheguei a ser abordado por um policial militar. Essas situações não contribuíram para potencializar a representação violenta da região. Por algumas vezes, antes de ir para o campo de pesquisa, eu consultei a página na rede social “Maré Vive”. Essa página é um canal comunitário, gerido por moradores e militantes da Maré, que veicula notícias e informações. Ela é famosa também por fazer duras críticas à política de segurança, ao Caveirão, à criminalização dos pobres e às incursões policiais em favelas.

O Conjunto de Favelas da Maré é um lugar que eu conhecia superficialmente, pois, durante o ano de 2006, eu cursei dois períodos de Economia em uma Universidade da Baixada Fluminense, o que me obrigava a manter o trajeto pela Linha Vermelha ou pela Avenida Brasil. Nessa época, eu ia de van todos os dias de São Gonçalo para a Universidade e passava pela Linha Vermelha, nas margens do Conjunto de favelas. Quando ficávamos parados no engarrafamento nas imediações da Maré, todos que estavam na van ficavam apreensivos devido ao medo de um tiroteio ou dos famosos arrastões aos quais assistimos por diversas vezes nos noticiários da TV. Até então, era apenas isso o que eu sabia sobre aquele lugar.

Lembro que, naquela época, era possível observar a favela da Maré com nitidez e notar crianças e adolescentes praticando futebol ou soltando pipa na Vila Olímpica da Maré, que fica localizada as margens da Linha Vermelha. Contudo, em 2010, a Prefeitura do Rio de Janeiro,

³ Na famosa música “Alagados”, de 1986, da banda Paralamas do Sucesso, a favela da Maré foi citada. No seguinte trecho: “*Alagados, Trenchtown, Favela da Maré / A esperança não vem do mar / Nem das Atenas de TV / A arte de viver da fé / Só não sabe fé em quê / A arte de viver da fé / Só não se sabe fé em quê*” (ALAGADOS, 1986, n. p.).

no governo do prefeito Eduardo Paes (2009-2015) instalou barreiras acústicas de três metros de altura nos muros marginais contíguos ao Conjunto de favelas da Maré e do Caju (RIO..., 2010). O objetivo da instalação das barreiras acústicas era revestir acusticamente as favelas para conter a poluição sonora produzida pelo trânsito intenso de veículos. A Secretaria de Segurança Pública alegou que as barreiras serviriam para diminuir a ocorrência dos temidos arrastões nas vias expressas. Organizações de direitos humanos e movimentos sociais criticaram a instalação das barreiras, pois seria uma tentativa de inviabilizar as áreas pobres e favelas daqueles que chegam à cidade. A partir de 2010, não foi mais possível observar a favela ao cruzar a Linha Vermelha e, hoje, só é possível observar os vendedores ambulantes oriundos da Maré, vendendo biscoito, água, refrigerante, etc. entre os veículos parados no engarrafamento. Adotarei nomes fictícios para as 16 favelas da Maré nessa dissertação.

É importante sinalizar desde já, que os nomes das favelas que formam o Conjunto de favelas da Maré foram alterados. Em substituição coloquei nome fictícios os quais inventei. O objetivo dessa alteração dos nomes é proteger os interlocutores da pesquisa e evitar também que sejam identificados. Dessa forma, exerço meu compromisso ético de não expor os participantes da pesquisa, evitando retaliações de agentes, que possam não gostar dos temas abordados na pesquisa.

A primeira e única vez em que havia entrado em uma das favelas da Maré foi no ano de 2012, quando fui à favela Balacobaco. Eu era recém-formado em História e fui a um processo seletivo, para uma vaga ao cargo de professor de História, na ONG Redes de Desenvolvimento da Maré. A vaga era para lecionar História Geral e do Brasil nas turmas de pré-vestibular comunitário da ONG. Fiz o processo seletivo em uma das sedes da ONG, no Balacobaco. Através da janela da sala de aula, pude notar uma praça movimentada com vários comércios. Três anos mais tarde, é nesta mesma praça que está situado depósito de bebidas de Roberto Cazenga. Ele, que é mais conhecido como Rob, é um dos principais interlocutores da pesquisa de mestrado que desenvolvo.

O Surgimento da Maré data de meados do século XX, período de expansão da atividade industrial, da chegada de migrantes nordestinos ao Rio de Janeiro e da construção da Avenida Brasil – via que liga o centro da cidade a Zona Norte e Zona Oeste. Em 1940, muitos dos operários que trabalharam na construção da avenida, ao final da obra, fixaram moradia nas margens da via (SILVA, 2009).

A Maré inicialmente era composta por seis favelas até a década de 1980: Estrutural, Baixa do Caranguejo, Sem Saída, Roque Santeiro, Balacobaco e Parque Amanhã. O lançamento do Projeto Rio em 1979 financiado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) foi responsável

pela construção de novas localidades na Maré. O projeto Rio objetivava acabar com as casas sustentadas por palafitas, que eram o símbolo da Maré⁴. Foram construídos pelo Projeto Rio os conjuntos habitacionais: Vila Esperança, Cano Furado, Cova da Onça e Salve Quem Puder. Esse foi um período em que a remoção deixou ser uma prática corrente do Estado para com as favelas e a urbanização era a nova prática de controle e gestão do Estado sobre estas localidades (MAGALHÃES, 2013).

Nos anos 90 foram construídas pela Prefeitura do Rio de Janeiro as favelas: Morro do Anil, Estrutural e Conjunto 32. Em 1992, o prefeito César Maia lançou o programa “Favela-bairro”, que consistia na urbanização das favelas cariocas. Em 1994, o mesmo prefeito, por meio de um decreto, criou o bairro Maré. No ano 2000, a prefeitura criou o Salve Quem Puder popularmente chamado de Sem Nome. O conjunto foi construído para abrigar moradores removidos da comunidade Kinder Ovo.

A minha entrada no campo de pesquisa ocorreu em junho de 2014, quando o Conjunto de Favelas da Maré era ocupado pelas Forças Armadas (Exército e da Marinha) desde abril de 2014. A ocupação militar, com aproximadamente 2700 homens, objetivava, em primeiro lugar, garantir a ordem pública para o acontecimento do megaevento da Copa do Mundo, visto que Rio de Janeiro foi uma das cidades sedes. E em segundo lugar, dar início ao processo de pacificação da Maré. O projeto prevê a instalação de quatro Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) na Maré, após a saída das Forças Armadas. Ao entrar no Cano Furado e na Vila Esperança, deparei-me com um forte aparato de soldados e fuzileiros controlando as entradas e saídas das favelas. Acerca de poucos metros, depois de passar por essas barreiras militares, estavam os traficantes de drogas ilícitas em seus habituais pontos de venda. No segundo turno das eleições de 2014 o aparato militar cresceu, nesse sábado sai da Maré imensamente indignado com o enclave militar que o Conjunto de favelas tinha se tornado no final de semana das eleições.

A partir das redes sociais consegui fazer contato com Badharó. Ele me recebeu em sua casa, onde realizei uma entrevista prévia. O rapper me indicou algumas pessoas para fazer contato, mas, por vários motivos não consegui manter relações. No documentário, Badharó tinha um bar frequentado pelos angolanos. Entretanto, pouco tempo após eu dar início ao campo, o seu bar foi fechado. O espaço onde era o bar deu lugar a uma expansão de sua casa.

⁴ O Conjunto de favelas da Maré surgiu em uma área alagadiça e coberta por manguezais às margens da Baía de Guanabara. Com o movimento das marés, as casas eram inundadas pela água. Portanto, as casas eram construídas em cima de palafitas para evitar que fossem inundadas. Até a década de 1990, ainda existiam casas construídas em cima de palafitas.

Por conta própria, comecei a frequentar a esquina dos angolanos, onde fica a Pensão da Lica. Lá, após algumas visitas, consegui manter contatos e conhecer demais interlocutores. A minha entrada no Roque Santeiro, ocorreu também seu um contato prévio. Dirigi-me até a ONG Redes da Maré, onde fiz o processo seletivo e pedi ajuda a uma secretária sobre onde se reuniam os angolanos no Roque Santeiro. A secretaria me levou até uma porta atrás do balcão e, apontando para a porta, falou: “Aqui tem um comércio de um angolano, se informa com ele”. Antes de sair, eu perguntei à funcionária o nome do angolano e ela me respondeu que não sabia, pois todos o chamavam de angolano ou angola. Por fim, segui, me apresentei ao proprietário do estabelecimento, Rob, e falei sobre minha pesquisa. Ele foi muito solícito; confessou-me já ter participado de outras pesquisas e disse que me ajudaria no que lhe fosse possível.

Exerci a observação participante em duas favelas da Maré: o Cano Furado e o Roque Santeiro. O Cano Furado é onde se concentram a maioria dos angolanos residentes na Maré. É lá também, onde estão localizados os comércios, bares e pensões dos angolanos; na famosa “esquina dos angolanos” ou “esquina dos angolas”. Trata-se do cruzamento das ruas 4 e 5, onde é forte a presença dos angolanos e de comércios com a bandeira de Angola pintada e/ou nos letreiros das lojas revelando a identificação do local com os imigrantes africanos. É na pensão da Lica, na Adega do Angolano ou no jogo de futebol dos “Angolas”, que acontece aos sábados, que posso interagir com os angolanos. Já, na favela Roque Santeiro, eu frequentei o depósito de bebidas Roberto – ou Rob –. Os angolanos que residem nas favelas Roque Santeiro, Balacobaco e Parque Amanhã também frequentam o depósito do Rob, principalmente aos sábados. No início do trabalho de campo, cheguei a frequentar por duas ocasiões os quiosques pertencentes aos angolanos no Mocotó, mas por uma opção pessoal e uma incapacidade de participar dos três locais com assiduidade, descartei a continuidade do trabalho de campo, na favela Mocotó.

A minha entrada no campo foi em junho de 2014, frequentava aos sábados a pensão da Lica. Ficava lá durante quase 4 horas, sem conseguir interagir com outras pessoas para além da proprietária. Contudo, a minha pesquisa começou a evoluir quando passei a jogar o futebol dos angolas aos sábados. Foi no futebol que consegui participar ativamente da vida social da comunidade angolana na Maré. A partir do futebol fui convidado para festas, almoços, churrascos e até para festas organizadas pelo Consulado. Passei a conhecer inúmeros membros da comunidade angolana, além de frequentar as rodas de conversas que são formadas diariamente na esquina dos angolanos, no Cano Furado.

O Futebol foi de extrema importância para o avanço da minha pesquisa e para o aprofundamento das relações pessoais com meus interlocutores. Faço uma comparação da

minha entrada na comunidade angolana pelo futebol, com uma situação semelhante vivida pelo antropólogo Clifford Geertz (1989). Clifford Geertz narra em seu clássico livro *A Interpretação das Culturas* a sua entrada no campo em aldeia Balinesa só foi concretizada após assistir a uma briga de galos, que foi desbaratada pela Polícia. A partir desse episódio, o antropólogo estadunidense ganhou a confiança dos nativos e conseguiu avançar em sua pesquisa. Portanto, com todas as singularidades, o avanço real da minha pesquisa ocorreu depois que passei a jogar futebol com os angolanos, não só ganhei confiança como conheci novos interlocutores.

O trabalho de campo contribuiu para alguns episódios em que os meus interlocutores não me viam apenas como um pesquisador, mas como um amigo ou colega. Vou apresentar três desses episódios. Um dos episódios foi o agradecimento de Melo por eu ter indicado o seu filho a prestar exames para escolas federais. Apesar de seu filho não ter sido aprovado, ele me agradeceu carinhosamente. Já após o término da pesquisa, fui na Maré e Rob me ofereceu gentilmente um quarto caso eu quisesse dormir na Maré. E Lica, que uma semana após o fim do meu relacionamento de 4 anos percebeu meu abatimento ao chegar em sua pensão. Esses episódios demonstram que fiz amigos e colegas nesses últimos dois anos em que frequentei a Maré.

No primeiro capítulo pretendo realizar uma reconstrução histórica das notícias veiculadas nos jornais impressos e *on-line* do Rio de Janeiro e também de um jornal paulista, no qual as notícias sobre a participação de angolanos junto ao tráfico de drogas foram veiculadas. O propósito desta reconstrução histórica é de analisar como essas denúncias e rumores contribuíram para a identificação dos angolanos residentes no Conjunto de Favelas da Maré, a partir do impacto midiático que tais notícias acarretaram.

Em segundo lugar, a partir de autores das Ciências Sociais que trabalharam com a categoria *favela*, busco analisar as representações sociais construídas a respeito da favela. Pois, a partir dessas representações é possível a compreensão de como foram construídas e potencializadas, de modo a criminalizar a comunidade angolana da Maré e a construção do estigma, seguindo o conceito do historiador francês Gérard Noiriel (2007), analisar a política de identificação do Estado para determinados grupos sociais e como essa política de identificação constrói representações sociais estigmatizantes, no caso específico foi construída uma categoria desabonadora.

Na terceira parte, faço a análise das entrevistas com três interlocutores: Alexandre, Melo e Badahró. Os três me revelaram através das entrevistas como foram as operações policiais com foco nos angolanos, quais foram os efeitos produzidos pelas acusações e pelas operações

policiais e as abordagens policiais, torturas e extorsões que ocorreram após esse episódio crítico em fevereiro de 2000.

No segundo capítulo exploro as trajetórias ocupacionais de dois interlocutores: Roberto Cazenga e Ivo Domingos Bumba. Roberto Cazenga foi um interlocutor de grande importância no meu trabalho de campo. Frequentei seu depósito de bebidas por mais de um ano e ele me apresentou vários conterrâneos, além de sempre está disposto a responder os meus questionamentos. Cazenga trabalhou informalmente na construção civil, praticou durante alguns anos prática ilegal do “171” e por final abriu o seu próprio negócio na favela do Balacobaco.

Ivo Domingos foi me apresentado por Roberto Cazenga em um sábado no Cano Furado. A partir desse dia mantive uma relação pouco profícua com Ivo. Porém, em novembro de 2015 ele me presenteou com um livro. O livro era uma autobiografia, *O Fugitivo*. O livro apresenta importantes revelações como o trânsito do autor por diversos trabalhos no Rio de Janeiro e São Paulo. Ivo trabalhou na construção civil, como entregador de panfletos, passou por um curto período no tráfico de drogas e praticou o “171”. Uma trajetória ocupacional semelhante a de Rob, como também de muito dos seus compatriotas.

Ao final analiso inicialmente a questão do trabalho informal no Brasil, que se tornou ainda mais presente após a reestruturação produtiva e do avanço da agenda neoliberal (OLIVEIRA 2013). Contexto político, social e econômico que contribuiu para a circulação dos pobres urbanos por períodos de desemprego, trabalho precário e informal. Analiso como os imigrantes angolanos na Maré circularam por trabalhos informais e por atividades econômicas nas dobras do legal e ilegal. Situação muito semelhante dos pobres urbanos no Brasil, especialmente a partir da década de 1990 (TELLES, 2010).

Busco analisar como os imigrantes angolanos na Maré estão inseridos na globalização popular não hegemônica (RIBEIRO, 2010). Uma parcela significativa dos meus interlocutores transitou por atividades econômicas nas dobras do legal e ilegal em que mercadorias são compradas, vendidas e distribuídas, atravessando fronteiras internacionais. Essas mercadorias de origem duvidosas são movimentadas pelos agentes da globalização popular não hegemônica a partir da tolerância dos ilegalismos e da troca de “mercadorias políticas” com os agentes do Estado (MISSE, 2011).

Exploro em especial uma atividade praticada por alguns angolanos, a prática do “171”. Prática que foi me revelada por Rob e também está presente no livro autobiográfico de Ivo Domingos. Portanto analiso como essa prática era realizada, como uma rede social articulava

essa prática e como as força policiais agenciavam a partir da “troca de mercadorias” os imigrantes envolvidos com a prática ilegal do “171”.

No terceiro capítulo inicio com a construção da categoria angolas. Uma categoria que surgiu na década de 1990 no Conjunto de Favelas da Maré. Essa categoria foi construída a partir da interação social dos angolanos com os moradores da Maré. Se a categoria angolas é uma categoria positiva, portanto sendo acionada pelos mesmos.

Em seguida investigo as disputas pelo status de chefe dos angolas. São três líderes que lutam pela disputa e buscam a alcunha de líder a partir de fofocas, manipulações e agenciamentos. Os três líderes manipulam suas redes sociais de acordo com seus interesses e os interesses da força o qual agenciam. Os líderes são agenciados por forças internas e externas ao Conjunto de favelas da Maré, que agenciam os angolanos por distintos interesses. São três as forças que identifiquei: Consulado angolano, o tráfico de drogas e as forças policiais. Essa disputa contribui para que fossem estabelecidas fronteiras étnicas para excluir um líder rival, que segundo os argumentos não tem um comportamento conveniente com o grupo étnico (BARTH, 2000).

Por último pesquiso o rapper e produtor musical Xumane Mos Califa. Xumane foi um interlocutor singular no meu trabalho de campo. Sempre buscou debater comigo temas polêmicos, além do seu discurso politizado e crítico. Portanto, averiguo o discurso de Xumane e suas músicas em dois temas: racismo e política angolana. Primeiramente, analiso o discurso crítico de Xumane contra o racismo à brasileira e seu discurso radical. Em segundo analiso críticas e a oposição do rapper angolano ao regime político angolano. Em especial suas críticas ao presidente angolano José Eduardo dos Santos.

1 IDENTIFICAÇÃO DOS “ANGOLANOS”

E tu, Angola:⁵

Sob o úmido véu de raivas, queixas e humilhações,
adivinho-te que sabes
vapor róseo, expulsando a treva noturna.

Carlos Drummond de Andrade

1.1 Breve história de Angola

Na região localizada no sudoeste do continente africano, próxima das fozes dos rios Cuanza e Dande, viviam diferentes grupos étnico-linguísticos, com destaque para o Reino do Congo. Na África pré-colonização existiam alguns reinos importantes: o Reino do Congo, que abarcava os atuais territórios de Angola; Congo e Congo Brazzavile, que era um dos reinos mais proeminentes da África. No final do século XV, período da expansão marítima dos reinos europeus, iniciou-se um processo de colonização da região por Portugal. Em 1482, os portugueses desembarcaram no litoral da África austral, iniciando os contatos com o Reino do Congo.

Os portugueses estabeleceram uma estável relação política e econômica com o Rei do Congo, que chegou a se converter ao catolicismo e ser batizado com um nome cristão. Em 1556, ocorreu uma reviravolta; o rei *Ngola Kiluanje* que governava a província de *Ndongo* ou *Ngola*⁶, pertencente ao reino do Congo, proclamou independência da província. Já, em 1574, os lusitanos foram expulsos do reino do Congo, contudo, sob a liderança do capitão Paulo Dias de Novaes, invadiram Luanda - cidade localizada no território do reino do *Ndongo*, que deu início à colonização de Angola por Portugal. Segundo Xumane, o nome de seu país é derivado de um antigo rei que se chamava *Ngola*, que é advindo da língua *kimbundo*.

⁵ Essa parte é uma intervenção de Ondjaki, não está no poema original de Drummond.

⁶ A região onde era localizado o Reino do *Ndongo* é a região onde está localizada Luanda e o centro irradiador da colonização lusitana na região.

A colonização portuguesa não teve facilidade em manter o domínio sob o reino do *Ndongo*. A rainha *Jinga Mbandi*⁷ liderou uma ofensiva militar contra o domínio lusitano, potencializada pela participação dos holandeses – que invadiram, também, o nordeste brasileiro. Os conflitos políticos entre a Holanda e Portugal, que na época pertencia à União Ibérica (1580-1640), contribuíram para as disputas territoriais na América e na África. No reinado da rainha angolana *Jinga* os portugueses ficaram encurralados na região de Massangano, e as revoltas e resistências do reino do *Ndongo* foram reprimidas. E em 1691, Portugal conseguiu retomar o seu domínio em grande parte do território angolano.

Do século XVIII ao século XIX foi um período de consolidação da colonização portuguesa em Angola. Ocorreu a criação de cidades e vilas, um intenso tráfico de pessoas escravizadas para o Brasil colônia, Cabo Verde, Ilha da Madeira e o comércio triangular Brasil-Angola-Portugal. O tráfico de pessoas escravizadas contribuiu densamente para o adensamento das relações econômicas e políticas entre o Brasil e Angola, com a presença significativa de comerciantes brasileiros instalados nas cidades portuárias de Luanda e Benguela, porém as relações comerciais mudaram a partir da independência do Brasil em 1822. Na primeira parte do século XIX, ocorreram transformações importantes, como a abolição da escravidão em Portugal em 1836 e a abertura dos portos angolanos às nações estrangeiras em 1844. Com isso, a economia angolana deixou de ter a exportação de pessoas escravizadas com principal atividade, enquanto Portugal passou a priorizar a produção de gêneros agrícolas para exportação de produtos como: cacau, algodão, café, amendoim, entre outros.

Em 1855 surgiram os primeiros jornais angolanos. Nesse momento, começou a florescer um movimento incipiente da nacionalidade angolana, que só se consolidou no início do século XX. A partir de 1896, Portugal intensificou o controle sobre a colônia angolana, expandindo as fronteiras a Oeste e Sul de Angola, ocupando territórios, até aquele momento, com pouca presença dos colonizadores portugueses. Contudo, a queda da monarquia lusitana em 1910 e, em seguida, a ascensão do ditador Antônio Salazar acarretam em mudanças nas colônias africanas. O regime ditatorial português (1933-1974) iniciou uma política migratória enviando milhares de portugueses para as colônias portuguesas na África, e número de lusitanos em Angola saltou de 44 mil em 1940 para 172 mil em 1960.

A política colonialista portuguesa era através da assimilação dos povos colonizados; a ideologia civilizacional e assimilacionista do Império português criava diferentes *status* para os

⁷ O escritor angolano José Eduardo Agualusa lançou o romance *A Rainha Ginga: e de como os africanos inventaram o mundo*, em 2014. O romance narra a trajetória da Rainha *Jinga Mbandi*, que é uma heroína para os angolanos, devido a sua coragem e perspicácia no combate contra o domínio português.

colonizados. O Estatuto dos Indígenas da Guiné, Angola e Moçambique (1926) dividia as sociedades coloniais portuguesas em três categorias: “civilizados”, “assimilados” e “indígenas”. Os brancos, mestiços e negros poderiam ascender desde que fossem aprovados nos exames civilizatórios.

Na década de 1950, na esteira das lutas de libertação colonial nos continentes africanos e asiáticos surgiram os primeiros movimentos angolanos que propunham a independência da colônia angolana. O surgimento do Partido da luta dos africanos de Angola (PLUA) com a união de outros grupos pró-independência formou o Movimento Pela Libertação de Angola, o (MPLA) em 1956, o maior dos grupos político-militares que lutaram pela emancipação de Angola e que teve, desde seu início, uma orientação marxista-leninista. O médico e poeta Agostinho Neto era o principal líder.

O segundo grupo político-militar em defesa da libertação de Angola surgiu no Norte do país. Primeiramente, foi fundado em 1954 a União das Populações do Norte de Angola (UPNA), que, em seguida, alterou o nome para União das Populações de Angola (UPA). Após a união com mais alguns grupos, foi formada a Frente Nacional Pela Libertação de Angola (FNLA), em 1962, cujos principais líderes eram Emanuel Kunzika e Álváro Holden Roberto. Tempos depois, uma dissidência da FNLA formou o terceiro grupo político-militar, a UNITA.

O terceiro grupo político-militar angolano foi a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), que foi formada em 1966 depois que o seu principal líder Jonas Malheiros Savimbi rompeu com a FNLA. A UNITA recebeu grande apoio financeiro e logístico da China, inclusive guerrilheiros, que foram treinar no país asiático. A UNITA tinha grande presença na região Sul de Angola, onde a maioria da população é da etnia *ovimbundo*. Na década de 1970, a UNITA deixou de ter apoio da China e passou a ter apoio dos Estados Unidos.

Desde 1961, os três grupos político-militares iniciaram a luta armada em prol da independência de Angola. O regime ditatorial português não cedeu à luta armada, resistindo e configurando a Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974). Em 1974 a Revolução dos Cravos em Portugal derrubou o regime ditatorial, abrindo caminho para as negociações que resultaram na emancipação das colônias lusitanas na África. A assinatura do Tratado de Alvor em 15 de janeiro de 1975 selou a independência angolana.

Entretanto, devido às disputas políticas entre os três grupos político-militares, teve como resultado a eclosão de uma guerra civil em Angola. O MPLA declarou unilateralmente a independência de Angola, proposta que não foi compartilhada pelos demais grupos político-militares, e a guerra contra Portugal foi substituída por uma longa guerra civil, que entrou em sintonia com a Guerra Fria, pois os grupos político-militares eram financiados pelas duas

superpotências. O MPLA recebeu financiamento e apoio da União Soviética e de Cuba, enquanto a FNLA era financiada e apoiada pela China e a República Democrática do Congo. A UNITA recebeu financiamento e apoio, primeiramente, da China e depois dos Estados Unidos e da África do Sul, ainda sob o regime do *apartheid*⁸. Já nos anos 70, chegaram ao Brasil os primeiros refugiados angolanos em sua maioria brancos e mestiços.

A guerra civil angolana (1975-2002) tem como um fator importante às questões relacionadas às disputas étnicas. A FNLA que controlava os territórios no Norte de Angola era composta em sua maioria pela etnia *bacongo*. O MPLA, apesar de se reivindicar como multirracial, era composto em grande parte por angolanos da etnia *kimbundo*. A UNITA, que mantinha sobre controle a região Sul do país, tinha uma forte presença da etnia *ovimbundo*, a mais populosa de Angola. Outro fator relevante foi a disputa por áreas de extração de diamantes e petróleo, principais atividades econômicas do país africano.

O período da Primeira República (1975-1991) notabilizou-se pelo monopartidarismo do MPLA; adoção formal do marxismo; autoritarismo personalista; cerceamento da liberdade de expressão e ausência de eleições. A FNLA abandonou a luta armada em 1985, tornando-se um partido político (DOMINGUES, 2013) e os embates bélicos entre UNITA e MPLA mantiveram intensos. Em 1979, o presidente e líder do MPLA, Agostinho Neto, faleceu, sendo sucedido por José Eduardo dos Santos. Durante a Primeira República, Cuba foi um importante aliado a Angola, com presença de milhares de profissionais cubanos qualificados em Luanda além de tropas militares⁹.

O período Segunda República ou República Multipartidária (1991-2010) teve momentos de intensidade dos combates bélicos entre MPLA e UNITA, com curtos períodos de distensão. Em 1991, a assinatura do acordo de Bicesse possibilitou a fundação da Segunda República e a realização de eleições livres. Nas eleições de 1992, o MPLA obteve maioria parlamentar, além de eleger José Eduardo dos Santos como presidente. A UNITA declarou que a vitória eleitoral do MPLA tinha sido obtida através de fraudes e iniciou uma ofensiva bélica contra a capital Luanda. Nos anos 1990 ocorreu um acirramento dos conflitos bélicos, portanto, foi neste período em que um número significativo de angolanos migrou para o Brasil¹⁰, assim

⁸ *Apartheid* é a política de segregação racial instituída oficialmente na África do Sul de 1948 até 1994. A população negra tinha seus direitos restringidos, deste modo não gozavam direitos políticos e sociais.

⁹ Os meus interlocutores me contaram que na infância em Luanda mantiveram contato com médico e professores cubanos.

¹⁰ Os angolanos que chegaram ao Brasil na década de 1990 como imigrante ou refugiado eram jovens, em sua maioria pobres e muitos moradores de musseques. Os jovens migraram para o Brasil, principalmente fugindo

como meus interlocutores, que migraram para cá entre 1990 e 2000. O fim da guerra civil só foi selado em 2002, com a morte do líder, da UNITA Jonas Savimbi.

1.2 Acusações, notícias e associação com o tráfico

As acusações públicas da associação entre os *angolanos* residentes na Maré e os traficantes de drogas é um evento crítico (DAS; POOLE, 2004) para ser analisado referente ao meu objeto de pesquisa. As notícias veiculadas pelos meios de comunicação no início de 2000 produziram efeitos na vida dos imigrantes e refugiados, hoje, moradores do Conjunto de favelas da Maré. A construção dessas acusações e as ações desencadeadas a partir desse evento crítico é um ponto relevante para ser aprofundado.

Busco analisar as notícias veiculadas e as acusações referentes aos *angolanos* para poder realizar uma reconstrução histórica desse evento crítico. A partir de grandes jornais de circulação no Rio de Janeiro e um jornal paulista, em que notícias referentes a esse tema foram publicadas, será possível uma análise dos conteúdos publicados e das suposições construídas, além da identificação produzida a respeito da comunidade angolana na Maré.

O recorte temporal das notícias acusatórias teve início em fevereiro de 2000 e seguiu até o ano de 2011, ressaltando que havia a presença dos *angolanos* na Maré em 1995 (SILVA, 2009). O papel do Estado é de suma relevância na construção da representação dos *angolanos* como supostos traficantes, ex-guerrilheiros e mercenários. Dentre os anos em que notícias relacionadas a esse tema foram veiculadas, destacaria dois em que as acusações resultaram em operações policiais destinadas aos imigrantes e refugiados africanos: o ano 2000 e ano de 2003/2004. Com base nas narrativas obtidas na pesquisa de campo, os meus interlocutores destacaram esses anos como eventos traumáticos, nesse processo histórico de criminalização.

As notícias referentes aos *angolanos* e ao tráfico de drogas produziram um grande apelo midiático, considerando o lugar de destaque da “violência urbana” na opinião pública carioca, principalmente nas duas últimas décadas do século XX e o início do século XXI. Esse período aponta para um crescimento da “violência urbana” na capital fluminense, fazendo com que esse fosse um assunto de destaque na imprensa fluminense e carioca. É nesse período que a violência urbana associada ao tráfico de drogas tornou-se um problema no debate público. No caso dos

das rusgas, que eram *blitze* para arregimentar jovens para o serviço militar. Os imigrantes e refugiados buscavam também melhores condições de vida.

angolanos na Maré, não se pode descartar a territorialidade das acusações, que são potencializadas pelo território de moradia deste grupo étnico. O racismo é um fator importante para potencialização das acusações. Pois são notícias referentes ao Conjunto de favelas da Maré, um território na metrópole fluminense caracterizado pelos meios de comunicação e pelo Estado, como um local violento e controlado por traficantes de drogas ilícitas que possuem um grande poder bélico.

O Conjunto de favelas da Maré é composto por dezesseis favelas¹¹, que são controladas territorialmente por duas facções de traficantes de drogas ilícitas no varejo e também pela milícia¹². A Maré já teve a presença de três facções criminosas do Rio de Janeiro, o que contribuía para que os confrontos violentos entre as facções rivais por domínio e controle de pontos de venda de drogas ilícitas no varejo fossem recorrentes, as chamadas “guerras”¹³. É justamente após um destas “guerras” entre duas facções criminosas rivais na Maré, que surgiram as acusações, rumores e denúncias de uma suposta participação, associação ou adesão dos angolanos ao tráfico de drogas ilícitas.

Os angolanos que habitam o Rio de Janeiro são provenientes de Luanda, capital de Angola, das províncias da região centro/oeste e região centro/sul; falam bem o português e têm hábitos e costumes próximos ao padrão brasileiro. E, em grande maioria, são homens (POLL, 2001). Os angolanos da etnia *bacongo* residem em Duque de Caxias e Catumbi. Os *bacongos* trajam roupas típicas e falam português com sotaque francês, pois muitos viveram no Congo Belga durante a guerra civil.

Antes de reconstruir as reportagens alusivas ao envolvimento dos angolanos com o tráfico de drogas ilícitas na Maré. Essas reportagens tiveram início em fevereiro de 2000. Antes disso, encontrei duas reportagens no jornal o Globo que tinham relação com os imigrantes africanos na Maré. A primeira, em 1997, intitulada “Angolanos fazem da favela uma Luanda carioca” (WERNECK, 1997, p. 10) narrava o acontecimento de um jogo de futebol, em que um

¹¹ Morro do Anil, Vila Esperança, Cano Furado, Mocotó, Salve quem Puder, Estrutural, Sem Nome, Cova da Onça, Conjunto 32, Parque Amanhã, Duas Caras, Roque Santeiro, Balacobaco, Baixa do Caranguejo, Sem Saída, Conjunto Novo.

¹² Grupos armados formados por policiais militares, policiais civis, bombeiros, ex-policiais e civis que dominam conjuntos habitacionais, favelas e comunidades, no Rio de Janeiro. O surgimento das milícias data o final da década de noventa e ampliaram o poder durante o início do século XX. As milícias exploram atividades econômicas de modo ilegal como transporte alternativo, comércio de gás e TV à cabo.

¹³ Carla Mattos (2014) sugere que a “expansão discursiva do crime” está diretamente ligada às *práticas guerreiras* do território que despontaram em 1999, no contexto dos confrontos violentos entre as facções rivais na Maré.

time formado por brasileiros enfrentava um time formado por *angolanos*. A reportagem caracterizava os imigrantes de maneira exótica, e descrevia suas características como: roupas extravagantes, sotaque carregado, negros e na sua maioria pobres. A interação com os brasileiros também foi citada, exaltando o bom relacionamento e a confraternização ao final da partida, em que brasileiros e angolanos festejavam e bebiam cervejas juntos.

A segunda reportagem, em 1998, também do jornal *O Globo* (WERNECK; AMORA; SCHMIDT, 1998) era alarmista e denunciava o crescimento das favelas. Segundo a reportagem, as favelas registravam expansão de até 50 vezes mais que o índice da cidade. Na parte em que abordado o crescimento do Complexo da Maré, a ampliação das casas é apontada como uma das causas do crescimento. A segunda causa é referente à chegada de *angolanos* e moçambicanos que, segundo o presidente da Associação de moradores da favela Roque Santeiro, estava estimado em dois mil o número de imigrantes africanos, nas doze favelas da Maré.

No prosseguimento do capítulo utilizarei em itálico quando for utilizado o substantivo *angolano*, pois compreendo que, com as denúncias e acusações, foi construída uma categoria desabonadora e estigmatizada, portanto a justificativa para utilização do substantivo em itálico.

Os *angolanos* residiam inicialmente¹⁴ na Maré, nas favelas: Vila Esperança, Cano Furado, Salve Quem Puder e Sem Nome. Essas quatro favelas eram controladas por uma mesma facção e são separadas das demais favelas da Maré por uma via expressa, a Linha Amarela. Do outro lado, estão localizadas as demais favelas que compõem o conjunto de favelas da Maré. As favelas Sem Saída e Duas Caras e estão localizadas daquele lado da via, porém pertencem a mesma facção. Em contrapartida, as favelas Roque Santeiro, e Parque Amanhã e Balacobaco são controladas por uma facção rival. Em algumas conversas com meus interlocutores notei o uso do termo “A Maré é o umbigo dos angolanos no Brasil”. Considerando a consolidação da comunidade angolana na Maré, a Cano Furado e a Vila Esperança são as duas favelas centrais para formação da comunidade angolana na região. Apesar de existir a presença de *angolanos* em quase todas as favelas da Maré, a identificação do grupo social é maior com essas duas favelas citadas.

Na madrugada do dia 4 de fevereiro do ano 2000 (ESCÓSSIA; PONTES, 2000, p. 15), um grupo composto por cerca de trinta traficantes saiu da favela Sem Saída, na Maré, para invadir a favela Roque Santeiro controlada por uma facção rival. A invasão resultou em uma chacina com seis mortos e quatro feridos. Segundo relatos, os traficantes teriam sido

¹⁴ Hoje os angolanos estão presentes em todas as favelas da Maré, contudo o ponto inicial da formação da comunidade angolana na Maré foi nas favelas da Vila Esperança e Cano Furado.

transportados em um caminhão-baú, portavam fuzis Ak47¹⁵ e trajavam roupas camufladas. A invasão, segundo a Polícia Civil, teria sido bem organizada, diferenciada do padrão corrente de ações realizadas por traficantes. Além disso, moradores teriam identificado os *angolanos* pelo português enrolado e o sotaque.

O governador Anthony Garotinho deu uma declaração explosiva sobre a chacina. De férias em Santa Catarina o governador declarou: “Não houve chacina. Houve a morte de seis bandidos procurados pela polícia, É diferente quando morre uma pessoa de bem, um trabalhador.” (MORTE..., 2000, p. 15). A declaração de Garotinho esclarece muito bem, o descaso do governo com a morte de seis pessoas, já que supostamente eram bandidos e favelados. A declaração de Anthony Garotinho foi alvo de críticas de jornalistas, sociólogos e militantes dos direitos humanos.

Foi no dia 5 de fevereiro que a declaração mais explosiva sobre a chacina surgiu no cenário público. A acusação foi feita por um delegado não identificado. O delegado declarou no *Jornal do Brasil*, que os invasores da favela Roque Santeiro eram “mercenários angolanos”. As manchetes da reportagem apontavam que o tráfico de drogas contratou “mercenários angolanos”, ex-guerrilheiros do país africano para realizar a invasão a favela, que resultou em seis mortos. O *Jornal do Brasil* trazia também um depoimento de um morador que comprovaria o envolvimento dos *angolanos*: “Eles eram negros e altos, usavam fuzis Ak-47, com muita habilidade” (FREIRE; MARTINS, 2000, p. 15), disse o morador.

No dia 07 de fevereiro, foi publicado no jornal *O Globo* uma reportagem com a manchete: “Moradores denunciam área onde angolanos treinariam traficantes” (CERQUEIRA, 2000, p. 18). Segundo a reportagem, os moradores e um traficante teriam confirmado o treinamento de táticas de guerrilha empregadas na guerra civil de Angola, repassadas para os traficantes da favela Sem Saída. A denúncia apontava uma viela na favela Cano Furado como local onde supostamente os treinamentos de guerrilha aconteciam. Em troca do treinamento de táticas de guerrilha, os “mercenários angolanos” recebiam alimentação e o pagamento do aluguel das suas casas.

As notícias posteriores à chacina versam sobre a hipótese da participação de refugiados *angolanos* ou ex-guerrilheiros na invasão. Os refugiados e imigrantes foram acusados de serem mercenários, de fornecerem treinamento de guerrilha para os traficantes e de serem membros

¹⁵ AK 47 é um fuzil de assalto soviético. Foi muito utilizado pelos movimentos guerrilheiros nas lutas de libertação na África, em especial, nas colônias em que os movimentos de libertação mantinham relações com a União Soviética. Em Angola, o MPLA era um movimento de orientação marxista. A bandeira de Angola tem como símbolo um símbolo alusivo à foice e ao martelo.

do grupo de traficantes do Cano Furado. O resultado das acusações foi uma megaoperação policial, com aproximadamente 700 policiais (Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Federal) iniciada no dia 8 de fevereiro. Esta operação policial contou com inúmeras viaturas policiais, três barcos da Polícia Federal e dois helicópteros da Polícia Civil. A megaoperação policial tinha como finalidade combater o tráfico de drogas e investigar a participação de *angolanos* no tráfico de drogas.

Na operação policial, segundo o jornal *O Globo* do dia 08 de fevereiro de 2000 (PESSOA; CERQUEIRA, 2000b), os *angolanos* que passavam por *blitze* ou viaturas policiais eram levados de forma coercitiva para uma espécie de triagem no Posto de Policiamento Comunitário da Vila Esperança. No posto policial eram fotografados, cadastrados e obrigados a apresentar os documentos. No primeiro dia de operação oitenta e quatro *angolanos* foram encaminhados até o posto policial e, até o final da operação, cento e vinte *angolanos* foram cadastrados. Na imagem abaixo, um jovem *angolano* é fotografado por um policial civil, revelando o caráter discriminatório da megaoperação policial e a exposição vexatória a qual foram expostos os *angolanos*.

Fotografia 1 – Jornal O Globo de 8 de fevereiro de 2000

Terça-feira, 8 de fevereiro de 2000 • 2ª edição

O GLOBO

RIO • 13

OPERAÇÃO NA MARÉ: Falta de apoio do Consulado de Angola causa indignação em angolanos, alvos das suspeitas

De 84 detidos, só 2 estavam sem documentos

Secretária nacional de Justiça teme que angolanos moradores de favelas agora passem a ser estigmatizados

• As suspeitas da polícia sobre a participação de refugiados de Angola no tráfico de drogas no Complexo da Maré revoltou os angolanos que moram na região. Indignados, alguns aproveitaram para desabafar. Outros afirmaram que estão sendo perseguidos e chegaram a acusar o consulado de seu próprio país de não lhes dar apoio. Apenas dois dos 84 angolanos detidos na favela foram levados para a Polícia Federal. O motivo: não tinham documentos.

— É um absurdo o que estão fazendo conosco. Não podemos ser tratados dessa forma. Isso só está ocorrendo porque moramos num lugar pobre — queixou-se Nani Pinto, de 28 anos, há nove meses no país e que aguarda a aprovação do seu pedido de asilo político.

Suspeita de participação no tráfico preocupa autoridades até autoridades do Ministério da Justiça. A secretária Nacional de Justiça, Elizabeth Sussekind, reuniu-se ontem no Rio com o coordenador de Segurança do estado, Luiz Eduardo Soares, para discutir a questão:

— Verificamos que há denúncias, mas não há nenhuma confirmação nem a prisão de

uma investigação para chegar às pessoas que praticaram aquela ação criminosa em vez de revistar todos os angolanos, até porque, para chegar aos angolanos, é preciso revistar todos os negros. É uma ação estranha para um governo que tem como vice-governadora uma negra.

A situação de quase todos os que foram levados para o posto de triagem era idêntica. Deixaram suas famílias e a guerra em Angola para tentar uma nova vida no Brasil.

— Estamos aqui em busca de melhores condições de vida. Deixei mulher, um casal de filhos e meus pais lá em Angola fugindo da guerra e espero um dia trazê-los — comentou Brandino Soares, de 25 anos e há três no Brasil.

Brandino era um dos mais indignados com as acusações de participação de mercenários angolanos no tráfico.

— Isso mancha a reputação do nosso país. Essas acusações não têm lógica. Deixamos nosso país para fugir de uma guerra. Não faz sentido participar de outro conflito aqui. Estamos cansados de guerra — desabafou.

O cônsul de Angola, Ismael Diogo, disse que não podia comentar as acusações, que acredita serem apenas especulações. Ele alegou, ainda,



UM ANGOLANO É FOTOGRAFADO por um policial enquanto os outros esperam para também serem registrados no posto da Vila do João

Muitas suspeitas, nenhuma prova

Fonte: PESSOA; CERQUEIRA, 2000a, p. 13.

No segundo dia de operação policial, no dia 9 de fevereiro, o coordenador de Segurança, Cidadania e Justiça, Luiz Eduardo Soares¹⁶ declarou ao jornal *O Globo* que considerava que os

¹⁶ Luiz Eduardo Soares é sociólogo com vasta produção acadêmica na área de segurança pública. Em 1999, no início do governo do governador Anthony Garotinho do PDT, Luiz Soares fez parte da secretaria de Segurança Pública.

angolanos sofreram constrangimento durante a revista policial, além da obrigatoriedade de se apresentarem no Posto de Policiamento Comunitário da Vila Esperança (SUSPEITAS..., 2000). Na mesma reportagem, o coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania admitiu que o fato de *angolanos* serem negros e pobres fez com que fossem mais expostos e declarou: “Imaginem se os dinamarqueses que vivem no país fossem obrigados a comparecer à delegacia para provar que não são guerrilheiros, fossem fotografados e parados na rua?”. Em seguida os *angolanos* residentes na Vila Esperança revelaram o temor de serem mortos por traficantes ou confundidos com mercenários. Disse um rapaz *angolano* na mesma reportagem: “A polícia faz seu trabalho, olha o documento e nos deixa ir, mas e os traficantes?”.

A megaoperação policial com foco direcionado aos *angolanos* não passou ilesa de críticas. Organizações em defesa dos direitos humanos, a secretaria Nacional de Direitos Humanos, o Itamaraty, a Cáritas e o Consulado Geral de Angola manifestaram indignação com as suspeitas infundadas e com a operação policial discriminatória. As críticas acusavam a operação policial de discriminatória e racista, devido à ausência de provas que pudessem incriminar os *angolanos* e à violência da ação policial. Segundo relatos de *angolanos*, as denúncias provocaram consequências, como por exemplo, *angolanos* que foram espancados por vizinhos e outros que perderam o emprego.

Após os dois dias de alvoroço provocado pelas acusações e pela megaoperação policial no Conjunto de favelas da Maré destinada aos imigrantes e refugiados *angolanos*, no dia 9 de fevereiro, foi realizada uma reunião com a vice-governadora Benedita da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), o secretário de Segurança Pública Josias Quintal, o coordenador de segurança Luiz Eduardo Soares e o vice-cônsul de Angola Ismael Diogo. O governo do Estado do Rio de Janeiro e o secretário de Segurança Pública o ex-coronel Josias Quintal concedeu declarações públicas desmentindo as denúncias de associação do tráfico de drogas (ANGOLA..., 2000). Contudo, as declarações públicas não foram suficientes para o Consulado de Angola no Rio de Janeiro, que passou a exigir retratação pública do governo fluminense.

Neste mês de fevereiro teve início mais uma das crises na alta cúpula da Segurança do Rio de Janeiro, causada devido à operação policial no Conjunto de favelas da Maré. O então coordenador da segurança Luiz Eduardo Soares entrou em confronto público com o secretário de Segurança Pública Josias Quintal por criticar publicamente a operação policial e declarar que as denúncias em relação aos *angolanos* eram infundadas e o caráter discriminatório e racista da operação policial. A crise ocorreu devido à posição de Luiz Eduardo Soares em defender um pedido de desculpas e uma investigação dos policiais envolvidos na operação, enquanto o

secretário de Segurança Pública negava o pedido de desculpas, defendendo a legitimidade da ação policial e negando o caráter discriminatório e racista da operação policial.

Na mesma página do jornal *O Globo*, em que são desmentidas as acusações de envolvimento dos *angolanos* com o tráfico de drogas, tem uma segunda parte com o título: “Angolanos podem ir para agrovilas”. A reportagem aborda a possibilidade proposta pela secretaria nacional de Justiça do Ministério da Justiça de transferir cento e sessenta *angolanos* moradores da Maré para agrovilas situadas no estado de Goiás (ANGOLANOS..., 2000).

O secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e ex-coronel da Polícia Militar na época, Josias Quintal, concedeu entrevista no dia 10 de fevereiro ao jornal *Folha de São Paulo* sobre o caso em que envolviam os *angolanos*, que acionam dispositivos discriminatórios e racistas em relação aos refugiados e principalmente ao fato destes residirem em uma favela. Além de acionar o velho mito entre violência e pobreza. O título da reportagem é “Refugiado prejudica RJ, diz secretário”. Segue a citação de dois trechos da entrevista concedida pelo secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro:

“O governo brasileiro tem acordos internacionais e aceita essas pessoas em razão dos acordos. Agora, pegar esse pessoal e jogar na favela é crueldade com eles e conosco. O Rio já tem problemas demais”. [...] “Os angolanos, a maioria absoluta, são pessoas de bem”, mas as miseráveis condições de vida [...] podem levá-los à criminalidade.” [...] “Eu não tenho discriminação. Se tivesse dinamarqueses ou noruegueses naquele lugar, com certeza passariam pelo mesmo processo. Não podemos deixar a coisa nesse estado de desorganização. Vou manter essa linha. Esse controle, o Estado tem que ter”. (TORRES, 2000, n. p.).

A última parte da declaração do ex-coronel Josias Quintal em que faz menção aos dinamarqueses de que não haveria diferença na abordagem, caso essa fosse à nacionalidade dos acusados de participarem do tráfico de drogas na Maré, trata-se de uma resposta ao coordenador Luiz Eduardo Soares, que deu a declaração ao jornal *O Globo* citada acima, alegando que condição de serem negros e pobres contribuiu para que *angolanos* fossem mais expostos.

O governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), primeiramente havia negado o pedido de desculpas, mas voltou atrás em sua posição e realizou um pedido formal de desculpas ao Cônsul geral de Angola. Em seu pedido o governador Anthony Garotinho condenou a operação policial realizada nos dias 8 e 9 de fevereiro na Maré e reafirmou que o governo do Rio de Janeiro repudia ações discriminatórias e racistas. A vice-governadora Benedita da Silva concedeu uma entrevista à TV angolana Televisão Pública de Angola (TPA) a pedido do vice-cônsul de Angola no Rio de Janeiro pedindo desculpas em nome do governo pela operação policial.

No dia 12 de fevereiro de 2000, foi publicada uma reportagem com o título de “Itamaraty repudia discriminação”, em que o Itamaraty e a secretaria de Nacional de Direitos Humanos defenderam a necessidade de um pedido formal de desculpas do governo fluminense aos *angolanos*. O Itamaraty também repudiou o episódio e quaisquer atos discriminatórios. Na segunda parte da reportagem, uma nova hipótese sobre os envolvidos na chacina foi mencionada; a que versa sobre a participação de nove traficantes fugitivos do presídio Frei Caneca, que eram cúmplices do traficante Linho da Maré (MATHEUS; MENDES, 2000).

No dia 22 de fevereiro, na página Opinião do jornal *O Globo* foram publicados dois artigos críticos ao papel da mídia e da Polícia no caso dos *angolanos* da Maré. O primeiro artigo intitulado “E as desculpas da imprensa” explora a fragilidade das denúncias relativas à participação dos *angolanos* na chacina e as conseqüências da operação policial para os imigrantes africanos (VALPORTO, 2000). O segundo artigo com o título “Uma história mal contada” criticou a operação policial destinada aos *angolanos* residentes na Maré e à dificuldade da imprensa em dar crédito às denúncias frágeis apontadas pelas forças policiais do Rio de Janeiro (BARROS, 2000).

Ocorreram algumas tentativas de reverter o episódio polêmico com os *angolanos* da Maré. Com o título “Caso dos angolanos termina em samba”, a reportagem do jornal *O Globo* de 23 de fevereiro abordou o convite feito pela Escola de Samba Tradição para que os *angolanos* moradores da Maré desfilassem na agremiação. O presidente da escola de samba alegou que seria uma maneira de pedir desculpas aos imigrantes injustamente acusados de prover treinamento de guerrilha aos traficantes. O convite estava em conexão com enredo da escola que, naquele ano, fazia homenagem à história do negro no Brasil (CASO..., 2000).

No dia 19 de julho de 2003, uma grande operação policial com aproximadamente mil policiais ocupou o Conjunto de favelas da Maré. Essa operação policial tinha como propósito combater o tráfico de drogas ilícitas e a apreensão de criminosos, drogas e armas. Os policiais apreenderam armas e drogas na operação e quatro *angolanos* foram presos. Dois por não estarem com a documentação regularizada e outros dois por estarem com cartões de créditos e documentos falsos (GOULART, 2003). Mais uma vez a hipótese de participação dos *angolanos* foi ventilada nos meios de comunicação junto ao tráfico de drogas de ilícitas foi novamente citada.

No ano de 2004, novamente suspeitas e denúncias de envolvimento dos *angolanos* residentes na Maré voltaram às páginas policiais dos jornais. Em 04 de abril de 2004, as suspeitas retornaram a opinião pública decorrente de um dossiê elaborado pela Subsecretaria de Inteligência de Segurança Pública do Rio de Janeiro, o qual o jornal *O Globo* teve acesso. O

dossiê, segundo a reportagem, revela que *angolanos* remanescentes da guerra civil de Angola estariam ensinando táticas de guerrilha aos traficantes do grupo de Bruno Conceição da Silva, o Caveira¹⁷ (ARAÚJO, 2004). Essas acusações surgiram após uma ocupação de três meses do Complexo de favelas da Maré pelas forças policiais.

Segundo o dossiê, com base nos relatos de comandantes que participaram da ocupação puderam identificar que as práticas e táticas dos traficantes eram distintas do comum, o que indicava um treinamento fornecido pelos ex-guerrilheiros *angolanos*. Os comandantes também citam ter escutado membros do tráfico de drogas proferindo ordens em um português enrolado, o que indicaria a participação dos imigrantes africanos. O delegado da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE) afirmou ter efetuado prisões de *angolanos* na Maré durante a ocupação.

A notícia veiculada no dia 4 de abril de 2004, se assemelha bastante com as notícias veiculadas no ano 2000, após a chacina na favela Roque Santeiro. Basicamente, são apontadas o uso de táticas ou técnicas de guerrilha e combate inovadoras por parte dos traficantes e como reposta para essas inovações que seria resultado do treinamento fornecido por ex-guerrilheiros *angolanos* situados na Maré. A reportagem (ARAÚJO, 2004) apontou para a mesma localidade de favelas¹⁸ e que estão sobre o controle da mesma facção criminosa. Essa localidade coincide com as primeiras favelas habitadas pelos refugiados e imigrantes *angolanos* na Maré. A reportagem também faz referência ao dossiê da subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, constatando o fornecimento de treinamento não só para os traficantes da Maré, como também da favela de Manguinhos (Zona Norte). O final da reportagem faz menção acerca de quarenta armas artesanais apreendidas pela polícia em comunidades carentes. Essas armas seriam fabricadas com canos de bicicleta e só podem disparar dois tiros por vez e em algumas delas foi encontrada a inscrição “Angola”¹⁹.

Em 22 de abril de 2004, foi noticiada no jornal *Folha de São Paulo* a hipótese de ex-guerrilheiros *angolanos* terem sido responsáveis por traficar para o Brasil armas e explosivos provenientes do país natal. A reportagem relembra o fato de famílias angolanas que migraram para o Brasil com o intuito de fugirem da guerra civil, residirem no Conjunto de favelas da Maré. A reportagem relatou uma suposta conexão entre os traficantes do Conjunto de favelas

¹⁷ Traficante de drogas da facção que dominava cinco favelas da Maré, incluindo o Cano Furado. Caveira também foi acusado de ser o mandante da invasão à favela Roque Santeiro em fevereiro de 2000.

¹⁸ Vila Esperança, Cano Furado, Salve Quem Puder, Sem Nome e Conjunto 32.

¹⁹ Os *angolanos* residentes no conjunto de favelas da Maré são chamados pelo termo nativo de “Angola”. No trabalho de campo pude observar em algumas situações em que esse termo foi utilizado como: “Time dos Angolas”, “Bar do Angola”, “Na esquina dos Angolas”, entre outros.

da Maré e os traficantes da favela da Coreia, localizada na Zona Oeste (TORRES; MONKEN, 2004a). Essa conexão seria factível devido a uma aliança entre as facções, que controlam as duas localidades. A acusação provém da apreensão pela polícia de oito minas terrestres²⁰ na favela da Coreia. A hipótese é de que as minas foram trazidas por ex-guerrilheiros *angolanos* radicados no Conjunto de favelas da Maré. As novas acusações foram novamente rechaçadas pelo Consulado Geral de Angola, que desmentiu as supostas acusações com o argumento de que não havia provas que indicassem a participação de *angolanos* no tráfico de drogas.

Em 2005, foi noticiada no portal da Assembleia Legislativa de São Paulo uma reportagem sobre a visita de uma comitiva composta por parlamentares *angolanos* (COMITIVA..., 2005). A comitiva veio ao Brasil para realizar um estudo sobre os delitos cometidos por *angolanos*, no Brasil. A comitiva angolana foi recebida na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) pelo 1º vice-presidente, o deputado Jorge Caruso (PMDB). Com o subtítulo “Imigrantes angolanos: dificuldades e discriminação”, em que são relatados casos de discriminação sofridos por *angolanos* no Brasil, o caso da Maré foi citado:

Um episódio notório foi a intervenção da Polícia Militar no Complexo da Maré, nas favelas do Rio de Janeiro, considerado um dos maiores escândalos racistas do final do século. A intervenção foi causada pela suspeita do envolvimento de guerrilheiros angolanos no tráfico de drogas e no assassinato de seis pessoas na favela Nova Holanda no início de 2000. Foram presos vários angolanos, sob a alegação de serem mercenários. Houve protestos da Embaixada de Angola, seguida da pressão do Itamaraty e do pedido de desculpas das autoridades cariocas. (COMITIVA..., 2005, n. p.)

Em 16 de dezembro de 2006, a Polícia Federal realizou uma operação chamada de “Operação Tingui” em que foram presos setenta e sete policiais militares acusados de associação com o tráfico de drogas e formação de quadrilha (UM ARRASTÃO..., 2006). A partir da investigação dos policiais militares em negociações com traficantes, a Polícia Federal identificou refugiados *angolanos* fornecendo treinamento de guerrilha para os traficantes do Cano Furado e manuseio de armas e explosivos. Os refugiados *angolanos* estariam treinando os traficantes da Maré para retomarem a favela do Muquiço (Zona Norte) que fora recentemente invadida por traficantes de uma facção rival.

No dia 16 de dezembro de 2006, o jornal *O Globo* publicou uma reportagem na página 22, com a seguinte manchete: “Ligação de angolanos com o tráfico é provada”. A reportagem reconstrói um histórico sobre as acusações do envolvimento de *angolanos* com o tráfico de drogas na Maré desde o ano 2000, quando surgiram as primeiras acusações. O delegado

²⁰ Durante a guerra civil (1975-2002) em Angola foi usado um grande número de minas terrestres por todo país. A uso dessas minas provocou um grande número de civis e militares que tiveram membros amputados devido acidentes com minas.

superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro afirmou que, pela primeira vez desde as primeiras denúncias, foi possível provar que um grupo de ex-guerrilheiros *angolanos* refugiados de guerra estava ensinando traficantes da Maré com táticas de guerrilha. A reportagem ressaltou que em duas ocasiões anteriores a hipótese foi cogitada pela polícia, sem que pudesse ter sido comprovada (WERNECK; MARTINS; ARAÚJO, 2006).

Fotografia 2 – Recorte de jornal: O Globo de 16 dezembro de 2006

A BANDA PODRE: Polícia levantou a suspeita pela primeira vez em 2000, mas nada ficou comprovado na época

Ligação de angolanos com o tráfico é provada

Superintendente da PF diz que refugiados de guerra estavam ensinando táticas de guerrilha a bandidos da Maré

• Pela primeira vez desde que a suspeita foi levantada pela polícia, no ano 2000, ficou provada a ligação de angolanos com traficantes do Complexo da Maré. Esses estrangeiros começaram a chegar há cerca de 20 anos ao Rio, fugindo da guerra civil, do desemprego e da falta de perspectivas em seu país. Em 1997, eram mais de mil vivendo nas ladeiras da Maré.

— Ficou provado, nas investigações, que um grupo de an-

golanos, refugiados de guerra, estava adestrando traficantes da Maré em táticas de guerrilha — disse ontem o delegado Delcír Teixeira, superintendente da PF no Rio.

Foi em fevereiro de 2000 que a polícia disse, pela primeira vez, que angolanos estariam treinando traficantes. A suspeita foi divulgada após 30 bandidos, na noite do dia 3 daquele mês, terem invadido a Favela Nova Holanda, na Maré, para assumir o controle das bocas-de-

fumo. Durante o ataque, seis pessoas morreram. Logo depois, a polícia anunciou a suspeita da participação de ex-guerrilheiros angolanos na ação. Policiais ocuparam o Complexo da Maré e os angolanos foram os principais alvos da operação. O então secretário de Segurança, coronel Josias Quintal, determinou uma investigação sobre a suposta ligação dos refugiados com o tráfico.

A divulgação da suspeita causou mal-estar na comuni-

dade angolana do Rio. Alguns dos estrangeiros disseram que iam processar o governo estadual por danos morais e materiais, alegando que perderam o emprego. O governo federal anunciou que pediria desculpas a Angola. Já o consulado do país no Rio cobrou uma retratação pública do estado. O então governador Anthony Garotinho acabou apresentando um pedido formal de desculpas ao cônsul-geral Ismael Diogo da Silva.

Em 2004, a suspeita voltou a

ser apontada, dessa vez num dossiê da Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança. Segundo o documento, angolanos, com experiência na guerra civil em seu país, estavam ensinando táticas de guerrilha a traficantes do grupo de Paulo César da Silva Santos, o Linho. De acordo com o dossiê e informações de comandantes de batalhões da PM que ocuparam a região, os angolanos que trabalhavam para o tráfico eram identificados como es-

trangeiros de “fala enrolada”. Outra característica que os identificaria seria o fato de correrem em posição de combate.

Na mesma época, o então vice-cônsul geral de Angola, João Diogo Fortunato, disse não haver provas da acusação:

— Tudo bem que a polícia não prendeu o Linho, mas daí a dizer que há angolanos no tráfico e nunca termos tido conhecimento de que algum deles foi morto ou preso, nos parece muito estranho. ■

Manoel Antônio Casaliari

Fonte: WERNECK; MARTINS; ARAÚJO, 2006, p. 22.

Em 7 de março de 2007, uma notícia com título “Um arsenal de armas artesanais” foi veiculada pelo jornal *O Dia*. A reportagem abordou a destruição de mil e cem armas – apreendidas pela polícia fluminense – pelo Departamento do Exército. Entre as armas havia 400 réplicas de escopetas calibre 12 fabricadas artesanalmente. Segundo o secretário de Segurança de Segurança Pública, José Maria Beltrame, essas armas foram fabricadas com canos galvanizados e até peças de bicicleta, por *angolanos* refugiados de guerra no Complexo da Maré.

No ano de 2008, foi publicada uma reportagem no jornal *Folha de São Paulo*, com a seguinte manchete: “Angolanos no Rio lutam por preservação cultural e contra estigma do tráfico”. A reportagem destaca a iniciativa dos *angolanos* para manter viva a cultura angolana no Brasil. Para a manutenção da cultura, intentavam criar a Casa de Angola no Complexo da Maré e a festa que já ocorria na Lapa chamada “*Kizomba*”. A criação da Casa de Angola, segundo Nizio Bernado e MC Badharó, era criar uma associação de apoio aos *angolanos* e desfazer a imagem associativa ao tráfico de drogas (GOIS, 2008). Eu questionei Badharó sobre a Casa de Angola, contudo a iniciativa não se concretizou.

Em 19 de outubro de 2009, o jornal *Extra* noticiou a prisão de um *angolano* em Senador Camará, bairro situado na Zona Oeste próximo da favela do Rebu. Foi na favela que surgiram denúncias da presença de ex-guerrilheiros *angolanos* ensinando traficantes com táticas de guerrilha. Segundo a polícia, o jovem *angolano* de 24 anos era instrutor de táticas de guerrilha

(BOECHAT, 2009). A reportagem relatou a existência de um pedido de extradição de um rapaz angolano.

No dia 15 de junho de 2011, um ex-tenente do exército de Angola foi preso na Vila Esperança, no Complexo da Maré, portando uma submetralhadora calibre 9 milímetros. João José Araújo, de 43 anos, estava em liberdade condicional por crime de roubo (TORRES, 2011) e tinha quatro passagens pela polícia. João José de Araújo, que é chamado de “angolano”, estava há 20 anos no Brasil e teria se refugiado da guerra civil na década de 1990 (POLÍCIA..., 2011). A suspeita da polícia é de que José Marques seja segurança dos traficantes que atuam na Vila Esperança. José é considerado possuidor de vasto conhecimento de estratégias militares, por ter passado mais de dez anos no exército angolano. A polícia acredita que homem contribuiu com treinamento dos ‘soldados’ do tráfico (ANGOLANO..., 2011).

As notícias relativas aos *angolanos* residentes na Maré não são essencialmente abordando a relação com crime, tráfico, etc. Neste recorte temporal em que eu analisei as notícias veiculadas também foram encontradas notícias exaltando aspectos positivos da comunidade angolana na Maré. Essas reportagens abordam o *Kuduro*, a Igreja Kimbanguista²¹, e exaltam a maior comunidade de imigrantes africanos na cidade do Rio de Janeiro, entretanto em comparação a reportagem associada à violência é bastante de desproporcional. É importante relatar, que os veículos de comunicação em que circularam a maioria das notícias positivas da comunidade angolana eram portais e sites de ONGs, movimentos sociais e instituições culturais. Enquanto, as notícias relacionadas à violência foram veiculadas nos grandes meios de comunicação em massa, logo com um poder de alcance muito maior.

No início do ano 2000, as notícias abordam a hipótese de participação dos *angolanos* no tráfico de drogas na Maré, com o fornecimento de treinamento de guerrilha para os traficantes, na participação direta dos ex-guerrilheiros em invasões a outras favelas e em confrontos armados contra forças policiais. Em 2003 e 2004, as notícias retornaram com denúncias semelhantes as que foram propagas no ano 2000, após a chacina no Roque Santeiro. Seguidamente, foram veiculadas notícias de uma suposta participação dos *angolanos* na confecção de armas artesanais, os “angofals”. Foi cogitado o envolvimento de ex-guerrilheiros *angolanos* com o tráfico de armas, em que os acusados teriam trazidos armas da guerra civil de Angola para os traficantes de drogas. As últimas notícias são notícias isoladas a respeito da prisão de alguns *angolanos* supostamente por fazerem parte do tráfico de drogas. Nestas últimas

²¹ Igreja protestante fundada em 1921, por Simon Kimbangu, no Congo Belga. A Igreja nasceu no território do grupo étnico-linguístico Kikongo, que se expande por três países: Congo, Congo Brazaville e Angola. No Brasil, a Igreja Kimbanguista foi fundada por refugiados angolanos da etnia bacongo.

notícias é recorrente a menção às suspeitas iniciais sobre a presença de “mercenários angolanos”. Na parte seguinte desse capítulo, analisarei como as acusações sobre a participação dos *angolanos* no tráfico de drogas com a participação dos meios de comunicação em massa e do Estado construíram a categoria *angolano*. Uma categoria que devido as acusações tornou-se estigmatizante, desabonadora e criminalizante.

1.3 Processo de identificação da categoria “angolano”

Desde o surgimento das favelas no Rio de Janeiro, no início do século XX, a favela foi representada como um problema para autoridades e membros das classes dominantes, como aponta Licia Valladares (2005) em seu livro clássico *A invenção da favela*. Nesses mais de cem anos de favela no Brasil, foram distintas representações que caracterizavam a favela como um problema. A favela representou primeiramente um problema de saúde pelos médicos sanitaristas, desse modo foram propostas soluções higienistas. Seguidamente, a favela foi representada como um problema estético por engenheiros e arquitetos, pois a favela seria uma “lepra estética”, no qual a solução era a erradicação destes locais de moradia. A partir da década de 1980, a favela tornou-se um problema de segurança pública, pois a criminalidade violenta em expansão no Rio de Janeiro teria a favela como território da violência. A representação da favela como um problema de segurança pública contribuiu para a legitimação das ações e intervenções das forças policiais nesses territórios. Não apenas forças policiais como as Força Armadas em algumas ocasiões intervieram nas favelas (COIMBRA, 2001). Não posso deixar de citar, que a remoção foi desde o início uma política pública acionada pelo Estado para solucionar o “problema favela” sendo nos últimos anos acionada pela Prefeitura do Rio de Janeiro (MAGALHÃES, 2013).

Essa última representação da favela como território da violência, é a representação essencial para a compreensão da associação dos *angolanos* com os traficantes na Maré. Pois essa representação da favela abarca os moradores – os favelados – os quais são tidos pelo Estado, pelos “cidadãos de bem” e pela mídia como cúmplices ou convenientes com a criminalidade ou com os bandos de traficantes de drogas ilícitas no varejo.

Nesse último período de caracterização da favela como um problema, a favela torna-se o lugar de iminência da violência na cidade do Rio de Janeiro. A favela passa ser uma questão da segurança pública e não mais do urbanismo ou da arquitetura. A construção do imaginário

social carioca a respeito da favela como território da violência remete a uma divisão da cidade em asfalto/favela. Uma cidade partida por questões econômicas, sociais e políticas, em que o território é a grande representatividade dessa divisão.

O Estado elege as favelas como locais em que criminalidade é perpetuada e, portanto, locais privilegiados para o exercício de combater o crime violento no Rio de Janeiro, que tanto gera medo na população carioca. Desde a década de 1990, são recorrentes as grandes operações policiais realizadas em favelas, com uma grande cobertura midiática. Não só grandes operações policiais e também operações das Forças Armadas, como a Operação Rio em 1994. Principalmente, nos chamados “Complexos”, termo que denomina o conjunto de diversas favelas contíguas controladas por bando de traficantes de drogas ilícitas, portadores de um grande poder bélico ameaçador. Nessa concepção, os moradores das favelas são tidos como indivíduos detentores de uma moral desviante. Os favelados são cúmplices dos traficantes que controlam os seus respectivos locais de moradia. Logo, os moradores de favelas são indivíduos permanentemente sobre suspeição para as forças policiais ou sendo vistos como colaboradores dos traficantes de drogas ilícitas. Como explicitam Silva e Leite (2008):

Os moradores de favelas são tomados como cúmplices dos bandos de traficantes, porque a convivência com eles no mesmo território produziria aproximações de diversas ordens- relações de vizinhança, parentesco, econômicas, relativas à política local, etc. E, assim, um tecido social homogêneo que sustentaria uma subcultura desviante e perigosa. Esta por sua vez, fundamentaria a aceitação e a banalização do recurso à força, o que terminaria por legitimar a chamada “lei do tráfico”. Em consequência, os moradores de favelas estariam recusando a “lei do país” ao optarem por um estilo de vida que negaria as normas e os valores intrínsecos à ordem institucional. Uma forte convivência marcaria, portanto, as relações dos moradores de favelas com as redes criminosas sediadas nessas localidades, levando-os a buscar sua proteção e apoio, bem como a protegê-las da polícia. (SILVA; LEITE, 2008, p. 49-50)

A favela é considerada também lócus da pobreza na cidade, local caracterizado como território urbano dos pobres. Na história do Rio de Janeiro, os pobres foram removidos dos cortiços localizados no centro da cidade e em seus arredores a partir da reforma urbana realizada no governo do prefeito Pereira Passos (1902-1906)²². A população pobre, expulsa das habitações populares, foi residir nos morros, que mais tarde foram chamados de favelas e no subúrbio carioca, sendo a favela a representação dominante da moradia da população pobre. Portanto, a favela é considerada o local de moradia dos pobres, o *locus* da pobreza. A associação entre pobreza e criminalidade é construída, sendo necessária a vigilância e controle das

²² A reforma urbana implementada pelo prefeito Pereira Passos não foi realizada sem resistência dos pobres urbanos. A Revolta da Vacina em 1904 teve como uma das motivações a remoção dos pobres de suas residências no Rio de Janeiro. Ver: CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

“populações perigosas”. Segundo Andreilino Campos (2012), o espaço de moradia das classes trabalhadoras foi objeto de estigmatização:

Os grupos dominantes, historicamente, produziram o inusitado: a “estigmatização do espaço” apropriado pelas classes trabalhadoras. Em outras palavras, o favelado é considerado classe perigosa atualmente por representar o diferente, o Outro, no que se refere à ocupação do espaço urbano. Obviamente, a cor continua a ser um dos elementos fundamentais, mas favela esconde parte dessa diferença étnica. Negros, brancos, “paraibas”, “baianos”, entre outros atores sociais, são, antes de tudo, pobres, mas são classificados, em geral, pelos formadores de opinião como pertencentes às “classes perigosas [...]” (CAMPOS, 2012, p. 63).

A teoria da marginalidade social foi abordada e criticada por Perlman (1977), que compreendia a favela como território específico da marginalidade nas grandes cidades. De acordo com essa teoria, as favelas seriam localidades em que residiam uma “massa marginal” que não foi integrada ao processo de desenvolvimento econômico. A principal evidência da não integração da “massa marginal” era o fato de serem em sua maioria composta por desempregados. A teoria da marginalidade contribuiu para reforçar o imaginário social da favela como um território de pobreza. Logo, a associação entre pobreza e marginalidade era potencializada por cientistas sociais adeptos da teoria da marginalidade. Licia Valladares (2005) descreve a compreensão entre favela e marginalidade como um mito a ser desconstruído.

A identificação dos favelados como “classes perigosas” vem de um histórico de outras categorias que foram identificadas como “classes perigosas” em diferentes contextos da história do Brasil. Em meado do século XX, a população identificada como “classes perigosas” era composta por indivíduos pobres que, a partir de uma organização da classe operária, poderiam iniciar uma luta de classes, o que provocava temor nas classes dominantes. Num segundo momento, já nas últimas décadas do século passado como destaca Márcia Leite (2008), os moradores de favelas passaram a ser identificados como “classes perigosas” devido ao “perigo” que representam para a cidade e para as classes dominantes por serem associados ao crime violento, à insegurança e ao tráfico de drogas ilícitas.

A socióloga Márcia Leite (2008) analisa o Rio de Janeiro e suas representações a partir da *metáfora da guerra*; que seria o crescimento da violência na metrópole fluminense com a ocorrência de episódios violentos de grande proporção midiática, resultando em um sentimento de insegurança em seus habitantes. Deste modo, a representação do Rio de Janeiro passou a ser de “uma cidade em guerra”. Uma cidade representada a partir de uma guerra que implica em uma divisão da cidade em dois grupos ou dois pólos. Um grupo formado por aqueles identificados como “pessoas de bem” e que sofrem com a “violência urbana” e a criminalidade, os quais devem ser protegidos pelos agentes da segurança pública. Do outro lado, os inimigos

ou aqueles que devem ser combatidos, representados pela favela em que não há distinção entre moradores e criminosos.

O Conjunto de favelas da Maré está incluído nesse imaginário social carioca. Um conjunto de favelas com uma população aproximada de 150 mil habitantes, controlada há anos por bandos de traficantes de drogas ilícitas pela milícia. No ano de 2003, foi criado o primeiro Batalhão de Polícia Militar situado em uma favela, o 22º Batalhão. O Batalhão é localizado no final da favela Roque Santeiro, margeando a via expressa presidente João Goulart, mais conhecida como Linha Vermelha. A construção do Batalhão da Maré está inserida na política de segurança pública iniciada no governo de Anthony Garotinho (1999-2002), com a participação do antropólogo Luiz Eduardo Soares que, como já dito anteriormente, ocupava o cargo de coordenador de segurança. O objetivo era criar um Batalhão comunitário com um novo conceito de patrulhamento em favelas (SILVA, 2009).

Existem pontos positivos e valorosos referentes ao Conjunto de favelas da Maré, como a Lona Cultural Herbert Vianna; a Orquestra Maré do Amanhã, famosa por se apresentar no Brasil e no exterior; além do Museu da Maré, onde ocorrem importantes atividades culturais juntamente com o seu acervo histórico da comunidade; o Observatório de Favelas da Maré e a ONG Luta pela Paz, onde jovens da Maré praticam artes marciais, fazem cursos técnicos entre outras atividades voltadas para o público juvenil. Contudo, as representações estigmatizantes e calcadas em estereótipos conseguem obter um maior alcance midiático. As representações e imagens da Maré são principalmente associadas a pobreza e a violência. A expressão comunidade é a busca de fugir do termo favela que contém um estigma construído desde o surgimento da primeira favela. Em geral, o termo comunidade é utilizado em momentos de confraternização e harmonia ou em referência às atividades positivas que ocorrem em uma favela como uma festa ou um show gospel. A imagem favela comunidade é acionada para desconstruir os discursos que associam os moradores de favelas ao tráfico de drogas ilícitas e à criminalidade (BIRMAN, 2008).

A caracterização da favela como um território da violência contribui deliberadamente para que os meios de comunicação em massa e o Estado associassem os *angolanos* residentes da Maré a mercenários participantes do tráfico de drogas ilícitas. Os *angolanos* moradores da Maré estariam, assim, como qualquer outro morador de um território considerado pelo Estado como um lugar central da violência e do crime organizado, submetidos a uma moral desviante e associada aos traficantes de drogas.

Em 4 de fevereiro de 2000, ocorreu a chacina na favela Roque Santeiro, que resultou em seis mortos e deixou quatro pessoas feridas. Este episódio de violência colocou mais uma

vez o tema da criminalidade no centro do debate público, na metrópole fluminense. Entretanto, a questão central não era os seis mortos, já que estes supostamente faziam parte do bando de traficantes da favela Roque Santeiro e, portanto, como afirma Giorgio Agamben (2007), seriam vidas matáveis²³. A questão central no debate público girava em torno da participação de “mercenários” ou ex-guerrilheiros *angolanos* neste episódio violento; a primeira hipótese levantada pela Polícia Civil. O que causou preocupação foi a suposta participação de *angolanos* advindos de um país em guerra civil, portanto detentores de táticas e técnicas de guerrilha, os quais estariam a serviço de traficantes de drogas ilícitas de determinadas favelas da Maré.

O ex-coordenador de segurança, no governo Garotinho escreveu um livro em que conta sua experiência a frente da secretaria de Segurança Pública. Como já foi abordado acima, o ex-coordenador foi uma das vozes destoantes no episódio de acusação aos *angolanos* residentes na Maré. No livro *Meu Casaco de Generais*²⁴ em que Luiz Eduardo Soares conta a sua experiência na secretaria de Segurança Pública ele relata sua indignação com o caso dos *angolanos*. No trecho abaixo o cientista político relata sua indignação com a operação policial realizada em fevereiro de 2000:

Ao longo da terça-feira, mantive contato com policiais e membros da comunidade. Os efeitos previsíveis começaram a se realizar. Somado ao racismo e aos preconceitos de classe, o estigma do tráfico contaminou rapidamente a identidade nacional angolana. O teatro policial do cadastramento coletivo, exibido pela mídia, reforçava as acusações irresponsáveis e genéricas, transformando cada angolano da Maré num suspeito, ou melhor, num criminoso potencial. Compartilhei o sentimento de revolta dos angolanos e declarei à imprensa que a polícia estava, involuntariamente, criando uma favela dentro da favela. Disse que o tratamento conferido aos membros daquela comunidade nacional era arbitrário, indigno e responsável pelo processo de estigmatização cujos efeitos já se faziam sentir: alguns perderam o emprego, outros tiveram contratos informais de aluguel suspensos, outros ainda sofreram ameaças [...] (SOARES, 2000, p. 435-436).

O relato de Luiz Eduardo Soares demonstra de maneira fidedigna os efeitos produzidos pelas acusações orquestradas pelo Estado e amplificadas pelos meios de comunicação em massa. Os *angolanos* sendo negros foram vítimas de racismo, potencializado por serem moradores de um Conjunto de favelas e logo associados ao tráfico de drogas ilícitas. Não se pode deixar analisar que há nesse processo acusatório um preconceito de classe. Pois os *angolanos* por serem pobres estariam mais vulneráveis aderir as práticas criminosas, no caso, sendo o tráfico de drogas ilícitas principal prática criminosa nas favelas do Rio de Janeiro. O

²³ A declaração do governador Anthony Garotinho sobre a chacina revela como os seis mortos eram insignificantes, pois supostamente eram bandidos ou traficantes. Portanto, eram vidas matáveis.

²⁴ Ver: SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

posicionamento de Luiz Eduardo Soares na secretaria de Segurança Pública ao criticar a operação policial destoou das demais autoridades públicas. O cientista político buscou convencer em especial o secretário de Segurança Pública Josias Quintal e o governador Anthony Garotinho que a operação policial era gravíssima e os efeitos perigosos para a comunidade angolana. Sem muito sucesso em convencer os seus superiores de que aquela operação policial era um equívoco grave resolveu escrever uma carta para o então governador do partido trabalhista.

[...] O pessoal dos direitos humanos me respeita, não quer abrir fogo contra mim, mas tem de agir, ante a posição inacreditável que nosso governo hoje, tornou pública, a respeito do episódio envolvendo a comunidade dos angolanos. A Guerra contra nós vai começar e eu tive tudo nas mãos para encerrar o episódio de forma rápida, digna honrosa, ainda que pagando algum preço, como seria inevitável, em função do absurdo, da estupidez provinciana, da falta completa de maturidade para o cenário transnacional, da mais absoluta insensibilidade para questões-chave, hoje, na política global, reveladas [...] por nossa Secretaria de Segurança [...] de Brasília, pedem que eu obtenha um recuo de nosso governo ou as consequências serão ainda piores. O que eu posso fazer? [...] Redigi um esboço de nota que era uma beleza de afirmação de princípios, sem traumas e humilhações para nós. Mas o provincianismo venceu [...]. Não será com retraimento canhestro e provinciano, ante mídia, ignorando totalmente o que está realmente em jogo, na questão dos angolanos, nem com espetáculos deprimentes de exibição de presos, como um zoológico humano, que vamos vencer a batalha da comunicação [...] (SOARES, 2000, p. 441).

A carta de Luiz Eduardo Soares para Anthony Garotinho foi a última tentativa do coordenador de demover o governador das posições que foram tomadas em relação ao caso dos *angolanos* da Maré. A carta foi bem recebida pelo governador que ligou para o coordenador anunciando sua mudança de posição em relação ao episódio dos *angolanos*. O governador aceitou recuar da posição inicial, pedir desculpas a comunidade angolana e marcar um encontro com o vice-cônsul de Angola. O ex-governador inclusive citou a possibilidade de punição aos policiais por agirem de forma discriminatória e racista.

O pedido de desculpas do governador não foi suficiente para impedir a continuidade dos efeitos sob a comunidade angolana na Maré. As acusações construídas pelo Estado e pelos meios de comunicação foram responsáveis pela construção de identificação estigmatizante e criminalizante dos imigrantes *angolanos* residentes na Maré. À proporção que as acusações tomaram e o imaginário social criado sobre os *angolanos* na Maré foi tão grande, que atualmente ainda é difícil escutar rumores de que os *angolanos* ainda atuam junto aos traficantes na Maré.

A identificação dos *angolanos* como criminosos ou potenciais criminosos não pode ser dissociado do racismo institucional. Instituições brasileiras como a Polícia e o Judiciário são apontadas como racistas, no caso da Polícia desde o período imperial. Desse modo, a Polícia

identifica homens negros como criminosos ou potenciais criminosos, e, portanto os negros são mais abordados pela polícia, compõe grande parcela da população carcerária, como também são os mais vitimados pela polícia²⁵.

Em uma pesquisa do ano 2000, do estado do Rio de Janeiro, 95% da população concordou que os negros eram frequentemente mais interceptados nessas blitzes. Um observador das ações da polícia alega que, historicamente a instituição tratou os negros como “suspeitos natos” e escreveu que os treinamentos policiais em São Paulo os ensinam a não parar negros por causa de sua raça, mas quando eles agem de forma suspeita. Um caso comumente utilizado no treinamento na academia policial se refere a uma da situação como “quatro crioulos em um carro”. (TELLES, 2003, p. 256).

A partir de dados estatísticos o sociólogo Michel Misse (2008) atesta que tanto a Polícia como o Judiciário sistematicamente praticam cotidianamente discriminação a pobres e negros. O que resulta em um maior número de negros e pobres investigados e conseqüentemente condenados. Para Michel Misse (2008) esse processo de criminalização dos pobres e negros tem um paralelo na história. Essa situação é considerada pelo autor análogo do pior *apartheid*, em um país em que as leis não permitem tal discriminação.

As manchetes dos jornais sobre a chacina na favela Roque Santeiro e as declarações dos policiais, delegados, do secretário de Segurança Pública entre outras autoridades demonstram uma preocupação com a participação dos *angolanos* junto ao tráfico de drogas ilícitas na Maré. Em suas declarações a atenção é voltada para os métodos tidos como “inovadores” na atuação dos traficantes supostamente acusados de serem os autores ou copartícipes da chacina. As duas primeiras semanas do mês de fevereiro daquele ano tiveram o “caso dos angolanos” como principal assunto da agenda pública.

A mídia de massa conjuntamente com o Estado foi responsável por criar o “mito” do *angolano* guerrilheiro em cooperação com os traficantes da Maré. Segundo Elizabeth Rondelli (2000, p. 154): “Os mídias e as leis, conjuntamente, constituem a justiça, tomando os acontecimentos do que é em histórias do que deveria ser, fundindo fatos com compromissos normativos, valores, crenças e mitos”. Esse mito ainda permanece presente no imaginário de parcela da população fluminense. Como relato do início do capítulo, por inúmeras vezes fui questionado por amigos, colegas e conhecidos de diferentes grupos sobre a veracidade da participação dos *angolanos* no tráfico de drogas. Em algumas vezes não fui apenas questionado, e sim a pessoa com o qual conversava afirmava taxativamente a participação dos *angolanos*, sendo que duas delas eram policiais militares.

²⁵ Ver: CANO, Ignacio. *Viés racial no uso de força letal pela polícia no Brasil*. MPMG Jurídico, Belo Horizonte, v. 1, p. 17-25, 2014.

O discurso jornalístico sobre as acusações dos *angolanos* residentes na Maré foi acrítico, pois contribuiu densamente para fazer eco as denúncias do que para uma real investigação da participação dos imigrantes africanos no tráfico de drogas. As primeiras acusações no ano 2000 construíram uma imagem negativa do grupo social dos *angolanos*. Essa imagem negativa foi reforçada ao longo da década de 2000 por novas suspeitas, notícias e acusações que não comprovaram a participação, mas apenas ventilaram a possibilidade. Mesmo sem a comprovação das primeiras suspeitas o imaginário social sobre os *angolanos* foi construído e permanece no imaginário social da população carioca.

Partimos do pressuposto de que a mídia é atualmente um dos mais importantes equipamentos sociais no sentido de produzir equipamentos sociais no sentido de produzir esquemas dominantes de significação e interpretação do mundo e que os meios de comunicação, portanto “falam pelos e para os indivíduos”. Esse equipamento não nos indica somente o que pensar, o que sentir, como agir, mas principalmente nos orienta sobre o que pensar, sobre o que sentir. Roque (1998) salienta tal tema quando afirma que a mídia nos impõe certas questões e nos faz crer que estas é que são os problemas importantes sobre os quais devemos nos posicionar. Através da interrupta construção de modelos de unidade, de racionalidade, de legitimidade, de justiça, de beleza, de cientificidade os meios de comunicação de massa produzem subjetividades que nos indicam como nos relacionar, como enfim, ser e viver dentro de um permanente processo de modelização. (COIMBRA, 2001, p. 29-30).

A potência dos meios de comunicação em massa foi fundamental para a construção de subjetividades. Dentro desse processo de construção em um contexto de violência como vive a população da capital fluminense nos últimos 30 anos, foi construído um sujeito criminoso. Esse sujeito criminoso detém um perfil que estão em consonância com o que é veiculado pelos meios de comunicação em massa e cristalizado, no imaginário social da população carioca e fluminense. São jovens pretos, pardos e moradores de territórios de pobreza como favelas, conjuntos habitacionais e a periferia. Em 1992, quando surgiu na imprensa carioca o arrastão nas praias da Zona Sul, o sujeito criminoso apontado pela mídia e pelo Estado compartilhava das mesmas características físicas e sociais. Eram jovens negros moradores de favelas e funkeiros os criminalizados pelos arrastões nas praias cariocas. A partir da identificação desse grupo social setores da sociedade carioca propuseram por meio de jornais ações radicais e duras contra esse sujeito criminoso. Como assinala Micael Herschmann (2000) que o funk não é criminalizado pelo ritmo musical, mas pelo setor social que produz e consome o funk.

Pode-se afirmar que o conjunto de preconceitos e processos de estereotipação que vem sendo intensamente associado aos funkeiros nos últimos anos produz um estigma capaz de relacionar o segmento pobre e não-branco da população (ao qual está identificada) à turba, à promiscuidade e à desordem urbana. Por conseguinte, pode-se afirmar também que o estigma do funk não se dirige exatamente contra o baile (apesar de ele ser objeto central do debate entre Estado, sociedade e órgãos de segurança), mas contra o setor social que assumiu como forte referencial identitário. De uma hora para outra o funk passou a ser visto como um dos alicerces de uma “visão de

mundo/ideologia” que vem alimentando o crescimento da violência urbana. (HERSCHMANN, 2000, p. 178-179).

Esse perfil do sujeito criminoso foi construído pelos meios de comunicação em massa e compartilhado por setores da sociedade carioca, é um sujeito violento que não difere muito do início do século XX. Os membros das “classes perigosas” permanecem sendo os mesmos, o que mudou ao longo do tempo foram às justificativas para identificar e combater as “classes perigosas”. Os *angolanos*, como negros, jovens e moradores de um Conjunto de favelas foram identificados com pertencentes às “classes perigosas”. A partir de suspeitas não comprovadas e frágeis foram suficientes para a construção de uma representação social negativa da categoria *angolanos*. Não só para uma representação social negativa, mas para uma megaoperação policial ilegal, racista e discriminatória.

Afirmção de que está em curso, nas metrópoles brasileiras um a “guerra civil” perpassa alguns capítulos da história da humanidade quando, em certos períodos, para justificar perseguições, violações e o domínio de certos grupos sobre outros, adotam-se “medidas de exceção” que não são aceitas em momentos ditos “normais” da história- como se ela fizesse parte de um “estado de guerra” (COIMBRA, 2001, p. 183).

A megaoperação policial realizada na Maré nos dias 7 e 8 de fevereiro de 2000, direcionadas aos imigrantes e refugiados *angolanos*. Essa operação policial, uma medida de exceção só pode ser possível devido ao imaginário social de que a capital fluminense está em meio a uma guerra, a chamada *metáfora da guerra* (LEITE, 2012). Nesse contexto de guerra, as medidas de exceção dos agentes do Estado são legitimadas por um esforço de guerra. Dessa maneira, ações excepcionais como chacinas, tortura, linchamentos, autos de resistências são defendidos e compreendidos como medidas cruciais e válidas para derrotar ou eliminar o inimigo. Assim, diante das acusações que apontavam que os traficantes de drogas eram treinados por experientes guerrilheiros advindos de um país em guerra. Foi a justificativa necessária para ação ilegal, racista e discriminatória que apreendeu membros de um grupo étnico independente de estarem em situação legal ou não. Além disso, os *angolanos* foram levados para um centro improvisado de triagem, tiveram o direito de ir e vir cerceado, submetidos a um cadastramento arbitrário, fotografados sob coerção dos policiais.

O cadastramento arbitrário dos *angolanos* residentes na Maré traz a tona os métodos e práticas utilizadas pelos agentes policiais no Rio de Janeiro para com moradores de favelas. As favelas como territórios de violência, são lugares suscetíveis para operações que violam direitos humanos e direitos políticos básicos em um regime democrático. Nas operações policiais em favelas e locais considerados de moradia pelas “classes perigosas” é recorrente o desrespeito

ao Estado Democrático de Direito. A socióloga Márcia Leite (2012) aponta as justificativas para essas medidas de exceção nas favelas do Rio de Janeiro:

A demanda por ordem pública traduziu-se, neste campo discursivo, em uma exigência de “mais segurança” que apoiou e justificou não apenas a reforma e o reaparelhamento da polícia, mas também políticas de segurança pública que pressupõem a incompatibilidade entre resultados e cientes e respeito aos direitos civis dos favelados. Além disso, sustentou e legitimou o reforço às fronteiras territoriais, sociais e morais entre esses dois espaços, seja por meio da renovação das propostas de remoção das favelas das áreas “nobres” da cidade, seja com a alocação de grandes efetivos policiais nas entradas desses territórios e formas diversas de vigilância e limitação do trânsito de seus moradores pelos bairros, ou ainda de evitação de contato pela privatização de espaços públicos. Favoreceu também a articulação de uma política de segurança pública que tem no confronto direto com os traficantes e na promoção de uma “guerra” contra as favelas e seus moradores seu principal foco. (LEITE, 2012, p. 380).

A megaoperação policial em fevereiro de 2000 se assemelha a uma operação realizada na Cidade de Deus. Segundo Benevides (1983) uma operação policial na favela Cidade de Deus apreendeu 140 pessoas. Todos foram fotografados e fichados pelos policiais, mas nenhum dos detidos tinha antecedentes criminais. Ao final da operação policial todos foram liberados. O delegado ao ser questionado sobre os resultados da operação policial respondeu que a operação foi bem-sucedida, já que quando precisar de algum culpado seria fácil, pois já que várias pessoas foram fichadas. A resposta do delegado é bastante elucidativa, ao alegar que mais cedo ou mais tarde os inocentes fichados virão a cometer algum crime, logo para o delegado estes são criminosos em potencial. O objetivo dessa operação policial na Cidade Deus tinha um objetivo semelhante a megaoperação policial direcionada aos *angolanos* moradores da Maré: cadastrar e identificar criminosos ou potenciais criminosos.

A violência e arbitrariedade envoltas da megaoperação policial de fevereiro de 2000, só pode ser compreendida a partir da *metáfora da guerra*, da justificativa de que o Rio de Janeiro está em uma guerra e portanto métodos e práticas de exceção podem ser usados para combater os “inimigos”. Somado a isso tem um fator que não pode deixar de ser abordado que é o fato de serem imigrantes africanos. Os imigrantes africanos têm sido tratados como “caso de polícia” no Brasil. Os agentes policiais têm tratados os imigrantes africanos e os haitianos (também negros e estrangeiros) de maneira discriminatória, racista e arbitrária como assinala André Vargem e Bas ‘Ilele Malomalo (2014):

Embora alguns venham com o *status* de estudantes, o que se percebe na atualidade brasileira é que a imigração Africana continua sendo tratada ainda numa perspectiva de “política colonialista” racista. Se a política migratória brasileira, em geral, é tratada ainda como “caso de polícia”, ela atua ainda sobre corpos dos imigrantes africanos de forma desumana. Os agentes do Estado da imigração brasileira, sobretudo a polícia, continuam lidando com os imigrantes africanos com base na violência simbólica e física. Como os casos relatados resultantes da batida da Polícia Federal ocorrida no centro de São Paulo em março de 2012, que prendeu dezenas de pessoas de forma arbitrária, bastava ser negro e estrangeiro, inclusive haitianos com o visto

humanitário. A maioria estava em situação regular e foram soltos no dia seguinte. Essa violência tem cunho racista do passado colonial e cidadãos negros brasileiros nos séculos XX e XXI, muitas vezes, é transferida para os corpos dos “cidadãos do mundo africanos” [...] (VARGEM; MALOMALO, 2015, p. 117).

A facilidade e a rapidez na construção da representação social negativa da categoria *angolanos* se deve em parte pelos *angolanos* possuírem um perfil semelhante ao das “classes perigosas” no Brasil. Os *angolanos* como portadores de um perfil das “classes perigosas” são discriminados e tratados de forma discriminatória. A abordagem racista e arbitrária que os *angolanos* foram e são submetidos não difere da abordagem sofrida pelos negros brasileiros. Ou seja, os *angolanos* são vítimas do mesmo racismo institucional que são expostos cotidianamente aos mais de 100 milhões de negros no Brasil. Essa abordagem discriminatória torna-se ainda mais arbitrária para os *angolanos* moradores do conjunto de favelas da Maré, pois são estigmatizados também por serem moradores de territórios de pobreza.

Na realidade os meios de comunicação brasileiros, a custosa indústria do imaginário, têm haurido a sua força da abstração em face do território nacional, onde a pobreza e a violência escolhem como vítimas preferenciais precisamente aqueles que a consciência racista exclui. A mídia, assim como o racista, têm vivido da força da autoconservação definida por Spinoza como “primeiro e único fundamento da virtude”), da persistência e da gozosa no ser apenas si mesmo, que constitui a doença profunda da cultura ocidental e a base do essencialíssimo racista. (SODRÉ, 1992, p. 127).

Dentro desse cenário, o racismo está diretamente relacionado às acusações feitas aos *angolanos* da Maré. Desde o período colonial os escravos e ex-escravos foram considerados pelo Estado como sujeitos perigosos, e, portanto ameaçavam a ordem social. Esse imaginário social a cerca dessa população permaneceu no período do imperial e se manteve no período republicano. A primeira instituição policial criada no Brasil em 1809, com a chegada da família real portuguesa tinha como uma das atribuições apreender escravizados fugitivos (COIMBRA, 2001).

Os *angolanos* na Maré são basicamente um grupo étnico composto por imigrantes e refugiados oriundos de um país que na época passava ainda por uma guerra civil. A maioria dos membros da comunidade angolana é composta de homens, aproximadamente 80%. Nas décadas de 1990 e 2000 a grande maioria era composta por jovens na faixa etária de 22 anos a 30 anos. Os refugiados e imigrantes *angolanos* migraram para o Brasil dispostos de poucos recursos financeiros e também eram oriundos de famílias pobres de Luanda. Em Angola muitos residiam em *musseques*²⁶, que são os bairros pobres da capital angolana, que no Brasil seriam

²⁶ *Musseques* são bairros suburbanos ou periféricos de Luanda, habitados pela população pobre urbana. Os *musseques* também são denominados como favelas. Na Maré muitos *angolanos* são provenientes de Rangel, um dos maiores *musseques* da capital angolana.

equivalentes as favelas. No Brasil os *angolanos* sobreviviam, trabalhando informalmente em obras, outros trabalhando com a *mukunza* e alguns do auxílio para refugiados pago pela Cáritas.

Os meios de comunicação em massa através de notícias e editoriais contribuíram densamente para a construção e produção de imagens do crime. São produzidas imagens dos territórios do crime, dos potenciais criminosos e dos locais perigosos. Essa produção de imagem constrói uma representação social negativa acerca de determinados sujeitos e territórios. Desta maneira, reforçando estereótipos estigmatizantes, racistas e criminalizantes. Os sujeitos violentos no Rio de Janeiro têm endereço, cor, idade e classe social. As acusações sobre os *angolanos* residentes na Maré só tiveram amplificação pelo fato de os acusados compartilharem das características dos sujeitos violentos.

Para grande parte dos membros da polícia do Rio de Janeiro, para opinião pública e para os meios de comunicação as condições de vida dos *angolanos* é um indício de que participavam ou em pouco tempo participariam de atividades criminosas. Diante de um contexto em que homens negros, advindos de um país em Guerra civil, dispendo de poucos recursos financeiros e residindo em um Conjunto de favelas controlado pelo tráfico de drogas ilícitas o resultado não poderia ser outro que a participação na criminalidade. Essa afirmação determinista foi dada pelo então secretário de Segurança Pública, o coronel Josias Quintal. Inclusive foi ventilada a proposta de transferir os *angolanos* para interior de Goiás, uma proposta que era muito mais para evitar que os *angolanos* residindo a Maré aderissem a criminalidade, do que preocupada com qualidade de vida dos imigrantes.

O racismo é, na verdade, tanto um suposto saber imediato sobre o outro (portanto um sistema de representações) quanto uma relação social concreta no interior de um território que se identifica como nacional. Em tal relação, ao outro aparece classificado por categorias históricas e hierarquicamente marcadas como “raça”, “migrantes”, “estrangeiro”, e logo excluído (ou incluído apenas como objeto de exploração) da parceria social. (SODRÉ, 1992, p. 121).

Os *angolanos* como os demais imigrantes e refugiados africanos foram e são vítimas de uma dupla discriminação: são negros e africanos. O racismo p no Brasil também incide sobre os africanos residentes no país, ou melhor, sobre os estrangeiros negros. Os *angolanos* sofrem com as mesmas práticas racistas que os negros brasileiros sofrem, que me foram reveladas em entrevistas e em conversas informais. Além disso, os africanos também sofrem com o estigma de serem africanos. O imaginário brasileiro sobre a “África” está atrelado a representações negativas veiculadas pelos meios de comunicação em massa como: Aids, pobreza e guerra. Os *angolanos* no Rio de Janeiro foram acusados de trazerem um novo vírus HIV para o Brasil e

foram acusados de serem guerrilheiros e mercenários. Como destacam Alex André Vargem e Bas‘Ilele Malomalo (2014) sobre uma dupla discriminação que os africanos sofrem no Brasil:

Os Africanos no Brasil tornam-se objetos de uma dupla discriminação: são negros e africanos, condição que os colocam numa categoria abaixo, por exemplo, dos negros brasileiros. São alvos de manifestações e atos de racismo e intolerância. Se por um lado a violência física e simbólica é manifestada por meio das pessoas pertencentes às instituições oficiais, por outra, ela é manifestada e perpetuada pela sociedade brasileira. (VARGEM; MALOMALO, 2015 p. 122).

Não só os meios de comunicação tiveram uma agência preponderante na construção da representação social dos *angolanos*. O Estado foi um agente fundamental para identificação e classificação dessa categoria. Foram agentes do Estado em especial as forças policiais que acusaram e agiram de maneira discriminatória para com os *angolanos* residentes na Maré. A ação do Estado nesse episódio não pode ser apenas relegada aos policiais de baixa patente como intentou o governador Anthony Garotinho. Quando propôs a punição dos policiais que participarão da megaoperação policial. A construção da representação social negativa dos *angolanos* passou pelo alto escalão do governo fluminense.

O processo de construção das denúncias, acusações e suspeitas em relação aos imigrantes e refugiados *angolanos* na Maré está estreitamente ligado à *política de identificação e seus efeitos*. Não é só o Estado que aciona a política de identificação, porém o Estado é o ator que, com maior poder, aciona estes dispositivos para identificar uma determinada população. As declarações do então secretário de Segurança Pública, o ex-coronel da Polícia Militar Josias Quintal, pelo Estado. O coronel reformado em sua declaração identifica os *angolanos* como imigrantes e refugiados pobres que residem em uma região controlada por bandos de traficantes de drogas ilícitas. Logo, a aproximação dos refugiados e imigrantes trataria de uma questão de tempo. Josias Quintal acionou a teoria da marginalidade, que compreende que os *angolanos* em situação de pobreza e residindo, no caso, no Complexo de favelas da Maré, resultaria em uma adesão do grupo étnico à criminalidade²⁷.

A partir das manchetes, reportagens e matérias é possível compreender como foi construída a representação social dos *angolanos* moradores do Conjunto de favelas da Maré. O Estado foi o que primeiro suscitou a associação dos *angolanos* com o tráfico de drogas, em seguida os meios de comunicação deram amplitude as denúncias, o que gerou uma demanda para que o Estado atuasse. Apesar das acusações não terem sido comprovadas, novas acusações surgiram ao longo da década de 2000, sempre fazendo referência ao primeiro episódio. Os

²⁷ O sociólogo Michel Misse (2011) no livro *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana* analisa a construção do mito que associa a violência a pobreza.

meios de comunicação foram agentes essenciais para a construção de uma representação social negativa da categoria *angolanos*. Essa representação social da categoria *angolanos* é estigmatizante e criminalizante. E produz efeitos até hoje para a comunidade angolana. Elizabeth Rondelli (2000) assinala o papel dos meios de comunicação em massa na construção da representação social:

Pelo procedimento de ampla visibilização, os meios de comunicação agem como construtores privilegiados de representações sociais e, mais especificamente, de representações sociais sobre crime, a violência e sobre aquelas pessoas envolvidas em suas práticas e em sua coibição. Estas representações não só nomeiam e classificam a prática social, mas, a partir desta nomeação, passam mesmo a organizá-la de modo a permitir que se proponham ações concretas em relação a ela. (RONDELLI, 2000, p. 150).

Nessa concepção, a pobreza é entendida como uma condição associada às características negativas da “cultura da pobreza”, a subcultura dos pobres. Assim, a violência e a criminalidade seriam algumas dessas características. No caso específico, os *angolanos* na Maré seriam “pessoas de bem”, porém, ao residirem em um conjunto de favelas entendida pelo ex-coronel e por grande parte das forças policiais como um território da violência estariam em uma situação de risco social ou vulnerabilidade social, podendo ser cooptados pelos narcotraficantes em questão de tempo.

Ao pensar ação de cadastramento forçado dos *angolanos* residentes na Maré após as denúncias de suposto envolvimento com o tráfico de drogas, busco analisar as práticas e técnicas de identificação do Estado. O Estado identifica indivíduos e grupos a partir de necessidade da burocracia estatal. Segundo o historiador francês Gérard Noiriel (2007), o Estado opera com seus instrumentos cada vez mais tecnológicos com o propósito de classificar e identificar a população. O argumento utilizado para identificar os indivíduos é de proteger os “cidadãos de bem” e combater possíveis indivíduos violentos ou foragidos da lei. Contudo, o que é possível constatar, é que essas práticas de identificação têm como propósito identificar imigrantes oriundos de países pobres o que consequentemente contribui para uma estigmatização destes indivíduos. No caso do Brasil, o fluxo migratório não configura uma ameaça como nos países europeus, porém as populações residentes em territórios da violência configuram uma ameaça, portanto é necessário identificar essa população.

O Estado fez uso da prática de identificação direcionada para os imigrantes, como também para aqueles que habitam territórios considerados pelos meios de comunicação, pelo próprio Estado e no imaginário social com locais estigmatizados pela pobreza e a criminalidade. No Rio de Janeiro essas localidades não são apenas restritas às favelas, mas também conjuntos

habitacionais, periferia, subúrbio, entre outros. Contudo, a favela detém um destaque devido aos casos de confrontos entre policiais e traficantes, chacinas e assassinatos.

A megaoperação policial realizada no Conjunto de favelas da Maré em fevereiro de 2000 está no escopo das ações da política de segurança pública em voga no estado do Rio de Janeiro. Após um episódio violento, no caso a chacina, que desperta um forte sentimento de insegurança e medo nas classes dominantes e nos grandes meios de comunicação, o Estado responde com incursões policiais nas áreas apontadas como territórios da violência para combater os supostos criminosos e, assim, dar uma resposta satisfatória para a opinião pública. Em geral, incursões militares com base na *metáfora da guerra* e permeadas pelo enfrentamento bélico com os narcotraficantes. Além das práticas de exceção como torturas, espaçamentos, sequestro, entre outras.

A identificação produzida pelo Estado atribuía aos imigrantes e refugiados *angolanos* uma identificação estigmatizante, em que foram associados a potenciais criminosos. Contudo, os *angolanos* da Maré adquiriram um duplo estigma: o estigma de favelados, que aciona uma moral desviante, pois o favelado está sob uma suspeição criminal; e o estigma de ser negro, pois não é possível compreensão dessa identificação sem o racismo existente no Brasil que reforça representações do negro, em situações de pobreza e criminalidade.

Erving Goffman (2008) define três tipos de estigma: o primeiro tipo é o estigma relacionado a abominações no corpo; o segundo estigma é relativo às culpas de caráter individual e o terceiro tipo de estigma é relacionado há origem tribal, racial ou religiosa. É o terceiro estigma, relativo à etnia que se trata o objeto pesquisado. O estigma construído sobre o grupo étnico angolano. A cor de pele e o sotaque são as principais características para a identificação deste grupo étnico. Grupo étnico que foi estigmatizado pelas acusações de participação no tráfico de drogas.

O estigma é uma ideologia criada para explicar a inferioridade de um indivíduo ou de um grupo social. A partir de determinadas características, um grupo é imbuído de uma categorização desabonadora ou negativa. Assim, os membros deste grupo são estigmatizados pelos “normais”. No caso específico, os *angolanos* residentes na Maré desde o ano 2000 foram estigmatizados como traficantes ou colaboradores de traficantes. O fato de pertencer ao grupo étnico oriundo de Angola e morar no Conjunto de favelas da Maré constituiu um estigma. Os *angolanos* como moradores de uma favela são também atingidos pelo estigma de *favelado*. Estigma esse atrelado à *metáfora da guerra*, no qual a cidade do Rio de Janeiro é polarizada entre os “cidadãos de bem” e do outro lado os favelados, em que não há distinção entre moradores e bandidos (LEITE, 2012).

A data de início da estigmatização do grupo étnico foi em fevereiro de 2000. Antes dessa data, encontrei a acusação de que os *angolanos* traziam para o Brasil um novo vírus da aids, porém acusação não ganhou amplitude. No ano 2000 a partir da primeira suspeita de envolvimento dos *angolanos* com o tráfico de drogas, o estigma passou ser acionado por diversos atores. Com destaque para os grandes meios de comunicação em massa e conjuntamente com as forças policiais.

Em uma conversa informal com Da Nike, de 40, radicado no Brasil desde 2003, ele me contou um caso que revela muito bem como o estigma é acionado para os *angolanos* moradores da Maré. Nós dois estávamos bebendo cerveja, aguardando o início do pagode dos Angolas²⁸, quando tocou o famoso funk chamado “Rap da felicidade” (também conhecido por “Eu só quero é ser feliz”), cujo trecho dizia: “*Enquanto os ricos moram numa casa grande e bela /O pobre é humilhado, esculachado na favela/Já não aguento mais essa onda de violência/Só peço a autoridade um pouco mais de competência.*” (RAP..., 1995, n. p.). Da Nike me disse que essa música refletia a realidade de quem mora na favela. Ele contou que uma vez, quando trabalhava de ajudante de obra no Fundão, um dos seus colegas de trabalho perguntou: “Angolano, onde você mora?”, ele respondeu que morava na Maré. Após sua resposta seu colega começou a fazer insinuações de que Da Nike era bandido ou traficante, o que o deixou irritado.

A construção da categoria *angolanos* nos primeiros anos do século XXI produziu em diversas situações vexatórias e discriminatórias para este grupo social. Como citada acima, a tentativa da criação da Casa de Angola em 2008 foi uma ação no intuito de combater o estigma construído. Apesar de mais de uma década após as primeiras acusações, este estigma ainda permanece no imaginário social, como a situação citada acima demonstra de maneira fidedigna.

A partir de fevereiro de 2000, com o surgimento de acusações sobre a participação dos *angolanos* no tráfico de drogas da Maré. Acusações propagadas pelos meios de comunicação em massa e pelo Estado foram construídas uma representação social negativa da categoria *angolanos*. Apesar da não comprovação das acusações e conseqüentemente da participação dos *angolanos*, a representação social foi consolidada no imaginário social da população carioca. Novas acusações que surgiram ao longo da década contribuíram para sedimentação da representação social negativa.

²⁸ O Pagode dos Angolas na favela do Cano Furado ocorre todos os domingos na esquina dos angolanos. O pagode é frequentado por muitos angolanos e também por brasileiros.

1.4 Memórias do perigo

Nesta última parte do capítulo apresentarei trechos das entrevistas realizadas com três dos meus interlocutores. Selecionei os trechos que abordam o período em que foram veiculadas as acusações sobre a participação de *angolanos* no tráfico de drogas da Maré. Abordo também como foram os momentos vividos pelos interlocutores durante a megaoperação policial realizada em fevereiro de 2000, que teve como alvo prioritário os imigrantes africanos residentes no conjunto de favelas. Por último abordo os efeitos produzidos pelas acusações como espancamentos, abordagens policiais truculentas, tortura e invasões as casas de *angolanos* por policiais sem mandato de judicial. Apresento trechos de entrevista com três interlocutores: Alexandre, Melo e Badharó.

Em várias conversas com os meus interlocutores, o nome de Alex foi apontado como um dos primeiros *angolanos* a residir na Maré. Na entrevista com Fortunato essa informação foi confirmada, porém ao pedir que me colocasse em contato com Alex, não obtive sucesso. A informação que eu tinha recebido era de que Alex era pastor evangélico e residia no Cano Furado. Em maio de 2015, quando passei a jogar futebol dos angolas aos sábados no Cano Furado, Melo me ajudou a fazer contato com Alex. Melo é um importante interlocutor; nós nos conhecemos através de Badharó em abril de 20015 e, desde então, ele vem me ajudando no contato com os seus conterrâneos.

Em um sábado pela manhã, antes de irmos ao campo de futebol, Melo me levou até a casa de Alex. Ele nos atendeu em sua sala no segundo andar. Eu me apresentei, falei sobre os objetivos da minha pesquisa e que gostaria de realizar uma entrevista com ele. Alex iniciou sua fala dizendo que, se tivesse algum viés político, ele não concederia a entrevista²⁹, mas como era para a universidade não teria problema. Ele disse, inclusive, que no mês anterior recebeu uma estudante sul-africana, que estuda nos Estados Unidos. Agendamos a reunião para a quarta-feira seguinte e, antes de descermos as escadas, Alex nos deu folders de sua igreja, a Igreja de Deus Internacional.

Na semana seguinte, retornei à casa de Alex para realizar a entrevista. No Brasil, ele trabalhou durante anos com compra e venda de calçados e roupas, que seus irmãos revendiam

²⁹ Presumo que ao falar em viés político, Alex estava se referindo a política em Angola. Por ter uma boa relação com o Consulado, Alex não gostaria de conceder uma entrevista que pudesse ter um viés crítico ao governo angolano.

em Angola, o que ele chama de muamba³⁰. Alex também já comprou roupas para revenda no Paraguai e na Bolívia. Atualmente trabalha em uma empresa terceirizada de limpeza onde exerce o cargo de servente de limpeza. Trabalha no turno da noite realizando a limpeza no supermercado Mundial da Tijuca. Ele conta que já se acostumou com o horário noturno e que esse horário favorece para que ele tenha mais tempo para atuar como ativista comunitário e para cumprir as suas obrigações religiosas. Alex tem 45 anos, é casado com uma brasileira e tem duas filhas.

Alexandre Rui Paxalina veio pela primeira vez ao Brasil em 1989, mas ficou pouco tempo no país retornando para Angola. Em 1992, viajou para o Brasil com o objetivo de emigrar para o Canadá, já que em Angola não havia nem consulado e nem embaixada canadense³¹. Seu objetivo de emigrar para o Canadá não foi concluído, pois seu visto foi negado pela embaixada; porém, mesmo sem visto, ele tentou embarcar, contudo foi impedido. Residindo no hotel São Jorge, na rua do Riachuelo, no Centro do Rio de Janeiro, local onde residiam outros conterrâneos, conheceu Fortunato. De sua amizade com Fortunato, a quem ele chama de Nato, Alex foi morar em Cidade Alta, no bairro de Cordovil, junto com seu amigo, que na época era casado e vivia em uma casa no subúrbio carioca.

Sua ida para Maré ocorreu ainda em 1992, devido o contato com um amigo que residia na Maré, especificamente no Cano Furado, e precisava de alguém para fazer companhia para sua ex-esposa que já tinha certa idade. Na companhia de Timingo, Alex passou a residir nesse apartamento juntamente com a ex-esposa de seu amigo. Alex conta que Fortunato não residiu na Maré de início, mas estava sempre por lá. Segundo Alex, na época, os dois eram muito próximos e tanto Fortunato frequentava o apartamento em que residia no Cano Furado, como ele também frequentava a casa de Fortunato na Cidade Alta.

A priori, a minha entrevista com Alex tinha como objetivo principal a formação da comunidade angolana na Maré, já que ele é apontado como um dos fundadores da comunidade. A entrevista seguiu durante trinta minutos, passando por diferentes temas sem que o tema da acusação de envolvimento dos *angolanos* com os traficantes ou mesmo a megaoperação policial direcionada aos *angolanos* na Maré fossem suscitados. O primeiro momento em que o tema

³⁰ Muamba, como chamamos no Brasil, em Angola é chamada de *mukunza*. Os imigrantes angolanos compram roupas, calçados, entre outros produtos de grande aceitação dos angolanos. Envia esses produtos para seus familiares revenderem em Angola. Os familiares enviam o dinheiro da venda para os imigrantes no Brasil. Regina Petrus (2001) descreve como era realizada essa atividade econômica.

³¹ Quando um indivíduo imigra para um país e depois imigra para o destino final é chamado de imigração trampolim.

veio à tona foi quando eu o perguntei sobre a regulamentação de sua situação no Brasil e ele me respondeu:

Jorge : Nessa época você já tinha visto de permanência no Brasil?

Alex: Mesmo assim, não procurei. Então, tinha que ficar andando assim, sabe. Tendo dificuldade até para tratar coisas simples. Foi quando em 2003 começou a ficar perigoso, a comunidade começou a ficar perigosa, nós estávamos a ser apontados como favorecedores do tráfico e começou muita blitz em cima de nós.

Jorge : A partir de 2003 ou em 2000?

Alex :Começou mesmo em 2000, em 2003 a coisa começou a apertar cada vez mais. Em 2003, em um das blitz eu fui levado para a Polícia Federal. Perguntando porque eu que eu não estava regular no Brasil. Foi uma situação né, constrangedora, eu tendo um direito e não requeri aquele direito. E por essa razão eu fui submetido né, a esse constrangimento de ser levado lá como se fosse um criminoso, mas encontrando lá o delegado ele fez a checagem da certidão da minha filha e disse que era verdadeira, foi quando ele me aconselhou a se legalizar. Foi em 2003 mesmo reuni a documentação, quando eu entrei com o pedido da permanência.

Jorge: Como foi a diferença da abordagem da polícia militar para a polícia federal?

Alex:Ah Muita diferente, a polícia militar me levou daqui quase como um criminoso, um criminoso. Levaram pensando o que queriam, falando o que eles queriam. E eu também tinha que cooperar, manter toda a base de transparência, educação com eles até chegar a polícia federal que seria checado o documento para provar que não sou marginal. (Entrevista realizada em 24 jun. 2015).

Até o ano de 2003, Alex ainda não tinha regularizado sua situação de permanência no Brasil, mas o reaparecimento de notícias na mídia abordando o envolvimento dos *angolanos* moradores da Maré com os traficantes fizeram com que ele desse início aos procedimentos para regularizar sua situação. Alex alega que a comunidade começou a ficar “perigosa” em 2003, e essa expressão ficar perigosa é bastante elucidativa, já que Alex residiu na Maré desde 1992, mas apenas em 2003 a violência interferiu diretamente em sua vida.

Em conversas com meus interlocutores a surpresa com a “violência urbana” no Brasil é sempre citada. Sempre em comparação com violência em Angola, os interlocutores alegam que a violência aqui é mais latente do que em Angola. Angola foi um país que passou por uma sangrenta guerra civil, contudo, a guerra civil pouco atingiu a capital Luanda, cidade de origem da maioria dos *angolanos* residentes na Maré³². Em uma cena na Pensão da Lica, ela reforçou esse discurso.

Eu estava almoçando em sua pensão, na parte da varanda, na beira da rua, quando passou um agrupamento militar de fuzileiros navais. Um grupo de oito fuzileiros caminhava com suas

³² Os conflitos bélicos só atingiram Luanda em 1992. Após a derrota da UNITA nas eleições daquele ano, o grupo guerrilheiro atacou a capital angolana.

armas em punho ao lado de um veículo blindado da Marinha do Brasil. No veículo blindado havia mais cinco ou seis fuzileiros. Nesse momento Lica, que se encontrava na varanda disse: “Nem com meu país em guerra eu vi uma coisa dessas”. Rob me contou uma história de um rapaz *angolano* que veio residir na Maré, especificamente, na sua casa, na favela Balacobaco. Segundo Rob, naquela época os *angolanos* que chegavam ao Rio de Janeiro vendiam seus passaportes e a passagem de retorno logo assim que desembarcavam no aeroporto do Galeão. A passagem e o passaporte eram vendidos para um compatriota que desejava retornar para Angola. Esse rapaz nas primeiras semanas em que ficou no Brasil impressionou-se com a guerra, os tiroteios e a violência na Maré. Rob conta que certo dia acordou de madrugada e se deparou com o rapaz na laje da sua casa, chorando, assustado com a violência. Mesmo com pouco tempo no Brasil, o rapaz decidiu retornar a Angola. Esse rapaz trabalhou durante seis meses segurando placas de publicidade no Centro do Rio de Janeiro e só assim conseguiu obter dinheiro para comprar sua passagem de retorno para o país natal. Ao final da estória, Rob me disse que, assim como esse, muitos outros não suportaram a vida aqui no Brasil e voltaram para seu país natal.

Fotografia 3 – Veículo blindado da Marinha na Maré



Fonte: Acervo pessoal, 2014.

A sua rápida detenção de Alex, na qual foi encaminhado para a Polícia Federal como um “criminoso” por não estar em situação legal no Brasil, representou para ele um perigo a sua

vida e sua livre circulação. A partir desse evento traumático, ele, pai de duas filhas brasileiras tomou a decisão de solucionar sua questão e regularizou sua situação no Brasil.

Na megaoperação policial realizada em fevereiro de 2000, como foi falado no início do capítulo, os *angolanos* moradores da Maré que foram abordados por policiais militares que não tinham documentos ou não estavam em uma situação regularizada no Brasil eram encaminhados para Polícia Federal, Alex não passou por uma situação direta de constrangimento no ano 2000, já que permaneceu em casa os dois dias em que a megaoperação policial ocorreu. Porém ele revela que além do constrangimento de ser detido, o seu pesar em não ter se regularizado anteriormente já que tinha duas filhas brasileiras – o que lhe permitia entrar com o pedido de visto de permanência no Brasil ou mesmo a cidadania brasileira. O delegado da Polícia Federal que ele poderia já ter realizado esse procedimento.

Jorge: Como foi quando surgiram as notícias sobre a relação dos angolanos com o tráfico?

Alex: Em 2000, isso começou em fevereiro de 2000. Tinha tido uma guerra lá na Roque Santeiro e durante esse confronto os moradores alegaram que apareceram uns indivíduos, uns homens falando estranho e com táticas militares. E que esses homens, e eles alegaram que tinham características de angolanos. Isso, depois um oficial da polícia militar deu uma entrevista também, alegando que os suspeitos eram angolanos. Naquela loucura, já nessa mesma altura quando esse oficial deu a entrevista, alguém veio falar com a gente. Nessa altura, eu já era liderança comunitária, e aí começamos a prepara os avisos para angolanos terem cuidado ao andarem por causa de alguma represália. E, foi na semana seguinte, numa segunda-feira foi deflagrada uma grande operação policial aqui no Pinheiro, com helicópteros e tudo. E os meios de comunicação alegando que são os angolanos porque tem muitos que moram aqui nas comunidades têm técnicas militares e nós fomos. Eu não sai na rua nesse considerado de uma outra facção. Você sendo apontado como de uma determinada facção, é um perigo. Muitos até chegaram a ser agredidos em ônibus. Aí começamos a ter limitações de ir uma comunidade para outra, eu mesmo particularmente fiquei anos sem ir no Roque Santeiro e Balacobaco. [...]. (Entrevista realizada em 24 jun. 2015).

Alex narra como foi início das acusações de envolvimento dos *angolanos* com os traficantes de drogas ilícitas a partir de uma guerra entre facções rivais na favela Roque Santeiro, em fevereiro do ano 2000. Acusações supostamente advindas de moradores e também das forças policiais. A narrativa de Alex destaca a grandiosidade da megaoperação policial no Conjunto de favelas da Maré após a veiculação das denúncias. O grande aparato bélico da operação, a cobertura midiática e o enfoque da operação nos *angolanos* da Maré. Alex compara a detenção dos *angolanos* a um campo de concentração, devido à seletividade e o constrangimento a que foram expostos os imigrantes e refugiados. Alex chama atenção que os *angolanos* eram obrigados a caminhar com a mão na cabeça do lugar em que eram detidos até o Posto Policial da Vila Esperança (uma distância de aproximadamente 1 quilômetro, podendo chegar a 2 quilômetros).

Alex tomou a decisão de não sair de casa nesse dia para evitar que fosse também abordado e detido pelos policiais que ocupavam o Conjunto de favelas da Maré. Além dos relatos de espancamento de *angolanos* em ônibus e por vizinhos, as denúncias também suscitaram o medo de que facções rivais, a facção que os *angolanos* foram acusados de serem mercenários, poderiam retaliar os *angolanos*. Esse medo, segundo Alex, operou uma mudança no trânsito dos *angolanos* pelas favelas da Maré³³, ou seja, a partir do evento crítico, os imigrantes africanos residentes na Maré tiveram uma restrição da circulação pelo território, pois ir a uma favela controlada por facção rival passou a ser um risco iminente de espancamento ou morte. Essa restrição não é apenas gerada pelo advento das denúncias, já que os moradores de favelas rivais vivem sobre essa restrição. Contudo, com a identificação dos *angolanos* na Maré com uma determinada facção potencializou essa restrição. Isto é, ser *angolano* e morador da Maré, sobretudo na Maré. No trecho abaixo Alexandre revela o retorno das acusações em 2003 e como participou da reunião com as autoridades na secretaria de Segurança Pública.

Alex: [...] Aí consulado na época veio para rua, se manifestar. A coisa foi andando, foi quando em 2003 voltou outra vez com mais velocidade esse assunto. Os angolanos da comunidade da Maré. Na época o consulado mandou uma mensagem aqui para casa, para comparecer no consulado, para saber o que estava acontecendo e que como podíamos nos manifestar sobre isso. Foi quando na época o consulado já tinha falado com secretaria de segurança pública e precisavam de pessoas da comunidade que acompanhasse essa comissão. Já tavamos a trabalhar na época, já tinha uma equipe de trabalho entre comunidade e consulado, isso em 2003. Eu ainda não fazia parte dessa equipe. Mas, como já tinha a liderança de honra da comunidade, então eles resolveram falar do Alexandre quando pediram uma liderança da Maré. Quando chegamos lá, eles me disseram que era para ir no setor de inteligência da secretaria segurança pública, o Marcelo Itagiba na cabeça. Ai partirmos para lá eu, João Batista que era líder da comunidade kikongo (bacongos) na altura tava a fazer parte da presidência da Anerj. Anerj era uma associação dos angolanos no Rio de Janeiro. João Batista era o presidente, fomos eu, ele, o vice-cônsul, aliás, para as comunidades, o jurídico da Anerj e mais um secretário do Consulado até o setor de inteligência de segurança pública, o prédio do Detran. Lá o Marcelo Itagiba, nos encontramos com ele no elevador, mas ele estava saindo. Mas nos indicou o Coronel Ronaldo que era coordenador que nos haveria de nos atender. O Coronel Ronaldo nos atendeu, ele perguntou o que havia. O vice-cônsul começou a falar e depois deu a palavra pra mim como membro da comunidade da Maré. Coronel Ronaldo essas denúncias começaram em 2003 para cá, eu perguntei: De 2003 para cá quantas pessoas foram capturadas em confrontos? Quantos foram presos em confrontos? Angolanos. Quantos foram? Estão a falar que uns foram mortos, Onde foram mortos? Quem retirou esses corpos deles do IML? Falando que são angolanos, em que ano esses homens chegaram aqui e nome deles. Porque a época estava nos esperando para nós falar sobre que estava acontecendo. Ali mesmo, quando eu soube o que era, eu fui elaborando um questionário, que ia questionar as autoridades. Até hoje ainda tenho esse questionário

³³ Carla Mattos (2014) afirma a partir da sua experiência como moradora e pesquisadora na época da guerra entre 1999 e 2004 as dificuldades em atravessar a “divisa”. A divisa é fronteira territorial entre a Roque Santeiro e o Conjunto Novo que dividia as facções rivais de traficantes de drogas. Ser homem e jovem são condições os quais levantam suspeição ao atravessar a divisa. Os *angolanos* acusados de associação com uma das facções, logo tornaram-se possíveis suspeitos, acarretando dificuldades de circular pelas favelas controladas pela facção rival (Roque Santeiro, Balacobaco e Parque Amanhã). Essa fronteira entre as duas favelas também é conhecida como “Faixa de Gaza”, devido aos intensos confrontos violentos entre as facções rivais.

na maior parte chegou de avião. Uma foto, você vai no IML para fazer levantamento de um cadáver, você fecha dados, o cadáver também tem um dado para ser liberado mais. Eu também não sei o que está acontecendo, não, estamos a ser apontados como ajudantes do crime organizado, estamos a ser discriminados. Está tendo uma operação lá que estamos a ser levados como se tivéssemos em um campo de concentração, uma operação focada só pra gente. A operação não foi só pra vocês, era para todos, mas a operação está sendo direcionada só para nós. Era um, cinco policiais ou dois carros pra dois ou três angolanos. Andava, às vezes saí daqui do Furado até a Vila Esperança, onde eles tinham a base de concentração. Nós não temos, o que nós ouvimos foi pela imprensa, me mostrou lá o mapa da operação, o que nós ouvimos foi pela imprensa. Mas você está me fazendo essas perguntas. Você tem certeza que estão direcionando a operação para vocês? Foi ligado, quando nós chegamos aqui [Cano Furado] a operação já tinha descentralizado toda. Ele deu um telefone [número de telefone] na época, qualquer coisa que tiver de excesso, vocês orientam os vossos cidadãos da comunidade para se estarem em prontidão e obedecer qualquer abordagem né, abordagem com cidadão e tal, sem desrespeitar. Qualquer excesso você levem esse número. Chegamos até tirar homens que já estavam no caveirão do BOPE. Ai ligávamos para a secretaria e eles entravam em direto com os comandantes. (Entrevista realizada em 24 jun. 2015).

O relato de Alex revela os meandros e os dispositivos acionados pelo Consulado de Angola no Rio de Janeiro e pelas lideranças em busca de uma solução para operação policial discriminatória relativa aos africanos residentes na Maré. A intervenção do corpo diplomático de Angola com o governo do Estado do Rio de Janeiro resultou em uma reunião com as lideranças da Maré, membros do Consulado e a cúpula da Segurança Pública do Rio de Janeiro. Alex destaca a diferença da organização para o ano 2000, quando ainda não existiam lideranças comunitárias da comunidade angolana na Maré que pudessem intermediar o processo de negociação junto ao Consulado.

A exigência de sua participação na reunião com a cúpula da Segurança Pública se fez necessária devido a sua representatividade como um dos líderes da comunidade angolana no Conjunto de favelas, assim adquirindo legitimidade de sua palavra em defesa da comunidade e atestando a inconsistência das acusações e denúncias. De acordo com seu relato, na reunião Alex foi o segundo a falar após o vice-cônsul angolano. Ele relata também o questionário que elaborou para as autoridades policiais com perguntas que tinham como propósito desconstruir as acusações, demonstrando dessa maneira a fragilidade das acusações. Suas perguntas direcionadas ao Coronel Ronaldo da Polícia Militar eram para comprovar que as acusações de que os *angolanos* participam do tráfico de drogas ou forneciam táticas e treinamentos de guerrilhas eram infundadas. Já que não existem *angolanos* presos por esses supostos crimes e, se os *angolanos* foram mortos, onde estão os corpos? E, se os *angolanos* estão participando do tráfico, qual é o nome deles?

O Coronel Ronaldo demonstrou surpresa com as denúncias a respeito de a operação policial ser destinada aos *angolanos*, com as ações discriminatórias dos policiais e pelas

abordagens vexatórias. E com apenas uma ligação do Coronel Ronaldo a operação policial foi suspensa.

Jorge: O Eduardo falou que teve uma ocasião que consulado reuniu vários depoimentos de angolanos. Foi essa situação?

Alex: Foi, aí já. Isso foi amadurecendo porque, então se propôs o seguinte. Então vamos nós, se eles abrissem né. No caso se havia uma investigação em curso. Porque até teve um angolano que foi lesionado, eles deram um tiro de borracha, feriu. Então abriu se uma investigação, então eles aproveitaram também dentro dessa investigação investigar quem poderia está envolvido. Então, propuseram para nós para ir lá, em Niterói, ali é tipo hospital da polícia, em Niterói num departamento quer dizer, por dia íamos num ponto pegávamos um carro, íamos num ponto, o consulado pegava alugava os carros para nós irmos lá. Então, íamos vários grupos para prestar depoimento, eles queriam saber nome, dados e tal. Fizemos isso por vários dias.

Jorge: Esse depoimento era para fazer cadastro?

Alex: Sim, era cadastro, eles tiravam fotos, perguntavam quando na época que chegaram. Para ver se tivéssemos alguém, alguém, né. Aí fizemos esse trabalho, na época foi um coronel que nos atendia. Nós íamos lá, o consulado e eu também como liderança comunitária. E consulado se manifestou vieram aqui com a reportagem. De lá para cá melhorou. (Entrevista realizada em 24 jun. 2015).

Após a suspensão da operação policial no Conjunto de favelas da Maré, teve início uma ação de cadastramento dos *angolanos* moradores da região. Uma ação da secretaria de Segurança Pública com colaboração do consulado angolano e as lideranças comunitárias da Maré. Alex conta ter participado na organização desse cadastramento. Segundo Alex, os *angolanos* eram levados de carro para o Hospital da Polícia Militar, em Niterói, onde eram recolhidos os dados referentes à chegada ao Brasil, idade, profissão, etc. Esse cadastramento me remete a uma *limpeza moral* dos imigrantes. Já que ao passarem pelo cadastramento atestariam a condição de inocentes, e assim não seriam mais perseguidos pelas forças policiais.

Essa colaboração com a polícia é uma estratégia de *limpeza moral* dos *angolanos*, com propósito de encerrar com as suspeitas e denúncias criminalizante que circulavam desde o ano 2000. Segundo Kant de Lima (1994), no Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, é o réu que deve provar na prática sua inocência. Os *angolanos* foram até a polícia provar o não envolvimento com o tráfico de drogas, algo impensável se os acusados fossem oriundos de outra etnia ou não fossem moradores de um local marginalizado e estigmatizado como a Maré.

Em alguns trechos da entrevista, Alex relata seu trabalho como ativista comunitário e liderança comunitária da comunidade angolana na Maré. Ele observa que a sua conversão à fé

cristã é um marco temporal na sua ação comunitária. Segundo ele, após a conversão³⁴ ele adquiriu disciplina para atuar junto à comunidade, o que chama de disciplina bíblica.

Alex: [...] Desde que, a minha vida tomou um rumo totalmente diferente, meus itinerários. Porque você, quando entra no sentido bíblico você submete a uma disciplina não vinda de você, é a disciplina bíblica. Isso requer que você não vai tar nos lugares que você gosta sempre gostou de estar, sempre que quiser vai ser por alguma razão específica. Porque quando eu era ativista comunitário, quando eu tava mesmo mais ativo, eu falava uma coisa po, olha mesmo até pro consulado. Olha Eu quero evitar de abordar as pessoas no bar, porque era muito cansativo você abordar uma pessoa no bar porque você vai ter que administrar o lado dele já está alcoolizado. Você vai ter que administrar outras opiniões que tão fora daquilo que você está. Já era cansativo então conversávamos a necessidade de termos um espaço de convivência, onde pudéssemos administrar as nossas necessidades. Então, após me tornar cristão, membro da Igreja de Deus, a disciplina que tinha que me submeter a essa disciplina porque nós somos alertados bíblicamente. Tem lugares que são campos de espíritos malignos, não que a pessoa que é maligna, mas é campo de espíritos maligno. Principalmente lugares onde tem muita bebida, que tem muito barulho, onde tem situação de prostituição. Então a gente evita, até porque você vai pra resolver uma questão com alguém que está no bar, você não vai conseguir poder fazer uma exposição melhor para ele, ajudá-lo na necessidade que ele ta ter porque ele ali não está no foco e depois você acaba que a conversa que era para ser particularizada acaba se estendo para uma pessoa que está mais alcoolizada, então aquelas opiniões de choque, as vezes mesmo que falou algo que podia edificar essa pessoa o outro ah não é isso aí, eu se fosse você resolvia desse jeito. Nós já vínhamos de “exaustidões”, já há muitos anos, há muitos anos irmão. Se você perguntar pra eu Alexandre como ativista, como ser humano você vai encontrar referência em quase todos os lugares. Quando eu entrei nessa disciplina, aí já era mesmo o que eu estava precisando. Já não é por mim, é obedecer a Deus, como cristão eu tenho que obedecer todos ensinamentos do nosso senhor Jesus Cristo. Então eu já tenho esse cuidado, ajudamos melhor agora, porque agora gostamos melhor das pessoas, nos posicionamos qualquer tipo de problema indiferentemente. Nós temos que ficar de forma cuidadosa e de forma pacífica, ainda que o outro não tenha razão, o outro que tem [...]. (Entrevista realizada em 24 jun. 2015).

Alex relata que ultimamente está afastado da convivência com os demais membros da comunidade angola. Segundo ele, esse afastamento não significa que ele está fora de atuação. Ele diz que, caso algum conterrâneo necessite de sua ajuda, basta procura-lo ou deixar algum bilhete em sua casa, que imediatamente ele entrará em contato. Além de apontar o seu afastamento devido à disciplina bíblica que segue desde sua conversão religiosa, Alex defende a necessidade de mudar os locais de abordagens do trabalho comunitário, no caso, os bares que, hoje, na sua interpretação, são lugares habitados por espíritos malignos que agem sobre os indivíduos presentes nesses locais. Portanto, Alex considera que os bares não são ambientes adequados para se conversar questões pessoais e defende que essas conversas sejam feitas em residências. Alex aponta ainda o alto consumo de bebida alcoólica como um sério problema para a comunidade angolana.

³⁴ Alex conta que assistia o programa de TV “O Caminho Antigo”, do pastor filipino Eli Soriano desde 2008 e conjuntamente fazia a leitura da Bíblia. Em 2012, Alex foi em uma exposição da Bíblia ministrada pelo pastor em Duque de Caxias. Após esse encontro, Alex tornou-se fiel da Igreja de Deus Internacional.

Alex: [...] Eu tenho falado assim para a comunidade, olha, eu posso não estar muito aqui no meio, mas eu moro em tal lugar. Se eu encontrar um bilhete na caixa de correio ou um recado aqui eu vou procurar quem está em necessidade. É mudar uma cultura que a gente sempre, a gente se acostumou muito esses anos todos se encontrar no bar e discutir questões pessoais no bar, sabe naquele tempo. Já estamos a agir mais pra quê, é justamente tirar as pessoas do meio do bar, olha fica na tua casa a tal hora eu vou aparecer lá. Se nós marcamos na casa dele, ele não vai ficar no bar. Na realidade, irmão, nós precisamos trabalhar você como sociólogo sabe o que, que é isso. É” desfocar” pessoas do convívio do bar, porque o consumo de bebida alcoólica está muito alto nas pessoas e isso vai acabar afetando a socialização das pessoas. [...]. (Entrevista realizada em 24 jun. 2015).

Neste último trecho relativo ao trabalho comunitário, Alex defende a necessidade de se criar uma nova cultura, em que as reuniões não continuem a serem realizadas no bar. Ele acredita que o trabalho comunitário tem mais para desenvolver e para isso não deve ter mais o bar como um lugar de atuação. Alex cita que o bom desempenho da entrevista que eu realizava com ele era fruto da tranquilidade do local, o que não seria possível caso fosse em um bar.

Alex: Tudo é debatido no bar, como ativista ativo. Eu passei anos, anos, irmão. Antes de ser ativista ativo, eu passei anos no meio da comunidade em bar qualquer tipo de situação problemas que pudéssemos estar, nós estávamos ali. No ativismo, às vezes no consulado precisamos de tantos angolanos aqui, temos evento, temos uma partida de futebol tínhamos que vir reunir, sabe tudo no bar. Então, o trabalho tem que desenvolver, qualquer relação, irmão. Qualquer relação tem que desenvolver. O irmão viemos para o trabalho, você vê, o diálogo está desenvolvendo para vários campos. Então, se você a gente ficasse naquele ciclo vicioso, isso tem que ser assim, porque nós acostumamos assim, não é correto isso é trágico. (Entrevista realizada em 24 jun. 2015).

Apresento o segundo interlocutor que relata os acontecimentos e percalços relacionados ao período em que os angolanos da Maré foram acusados. Melo migrou para o Brasil em 1996. Desde que chegou ao Brasil residiu no Conjunto de favelas da Maré. Hoje, Melo cursa a graduação em turismo. Melo tem 36 anos, é casado e tem dois filhos. Melo foi um importante interlocutor durante o exercício do trabalho de campo. A trajetória de Melo será melhor analisada no capítulo 3. Selecionei alguns trechos da entrevista feita com Melo, em que ele relatou as acusações da participação dos *angolanos* no tráfico de drogas e os efeitos produzidos por essas acusações. Melo relata como ocorreu a abordagem da polícia, na megaoperação policial em fevereiro do ano 2000. Na época, Melo residia em um apartamento no Cano Furado, que dividia com mais três conterrâneos. Melo estava varrendo o apartamento, quando foi surpreendido por policiais civis que apontavam as armas em sua direção. Melo foi rendido pelos policiais e revistado. No trecho a seguir Melo narra como foi a entrada dos policiais em seu apartamento até ser levado junto com seu amigo para o posto policial da Vila Esperança, onde os *angolanos* apreendidos eram cadastrados.

Melo: Aí limpavam a mercadoria que a gente tinha acabado de fazer limpeza, como é que se faz um cinto, que é umas máquinas de furar, está entendendo? Aquela máquina

é um pouco pesada porque ela é assim, eu puxei aquilo e botei debaixo da mesa para limpar, o policial, a mulher estava lá do lado de lá, o policial estava abaixado, quando ele me viu eu entrei, a mulher entrou, eu não sei ele pensou que eu estou armado, limpavam, mas deixou a porta aberta, eles eram quatro, e ficou assim, aí eu estava com a arma apontada para mim atrás, eu quando tirei o coisa, quando eu tirei a bolsa que eu estava levando, ele pensou que eu ia fugir cara, (policial) solta essa porra aí, eu soltei, caralho! Eu disse, senhor não me mata não! (policial) vocês são quantos? Tem quantas armas aí? Somos três, todos estão armados? Eu falei, não, não estamos armados não, isso não é arma não, por favor senhor, não nos mata não, senhor, por favor! (policial) Não fica tranquilo, fica tranquilo, deita aí, aí deitei, fiquei assim, tem bandido aí? Eu falei não tem, estava assim no sofá dormindo, oh filho da puta, ok, cala boca irmão, vocês trocaram muito tiro de noite, né? Você estava dormindo, vocês trocaram muito tiro de noite, sério cara, mas a abordagem dele não foi de mentira não, tinha um pouco a tua altura, você é mais alto que ele, cara ele foi o primeiro a ser algemado, já estava lá no chão, ele abriu, vem, vem os dois, não me algemaram não, algemaram ele, aí começaram a revirar, revistaram tudo, eu trabalho com cintos e lápis, essa aqui é a máquina de furar, este estilete a gente corta para deixar o cinto direito, toda a minha bagagem, cheguei agora de São Paulo, você pode ver que tudo está aí, cheguei agora de São Paulo, eu cheguei era por volta de cinco horas, e a minha bagagem está aí, e você? Viemos nós dois juntos de São Paulo, e os outros dois? Os outros dois e que estamos falando, os outros dois foram trabalhar no açougue, o outro e que trabalha comigo, nós temos a nossa barraca que nós vendemos cinto e lápis, eu trabalho na Dias da Cruz, aquele era um montão de polícia, aqueles policiais que nos abordaram eram da Civil, vocês vieram da Vinte e Cinco? Você trabalha na Dias da Cruz, em que lugar? Eu trabalho na Dias da Cruz junto ao Imperator, vocês não trocaram nenhum tiro não? Eu falei não trocamos tiro, está muito nervoso, ele vai algemado, aí descemos me botaram dentro do carro. (Entrevista realizada em 7 set. 2015).

Melo relata que seu amigo estava em casa ficou bastante nervoso com a chegada repentina dos policiais, e, portanto os policiais tiveram que algemá-lo. Um dos amigos de Melo que residia no apartamento trabalhava como camelô na rua Dias da Cruz, no Méier, Zona Norte do Rio de Janeiro. As máquinas que ele utilizava para fazer cintos e bolsas foram confundidas com armas pelos policiais. Após o apartamento ser revistado pelos policiais e as mercadorias compradas em São Paulo apreendidas. Melo e seu amigo foram encaminhados para posto policial, onde foram cadastrados e fotografados por policiais civis. Durante abordagem os policiais insistiram o tempo todo que Melo e seu amigo eram bandidos e teriam trocado tiros na noite anterior. O relato de Melo também aborda a truculência dos policiais que realizaram a abordagem, os xingamentos, as acusações e as suposições de que Melo e seu amigo eram bandidos. Em seguida questionei Melo sobre como ocorreu a perseguição aos *angolanos* residentes na Maré após as acusações e a operação policial, Melo respondeu:

Jorge: E a perseguição por vocês aqui?

Melo: Cara, nós passamos muito, esculachados, o Batalhão da Polícia, nós fomos até no batalhão e falamos com o comandante geral da polícia que fica lá em Niterói, onde e que fica aquele batalhão hospitalar?

Jorge: Eu acho que é Barreto, Fonseca.

Melo: E tipo aquele lá, e tipo aquele lado ali o Fonseca, fomos até lá, era até frente, se eles atirarem atira primeiro no Angola, aquilo dava um medo, você vê os caras de

noite pô.mais, eles vinham para cá, e nos encontrassem roubava o dinheiro que a gente tinha com ele, quando eles botavam em frente de tiro, principalmente na boca. (Entrevista realizada em 7 set. 2015).

Melo narra como a perseguição intensificou após as acusações de que os *angolanos* participavam do tráfico de drogas e da megaoperação policial. Melo relata que as abordagens eram truculentas e desrespeitosas, afirma que os *angolanos* eram “esculachados”. Segundo Melo as operações policiais no Conjunto de favelas da Maré, a ordem dos superiores era para atirar primeiro nos *angolanos* que estivessem porventura na rua ou junto com os traficantes. Além dessa ordem de os policiais atirarem primeiro nos *angolanos*, Melo relata o roubo de mercadorias, dinheiro e outros pertences nas abordagens policiais. Principalmente, por que parcela significativa dos imigrantes africanos sobreviviam da *mukunza* e armazenavam em suas casas produtos comprados no Rio de Janeiro e também na rua 25 de março em São Paulo. O relato sobre apreensão de mercadorias e pertences dos *angolanos* será melhor abordada no capítulo 2 a partir das trocas de “mercadorias políticas” e a prática de extorsão.

No trecho a seguir, Melo contou uma das histórias das ações truculentas dos policiais do Bope com um compatriota. Segundo Melo um *angolano* chamado Deck retornava de São Paulo e quando atravessava a passarela que liga a favela Sem Saída a favela do Cano Furado, foi surpreendido por policiais. Os policiais do Bope estavam em posição de tiro, aguardando o momento ideal para iniciar a invasão a favela do Cano Furado. Os policiais ao notarem Deck passar assobiando, detiveram o rapaz. O resultado foi uma tremenda brutalidade:

Melo: Numa poça d’ água ali, jogou ele lá, você está vindo com essa mochila, eu estou vindo de São Paulo, e por que você estava vindo assobiando, naquela hora que nós estávamos escutando você vindo assobiando, os caras sabiam da boca, ele está aí, está aí, ninguém passa, nenhum morador passa, quem passa lá é uma mulher, uma mulher querendo que passar, (dede) ele socorro, socorro, olhando assim para a mulher já de noite, a mulher assim, o que é isso eu não vou ajudar nada, chegou lá e falou assim, avisou o Angola, eu vi um angolano, eu acho que eles amarraram, está lá na água lá, jogou lá na água, mas nós não conseguimos socorrer ele, aí meu Deus do céu quem vai ir, vamos, vamos, pá bum, pá bum, aí não tem como ir, eu vou morrer daqui a pouco, desceu assim rastejando, saiu assim rastejando, (1:16:53) ficou lá dentro da água, quem quer pegar alguma coisa, vamos lá, dá dois passos, poom, poom, se eu ficasse aí porra alguma bala ia me atingir cara, porque eles jogaram ali na água, eles estão aqui assim atrás daquela passarela de lá, aí é pedra, eles ficam lá entocados. (Entrevista realizada em 7 set. 2015).

Esse episódio demonstra a maneira como os *angolanos* residentes na Maré foram criminalizados pelos policiais. Qualquer ação mínima de um *angolano* era interpretada pelos policiais com um indício ou prova do envolvimento com o tráfico de drogas ilícitas. Deck pelo simples fato de estar assobiando foi identificado pelos policiais do Bope como um colaborador ou integrante do tráfico de drogas. Segundo os policiais o assobio era um sinal de comunicação com os traficantes. Após ser detido, Deck foi revistado, teve os documentos checados e nada

de ilícito foi encontrado. De maneira arbitrária e truculenta o jovem *angolano* foi amarrado e jogado em uma poça d'água. Ficou amarrado na poça d'água durante horas em meio a intensa troca de tiros entre os policiais e os traficantes. Só após horas, com o próprio esforço Deck conseguiu se livrar das amarras. Uma parte importante da narrativa de Melo, que ele ressalta na sua fala é que Deck não foi roubado pelos policiais, o que revela entender que era uma prática comum.

O problema com abordagens discriminatórias, arbitrárias e truculentas fizeram com que *angolanos* da Maré se mobilizassem para dialogar com a cúpula da Polícia fluminense. Foi marcado o cadastramento dos angolanos no Hospital da Polícia Militar. Alexandre também relatou essa mediação entre a Polícia Militar e os *angolanos*. A mediação com a polícia foi articulada por um advogado angolano, mas Melo não esclareceu se o advogado era do Consulado o foi contratado pelos *angolanos* da Maré. A recepção dos *angolanos* ao chegar no hospital foi em tom ríspido e irônico, como narra Melo nesse trecho da entrevista:

Melo: Dois mil e dois... Dois, mil, dois mil e... Fomos lá, conversamos com o comandante, Diogo marcou para a gente, vimos a comida dos policiais também, ele falou, tá vendo? Olha o que nós comemos, está vendo, depois fala mal da gente, o comandante falou, vamos almoçar, ele falou, (Comandante) tá vendo, é mole? Vem falar o que a gente faz na rua com vocês, vocês também não são flor que se cheire. (Entrevista realizada em 7 set. 2015).

O comandante da Polícia Militar ironizou a reclamação feita pelos *angolanos* de que eles seriam mal-tratados e sofriam agressões dos policiais. O policial ainda falou que eles não eram “flor que se cheire”, uma expressão o qual faz alusão a participação dos *angolanos* no tráfico de drogas. E que os *angolanos* não eram vítimas, como eles estavam alegando para o comandante do Batalhão. Segundo Melo ocorreu uma melhora nas abordagens policiais após a mediação com a cúpula da Polícia Militar, como ele assinala:

Jorge: E depois dessa visita lá?

Melo: Depois dessa visita lá melhorou muito, melhorou muito mesmo cara, melhorou muito mesmo, o pessoal viu que a nossa era outra, não andamos em esquema... Quem estava na boca era um ou outro que isso é do ser humano mesmo, se envolver com a milícia, se envolver com o exército, isso é do ser humano mesmo, mas provaram mesmo que eles não viam ninguém, nunca param ninguém assim, já apanharam angolano traficando, mas um em cem ou duzentos que mora, apanhar um, poxa. (Entrevista realizada em 7 set. 2015).

Para Melo as abordagens policiais melhoraram após a mediação com o comandante. O que ele atribui à constatação da Polícia de que não havia uma adesão em massa dos *angolanos* ao tráfico de drogas. O que existia, segundo Melo era um, dois ou três *angolanos* que realmente estavam no tráfico de drogas, mas não a comunidade angolana da Maré. Melo admite a

participação de alguns *angolanos* no tráfico de drogas, que para ele é algo normal que alguns sejam seduzidos pela criminalidade.

Declarações com a de Melo, são semelhantes à de outros conterrâneos sobre o episódio. Eles não negam que um número pequeno de *angolanos* participaram do tráfico de drogas. Contudo, são casos isolados, que não justificam a generalização produzida pela mídia e pelo Estado. Negam qualquer adesão em massa ou mesmo a possibilidade de os *angolanos* fornecerem treinamento de guerrilha. A frase mais acionada pelos *angolanos* para contrapor tais acusações é: “Nós viemos para o Brasil para fugir da guerra, não viemos para cá para entrar em outra guerra”. Aproximadamente 9 em cada 10 *angolanos* residentes na Maré utilizam essa argumentação quando são questionados sobre as acusações relativas participação no tráfico de drogas.

O terceiro e último interlocutor que apresento é Badharó. Ele é rapper, chegou ao Brasil em 1997. Desde que chegou residi na Maré. Badharó tem 38 anos, é casado com uma brasileira e tem dois filhos no Brasil. O rapper africano foi detido três vezes por policiais, devido as acusações de envolvimento dos *angolanos* com o tráfico de drogas. Inclusive, em 2008 Badharó foi um dos entusiastas da criação da Casa de Angola. A casa teria como propósito promover atividades voltadas para educação e cultura para os *angolanos* e seus descendentes, que residem na Maré. A casa de Angola também tinha como propósito desconstruir o estigma construído pelas acusações. A casa de Angola não conseguiu ser concluída. O rapper *angolano* narra os efeitos produzidos pelas acusações na comunidade angolana:

Badharó: Isso, e depois o pessoal foi vendo que era ao contrário, não era o que a sociedade estava dizendo, porque eu lembro na época, a gente sofreu muito preconceito, uma vez a gente subiu no ônibus os caras nos olhando, o pessoal nos olhando, eu trabalhava nessa época eu trabalhava em Botafogo, tem que ver o pessoal no ônibus cheio de medo nos olhando como, os caras são bandidos mesmo, não tem nada a ver. (Entrevista realizada em 15 jul. 2015).

Os efeitos das acusações eram notados principalmente por aqueles que não residiam no conjunto de favelas. Quando os *angolanos* utilizavam ônibus para locomoção ao trabalho os demais passageiros ficavam assustados com a presença dos *angolanos* no ônibus. Segundo Badharó eles eram olhados com temor pelos passageiros, que os viam como bandidos. Em seguida questionei-o sobre as abordagens policiais o rapper respondeu:

Badharó: Naquela época eles não nos abordavam tanto, eu lembro que nessa época não nos abordavam tanto, eles evitavam nos abordar, mas depois passou um tempo, eu lembro que depois dessa época aí eles passaram a nos abordar com frequência, tanto que eles já perguntavam onde tem casa de angolano aqui, e tinha sempre X-9 vendo para entregar a gente, entendeu? Para eles virem pegar coisas nossas, e aí foi indo até que passou, mas aceitava, teve um tempo que a gente se revoltou contra eles, quando eles vinham mesmo carro parado aqui a gente ia em cima, e aí eles não podiam

sair atirando para todo o mundo, aí eles começaram a ver esse tipo de comportamento aí eles mudaram. (Entrevista realizada em 15 jul. 2015).

Inicialmente segundo o rapper os *angolanos* não eram tão abordados pela polícia. Contudo essa situação se modificou, com a intensificação das abordagens policiais. Os policiais descobriam aonde os *angolanos* residiam através de X-9. Com informação onde eram localizadas as casas, os policiais efetuavam as abordagens. Os policiais apreendiam as mercadorias, acusação semelhante a feita por Melo. Porém, o rapper relata uma reviravolta dos *angolanos*, que passaram a se rebelar contra essas abordagens e extorsões realizadas pelas forças policiais. Os imigrantes africanos agiam em grupo de modo a confrontar os policiais, denunciando as abordagens policiais truculentas, arbitrárias e ilegais.

Na primeira entrevista que realizei com Badharó, ele já tinha me revelado a abordagem policial realizada em sua casa, sem mandato judicial. Como na primeira entrevista não tinha feito uso de gravador voltei a questioná-lo sobre esse episódio, o rapper respondeu:

Jorge: E como e que foi o dia que eles foram na tua casa, você estava tomando banho eles chegaram?

Badharó: É aqui, foi aqui. Na verdade, eu não morava na frente aqui, eu estava começando, tinha batido a laje debaixo aqui dessa debaixo, e aqui eu não morava aqui, eu morava ali atrás numa kitnete que eu havia feito, e foi nesse dia que eles vieram, teve um colega meu que eles bateram, um colega meu me entregou um negócio para mim guardar, eu guardei esse negócio, só que eles pegaram um angolano lá na Baixa do Caranguejo e deram uma coça nesse angolano, esse angolano entregou o meu colega lá, o Potaroma, chama-se “Potaroma”, entregando lá, só que o Potaroma tomou também uma coça lá, diz ele quando ele falou, quando a gente sentamos para conversar, ele falou, eu tinha que entregar o Bene senão eu ia morrer, porque a coça era tanta que eles me deram, me botaram ainda, foi e me botaram um saco de compras, foram me apertando então não dava mais para mim, não dava mais para...

Jorge: Segurar.

Badharó: Para segurar a parada, me pisando a cabeça, entendeu? E aí o que eu fiz, entreguei o Bene, só que quando eles chegaram aqui eu estava dentro da minha casa, eles chegaram e me chamaram, Bene, Bene, eu pensei que fosse alguém que me conhece, eu falei opa, e tu mesmo, aí entraram dentro de casa, só que estava lá as crianças, eu e a minha esposa, só que eu estava tomando banho, nesse momento eu estava tomando banho para sair, é tu mesmo, o que está acontecendo? A casa caiu rapaz, está tomando banho, tu acabou de fuder e agora está tomando banho, pô, a minha família lá cara, nem isso eles respeitaram, aí eu falei não eu não fiz nada, eu não devo, eu me vesti e sai e vim aqui a frente aqui, fiquei aqui na frente onde tinha o bar, eles foram procurando.

Jorge: Revistaram tudo?

Badharó: Revistaram tudo, revistaram tudo, eu dizendo pô aqui não tem nada cara, falei pô, o fulano lá te entregou lá e você está falando que você não tem nada, aí eu falei, não tenho nada não, eu até ainda fiquei debochando da cara deles, fiquei rindo, ele falou tu estás rindo, eu falei, pô, eu vou ter que chorar cara, eu não fiz nada, vocês não me pegaram com nada não, está aí. (Entrevista realizada em 15 jul. 2015).

Badharó narra como ocorreu abordagem policial em sua casa. Segundo os relatos dos rappers os policiais militares chegaram até sua casa após agredirem e obrigarem dois *angolanos*

a revelarem quem era o Bené onde residia³⁵. As agressões praticadas pelos policiais militares contra os dois compatriotas tinham a intenção de obter informações. Inclusive, ele cita que os policiais militares utilizaram saco plástico para torturar o seu amigo. A tortura com o uso do saco plástico, é para asfixiar a vítima até que a mesma revele as informações desejadas. A utilização constante do saco plástico faz com que a vítima fragilizada pela falta de ar revele as informações³⁶. Além da tortura com uso de saco plástico os dois rapazes foram espancados até revelarem as informações desejadas pelos policiais, no caso descobrir o local de moradia de Badharó.

Na verdade, o que ocorreu com os dois rapazes *angolanos* foi a prática da tortura. A tortura foi uma prática largamente utilizada no período da Ditadura civil-militar (1964-1985)³⁷, contra os opositores ao regime ditatorial. No período da redemocratização a tortura foi intensamente denunciada pelas organizações de direitos humanos com destaque para o Grupo Tortura Nunca Mais. Contudo, a tortura permanece como uma prática comum tanto nas forças policiais, como das Forças Armadas quando realizam intervenções em favelas, como na Operação Rio em 1994. A socióloga Cecília Coimbra (2001) aborda em seu livro *Operação Rio: o mito das classes perigosas*, a prática comum de tortura utilizada pelos militares das Forças Armadas, quando ocupavam favelas cariocas. As acusações feitas pelos moradores revelavam a utilização de choques elétricos, afogamento em galão com água, entre outros métodos. A tortura e os abusos praticados pela Polícia diminuíram no período pós-ditadura, mas ainda são práticas cotidianas.

A violência e o desrespeito aos direitos pela polícia têm uma longa história no Brasil. Um padrão constante de abuso da população pelas forças policiais, sobretudo no caso das camadas trabalhadoras, tem-se repetido em governos liberais ou conservadores, em períodos ditatoriais ou democráticos. Entretanto, pelo fato de o número de abusos sérios pela polícia no final dos anos 80 e começo dos anos 90 ser especialmente alto, e também por terem acontecido durante uma consolidação democrática em que o respeito aos direitos do cidadão expandiu-se em várias outras áreas (especialmente os direitos políticos), eles apresentam um desafio para análise. (CALDEIRA, 2000, p. 137).

Badharó conta que a invasão a sua casa não foi a única vez em que foi detido pela polícia. Ele conta que foi detido duas vezes pelo Bope. Uma vez o rapper foi detido em casa pelos

³⁵ Bené é o apelido de Badharó.

³⁶ O método de tortura com uso de saco plástico ficou nacionalmente e internacionalmente conhecido em 2007. A partir do lançamento do filme brasileiro *Tropa de Elite*, o filme teve grande repercussão devido aos métodos de tortura utilizados pelo Bope (Batalhão de Operações Especiais) da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

³⁷ É importante afirmar que a tortura no Brasil não teve início no período da Ditadura Militar. Alguns estudiosos apontam que a prática da tortura é resquício de uma sociedade escravocrata. Entretanto, a tortura foi aperfeiçoada e intensificada como prática no período ditatorial (HOLLOWAY, 1993).

policiais da tropa de elite e a outra vez foi detido no trabalho. Nas duas vezes foi encaminhado para a Polícia Federal, porém ao chegar na Polícia Federal foi rapidamente liberado pelo delegado. Os meus interlocutores traçam uma comparação entre a abordagem dos policiais federais dos policiais civis e militares. Segundo eles, os policiais federais agem com mais respeito, em contraposição os policiais militares e civis que são truculentos e autoritários. No trecho abaixo o rapper *angolano* relata sobre as abordagens:

Badharó: A PM, eu também já fui pego duas vezes pelo Bope, uma vez me tiraram de dentro de casa, e uma vez me pegaram vindo do trabalho, me levaram lá, só que...

Jorge: Na federal?

Badharó: Isso, na federal, só que sempre que eles me levam lá na federal lá o cara da federal estava lá, Doutor Ivan, na época quem controlava lá o cara da federal era o Doutor Ivan, a primeira vez que eles me levaram me tiraram de dentro de casa me levaram lá, quando chegamos o Doutor Ivan perguntou, o que está acontecendo? Ah não, pegamos eles, pegamos ele e trouxemos aqui para averiguar, o Doutor Ivan falou assim, para averiguar, está bom, vamos averiguar, mas quem é aí o cara da delegação aí? Quem é o chefe aí, sou eu, um cara lá levantou eu, vai tomar no cú rapa, tu está maluco, mandou isso mesmo já para o cara, tu está maluco? Vai se fuder rapa, se acontecer alguma coisa com esse cara aqui você sabe, você vai pagar, assina aqui, assina aqui, porra, fudeu, sempre, e depois do cara ter assinado, falou bom vocês foram lá para pegar vagabundo, para pegar os garotos, vocês tiraram o garoto de dentro de casa, o que ele tem? Ah não, e mostrou esse documento aqui, porque naquela época a gente tinha... (Entrevista realizada em 15 jul. 2015).

No capítulo 2, Ivo Domingos relata melhor como os *angolanos* da Maré passaram a acionar a Polícia Federal, quando eram abordados pelos policiais militares ou civis. Como estrangeiros, os *angolanos* reivindicavam quando detidos para serem levados para uma delegacia da Polícia Federal. Na Polícia Federal após terem seus documentos checados eram imediatamente liberados. Essa prática dos *angolanos* era utilizada, principalmente para evitar que seus bens e mercadorias fossem apreendidos pelos policiais. Essa prática de solicitar o encaminhamento para a Polícia Federal foi uma prática de resistência as arbitrariedades dos policiais militares e civis. No trecho a seguir, Badharó relata as manifestações dos *angolanos* contra as ações policiais:

Badharó: Houve várias manifestações, aqui dentro da favela também já fizemos uma, nessa época que o Garotinho botou aqui os caras aqui, a gente fez uma aqui, o civil, tinha civil aqui, na verdade eles concordaram com a gente, eles viram não, a gente está abordando muito...Então o que aconteceu...

Jorge: Essa manifestação foi contra a polícia aqui dentro?

Badharó: Da polícia aqui dentro, a gente não estava mais andando à vontade porque estava sempre nos abordando, estava sempre nos abordando, então o que acontece, o policial nos abordava muito mal, e na verdade, depois a polícia civil nos deu razão, falou não, os caras estão certos, a abordagem aqui está sendo mal feita aqui, e eles estão reclamando por isso, entendeu? A gente passava todo mundo na rua fazendo manifestação, os nossos cartazes... Eu lembro que nesse dia a PM nos meteu bala de borracha para cima, entendeu, da gente, machucou uns dos nossos, depois pediram desculpas, pererê e ficou assim. (Entrevista realizada em 15 jul. 2015).

Os *angolanos* da Maré se mobilizaram contra as abordagens policiais truculentas e discriminatórias. Fizeram uma manifestação na Maré para denunciar a maneira arbitrária e preconceituosa que eram vítimas. A manifestação teve cartazes e faixas, pedindo respeito e dignidade aos policiais. A polícia reagiu de maneira truculenta, atirando com balas de borracha contra os imigrantes africanos. Outra manifestação foi citada por Badharó, esta outra manifestação foi realizada na Ilha do Governador. A manifestação foi organizada para denunciar os policiais militares que realizavam *blitze* para achar os *angolanos*, quando estes retornavam do aeroporto do Galeão com mercadorias e dinheiro enviados por seus familiares de Angola.

Os relatos revelados por esses três interlocutores trazem a tona os efeitos produzidos pelas acusações relativas ao grupo étnico. As acusações veiculadas em fevereiro de 2000 foram proeminentes em classificar e identificar a categoria *angolanos*, como uma categoria perigosa. Mesmo com a não comprovação da participação deste grupo étnico no tráfico de drogas, a estigmatização do grupo social foi cristalizada no imaginário social. Logo, os membros da comunidade angolana eram classificados como bandidos ou potenciais criminosos pelas forças policiais.

As diversas operações policiais realizadas na década de 2000 revelam como os policiais continuaram a agir de maneira discriminatória e racista com os imigrantes africanos. As casas em que os *angolanos* residiam eram preferencialmente procuradas pelos agentes da Polícia, que efetuavam abordagens ilegais em suas casas, sempre com argumentação de que eram bandidos e portanto teriam armas e drogas escondidas em suas residências. Para localizar as casas, alguns agentes da Polícia utilizam a prática da tortura pra obter informações. As abordagens policiais nas casas dos *angolanos* também ocasionavam na apreensão ilegal de mercadorias, dinheiro e bens, o que os interlocutores apontam como uma prática recorrente.

A segunda ação de cadastramento que ocorreu no Hospital da Polícia Militar em Niterói demonstra ter amenizado as abordagens policiais truculentas e discriminatórias, contudo essas abordagens não deixaram de acontecer, mas diminuiram. Além do segundo cadastramento, os *angolanos* realizaram uma manifestação, denunciando as práticas arbitrárias dos policiais. Os *angolanos* da Maré criaram um método para resistir as ações policiais, que era solicitar para serem encaminhados para a Polícia Federal, que era uma prática de resistência as arbitrariedades policiais.

As violações aos direitos humanos, como a prática da tortura entre outras violações aos direitos humanos, só puderam ser exercidas contra os *angolanos* após as acusações emergir na agenda pública. As acusações produziram a criminalização e estigmatização da categoria

angolanos. Esse imaginário social construído pelos meios de comunicação em massa e pelo Estado contribuiu diretamente para os efeitos sofridos pela comunidade angolana na Maré. Os imigrantes africanos foram linchados, perderam emprego, foram cadastrados arbitrariamente, sofreram tortura e tiveram seus direitos básicos violados. Essas ações foram praticadas e realizadas, devido a construção de uma categoria criminalizada e estigmatizada.

2 GLOBALIZAÇÃO POPULAR, ILEGALISMO E MERCADO INFORMAL

Gente só é feliz
 Quem realmente sabe, que a África não é um país
 Esquece o que o livro diz, ele mente
 Ligue a pele preta a um riso contente
 Respeito sua fé, sua cruz
 Mas temos duzentos e cinquenta e seis odus
 Todos feitos de sombra e luz, bela
 Sensíveis como a luz das velas

Mufete – Emicida

O primeiro contato que eu tive com a informação sobre a prática de estelionato por *angolanos* residentes na Maré foi em uma conversa informal com um taxista – ex-morador da Maré –, que atualmente reside na mesma cidade que eu, São Gonçalo. Ele me levava ao aeroporto e, em conversa informal durante o trajeto, pude lhe contar sobre meu objeto de pesquisa, os *angolanos* residentes na Maré. O homem fez questão de me contar que morava em São Gonçalo há poucos anos, pois havido nascido e sido criado na Maré, local onde seus pais vivem até hoje.

Segundo ele, os *angolanos* se relacionavam com mulheres brasileiras para que elas abrirem contas bancárias e solicitassem cartões de crédito com documentos falsos. Com o dinheiro obtido com as contas bancárias fraudadas os *angolanos* compravam produtos e conseguiam dinheiro. Depois que conseguiam o que queriam, os *angolanos* abandonavam estas mulheres.

Custei a acreditar no que ouvira e encarei esse relato como fantasioso, fruto de uma xenofobia ou preconceito banal, mas em seguida, recordei-me de uma cena do documentário lançado em 2012, “Open arms, closed doors” (“Braços abertos, portas fechadas”), que chamou muito a minha atenção mas, que num primeiro momento, não havia conseguido compreender. A cena ocorre na Maré, onde a esposa do rapper angolano entra em uma loja de materiais de construção para comprar material para a construção do estúdio de música no último andar de sua casa. Enquanto caminham em direção à loja, a esposa de Badharó comenta que é melhor que ela realize a compra, pois donos dos estabelecimentos comerciais têm desconfiança dos imigrantes africanos. Ao final da compra, as cineastas questionam os comerciantes o porquê de não venderem para os *angolanos* e a resposta é espontânea:

Proprietário da loja: “Esse marido da dona Marta é de boa. Eu nunca tive problema com ele, eu trabalho com ele há muitos anos. Tem uns bons também, né? Mas agora a maioria a gente não trabalha aqui mesmo não.

- Oh, Rogério! Vou chamar meu filho pra vim falar. Chega aí! [*comerciante chama o filho*]. Você pega cartão de angolano aqui? Você trabalha com angolanos aqui? Por quê? Fala a verdade!”

Rogério: “Tudo montado, tudo clonado!”

Proprietário da loja: “-Aí, não tem endereço. Cada dia está em um lugar, uai. Mora hoje aqui e amanhã mora em outro lugar. Parece todo mundo, todo mundo parece um com o outro. Todo mundo parece igual. Não olhou direito. Você não sabe quem é quem, é sério! Aí, você vai lá, são três nomes diferentes, uai. Dá o nome aqui de Manoel, daqui a pouco já não é Manuel, é Severino. Lá na venda, já está com a identidade de outro, é fogo! Só polícia mesmo, mas nem polícia pode prender eles, né?” (OPEN..., 2012, n. p.).

A princípio, compreendi a reação do proprietário da loja, assim como a do taxista, atribuída ao racismo e à xenofobia, já que, na cena seguinte, o documentário retrata um período em que Badharó esteve em Angola, e seu bar na Maré estava muito movimentado de clientes. Segundo a esposa brasileira do rapper, a movimentação no estabelecimento se dava pela ausência de *angolanos* e do próprio Badharó no bar. Mas, a partir do momento em que um interlocutor me revelou ter praticado “golpes” de estelionato, no passado, eu passei a compreender quais eram as questões envolvidas na cena citada acima. E, ao assistir novamente ao documentário, entendi que o que motivava o proprietário da loja a não aceitar cartões de crédito era ter tido problemas com cartões clonados de clientes *angolanos*.

O objetivo deste capítulo não é apontar as práticas ilícitas como práticas da comunidade angolana e muito menos incriminar ou fazer acusações. O propósito é analisar como os imigrantes *angolanos*, residindo nas metrópoles brasileiras, recorreram às práticas fora da legalidade do Estado para sobreviver. É importante ressaltar que as práticas ilícitas abordadas neste presente capítulo ocorreram no passado, não no presente e que, durante o desenvolvimento da minha pesquisa, não constatei o acontecimento de nenhuma das práticas citadas.

Com o intuito de não prejudicar algum dos interlocutores, neste capítulo utilizei pseudônimos; alterei datas, nomes e lugares e preferi restringir algumas informações que pudessem identificar os interlocutores. Fiz essas alterações de modo que ninguém pudesse ser identificado e que, porventura, os informantes ou mesmo esta dissertação venha a servir como prova para futuras acusações criminais ou problemas judiciais. As alterações realizadas não mudam em nada a etnografia. As mudanças são meramente com o propósito de evitar a identificação dos pesquisados. Em contrapartida, vale destacar que as informações que eu utilizo na segunda parte sobre Ivo Domingos não foram alteradas, pois foram divulgados em seu próprio livro, de acesso público.

Primeiro, apresentarei a etnografia sobre um importante interlocutor, o Roberto Cazenga. Roberto foi o único interlocutor que me confidenciou a prática do estelionato. Ele me narrou, em conversas informais durante o trabalho de campo, como eram realizadas as práticas ilícitas e a sua própria participação nessas atividades. Sua trajetória é bastante peculiar para explicar como essas tramas sociais são borradas pelo informal, ilícito e ilegal. Segundo sua narrativa, a prática ilícita do “171” foi sua fonte de renda por alguns anos, até parar com essas atividades e abrir seu próprio negócio. Primeiramente, administrou um bar em parceria com o seu primo e, logo depois, abriu o seu próprio estabelecimento comercial.

Na segunda parte, apresento a trajetória de vida do interlocutor Ivo Domingos Bumba. Tomei conhecimento do envolvimento de Ivo com as práticas ilícitas a partir de seu livro autobiográfico, com o qual ele me presenteou durante o trabalho de campo. Seu livro é surpreendente, pois ele narra a sua trajetória desde Angola até o Brasil. Aqui, além de relatar os empregos informais e precários em que trabalhou Ivo também relata as práticas ilícitas que realizou. Desde uma curta passagem pelo tráfico de drogas até o chamado esquema do “171”, que o levou à prisão.

Na terceira parte, busco analisar a trajetória de Rob e Ivo apresentados no início do capítulo e dos demais interlocutores. A partir dessas trajetórias é possível analisar os percursos desses atores pelas fronteiras porosas de atividades informais, ilícitas e ilegais. O conceito de globalização popular não hegemônica (RIBEIRO, 2010) contribui para elucidar como os imigrantes são atores fundamentais no comércio transnacional de mercadorias e pessoas. Os *angolanos* participaram e participam de atividades que estão inseridas na globalização por baixo (TARRIUS, 2002). Essa inserção dos *angolanos* no comércio transnacional e em outras atividades ilícitas não poderia acontecer sem a cooperação com os agentes do Estado a partir das trocas de “mercadorias políticas”.

Na quarta e última parte busco analisar como os *angolanos* são personagens urbanos como grande parte da população urbana das grandes metrópoles. No mundo social construído após a reforma neoliberal os personagens urbanos transitam cotidianamente pelas dobras do legal e ilegal. Seja em Londres uma metrópole de um país central ou no Rio de Janeiro, uma massa de trabalhadores urbanos passam longos períodos oscilando entre o desemprego, o trabalho precário, atividades informais, atividades ilegais e o tráfico no varejo. Essa circulação entre essas ocupações é a chamada “mobilidades laterais” (RUGGIERO; SOUTH, 1997).

2.1 Roberto Manuel Cazenga entre lícito e o ilícito

Roberto Manuel Cazenga tem 40 anos e chegou ao Brasil no ano 2000. As motivações que o levaram a migrar são semelhantes às dos demais interlocutores: a fuga da guerra civil e a busca por melhores condições de vida. Desde que chegou ao Brasil, a Maré foi o seu primeiro e o único lugar de moradia. Roberto tem aproximadamente 1,75m de altura, está sempre bem vestido e dificilmente tira o boné. Sempre recebe amigos, clientes e os comerciantes vizinhos com um sorriso peculiar. Instalou-se na Maré por conhecer amigos que fez em Luanda e parentes que já residiam nessa localidade. Como outro conterrâneo residiu em mais de três favelas da Maré até fixar sua moradia na favela Balacobaco, onde morou a maior parte do tempo que viveu no Brasil. No final de 2015, Roberto fechou o seu depósito de bebidas e retornou a Angola juntamente com sua esposa brasileira e dois dos seus filhos. Roberto tem o apelido de “Rob” e é bastante querido por *angolanos* e brasileiros.

Rob é casado, têm três filhos, dois com sua esposa e um fora do casamento. Ele sempre fala com êxtase sobre suas muitas aventuras amorosas. Entretanto, após ter separado de sua esposa por quase um ano, ele diz está mais sossegado em relação às mulheres, porém, como ele mesmo diz, não deixa de “dar seus pulos fora”.

Eu conheci Rob por intermédio dos meus interlocutores do Cano Furado, que me indicaram o seu comércio como um lugar de encontro dos *angolanos* na favela Balacobaco. Rob era proprietário de um depósito de bebidas e um bar improvisado em uma das principais ruas da favela. A rua é repleta de comércios como restaurantes, lojas de celulares, padaria, pastelaria, açougue, bares, camelôs, ambulantes, *lan houses*, um ponto de moto táxi, entre outros estabelecimentos e, no final da rua, é situado um ponto de drogas ilícitas³⁸ próximo ao depósito de Roberto. Ao lado do seu comércio existe uma pensão, onde os meninos do tráfico de drogas fazem suas refeições, constantemente, portando seus fuzis e rádios. A circulação de pessoas na rua é intensa, como também a circulação de motos, triciclos, bicicletas e carros, sendo por vezes difícil até mesmo para um transeunte andar. A favela do Balacobaco é controlada pela facção Comando Vermelho³⁹ e neste local a venda de *crack*⁴⁰ é permitida, por

³⁸ Os pontos de venda de drogas ilícitas no Rio de Janeiro são chamados popularmente de Bocas de fumo.

³⁹ Nas favelas da Maré controladas pela facção Terceiro Comando Puro a venda de *crack* é proibida.

⁴⁰ Na entrada da favela Balacobaco, na Avenida Brasil, existia uma cracolândia retirada pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Os usuários de crack se espalharam pelo Balacobaco e pela favela Roque Santeiro. A ação da Prefeitura ocorreu em função da construção da construção, da Transcarioca.

isso é constante a presença de usuários de crack nas ruas, pejorativamente chamados de *cracudos*.

O seu depósito de bebidas não é apenas frequentado por *angolanos*, como também por brasileiros. Rob, inclusive, mantém uma ótima relação com os comerciantes vizinhos e se orgulha bastante dessa relação fraternal. “Eles me amam”, brincou o comerciante, certa vez quando uma vizinha foi lhe pedir algo emprestado. A partir de setembro de 2014 eu passei a frequentar o comércio de Rob realizando observação participante. Durante o dia, seu estabelecimento era menos movimentado e sem a presença de muitos clientes que permanecessem no comércio. Em geral, um cliente comprava um refrigerante ou uma água e ia embora. Era, na maioria das vezes nos finais de semana e no período noturno em que havia um maior número de frequentadores, quando estes chegavam do trabalho e permaneciam no bar.

Desde a primeira visita ao seu estabelecimento, Rob me recebia de maneira amistosa, sempre fazia questão de me apresentar aos seus compatriotas que chegavam ao seu depósito como pesquisador e me indicava quem poderia me ajudar no meu trabalho de pesquisa. Ele dizia: “Esse é um bom cara para você conversar”. No entanto, a maioria das pessoas que me era apresentada por Rob ficava desconfiada a respeito do propósito da minha pesquisa. Rob também se orgulhava de ter recebido outros pesquisadores e de ter concedido entrevistas. Nesse primeiro contato, ele falou que há poucos meses tinha recebido uma pesquisadora. Devido a essa gentileza de Rob, eu conheci em poucos meses boa parte da comunidade angolana residente nas favelas Balacobaco, Roque Santeiro e Parque Amanhã. Os *angolanos* da Vila Esperança, do Cano Furado e ex-moradores da Maré também frequentavam o seu estabelecimento.

A minha relação com Rob desde o início foi profícua. Ele sempre foi solícito, pois respondia as perguntas que eu lhe fazia, apresentava-me seus clientes e até mesmo por fornecer o telefone de alguém com quem eu precisava entrar em contato. Muitas vezes perto de fechar o depósito de bebidas, quando eu avisava que iria embora ele me dava uma cerveja de cortesia ou mesmo me oferecia uma carona até Avenida Brasil, onde ficava estacionado o meu carro. Quando Rob tinha uma bebida requintada, como um uísque ou conhaque importado, sempre fazia questão de me oferecer. Eu e Rob em inúmeras ocasiões conversamos sobre assuntos de sua vida privada e de alguns casos extraconjugais, sobre os quais ele falava com certa vaidade. Por duas vezes, ele fechou o depósito de bebidas e fomos, em sua moto, para a *esquina dos angolanos*, no Cano Furado⁴¹.

⁴¹ A primeira vez que eu fui ao Cano Furado de moto com Rob já por volta das 21h, eu fiquei bastante amedrontado. Pois nós éramos dois negros em uma moto, saindo de uma favela controlada pelo Comando Vermelho em direção a uma controlada pelo Terceiro Comando. Além de passar pela divisa entre as duas

É importante relatar que todos os dados coletados sobre Rob foram através de conversas informais. Eu não realizei uma entrevista formal, pois o gravador inibiria respostas mais ricas ou poderia gerar algum constrangimento. Rob sempre se demonstrou solícito em responder as minhas questões. Em nenhum momento se negou a dar alguma resposta ou abordar determinado assunto. Eu procurava fazer questionamentos em momentos em que estávamos sozinhos em seu estabelecimento, em geral no período da tarde, e, ao longo de um ano frequentando (2014-2015) seu estabelecimento, consegui coletar os dados que apresento e analiso neste capítulo.

No dia 14 de novembro ocorreu a festa de comemoração do aniversário de 40 anos da independência de Angola, organizada pelo Consulado Geral de Angola e realizada no Clube Português, no Centro do Rio. Uma semana antes da festa, Leozinho⁴² havia me prometido conseguir um convite, porém, como não consegui encontrá-lo antes do evento, fui à *esquina dos angolanos* tentar conseguir um convite com outra pessoa. Foi então que Rob chegou e, logo que eu lhe falei do meu problema ele, prontamente, disse que resolveria. Da *esquina dos angolanos* fomos de moto a sua casa no Balacobaco. No trajeto, Rob me disse como me admirava pela simplicidade de transitar entre pessoas de classes sociais diferentes e pela minha simpatia com todos os *angolanos*. Nós chegamos a sua casa, onde fui pela primeira vez, e jantamos.

Mesmo depois de ele ter me confidenciado assuntos de foro íntimo eu não tinha conhecido sua casa. Eu já tinha visitado a casa de todos os outros interlocutores mais próximos como Lica, Melo, Badharó e Alexandre, mas essa foi a primeira vez na casa de Rob. Após o jantar, retornamos ao Cano Furado. Rob me deixou na *esquina dos angolanos* e retornou a sua casa. Naquele dia compreendi o gesto de me dar o convite da festa e me convidar para jantar em sua casa como um gesto de amizade e confiança.

O principal local de sociabilidade dos *angolanos* na Maré e também de reconhecida importância para os imigrantes africanos residentes no Rio de Janeiro é a *esquina dos angolanos*, localizada no Cano Furado. Em segundo lugar, o depósito de bebidas⁴³ de Rob, pois atrai *angolanos* e suas famílias para encontros, churrascos ou apenas para uma cerveja.

facções, local com grande histórico de confrontos, ainda passamos pelo Caveirão que está localizado embaixo da Linha Amarela, desde a saída das Forças Armadas da Maré.

⁴² Leozinho é morador do Cano Furado e proprietário de um dos estabelecimentos comerciais na esquina dos angolanos, a Adega do Vinho.

⁴³ O depósito de bebidas de Rob também recebeu um ponto de TV da TPA, em abril de 2015, quando o vice-cônsul angolano visitou o Cano Furado.

Roberto se orgulha bastante da visibilidade que seu comércio alcançou em pouco tempo. Segundo ele, o seu depósito tinha pouco mais de um ano e seis meses em funcionamento e já tinha uma clientela consolidada. Ele atribui o rápido sucesso do seu comércio à sua habilidade e cordialidade no trato com os clientes e pelas longas jornadas de trabalho a frente do seu comércio. Rob conta que não foi fácil conquistar a freguesia de início, mas que abria o estabelecimento pela manhã já que outros estabelecimentos semelhantes ao seu abrem depois do almoço e assim ele conseguiu conquistar a clientela. A habilidade de Rob em conduzir o seu comércio por vezes me lembra a frase dita por Xumane⁴⁴, um dos meus interlocutores: “Nós angolanos, somos originalmente um povo comerciante”. Rob tem uma habilidade em se relacionar com clientes de diferentes faixas etárias, sexo e até mesmo com os *meninos do tráfico*.

Contudo, a atividade comercial era recente em sua vida. Rob conta que o início da sua atividade comercial ocorreu com o seu primo no Brasil. Em 2012, o seu primo viajou para Angola, onde permaneceu por alguns meses. Durante esse tempo, Rob assumiu administração do bar do seu primo. Segundo Rob, esses meses em que ele assumiu a condução do bar fez elevar o número de fregueses e consequentemente as vendas. Com o retorno do seu primo de Angola os dois passaram a administrar o bar conjuntamente, o que Rob relata ter sido uma experiência malsucedida. Rob considera o seu primo um *comédia*⁴⁵ e irresponsável, que não sabe conduzir os negócios. Por seis meses os dois se desentenderam por diversas vezes, o que Rob atribuiu à falta de profissionalismo do seu primo, que exagerava na bebida e realiza desfalques no caixa do bar. Cansado dos desentendimentos e da dificuldade em continuar o negócio em parceria, Rob decidiu abrir o seu próprio estabelecimento comercial.

Em 2013, Rob alugou uma loja e deu início ao seu próprio negócio: um depósito de bebidas. Em pouco tempo obteve não só a consolidação do seu estabelecimento comercial, como ainda conseguiu com que seu depósito fosse mais freqüentado do que o bar do seu primo. Rob conta ainda como consegue se relacionar de maneira amistosa com os *meninos do tráfico*, que por vezes estão no bar ao lado do seu depósito. Rob diz que os trata de maneira cordial e respeitosa, mas sem demonstrar medo ou temor. Entretanto, em meados de 2015, Rob me contou uma situação de desentendimento com um dos soldados do tráfico.

Cheguei à favela parque União por volta de 16h, encontrei Rob no depósito atendendo alguns clientes que ocasionalmente compravam algum produto. Ele me recebeu como

⁴⁴ Xumane, 36 anos chegou ao Brasil em 1999, é rapper e produtor musical. Xumane reside no bairro do Riachuelo.

⁴⁵ A gíria comédia designa uma pessoa fanfarrona ou vacilante.

habitualmente com dizeres: “E aí, gringo!”. Eu o cumprimentei e demos início ao bate papo. Rob disse: “Po, você não sabe o que me aconteceu essa semana”, e deu início a sua narrativa. Nesse período Rob tinha contratado um rapaz haitiano morador do Balacobaco para trabalhar em seu depósito, o Pierre. Rob se ausentou por duas horas para resolver questões pessoais e deixou o seu funcionário a frente do estabelecimento. Ao retornar, deparou com os seus fregueses angolanos bebendo em pé, enquanto todas as suas cadeiras estavam com os meninos do tráfico, que estavam sentados a alguns metros sem consumirem nada do seu depósito. Rob ficou revoltado com a cena e foi pegar suas cadeiras. Chegou para os meninos do tráfico devidamente armados e pediu imediatamente as suas cadeiras, pois seus clientes estavam em pé. Um dos soldados do tráfico reclamou, dando origem uma discussão calorosa. Rob diz que não se amedrontou e discutiu no mesmo tom de voz. Na insistência do rapaz em continuar sentado, Rob puxou a cadeira em que o mesmo estava sentado e levou para o seu estabelecimento. Segundo Rob, o rapaz ainda falou algumas palavras às quais ele não deu atenção. Quando ele acabou de contar o caso eu o interpelei: “Rob, você é maluco! Como você age com os caras do tráfico?! Rob respondeu: “Eu tenho quinze anos de favela. Não morri até agora!” (Diário de campo, 1 jul. 2015).

Eu o questionei se, após o episódio contado acima, não ocorreu alguma represália ou intimidação por parte dos traficantes. Ele me respondeu que não houve nenhum desdobramento posterior, que a situação *morreu*⁴⁶ naquele momento.

A contratação de Pierre como funcionário do depósito foi um caso relevante que chama atenção para globalização popular não hegemônica. Cheguei ao depósito de Rob e me deparei com um rapaz trabalhando, era um rapaz negro, alto (aproximadamente 1,80cm de altura) e com um sotaque característico. Logo, deduzi, equivocadamente, que Rob tinha contratado um colega conterrâneo para trabalhar em seu estabelecimento. O rapaz auxiliava Rob nos afazeres carregando caixas de cerveja, atendendo clientes, limpando o estabelecimento e, por vezes, tomando conta do comércio quando Rob se ausentava para almoçar ou para resolver algum problema. No dia que conheci Pierre, ele trabalhou até às 20h, quando Rob o dispensou do trabalho. Depois permanecemos Rob e eu no depósito bebendo cerveja e conversando. Nesse momento, Rob me contou a história de seu funcionário.

Rob me relatou que o vínculo de amizade com Pierre começou, pois ele era seu cliente. A partir de algumas conversas, Rob ficou sabendo da situação de desemprego do rapaz e resolveu dar-lhe uma oportunidade de trabalho em seu depósito. Contudo, Rob fazia questão de deixar claro que se tratava de um teste, e ainda afirmava: “Eu estou testando para ver como ele se sai no trabalho. Até agora ele está indo bem. Eu tenho que ter confiança. Hoje eu saí para resolver algumas coisas e deixei ele aí de frente, por isso eu o liberei mais cedo”. Aproveitei o momento e questionei se o rapaz era angolano. Rob me respondeu que Pierre era haitiano e já morava algum tempo com a esposa no Balacobaco. Rob me falou, ainda, que combinou com

⁴⁶ O Termo *morreu* é uma gíria designa o término de uma ação ou atividade.

Pierre a seguinte remuneração: R\$50,00 por dia trabalhado e que, ao final de cada semana, ele pagaria R\$300,00 (o depósito funciona de segunda a sábado).

Rob me contou os seus planos com a contratação de Pierre como seu funcionário. Ele planejava deixar o rapaz haitiano trabalhando em seu depósito, pois assim poderia conseguir um emprego para complementar a sua renda. Ele me falou, também, sobre as obras que ocorrem atualmente em quase todas as favelas da Maré: a construção de 18 escolas municipais, chamadas de escolas do amanhã⁴⁷. A construção das escolas municipais transformou a Maré em um grande canteiro de obras⁴⁸, em especial a área limítrofe à Linha Vermelha, onde estão sendo construídas as unidades escolares. Rob falou, ainda, que tinha um amigo trabalhando na obra, e que esse amigo conseguiria lhe colocar para trabalhar nas obras como auxiliar de obras ou pintor, e assim conseguiria aumentar sua renda, já que o salário na obra seria de R\$1.800,00.

Como Rob trabalharia dentro da Maré e bastante próximo de sua residência e de seu depósito de bebidas, o que o possibilitaria sair do trabalho e assumir o seu depósito para manter aberto no período noturno, enquanto Pierre trabalharia apenas durante o dia. Em seguida, Rob conta dos seus planos financeiros. Ele, que mora em uma casa própria, construiu no segundo andar uma casa para seu primo. Sua residência conta com apenas um quarto, que é dividido ao meio por uma cortina. De um lado dormem seus dois filhos e do outro, Rob e sua esposa. Rob fala que seu filho já está entrando na adolescência e por isso seria necessário que ele tivesse seu quarto independente, portanto está construindo um quarto no terceiro andar. Enquanto seu filho ainda não chegou na adolescência, o quarto será alugado. Rob também é proprietário de mais dois imóveis no Balacobaco, e ele aluga cada um por R\$700,00, o que lhe rende R\$1400,00 de renda mensal. Seu objetivo é atingir uma renda de R\$4000,00 por mês, que ele pretendia alcançar somando os rendimentos do depósito, o dinheiro recebido com os aluguéis e o salário na obra. Para Rob, com a renda de R\$4500,00 obteria uma tranquilidade financeira.

O teste de Pierre como funcionário não durou muito tempo; duas semanas depois, quando eu retornei ao depósito de Rob, Pierre já não trabalhava mais lá. Rob me contou sobre um desentendimento que teve com o antigo funcionário e sua consequente saída do trabalho.

⁴⁷ A Prefeitura do Rio de Janeiro deu início ao Projeto Escolas do Amanhã, que consiste na construção de unidades escolares, com ensino em tempo integral em um modelo inovador. Ao todo serão construídas 18 unidades na Maré, incluindo seis creches. O Projeto Escolas do Amanhã tem como foco a construção de escolas em áreas de risco, carentes em áreas de UPPs. Ver: PAULO ROBERTO JUNIOR; MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Complexo da Maré começa a ganhar 18 escolas em tempo integral para dez mil estudantes. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 abr. 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/complexo-da-mare-comeca-ganhar-18-escolas-em-tempo-integral-para-dez-mil-estudantes-15865158>. Acesso em: 15 maio 2016.

⁴⁸ Ver: MARTINS, Felipe. Prefeito inaugura fábrica para produzir 136 escolas. *O Dia*, Rio de Janeiro, 29 out. 2014. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-10-29/prefeito-inaugura-fabrica-para-produzir-136-escolas.html>. Acesso em: 15 maio 2016.

Rob me relatou que retornou ao depósito depois de ter ido almoçar e encontrou Pierre exaltado, reclamando do salário; que tinha que receber mais e que o que Rob estava pagando era uma miséria. Rob diz: “Quando eu cheguei, ele estava transtornado”. Rob e Pierre tiveram uma discussão acalorada. Rob conta que se segurou para não bater em Pierre, e que chegou a tirar o relógio. Segundo Rob, o haitiano gritava e gesticulava, enquanto ele pedia para se acalmar. Pierre queria receber R\$80 pelo dia trabalhado, enquanto Rob alertava que esse não era o valor combinado. Rob se negou a pagar mais do que o combinado e Pierre disse que dessa maneira não trabalharia mais e queria receber por esse último dia. Rob atendeu ao pedido e disse para ele passar mais tarde, quando ele estivesse mais calmo para receber o seu dinheiro. Pierre retornou no final da tarde e Rob lhe pagou R\$25 reais, já que ele não tinha trabalhado o dia inteiro. Após reclamar alguns minutos que deveria receber pelo dia inteiro de trabalho, Pierre pegou o dinheiro e foi embora. Rob, ao final da história, disse que nunca mais ia colocar alguém para trabalhar e ainda lembrou: “Lembra que eu te falei que era um teste? A gente tem que ter cautela para ver se a pessoa é mesmo de confiança.” (Diário de campo, 15 jul. 2015).

Na Rua Otávio Kelly, a principal rua da favela Roque Santeiro, próxima ao Balacobaco, ocorre uma grande feira aos sábados. A feira se estende por quinhentos metros, começando na Avenida Brasil e terminando na rua principal. São três fileiras de barracas e dois corredores estreitos por onde passam os transeuntes com bastante dificuldade. A feira é bastante movimentada com a venda de frutas, legumes, rádios, celulares, carnes, peixes, artigos nordestinos, eletrônicos, quinquilharias, eletroeletrônicos entre outros inúmeros produtos. Nos becos e ruelas transversais funcionam bancas de jogo de bicho e pontos de venda de drogas ilícitas como de cotidiano. A feira não conta apenas com feirantes brasileiros, mas também com feirantes chineses, bolivianos e *angolanos*. Os chineses vendem artigos eletroeletrônicos e celulares; os bolivianos vendem roupas e os *angolanos*, bonés, celulares e frango assado. Quase tudo é possível comprar nesta feira, desde artigos eletrônicos, celulares, roupas, passando por drogas ilícitas e instrumentos musicais.

Em um sábado, dia de feira, quando eu estava adentrando na favela Roque Santeiro, encontrei Rob na feira, negociando um celular com um feirante chinês que vendia celulares de origem duvidosa, frutos de contrabando e outros que provavelmente seriam falsificações de marcas famosas. Parei, cumprimentei Rob e fiquei ao lado dele observando a negociação que durou alguns minutos. Rob ficou interessado em um celular, contudo estava pechinchando o preço com o vendedor chinês. O vendedor falava muito mal português e resistia à proposta oferecida por Rob, que buscava pagar um preço menor do que proposto pelo feirante. A resposta negativa do chinês fez com que Rob desistisse da compra. Findada a negociação sem um acordo, caminhamos juntos pela feira e Rob fez o seguinte comentário: “Tem que ser firme com esses chineses, pois eles são muito espertos”. Rob comprou alguns legumes em uma barraca e seguimos em sua moto passando por becos e vielas até chegar ao seu depósito.

Quando fala sobre sua trajetória, Roberto dá ênfase aos anos difíceis que passou quando chegou ao Brasil, principalmente a situação da “violência urbana” na Maré. Ele exalta o fato de sobreviver na favela, enquanto muitos *angolanos* não conseguiram e retornaram para o país natal ou se mudaram para outros bairros cariocas ou para São Paulo. Rob conta que, nos primeiros anos, os *angolanos* residiam em pequenas casas com mais de 10 pessoas morando na mesma casa. Ele fala: “Os novos não sabem o que é isso. Já chegam aqui com casa boa e sem passar por apertos”. Essa é uma retórica corrente entre os *angolanos* que migraram nos anos 1990 ou no início dos anos 2000. Por vezes, quando estavam reunidos à noite no depósito de Rob, as estórias de dificuldades eram contadas com divertimento e risadas dos tempos difíceis. Pois, naquela época (ele se refere a quando chegaram) a situação era muito difícil. Segundo ele, eram 10 *angolanos* residindo em um quarto, e ele ainda dá ênfase: “Era um com o cu na cara do outro”. Ele conta que não tem vergonha de falar sobre isso, pois se tratava da realidade em que eles passaram nos anos iniciais difíceis.

A trajetória de Roberto Manuel Cazenga me foi revelada em vários encontros, quando eu frequentava seu depósito em dias de semana, principalmente, no horário da tarde, pois nesse horário o comércio geralmente estava vazio, e desse modo nós podíamos conversar melhor e abordar assuntos mais delicados. Foi em um desses dias que o questionei sobre sua trajetória ocupacional antes de abrir o depósito de bebidas. Rob me relatou que inicialmente exerceu a profissão de pintor predial. Trabalhou em várias obras na região da Barra da Tijuca e no Recreio. Para ele a profissão lhe rendia um salário razoável, contudo o trabalho era pesado e a carteira de trabalho não era assinada. Ele conta com muito pesar de obras em regiões longínquas no bairro do Recreio, Zona Oeste, aonde o ônibus não chegava⁴⁹. Ele tinha que pegar três ônibus e ainda andar 30 minutos para chegar até a obra. Ele relata o sofrimento vivido nesse período e as dificuldades.

Eu o questionei sobre em que ele trabalhou após a profissão de pintor. A resposta dele foi surpreendente, pois, apesar de eu já ter escutado alguns rumores sobre o envolvimento de alguns *angolanos* com estelionato, até então nenhum dos interlocutores tinha falado abertamente sobre este assunto. Rob me disse que durante anos exerceu a atividade de estelionatário (Rob utilizou o termo estelionatário). Em seguida, ele foi me explicando como funcionava tal atividade. Segundo Rob, a atividade funcionava a partir da falsificação de documentos, comprovantes de residência e contracheques, que eram utilizados para abrir contas

⁴⁹ O Conjunto de favelas da Maré localizado na região Norte do Rio de Janeiro fica a 35 quilômetros do bairro do Recreio, localizado na zona Oeste. Segundo o aplicativo *Google Maps*, o percurso dura em média 02h30min minutos, sendo necessárias duas conduções.

bancárias, solicitar cartão de crédito, talões de cheques e solicitação de empréstimos. Como o endereço e o nome das pessoas eram falsificados ou clonados, o risco de serem identificados era pequeno. Rob não me revelou quem fornecia os dados ou quem falsifica os cartões e documentos. Ao que tudo parece, existe uma rede informal de pessoas que realizam esse trabalho e fornecem para aqueles que praticam o estelionato. Ele também não me revelou quanto repassava para os demais envolvidos na atividade.

Segundo Rob, a ação de abrir a conta bancária era realizada por ele, ou por uma pessoa próxima, que poderia ser uma namorada ou mesmo uma pessoa de confiança. No caso, ele conta sobre uma ex-namorada que tinha muita desenvoltura para realizar essas atividades e ele confessa ser muito agradecido a ela, pois juntos eles realizaram diversas ações ilícitas desse tipo. Rob conta, que ela era muito bonita e quando ia ao banco se vestia de maneira impecável e muito bem maquiada. Dessa maneira, Rob diz que era certo conseguir abrir a conta bancária e a partir dela conseguir empréstimos, cartões de créditos e talões de cheque. Rob conta que a recompensava bem pela participação nas atividades e ele admite que é muito grato a ela: “Ela era parceira”, dizia Rob.

Roberto conta com lamento e excitação desse período de sua vida. Segundo seus cálculos, em um mês conseguia obter R\$10,000, o que me parece uma quantia muito elevada por ele estar falando de 10 ou 11 anos, quando a moeda era mais valiosa. Rob admite o gasto irresponsável com grande parte do dinheiro que ganhou nessa época. Ele fala do seu esbanjo nesse período com roupas caríssimas, perfumes caros, uísques caros e principalmente com festas. Ele financiava festas badaladas com a presença de um famoso *DJ* angolano famoso no Rio de Janeiro e assume que realizou inúmeras farras com mulheres dentre outras extravagâncias. Rob reclama de não ter tido maturidade suficiente nesse período para aproveitar o dinheiro de maneira mais racional e relata também que os demais *angolanos* que realizavam estelionato também não aproveitaram da melhor maneira o dinheiro fruto das atividades ilícitas.

Apesar do esbanjamento do dinheiro, Rob conseguiu comprar três casas na Maré, que, segundo ele, foram os únicos bens adquiridos com dinheiro da atividade de estelionato. Uma casa é em que ele reside com sua família e as outras duas casas que estão alugadas. Ao falar desse período de atividades ilícitas em sua vida a expressão de Rob é de um arrependimento pelo dinheiro dispensado em futilidades, porque ele considera que se tivesse investido esse dinheiro melhor, hoje ele estaria em uma situação econômica mais confortável.

Questionei Rob se, durante os anos em que praticou estelionato, ele foi preso ou pego pela polícia ele afirmou que foi duas vezes preso, mas não foi levado para delegacia ou fichado. Nas duas ocasiões, Rob pagou propina, assim obtendo a liberdade. Ele relata que quando

retornou da viagem a Angola em 2012 e se envolveu profundamente com uso de crack, ele abandonou as atividades ilícitas. Perguntei como uma atividade ilícita que movimentava tanto dinheiro não foi desbaratada pela polícia e Rob me respondeu que existe a participação de agentes do Estado na atividade de estelionato.

Todavia, durante um período, os “rolos”⁵⁰ que ele tinha na rua começaram a desandar e ele caiu nas drogas, se separou da esposa e passou a usar *crack*. Ele diz que esse tudo isso aconteceu quando ele retornou de uma viagem para Angola de cerca de um mês. Ele falou que consumia crack compulsivamente e chegou a vender todos os móveis de sua casa. Sua esposa, com quem ele tinha dois filhos, saiu de casa e ele ficou morando sozinho. Ele conta que esse foi o pior período de sua vida, pois emagreceu bastante devido ao uso da droga, ficou muito abatido e as pessoas foram se afastando dele. Segundo Rob, sua entrada no mundo das drogas se deu devido à profunda depressão que lhe abateu ao retornar de Angola para o Brasil, porque viu sua família em meio à pobreza em seu país de origem e, ao retornar ao Brasil, viu que os seus negócios (estelionato) não estavam indo bem. Logo, tudo isso colaborou para que as drogas pudessem servir de consolo para o seu sofrimento.

A sua recuperação teve início quando, um dia ao chegar a casa, deparou-se com uma das coisas que tinham sobrado – um espelho –, e ele viu sua imagem refletida; abatido, magro e consumido pela droga. A partir desse dia, Rob iniciou uma luta para parar com o consumo de crack e se reabilitar. Segundo ele, com o tempo conseguiu parar com uso de crack e retornar com suas atividades, recuperar o dinheiro e retornar para sua esposa. Rob conta que buscou largar as atividades ilícitas há dois anos, quando abriu um bar em sociedade com seu primo.

Em abril de 2015 as Forças Armadas que ocupavam o Conjunto de favelas da Maré se retiraram da Maré. O plano inicial do governo estadual era a instalação de quatro unidades de polícia pacificadora no conjunto de favelas da Maré: Duas Caras/Baixa do Caranguejo, Roque Santeiro/ Balacobaco, Sem Saída/Salve Quem Puder e Vila Esperança/Cano Furado⁵¹. A primeira base da UPP seria inaugurada em julho de 2015, mas até abril de 2016 ainda não havia sido inaugurada. Desde o início de 2015, especialmente o Bope realizou seguidas ações nas favelas da Maré controladas pelo Comando Vermelho (Parque Amanhã, Roque Santeiro e Balacobaco).

⁵⁰ Os rolos são as atividades de 171 que estavam em operação.

⁵¹ TROPAS federais deixam Complexo da Maré após 83 mil ações em 15 meses. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 jun. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/tropas-federais-deixam-comple-xo-da-mare-apos-83-mil-aco-es-em-15-meses.html>. Acesso em: 15 maio 2016.

Uma semana após uma grande operação do Bope nas favelas da Maré controladas pelo Comando Vermelho eu fui ao depósito de Rob. Estávamos em uma conversa sobre assuntos variados, quando eu aproveitei o assunto para perguntá-lo sobre a recente operação do Bope. Rob me respondeu que na semana passada o Bope tinha passado alguns dias ocupando o Balacobaco. Segundo ele “Os policiais do Bope estavam aqui, os traficantes estavam lá (aponta com o dedo), se os policiais do Bope vão para lá, os traficantes vêm para cá”. Ele ainda comentou: “será assim a UPP no Balacobaco”. A resposta me surpreendeu pelo fato de ele ter previsto, a partir da ocupação do Bope, como seria o arranjo da futura Unidade de Polícia Pacificadora. Nesse período de operações seguidas do Bope, eu me deparei como Caveirão do Bope⁵² na rua Otávio Kelly, quando adentrava na favela Roque Santeiro, como narro abaixo:

Cheguei por volta das 18h à favela Roque Santeiro. Eu estacionei meu carro próximo à Avenida Brasil. Entrei pela rua Otávio Kelly, que estava movimentada como de costume. Eu caminhei alguns metros e me deparei com o Caveirão. No primeiro momento, fui abatido por medo e uma apreensão de que naquele momento ocorresse um tiroteio ou algo parecido. Entretanto, tudo estava na maior normalidade, e a rua cheia, com muitas crianças que retornavam do colégio acompanhadas pelos pais; os ambulantes estavam presentes na rua com suas barracas e as lojas estavam abertas com suas mercadorias expostas nas calçadas. Parei e comprei um churrasquinho vendido por um ambulante. Meu objetivo era observar melhor o que se passava. Ao perceber que tudo permanecia na mais tranquila normalidade, eu segui o meu caminho com mais calma. A apreensão retornou, quando o Caveirão parou alguns metros perto de mim e a porta abriu. Dois policiais do Bope adentraram no veículo, e um dos policiais estava encapuzado. O Caveirão é de um modelo novo, recém- adquirido pelo governo estadual em 2013. Na sua lateral tem o famoso emblema do Bope: o desenho de uma caveira com duas pistolas cruzadas e uma faca enfiada na cabeça, portanto visivelmente identificado. Passei pelo Caveirão e continuei andando em direção ao depósito de Rob. Alguns passos depois, jovens com rádios olhavam entre as pilastras para identificar a localização do Caveirão. O funcionamento dos pontos de drogas e de jogo do bicho se mantinha inalterado. Segui até o depósito de Rob e fiquei sentado juntamente com mais dois angolanos que eu já conhecia. Conversamos um bom tempo sobre diversos assuntos cotidianos. Um tempo depois chegou a mãe da filha de Rob acompanhada da menina de 5 anos. Ela disse para Rob que iria ao salão fazer a unha e que iria deixar a menina com ele, mas o recomendou vigiar a menina, pois o Caveirão estava passando a todo o momento por ali. A filha de Rob ficou na companhia do pai com alegria e brincando pelos arredores do depósito, onde, às vezes, era advertida pelo pai por alguma brincadeira ou por sair de perto do estabelecimento. Permaneci até o final às 21h no depósito. Não avistei mais o Caveirão neste dia. (Diário de campo, 23 jul. 2015).

⁵² O ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, anunciou em 2006, após vencer as eleições, aposentar os veículos blindados da Polícia Militar “Caveirão”. Contudo, durante os seus mandatos, os caveirões continuaram sendo utilizados em operações policiais em favelas. Em 2013, durante o segundo mandato de Sérgio Cabral como governador, foram comprados oito novos caveirões mais modernos e com blindagem reforçada. O caveirão com o qual me deparei na favela Roque Santeiro era o recém- adquirido pelo governo estadual.

Nesse dia fiz algumas reflexões sobre a violência das forças policiais nas favelas, em especial encarnado na figura do Caveirão⁵³. Eu já tinha presenciado por diversas vezes a circulação de blindados da Marinha no Cano Furado quando as Forças Armadas ocupavam a Maré. Apesar do medo evidente ao ver os blindados da Marinha, nada se compara ao medo que me despertou o Caveirão. Ao presenciar a cena da mãe da filha de Rob o recomendando ficar atento sobre a possibilidade de um tiroteio devido à presença do Caveirão, consegui compreender o medo e alteração da vida que esse veículo realiza nas favelas do Rio de Janeiro. Ao ver o Caveirão, na favela Roque Santeiro foi impossível não me lembrar da Chacina do Roque Santeiro em 2013, quando uma incursão do Bope a favela vitimou 10 pessoas, nove moradores e um policial.

2.2 Ivo Domingos Bumba “o fugitivo”

Eu tive contato com Dedé pela primeira vez, no dia 4 de abril de 2015 por intermédio de Rob. Nesse dia é comemorada a assinatura do Memorando de Entendimento de Complementar ao Protocolo de Lusaka, documento que selou a paz após mais de 30 anos de guerra civil em 2002⁵⁴. No ano de 2015 comemorava-se 13 anos de paz no país africano. Nessa data o Consulado Geral de Angola no Rio de Janeiro organizou comemorações em locais onde residem *angolanos* no Rio de Janeiro (SATRIANO, 2015). No Conjunto de favelas da Maré foi organizado um jogo de futebol em confraternização por essa data, seguido de um churrasco na *esquina dos angolanos*.

Eu participei do jogo de futebol realizado no campo da Caverna, no Cano Furado, organizado pelo Consulado angolano. Após o jogo, segui para o bar e restaurante da Lica para almoçar. Enquanto eu almoçava, Rob chegou com um amigo seu, o Dedé. Rob me disse que Dedé ficou sabendo da minha pesquisa e gostaria de contar sua história. Ele era da cidade de Santos, mas já tinha vivido por alguns anos na Maré, antes de residir em São Paulo.

⁵³ O Bloco carnavalesco “Se Benze Que Dá”, fundado por moradores e ativistas da Maré a partir de 2005, tem como principal grito: “Vem pra rua, morador”. Uma alusão crítica à recomendação veiculada pelos auto-falantes do Caveirão “Sai da rua, morador”.

⁵⁴ Esse dia também conhecido como dia da reconciliação nacional de Angola.

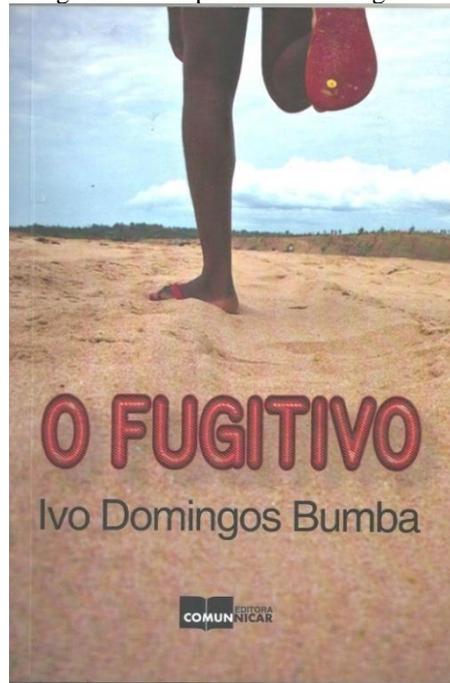
Peguei meu diário de campo e comecei a fazer as perguntas padrões para Dedé, como ano de chegada e motivos de ter vindo ao Brasil, entre outras questões padrões. Dedé contou que chegou ao Brasil em 1996; morou três anos no Rio de Janeiro, na Vila Esperança e depois foi morar em São Paulo, onde teve filhos e se casou. Disse que ficou preso durante um tempo em São Paulo devido às brigas em que se envolveu e que, ao sair da cadeia, começou a fazer *rap*, além de trabalhar atualmente em projetos sociais ensinando *rap* para crianças. Disse-me que estava no Rio de Janeiro, pois tinha um contato para fazer uma participação no programa da Regina Casé⁵⁵, mas que por alguns problemas não tinha acontecido. Dedé possui uma deficiência física em seu pé esquerdo, o que faz com ele ande mancando, apesar de não utilizar muletas. A princípio, eu pensei que sua deficiência era originada dos acidentes com minas terrestres em Angola, mas Dedé contou que sua deficiência era fruto de uma briga em São Paulo, onde o rapaz com que brigava disparou um tiro em seu pé. Conversei mais um tempo com Dedé sobre assuntos banais e depois nos despedimos.

Após esse dia, eu encontrei com o Dedé outras vezes na Maré, contudo apenas nos cumprimentávamos sem que a conversa fosse mais produtiva. Antes do jogo de futebol semanal (aos sábados) no Cano Furado, os jogadores se reúnem na *esquina dos angolanos* para seguir para campo da Mata⁵⁶, onde jogam semanalmente. Nesse momento, participávamos de rodas de conversa com cinco, seis e até dez *angolanos*, mas Dedé pouco falava. Às vezes, eu o perguntava como andavam suas correrias, e ele respondia dizendo que estavam caminhando, pois Coelho era seu irmão e estava o ajudando. Em novembro de 2015, eu estava com os *angolanos* na *esquina dos angolanos* bebendo cerveja, conversando e assistindo o jogo sete e meio, quando Dedé chegou com sua bicicleta e começou a presentear alguns com um livro. O livro que ele distribuía era sua autobiografia *O Fugitivo*, publicado pela Editora Comunicar em 2016. Dedé também me presenteou com um exemplar do livro e fez questão de autografar.

⁵⁵ A atriz e apresentadora Regina Casé apresenta o programa televisivo Esquenta.

⁵⁶ O Parque Ecológico da Maré é localizado no Cano Furado. É uma das poucas áreas verdes na Maré, o parque tem um campo de futebol e uma quadra de vôlei de praia. O parque popularmente chamado de “Mata”.

Fotografia 4 – Capa do livro O Fugitivo



Fonte: Site da Editora Comunicar, 2016.

Conhecido como Dedé, Ivo Domingos Bumba, disse-me no primeiro encontro, em abril de 2015, que permaneceria pouco tempo no Rio de Janeiro, mas que até novembro ele ainda estaria na Maré. Ivo Domingos responde pelo nome artístico de “General Demolidor”, como cantor de *rap*. Em uma página virtual em que cantores de *rap* expõem seus perfis, Ivo relata atuar na área da cultura como escritor, músico, compositor e conta que também atua em projetos sociais. Suas influências são o cantor de *rap* norte-americano *50 cent* e o grupo de rap paulista Racionais MC’s, e é possível ouvir algumas de suas músicas no site *youtube*⁵⁷. Em 20 de setembro, Ivo Domingos participou de um show de *rap* organizado pela rádio *Kwanzario* ligada ao Consulado angolano. O evento chamava-se “Angola Mix Maré” e contou com participação de rappers brasileiros e *angolanos* como Badharó e General Demolidor. O evento foi realizado na Associação de Moradores da Cova da Onça, na Maré

⁵⁷ Dos três rappers angolanos com quem mantive contato: Ivo Domingos, Badahró e Xumane, Ivo Domingos é que possuiu músicas com letras menos politizadas.

Fotografia 5 – Cartaz de divulgação do show Maré Mix

20 SETEMBRO
Domingo 14 horas
Na Associação de Moradores - Maré

ANGOLA MIX MARÉ

COM O BAIXINHO REQUEENTADO DO QUADRADINHO

PARTICIPAÇÕES
MANO "MFBEM" / GENERAL "DEMOLIDOR"
BADHARO / D' RUA / TABAJARA FUNK

DJ'S: PABLO / RENATO / YURI SCORPION / HAMILTON / PAF MIX

ENTRADA:
R\$15, (14 às 22hs)
APÓS R\$20,

APOIO: RÁDIO KWANZARU | RÁDIO MARÉ

Fonte: perfil de Badharo no Facebook, 2015.

O livro *O Fugitivo* começou a ser escrito em 2004, na cidade de Intanhaém, no litoral paulista, onde Dedé morou por alguns anos. O livro autobiográfico é dividido em cinco capítulos: o capítulo 1 – O começo Angola; o segundo capítulo – Miloca; o terceiro capítulo – Guidinha; o quarto capítulo – A fuga e o quinto e último capítulo – São Paulo. O livro narra a história de Ivo Domingos Bumba, de Angola até a sua vida no Rio e posteriormente em São Paulo. No final do livro Ivo anuncia o projeto de escrever letras de *rap* e futuramente criar outra história para o seu segundo livro.

Ivo Domingos aborda inicialmente sua infância em Luanda, a escola, as brincadeiras e sua família, mesmo com um país em meio a guerra civil. Segundo ele, desde criança recebeu o apelido de General. Sobre a sua adolescência, Ivo se vangloria das suas conquistas amorosas e afirma que foi sempre um rapaz conquistador e com muito sucesso com as mulheres. Contudo, o sucesso com as mulheres e os namoros o levou a uma situação difícil. Aos 18 anos, Ivo se viu

em meio a uma situação complicada, pois suas três namoradas estavam grávidas, inclusive, uma delas já morava na casa dos seus pais, onde Ivo residia. A solução encontrada por Ivo foi a de fugir de Angola para o Brasil. Conseguiu documentos falsos com um amigo e deu entrada com um pedido de visto na Embaixada Brasileira⁵⁸. Em novembro de 1996, Ivo Domingos emigrou para o Brasil. Ao entrar no Brasil se identificou como turista. Um amigo seu de Angola, o Coelho, recebeu-o e do aeroporto seguiram para a favela Vila Esperança, na Maré.

No Brasil, Ivo Domingos trabalhou, primeiramente, carregando sacos de cimento em uma obra, trabalho narrado por ele como pesado e extenuante. Além disso, fazia horas extras para economizar dinheiro e enviar para as mães dos seus filhos comprarem os enxovais. Ao saber que uma delas tinha realizado aborto, Ivo ficou abatido e acabou perdendo o emprego. Ivo conseguiu um segundo emprego, mas foi logo demitido por “morcegar”⁵⁹ no trabalho junto com outros conterrâneos. Ao serem demitidos, Ivo narra que aproveitaram a oportunidade para invadir a sala do patrão e furtar dinheiro e vales-transportes. Seu terceiro emprego foi em uma obra no Recreio dos Bandeirantes, que ele e outros *angolanos* conseguiram através de um “gato” sem assinar carteira. O trabalho consistia em cavar buracos para colocar manilhas e os canos de esgoto. Ivo permaneceu pouco tempo nesse emprego, pois brigou com um amigo conterrâneo por causa de uma namorada. Em seguida, conseguiu um novo emprego em uma obra na Barra da Tijuca, onde permaneceu um bom tempo e saiu. Após esse último emprego, apareceu a oportunidade de realizar atividades ilícitas, o que ele chama de “171”⁶⁰. Ivo Domingos conhecia compatriotas residentes no Brasil há alguns anos e que sobreviviam de “171”, como cita o trecho abaixo:

O trabalho dignifica o homem eu conhecia muitos angolanos que viviam há muito tempo no Brasil e sobreviviam de “171”. Eles mexiam com cheques, documentos falsos e eram bons neste ramo e também, eram respeitados. Um deles chamava-se Quinzinho, um outro David e mais outro, o Kouê. Então decid falar com um deles a fim de me arrumar uns documentos para abrir contas no banco, pegar cheque e cartão de crédito

Todos esses caras abriam conta no banco se vestiam bem, só roupas de marca e original, sempre tinham grana, compra de alimentação no supermercado era no capricho, toda vida boa e fácil. Então resolvi entrar neste ramo. Peguei os documentos, RG, COF, comprovante de residência e de trabalho, um holerite, telefone de contato, tudo pronto para abrir uma conta no Banco Real [...] (BUMBA, 2016, p. 24-25).

⁵⁸ Devido as dificuldades em conseguir passaporte e o visto para o Brasil, muitos angolanos imigraram para o Brasil com documentos falsos ou com o documento de amigos.

⁵⁹ Morcegar é a expressão utilizada para designar a fuga do trabalho durante o expediente.

⁶⁰ Artigo 171 do Código Penal Brasileiro é referente ao ato de estelionato; enganar pessoas com objetivo de obter ganhos financeiros. Popularmente a expressão “171” é utilizada para designar uma pessoa mentirosa ou que faz trapaças.

A primeira tentativa de realizar o estelionato não foi bem-sucedida, segundo relata Ivo. A funcionária do banco respondeu que não poderia abrir a conta, pois o banco não abria conta para estrangeiros. Ao voltar para casa, Ivo Domingos foi motivo de gozação pelos seus amigos por não ter conseguido abrir a conta bancária. Após essa primeira tentativa, Ivo voltou a procurar emprego, conseguiu vaga em uma obra na emissora rede Globo, no Jardim Botânico. Ivo Domingos trabalhou na obra até o final, quando ficou novamente se viu desempregado e tentou mais uma vez aplicar o esquema do “171”.

Depois desse tempo desempregado resolvi pegar os documentos que eu tinha para abrir a conta e fui falar com Cota Kouê a fim de me arrumar um outro comprovante de renda, para tentar abrir uma conta-corrente. Peguei o comprovante e fui abrir a conta e consegui no Banco do Brasil e fiquei esperando durante alguns dias para pegar o cartão e o talão de cheques. Chegando até o banco, não tive a mesma sorte como os outros angolanos que sempre têm e pegam para fazer compras nos shoppings, nas lojas e sempre continuam com dinheiro. Nesta mesma época houve um grande problema que um dos angolanos, que estudava na Universidade Osvaldo Cruz, tinha caguetado esta quadrilha e o caso saiu nos jornais, todos ficaram com medo e começaram a rasgar os documentos e eu tive que fazer o mesmo. (BUMBA, 2016, p. 26).

A segunda tentativa de estelionato de Ivo Domingos foi novamente malsucedida devido à denúncia feita por um conterrâneo, o que o inviabilizou de dar continuidade à prática ilícita. Segundo relatou, pouco tempo após a denúncia, os *angolanos* com mais coragem voltaram a praticar as atividades de estelionato, porém esbarravam em um problema: não conseguiam tirar o CPF na receita Federal de Madureira, já que os funcionários os indicavam para a Receita Federal no bairro da Penha, pois era a unidade próxima ao bairro de residência, no caso a Maré. Foi então que Ivo Domingos teve a idéia de conseguir um comprovante de residência de um bairro próximo a Recita Federal de Madureira.

No dia seguinte tomei coragem e fui até o bairro de Madureira. Passando pela rua via que dentro de uma casa havia alguém estendendo roupas no varal. Dirigi-me até ela, expliquei o fato que estava acontecendo e ela me emprestou a conta de luz, me deixou tirar uma Xerox e fui na Receita para tirar o CPF. Deu tudo certo. Fui levar a conta original para a dona e agradecê-la. Como não deixei a xerox dentro da Receita, levei comigo para casa e falei para o meu amigo Kawawa que eu havia conseguido tirar o CPF. Então, ele deu a idéia para não contar para ninguém de que ele sabia fazer a “raspadinha” do RG já que nós tínhamos o canal do CPF, poderíamos também cobrar os caras. Eu disse: “Tudo bem, você quem sabe”. E ele passou a fazer um esquema e cobrar R\$ 100,00. Assim comecei a ter uma grana no bolso e esta vida fácil não demorou muito tempo, porque alguns policiais já tinham os nomes de algumas pessoas que davam o golpe na praça. Os policiais iam atrás dos angolanos entravam nas casas e levavam todo o que encontravam, como objetos de som, calçados, roupas, televisão e diziam: “Sabemos que vocês compram isso no cheque”. Havia um angolano que já era cliente dos policiais, o Bakaki com sua turma, era quem os policiais mais procuravam. Mas, depois começou a virar rotina e sem encontravam angolanos com os dólares no bolso, tênis novo no pé ou coisas como roupas e calçados que os angolanos compravam no Centro da cidade para mandar para Angola aos seus familiares para eles venderem lá. Pois era caro e se vendia em dólar e depois a família mandava o dinheiro novamente para pessoa que estava no Brasil.

Isto é uma forma de trabalho para alguns. É assim que muitos vivem trabalhando. É um jeito para sobreviver aqui no país ao mesmo tempo ajuda a família em Angola, mas os policiais não queriam saber de história. Acabavam levando tapa no rosto, esculachava e mandava embora.

Depois os angolanos ficaram espertos e começaram querer serem levados na Polícia Federal. Chegando até lá perguntavam o que estava acontecendo, checavam os documentos para ver se eram falsos, se não eram mandavam embora e se fossem, prendiam. Se alguém fosse liberado os policiais ficavam furiosos e diziam para eles que trouxessem peixe grande não pessoas inocentes. (BUMBA, 2016, p. 27).

A denúncia do esquema de “171” favoreceu Ivo Domingos, que conseguiu obter uma atividade econômica. Como era um dos poucos que conseguiu o CPF, passou utilizar deste para conseguir uma renda. Assim cobrava dos outros rapazes envolvidos na atividade ilegal o valor de R\$ 100,00 para fornecer o CPF com o RG. Contudo, a atividade não durou muito, pois os policiais militares passaram a realizar extorsão com os *angolanos* envolvidos com atividades ilícitas. Ivo Domingos relata que o *seu conterrâneo* Bakaki já tinha uma relação antiga com os policiais “corruptos”, porém essa relação tornou-se assídua.

Os policiais extorquiam além de dinheiro, roupas e calçados, alegando que esses produtos eram oriundos da atividade de estelionato: “Sabemos que vocês compram isso no cheque”, diziam os policiais. No caso, a expressão se refere aos cheques clonados que eram utilizados para fazer compras. Cheques obtidos a através do esquema de “171”. A extorsão alcançou um nível incômodo, atingindo até mesmo os *angolanos* não envolvidos com atividades ilícitas, mas que sobreviviam da venda de produtos enviados para Angola, a *mukunza*⁶¹. A solução para evitar a extorsão, a violência policial e os abusos foram solicitar aos policiais militares, quando fossem abordados por eles, que fossem levados para Polícia Federal, assim evitavam os abusos praticados pelos policiais.

Como foi abordada no primeiro capítulo a prática de solicitar a ida a Polícia Federal pelos *angolanos* quando abordados por policiais militares. Pode ser compreendida como uma prática de resistência às arbitrariedades cometidas pelos policiais militares, em especial a extorsão. Os *angolanos* ao solicitarem serem encaminhados para uma Delegacia da Polícia Federal evitavam que fossem extorquidos e que tivessem suas mercadorias e produtos apreendidos pelos policiais.

⁶¹ A *mukunza* é uma prática comum entre imigrantes e refugiados angolanos no Rio de Janeiro, desde a década de 1980. A atividade consiste na comprar de produtos e mercadorias no Brasil, os quais são enviados para familiares e amigos em Angola, onde os produtos são revendidos. O dinheiro da venda dos produtos é enviado por passageiros que viajam para o Rio de Janeiro. Nos dias de vôo oriundos de Angola um grande número de angolanos estão apostos no Galeão para receber o dinheiro da venda de seus produtos ou para enviar produtos para Angola. Ver: PETRUS, Maria Regina. *Emigrar de Angola e imigrar no Brasil: jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro: história(s), trajetórias e redes sociais*. 2001. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/42/teses/538811.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

A partir do relato de Ivo Domingos em seu livro é possível compreender que os agentes do Estado já tinham ciência da prática de estelionato por um grupo de *angolanos* no Rio de Janeiro. Quando Ivo Domingos se refere ao Bakiki como um antigo cliente de policiais, atesta a existência de uma relação de troca de “mercadorias políticas” entre os agentes e os “estelionatários”. A intensificação das trocas de “mercadorias políticas” e ações policiais em que *angolanos* não envolvidos com as atividades ilícitas foram achacados, fez com que os *angolanos* tomassem ações a fim de se proteger dos excessos policiais. Como estrangeiros, os imigrantes africanos, quando abordados podem solicitar para serem encaminhados a Polícia Federal.

Uma nova estratégia de estelionato foi articulada pelos *angolanos* envolvidos, na prática de estelionato. A estratégia consistia em viajar para São Paulo e fazer compras com cheques obtidos através do estelionato, contudo, em uma loja que já tinha sido vítima da prática de “171” por *angolanos*, o gerente chamou a polícia e os rapazes foram presos e enviados para a Casa de Detenção de São Paulo, popularmente conhecida como Carandiru.

Nós ficamos sabendo e foi uma tristeza, sua esposa grávida ficou muito triste também, nós não tínhamos como ir lá já que estava trabalhando e estava ilegal no país. E como medo de chegar até lá e ir preso também. Os três acabaram no Carandiru. Sua mulher ficou sabendo e chorava todos os dias, até que um dia foi parar no hospital passando mal e a bolsa d’água estourou. O bebê nasceu prematuro, menino e que tinha características, por isso ele ficou mais feliz ainda, eles escreviam sempre e nós correspondíamos. (BUMBA, 2016, p. 30).

Kawawa era amigo de Ivo Domingos e participou junto com ele da articulação e das vendas de RG e CPF citadas acima. Kawawa era responsável por fazer a raspadinha do RG e assim os dois ganhavam R\$100,00 por unidade. Kawawa foi preso em São Paulo junto com mais dois compatriotas, enquanto tentava fazer compras com cheques. Ivo Domingos conseguiu em 1998 obter sua legalização no Brasil com processo de anistia para estrangeiros em situação irregular. Logo conseguiu um emprego para fazer massa de cal, mas como era um trabalho extasiante e lhe fazia mal, acabou saindo do emprego e ficando novamente desempregado.

No início de 1999, Ivo Domingos foi com mais três amigos conterrâneos – o Jorge do Vale, o vovô Ting Boca e o Amparucho – residir na cidade de São Paulo. Segundo ele, lá teria mais possibilidades de encontrar emprego. Alugaram uma casa onde receberam amigos de São Paulo para um almoço e estes explicaram como eles viviam na cidade.

[...] Ficamos o dia todo trocando ideias querendo saber como é a vida em São Paulo, se é difícil também, e os caras foram os explicando e perguntaram para nós o que viemos fazer aqui em São Paulo. Respondemos que viemos a trabalho. Os caras deram risada e disseram que em São Paulo o emprego também é difícil, que alguns trabalham e outros aplicam o “171” (BUMBA, 2016, p. 32-33).

Após uma semana procurando uma ocupação, Ivo Domingos conseguiu emprego como entregador de panfletos de uma escola de informática. O pagamento era de acordo com o número de pessoas que Ivo conseguia convencer a se matricular na escola. Segundo Ivo, a tarefa de conseguir pessoas para a escola de informática era difícil, pois as pessoas no Centro da cidade estavam procurando trabalho. Em meio a tantas dificuldades, mais dois de seus amigos iniciaram a prática do “171”, mas logo foram presos.

O Jorge do Vale e o vovô Ting Boca estavam entrando para o “171” e eles conseguiram documentos falsos. Pedi para eles falarem com o cara que arrumou documentos para eles a fim de conseguir o meu também. Não demorou muito a casa caiu para o Ting Boca e o Amparucho, porque eles se apressaram demais, caíram na mão dos federais e depois foram soltos. Chegaram em casa os dois assustados e com medo, suando e tremendo, arrumaram as suas coisas para fugir do Rio de Janeiro, dizendo que os federais estão para vir em casa, porque eles estão com o endereço e nossos nomes. Eu saí para ir avisar outros meninos, eu soube explicar. Expliquei apavorado e, colocando medo nos meninos, fiz com que eles todos queimassem tudo que havia de errado dentro de casa. Os caras queimaram os documentos que tinham e passamos a tarde toda sem ver nenhuma visita da polícia em nossa casa. (BUMBA, 2016, p. 33).

Os amigos de Ivo Domingos que foram presos retornaram imediatamente para o Rio de Janeiro com medo de represália da Polícia, mas Ivo permaneceu residindo em São Paulo. Ao se envolver em uma contenda junto com seus amigos, foi atingido por disparo de arma de fogo, no seu pé esquerdo. Foi para o Hospital Bandeirante e teve dificuldades para ser atendido, porque, segundo ele, os médicos achavam que ele era nigeriano⁶². A má fama dos nigerianos de terem envolvimento com o tráfico de drogas fez com os médicos ficassem cautelosos em atendê-lo. Após esclarecer não ser nigeriano, mas sim *angolano*, e que o tiro fruto de uma bala perdida e não por questões ligadas ao tráfico de drogas, foi atendido. Passou por uma cirurgia; sua perna não foi amputada, porém ficou impossibilitado de caminhar normalmente.

Ivo Domingos conheceu Stela com quem veio a ter um relacionamento amoroso e posteriormente tornou-se sua esposa. Stela estava grávida e Ivo, desempregado. Vendo-se nessa situação Ivo, voltou a se envolver com atividades ilícitas junto com um amigo compatriota que trabalharia pelos dois, pois Ivo não queria participar de pequenos crimes, devido sua esposa e sua futura filha.

⁶² Em outras passagens do livro de Ivo Domingos fala sobre a diferença dos angolanos para com os nigerianos. O autor faz questão de acusar e associar os nigerianos ao tráfico de drogas internacional. O que remete uma busca dos angolanos em sem diferenciar dos nigerianos. O que está diretamente a categoria africanos. Essa categoria no senso comum é muitas vezes utilizada sem diferenciar as nacionalidades africanas, colocando todos os africanos residentes no Brasil dentro de uma categoria única, homogênea e generalizante. Devido a impossibilidade de aprofundar nessa pesquisa essa questão, que remete a categoria africanos, o antropólogo Fredrik Barth (2000) no livro *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas* fornece instrumentos importantes para análise. sobre as fronteiras étnicas.

Dei a um outro amigo angolano os documentos falsos que eu tinha para ele abrir contas e depois começar a passar cheques sem fundo na praça para depois dividirmos as coisas. Já que ele estava na frente, porque eu não queria me envolver com estes pequenos crimes. Eu tinha que cuidar bem da Estela que estava grávida e tinha medo se um dia eu fosse preso. Então, o cara passou a trabalhar para nós dois. (BUMBA, 2016, p. 33).

A solução encontrada por Ivo Domingos para não se envolver diretamente em atividades ilícitas foi fornecer os documentos falsos para um amigo, que iria realizar o esquema do “171”. Esse era momento em que Ivo Domingos necessitava de dinheiro, pois sua esposa estava grávida e, portanto, precisava comprar acessórios e roupas para a sua futura filha. Novamente desempregado e morando em um apartamento alugado com sua esposa e sua filha, Ivo Domingos conseguiu uma nova atividade econômica: a venda de celulares sem notas fiscais ou roubados, além de uma curta passagem pelo tráfico de drogas no varejo.

Em um dos períodos em que Ivo Domingos estava desempregado e sua filha era recém-nascida o tráfico de drogas surgiu como uma oportunidade. Como relata Ivo, ele estava sem emprego e sem correria, vendo os amigos do bairro traficando. Nesse momento Ivo Domingos resolveu fazer algumas entregas de drogas para os seus amigos e vizinhos traficantes. Para Ivo Domingos essas pequenas ações em que ele entregou drogas não o definiam como traficante. Apenas como uma pessoa que presta pequenos favores ao tráfico de drogas em busca de sobreviver. Segue o trecho em que Ivo revela esse rápido período de sua vida:

O tempo foi passando e nós não tínhamos dado um jeito em nossas vidas. Sem emprego, sem correria, a vida sempre na mesma. Eu via os meus amigos do bairro traficando e até cheguei a ajudar o Nico e o pardal a levar drogas para a menina que trabalhava para o Nico. O Pardal apenas era um amigo do Nico, ele não era traficante, mas ajudou o Nico a embalar as drogas, e dava cobertura a ele.

O Nico passou a ser um moleque “da hora” depois que se casou com a Laísa. Começou a trabalhar numa serralheria de ferro velho, porque ele quis parar com o tráfico e eu disse para ele: “Que bom que você está trabalhando, por você não é um traficante. Traficante para mim não é quem vende um tabacozinho por aí na esquina, traficante mesmo é aquele que passa quilos e toneladas. Você é apenas um sobrevivente também que está tentando viver”. (BUMBA, 2016, p. 55-56).

Após a rápida passagem pelo tráfico de drogas, Ivo passou trabalhar com a venda de celulares de origem duvidosa. A nova atividade econômica de Ivo Domingos circula por meandros entre o ilícito, ilegal e informal; vendia celulares sem notas fiscais, provavelmente oriundos de contrabando ou de contêineres chineses (produtos chineses e comércio popular). Ivo revela também que comprava celulares frutos de roubos e furtos. A sua atividade de venda de celulares era realizada na tradicional região de comércio popular, o Brás, próximo ao Centro de São Paulo.

A região do Brás tem uma presença significativa de *angolanos*, portanto, é um lugar de oportunidades para negócios relacionados tanto aos *angolanos* que transitam pela região para

comprar produtos como dos comércios pertencentes aos conterrâneos. Ivo Domingos cita ainda a rentável atividade de alugar telefone para ligações internacionais, que pode render até R\$1.000,00 por dia. Na mesma região, *angolanos* trabalham como guias turísticos para aqueles que viajam para São Paulo para comprar produtos nas ruas 25 de março e no Brás. Os relatos contados por Ivo Domingos apontam para existência de um mercado de serviços oferecidos aos *angolanos* que vêm ao Brasil realizar a compra de mercadorias. Ao mesmo tempo, Ivo Domingos cita a ocorrência de roubos aos *angolanos* que vieram ao Brasil comprar produtos, e que segundo ele, seriam articulados pelos próprios “patrícios” em associação com bandidos ou com policiais corruptos ou com assaltantes. Ivo cita também a extorsão que os “homens da lei” praticam com *angolanos*, furtando dólares dos “pobres coitados que vêm de Angola”. No trecho a seguir Ivo denuncia a ação dos policiais.

Alguns já andam com os policiais para tomar o dinheiro dos seus irmãos, por isso assim muitos não são confiáveis e é difícil confiar um no outro. Em vez de se ajudarem, já que estão num país alheio, mas isto não acontece. Tudo bem que, às vezes, os angolanos compram mercadorias roubadas sem notas fiscais que passa a ser um crime, mas os policiais não fazem só isso. Eles colocam dólares falsos no seu bolso ou droga para depois te prender e você tem que ter um acerto com ele dando um dinheiro.

Lá é sempre assim, eu já cheguei a ver policial colocando droga no bolso de um conhecido meu e ver o policial receber todo o dinheiro que o cara veio de Angola para poder fazer compras no Brás. Alguns dos caras que trabalham com peruas para levar mercadorias dos caras ao aeroporto mandam seus amigos assaltarem seu próprio carro para roubarem todos os angolanos. Nem todos os policiais agem dessa forma, mas devido a corrupção, que é tão grande neste país, fazem com que sujem todos aqueles que se dizem Homem da lei, e eles gostam mais daqueles gringos que não falam bem o português, ou seja, eles falam todo enrolado. (BUMBA, 2016, p. 57).

Ivo Domingos revela em seu livro a circulação de mercadorias legais e ilegais entre os *angolanos* que viajam à São Paulo para comprar produtos e guiam os visitantes conterrâneos na metrópole. Esse cenário também é composto por inúmeras articulações que vão desde o assalto aos visitantes *angolanos*, como também de como alguns *angolanos* em conexão com policiais armam situações em que provas são forjadas para incriminar os conterrâneos e assim realizar a extorsão. Aqueles que trabalham com transporte de mercadorias para o aeroporto com as conhecidas “peruas” articulam com assaltantes para roubarem as peruas repletas de mercadorias que seriam enviadas para Angola. Segundo Ivo, apesar de os *angolanos* serem vítimas de extorsão pelos policiais, as vítimas preferidas dos policiais seriam os “gringos” que não são lusófonos. Esse meandro de ilegalidades demonstra as inúmeras tramas envoltas por ações ilegais que envolvem agentes do Estado, imigrantes e comerciantes. Tramas onde são movimentadas significativas cifras.

Em 2003, já casado com Stela e com sua filha Eva de 2 anos, Ivo Domingos decidiu mudar para a cidade de Itanhaém, no litoral paulista. Nessa cidade residia uma amiga sua, a Carmem, que foi morar em Itanhaém com seu marido. Ela avisou a Ivo da existência de uma pessoa chamada Sueli?

“Passou um tempo a Carminha me ligou dizendo que conhecia uma pessoa chamada Sueli que fazia esquemas diretamente com os gerentes de bancos. Ela estava a fim de me apresentar para essa Sueli para eu poder entrar no esquema também e todos nós ganharmos dinheiro, mas eu tinha que mudar para lá”.(BUMBA, 2016, p. 62-63).

Motivado pela possibilidade de ganhar dinheiro e parceria com Carmem, Ivo Domingos foi residir no litoral, como ele apresenta a seguir no trecho do seu livro:

[...] Chegamos muito bem, fomos até a tal mulher chamada Sueli, mas ela não estava em casa e fomos até o escritório dela onde a encontramos. Conversamos muito. Ela me explicou o ramo em que ela trabalhava e eu disse a ela que tinha amigos com o nome limpo, que poderia apresentar para ela poder fazer o esquema. Aí eu vi que o esquema era bom. Fiquei pensando que, se em São Paulo, que é cidade grande, a pessoa faz “171” é pego, imagine nesta cidade que é pequena. Então, eu não vou me envolver diretamente, mas vou colocar alguém na frente para trabalhar comigo. Arrumei alguém com documentos e levamos para ela que nos pediu R\$ 300,00 para poder começar com o trabalho. Assim, pedi que ela fizesse alguns comprovantes de renda e residência para nós fazermos algumas compras de alimentos para casa. (BUMBA, 2016, p. 63).

O esquema de Ivo Domingos junto com Sueli demorou até dar retorno financeiro. Ivo Domingos cobrava constantemente Sueli, que respondia que ainda estava faltando detalhes, o que Ivo entendia como enrolação. O esquema passou a funcionar depois de alguns meses. Ela intermediava abertura de cartões de créditos de títulos de capitalização, que só tem dinheiro se o proprietário do cartão depositar, e assim eram feitos pagamentos com cheques obtidos pelo esquema de “171” no cartão do título de capitalização. Assim, durante um período, Ivo conseguiu ganhar dinheiro na cidade de Itanhaém.

As suas práticas ilícitas ocasionaram a sua prisão, que aconteceu ao pagar uma compra na loja de departamento Renner com o cartão do seu irmão, quando foi abordado e encaminhado à delegacia. A acusação era de que Ivo estava fazendo uso de documentos falsos. Da delegacia em Itanhaém foi enviado para delegacia da Polícia Federal em Santos, por ser estrangeiro com visto de permanência no Brasil. Na Polícia Federal seus dados foram checados, enquanto ele alegava ter usado um nome que não era seu ao migrar para o Brasil em 1996, resolvendo sua situação no país apenas quando passou pela anistia e que, desde então, só utilizou seu nome verdadeiro e por esse fato tinha dois nomes. Mesmo apresentando essa explicação ao delegado, Ivo continuou detido e foi enviado para carceragem da 5ª DP, na cidade de Santos.

Permaneceu preso por alguns meses em uma cela especial juntamente com outros detentos estrangeiros, onde fez amizades e aprendeu o “proceder” que rege as cadeias de São Paulo. Conheceu os “manos” do temido Primeiro Comando da Capital (PCC)⁶³, maior organização criminosa do estado de São Paulo, e narra como essa organização comandava a cadeia onde ficou preso em Santos. Ivo relata a ocorrência de um motim estrategicamente organizado para fomentar a fuga de detentos. Ele optou por não fugir já que seu crime era considerado simples e porque os outros presos lhe falavam que seu caso era fácil e logo seria solto. Pouco tempo depois Ivo recebeu seu alvará de soltura. A sua segunda filha Larissa nasceu e continuou morando com suas duas filhas e sua esposa em Itanhaém. O livro termina pouco tempo depois de sua saída da prisão, por volta de 2004 ou 2005. Ivo Domingos conseguiu a liberdade e responder o processo em liberdade. Os trechos relatados sobre a trajetória de Ivo Domingos contribuíram para a análise que desenvolvo na terceira parte.

2.3 Ilegalismos, trabalho informal e práticas ilícitas

O mercado informal no Brasil durante a segunda metade do século XX suscitou importantes debates nos meios acadêmicos, que reuniam economistas, sociólogos, historiadores, entre outros especialistas. Esses debates gravitavam em torno da origem da informalidade na economia brasileira e de como ocorreria a superação desta informalidade, que era tida como uma característica da modernidade incompleta do país⁶⁴.

Esse contexto social e político de crescimento do trabalho informal, que já era típico do Brasil, um país de capitalismo periférico, nos últimos anos também está em crescimento nos países centrais. Isso se dá por conta da diminuição dos empregos assalariados, que está atrelada à reestruturação produtiva, ao desmonte do Estado de bem-estar social, ao avanço do neoliberalismo e ao crescimento notório do desemprego. Até a década de 1980, o trabalho informal era tido como uma modalidade de trabalho, que ainda resistia no Brasil devido ao dualismo da economia brasileira, como assinala Francisco de Oliveira (2013):

⁶³ O Primeiro Comando da Capital é a maior facção criminosa do estado de São Paulo. Esta facção detém uma hegemonia dentro dos presídios e controla pontos de tráfico em todo o Estado de São Paulo.

⁶⁴ Ao trabalhar com o conceito de mercado informal trabalho a partir da definição de Michel Misse (2011). O mercado informal reúne atividades econômicas não regulamentadas pelo Estado. São atividades que não necessariamente são ilegais, mas em muitas das vezes atividades irregulares por não gozarem dos requisitos determinados pelo Estado para o funcionamento.

No passado, no subdesenvolvimento, o “informal” poderia ser uma situação passageira, a transição para a formalização completa das relações salariais, o que chegou a mostrar-se nos últimos anos da década de 1970; na minha própria interpretação, tratava-se de uma forma que combinava acumulação insuficiente com o privilegiamento da acumulação industrial. Em termos teóricos, tratava-se de uma forma *aquém do valor*, isto é, utilizava-se a própria mão-de-obra criada pelo movimento em direção às cidades- e não de uma reserva pré-capitalista- para prover serviços que se industrializavam. (OLIVEIRA, 2013, p. 135).

O trabalho informal era interpretado pelos estudiosos brasileiros como fruto de uma modernidade incompleta de um país que ainda mantinha, em determinados setores, as relações de trabalho atrasadas, arcaicas e informais. Enquanto, nos demais setores, vigoravam relações de trabalho modernas, assalariadas e formais. Segundo os estudiosos, essa modernidade incompleta seria superada pelo progresso da economia, pelo desenvolvimento, pelo avanço da industrialização e pela consolidação da urbanização. A partir desses avanços, as relações de trabalho do mercado informal desapareceriam, sendo substituídas por relações modernas e formais. Essa característica dual da economia era tida como típica dos países periféricos do capitalismo, em especial dos países latino-americanos. Como atesta o sociólogo Francisco de Oliveira (2013), a superação do mercado informal não se confirmou, ao contrário, o que ocorreu foi um crescimento do setor terciário e um aumento do mercado informal.

A tendência à formalização das relações salariais estancou nos anos 1980, e expandiu-se o que ainda é impropriamente chamado de trabalho informal. Entroncando com a chamada reestruturação produtiva, assiste-se ao que Castel chama a “desfiliação”, isto é, a desconstrução da relação salarial, que se dá em todos os níveis e setores. Terceirização, precarização, flexibilização, desemprego a taxas de 20,6% na Grande São Paulo - dados para abril de 2003, pesquisa Seade-Dieese para São Paulo (Folha de São Paulo, 29 de maio de 2003) -, e não tão contraditoriamente como se pensa, ocupação, e não mais emprego: grupos de jovens nos cruzamentos vendendo qualquer coisa, entregando propaganda de novos apartamentos, lavando-sujando vidros de carros, ambulantes por todos os lugares; os leitões das tradicionais e bancárias e banqueiras ruas Quinze de Novembro e Boa Vista em São Paulo [...] (OLIVEIRA, 2013, p. 142).

O mercado informal é considerado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e por outros órgãos internacionais como uma economia marginal e prejudicial à economia global. Em geral, esses órgãos alegam que a mercado informal está atrelado ao tráfico de drogas, tráfico de armas, lavagem de dinheiro e demais atividades do submundo, o que embaralha as atividades, colocando todas no mesmo balaio, conseqüentemente criminalizando diversos atores desiguais e plurais que operam nas fronteiras porosas do informal, ilegal e ilícito. Dentro dessa lógica, Ribeiro (2010) oferece uma distinção entre os atores da globalização popular não hegemônica e dos grandes atores dos negócios ilícitos em grandes volumes, pois não podem colocar sacoleiros transnacionais na mesma categoria que negociantes de drogas no atacado.

O que ocorreu nas últimas duas décadas do século XX não foi à superação do trabalho informal, mas o crescimento desta modalidade de trabalho, em especial nas grandes metrópoles brasileiras, e o inchaço do setor terciário. É bom ressaltar que o fenômeno da expansão do mercado informal também ocorreu nas economias centrais como nos países europeus e nos Estados Unidos. No Brasil, uma massa cada vez maior e densa de trabalhadores pobres urbanos passou a enfrentar períodos mais longos de desemprego intercalados com curtos períodos em trabalhos precários, terceirizados ou no setor informal. Os jovens na década de 1990 se acostumaram aos percursos de viração e instabilidade empregatícia e uma trajetória ocupacional errática (TELLES, 2010).

Sabe-se que é sobre os mais jovens que recai todo o peso do desemprego e do encolhimento das alternativas de um trabalho mais estável e promissor. É em torno deles que se cristalizam de maneira mais evidente as diversas formas de trabalho precário – trabalho temporário, terceirizado ou cooperativado, muito frequentemente mediadas por agências de emprego e prestadoras de serviços. E é em torno de suas figuras que se entrecruzam os fios de um mundo social que se reconfigura nas dobras do “mundo fordista” que se desfaz. (TELLES, 2010, p. 113).

2.3.1 Mercado informal e imigrantes angolanos

Essa pequena análise do mercado informal é importante para explorar as trajetórias ocupacionais dos *angolanos* – imigrantes e refugiados africanos analisados em minha pesquisa – visto que eles têm uma trajetória ocupacional no Brasil bastante semelhante à dos jovens das grandes metrópoles brasileiras. E, se tem uma questão que atravessa a trajetória ocupacional de todos eles, é o trabalho informal, ilegal e ilícito. Os meus interlocutores trabalharam (e trabalham) como camelôs, serventes em obras e vendedores informais em pequenos estabelecimentos informais na Maré. Logo, o trabalho informal é um ponto relevante a ser analisado. Em especial, os dois interlocutores apresentados neste capítulo têm em suas trajetórias o trabalho informal presente em parcela considerável do período em que viveram no Brasil.

2.3.1.1 Mercado informal

Na principal entrada da Maré, pela favela Vila Esperança, não é difícil encontrar um *angolano* em uma barraca vendendo frango assado. Na principal entrada da favela Roque Santeiro, na altura da passarela 9 da Avenida Brasil, localizam-se vários camelôs, sendo um deles um rapaz *angolano*, que vende em sua barraca bonés que são cópias de marcas famosas. No mercado popular da Uruguaiana, também chamado popularmente de camelódromo, existem seis camelôs *angolanos*⁶⁵. Afinal, lá também é um ponto de encontro dos imigrantes africanos. Na *esquina dos angolanos*, não é possível ficar algumas horas sem que passe um *angolano* vendendo tênis, roupas, entre outras peças de vestuário. Esse retrato demonstra a inserção dos imigrantes africanos ao mercado informal e na globalização popular não hegemônica.

Diante das narrativas coletadas no trabalho de campo, é possível perceber que o trabalho informal esteve e ainda está presente nas trajetórias ocupacionais de muitos imigrantes *angolanos*. Todos os interlocutores homens relataram, na pesquisa, ter trabalhado em algum período no Brasil, na construção civil: Badharó, Fortunato, Mello, Roberto e Da Nike. Segundo Ivo Domingos relata em seu livro, ele foi contratado por um “gato” (agenciadores que contratam trabalhadores para obras); Roberto Cazenga trabalhou sem carteira assinada como pintor predial e Melo⁶⁶ relata ter conseguido emprego de servente em uma obra na Barra da Tijuca na primeira semana em que chegou ao Brasil. No trecho abaixo, Melo conta como conseguiu seu primeiro emprego no Brasil:

Melo: [...] “ num dos cômodos ela nos deixou lá e ficamos na segunda feira me levaram para ir trabalhar, segunda feira me levaram para ir trabalhar peguei o 355 sentido Riocentro, não me esqueço, para trabalhar na João Fortes, mas João Fortes era gato porque estava ilegal, João Fortes era um gato e ia trabalhar pela João Fortes, mas eu ia trabalhar numa das que prestava serviço na João Fortes.”

Jorge: Terceirizada.

Melo: Terceirizada, eu trabalhava fazendo tijolo e falou, não, sabe trabalhar como servente? Como meu pai falou, se você não estudar, você vai ser, ou carne de canhão ou servente de obra, falei, meu pai já sabia que era um servente, hoje a maioria sabe o que é servente, mas naquela época, eu saí de lá, não sei, o estudo do meu pai também era muito baixo, estudou até a oitava classe, não terminou a fazer aquilo... (Entrevista realizada em 7 set. 2015).

⁶⁵ Um dos camelôs angolanos é Fortunato que é considerado o primeiro angolano a residir na Maré. Fortunato trabalha como camelô na Uruguaiana desde 1995. Ele vende bebidas como refrigerante, cerveja, água e sucos.

⁶⁶ Marcio Simão Alexandre, 37 anos, chegou no Brasil em 1996 e é morador da favela Cova da Onça.

O setor da construção civil não exige um nível elevado de escolaridade, nem saberes técnicos elaborados e a situação dos imigrantes, nos primeiros anos, sem estar em condições regulares, portanto, sem carteira de trabalho ou permissão de trabalho no Brasil, contribuíram para que os imigrantes e refugiados *angolanos* tivessem neste setor da economia uma primeira oportunidade de trabalho. Setor esse que historicamente emprega muitos trabalhadores de maneira informal, com destaque para migrantes. Uma comparação pode ser feita com os migrantes nordestinos, que, durante décadas, tiveram uma forte presença na construção civil nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. As condições de vulnerabilidade dos imigrantes *angolanos* no Rio de Janeiro são apontadas por Regina Petrus (2001):

Várias considerações devem ser tomadas em conjunto para se reconstruir o contexto em que essas perguntas foram formuladas. Em primeiro lugar, como já citado, a grande maioria dos *angolanos* empregados nos canteiros de obra era indocumentada ou possuía documentos irregulares. Muitos portavam apenas o passaporte com visto de turista – a maioria, com prazo de validade vencido. Para esses imigrantes indocumentados, tornava-se muito difícil conseguir uma colocação no comércio (pequenas lojas, lanchonetes, etc.), e impossível trabalhar no setor formal de serviços. A condição de ilegalidade era, portanto, um fator determinante para o estreitamento do campo de possibilidades em relação à obtenção de trabalho. (PETRUS, 2001, p. 117).

Durante o trabalho de campo nos últimos anos da década de 1990, a geógrafa Regina Petrus (2001) chegou a contabilizar mais de 80 *angolanos* em um mesmo canteiro de obras. Um cenário como esse não pode mais ser encontrado atualmente no Rio de Janeiro, devido a diminuição dos *angolanos* na cidade a partir do fim da guerra civil em Angola⁶⁷ e ao fato de muitos deles hoje estarem presentes em outros setores da economia, apesar de muitos ainda se encontrarem no mercado informal. Durante essa pesquisa, conheci alguns *angolanos* que ainda trabalham na construção civil, como o marido de Lica, o Makanza, que trabalha em um canteiro de obras no Centro do Rio de Janeiro. Luciano Costa (2015) define as características da construção civil:

A indústria da construção civil se caracterizou pelo trabalho informal e pela instabilidade dos pontos de trabalho, com predominância de trabalhadores autônomos e assalariados a um regime de emprego marcado por grande rotatividade. O setor é caracterizado pela flexibilidade, variabilidade e descontinuidade do processo produtivo, favorecendo o desenvolvimento de relações não institucionalizadas de trabalho. A alta rotatividade é estimulada não só pela demanda por diferentes especialidades, em cada etapa da obra, mas também pelo caráter cíclico das atividades. (COSTA, 2015, p. 171).

A rapidez em que Melo conseguiu emprego ao chegar ao Brasil aponta para existência de uma rede informal de *angolanos* que operavam com os “gatos” que atuavam nas construtoras

⁶⁷ A guerra civil em Angola terminou em 2002. O fim da guerra significou uma diminuição do número de refugiados e imigrantes *angolanos* no Brasil.

do Rio de Janeiro, em especial na região da Barra da Tijuca. Os “gatos” fazem a mediação entre as empreiteiras e os trabalhadores, combinando o salário, entre outras questões relativas ao trabalho. Foram eles que agenciaram os primeiros *angolanos* no setor a mobilizarem mais conterrâneos para trabalharem nas obras. Desta forma, foi construída uma rede informal de *angolanos* residentes na Maré que trabalhavam e indicavam outros conterrâneos para as obras na região da Barra da Tijuca.

Para as empreiteiras empregar imigrantes e refugiados era e ainda é uma alternativa vantajosa, pois os *angolanos* eram trabalhadores em situação irregular, que dificilmente poderiam recorrer à justiça para exigir seus direitos ou processar a empresa por descumprimento das leis trabalhistas. Afinal, esses trabalhadores vivam em situação irregular no país e necessitavam de emprego para sobreviver e enviar aos seus familiares no país natal. Por estarem em tal situação, aceitavam trabalhos precários, com baixa remuneração, instáveis e, muitas vezes, insalubres. Essa posição de vulnerabilidade dos imigrantes e refugiados nos países para onde emigraram é um prato cheio para as empresas da construção civil, porque, ao contratarem imigrantes, podem aumentar a margem de lucro, pagando baixos salários (em geral, abaixo do piso), além de não arcar com os encargos trabalhistas.

Na França o setor da construção civil também recorre ao trabalho de imigrantes irregulares ou trabalhadores de outros países da União Europeia e também de fora da União Europeia, como brasileiros que aceitam receber um salário menor do que o piso salarial de um trabalhador francês. O sociólogo Luciano Rodrigues Costa (2015) atesta que, num canteiro de obras estudado na cidade francesa de Toulouse, os franceses empregados eram apenas 10%, todos os demais trabalhadores eram estrangeiros. Os empregados franceses ocupavam os postos mais elevados na hierarquia; os portugueses, os postos intermediários e os imigrantes do Norte da África e da África subsaariana ocupavam os postos subalternos.

O emprego de imigrantes e refugiados em trabalhos precários ou no mercado informal não é apenas caso específico no Brasil, mas também em países centrais. No Brasil, a partir de 2014, com a chegada maciça de refugiados e imigrantes haitianos, foram noticiados vários casos na imprensa sobre situações de maus-tratos, abusos, exploração, trabalho análogo a escravidão e até agressão por parte dos empregadores (GALINDO, 2014). A vulnerabilidade dos imigrantes e refugiados nos países para onde emigram facilita essas arbitrariedades, pois são grupos invisibilizados, expostos a todo tipo de exploração e, muitas vezes, sem direito de

recorrer à justiça, seja por não estarem em situação regular, seja por falta de recursos financeiros⁶⁸.

Segundo os sociólogos Ricardo Antunes e Giovanni Alves (2004), no mundo pós-reestruturação produtiva, com a diminuição profunda do trabalho estável e assalariado, o capital reserva os trabalhos mais precários para as mulheres, os imigrantes e os negros. O caso dos trabalhadores bolivianos em situações precárias de trabalho ou mesmo em situação análoga à escravidão nas confecções em São Paulo aponta para a mesma direção⁶⁹.

O setor da construção civil emprega milhares de homens, em geral de maneira informal, sem assinar carteira de trabalho, o que deixa os trabalhadores expostos à insegurança, em especial em casos de acidentes de trabalhos que são comuns nesse setor. No Brasil, a construção civil na região Sudeste historicamente se notabilizou por empregar migrantes nordestinos, muitos contratados de maneira informal ou o contrato por “empreitada”. Os migrantes com baixa escolaridade e oriundos de regiões pobres tinham, na construção civil, uma primeira oportunidade de trabalho. A mesma situação era a dos *angolanos* na década de 1990, apesar da precariedade do emprego, dos baixos salários e da informalidade para o grupo étnico, era uma oportunidade de iniciar a vida no novo país. Afinal, a construção civil era uma das poucas oportunidades de trabalho.

Nos canteiros de obras, trabalhadores migrantes ou imigrantes sofrem com piadas discriminatórias e apelidos de conotação racista. No estudo comparativo entre o setor da construção civil no Brasil e na França de Luciano Costa (2015), o autor aponta que os nordestinos são chamados pejorativamente nos canteiros de obras de “Paraíba” ou “Baiano”⁷⁰, em Belo Horizonte. Na França, os imigrantes africanos nos canteiros de obras são chamados de “Mamadu”. No Brasil, os *angolanos* também foram vítimas de atos discriminatórios nos locais de trabalho. Ivo relata em seu livro ter sido tratado de forma discriminatória e racista por um

⁶⁸ O caso dos senegaleses em Buenos Aires analisado por Maria Pita (2012) remete as arbitrariedades que são expostos os imigrantes e refugiados em postos de trabalho informais e precários. Ver: PITA, María Victoria. Poder de polícia e gestão de territórios: o caso dos ambulantes senegaleses na Cidade Autônoma de Buenos Aires. In: AZAÏS, Christian; KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera da Silva. (org.). *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 109-140.

⁶⁹ Sobre os bolivianos em condições precárias de trabalho. Ver em: SILVA, Sidney Antônio da. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 157-170, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000200012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/n6dvGSmjVzyVPMZ6fdpG66Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2016.

⁷⁰ O sociólogo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2009) que o “novo racismo” no Brasil é praticado pelas elites sulistas ou classes médias contra trabalhadores e a “ralé” marcadamente mestiça, como “bairanos”, “paraibas”, ou “nordestinos”. “Os termos “paraibas” e “bairanos” são uma codificação neutra para “pretos”, “mulatos” ou “pardos” das classes subalternas. Ver: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

cozinheiro do canteiro de obra em que trabalhava. Os demais *angolanos* também eram maltratados pelo mesmo homem. O resultado foi uma briga física entre Ivo e o cozinheiro, devido às ações discriminatórias, o que resultou na demissão de Dedé.

Após alguns anos da presença de imigrantes *angolanos* na construção civil, estes se especializaram na área específica da pintura, a pintura predial. E, muitos deles, depois de trabalhar um determinado período em tal função, dominaram esse mercado. Um interlocutor certa vez me respondeu que o domínio dos *angolanos* ocorreu porque eles não têm medo de altura, ao contrário dos pintores brasileiros que tinham medo de pintar em locais altos. Helder e Rob contaram-me que a pintura predial funcionava por metro pintado. Nesse tipo de contrato por empreitada, o trabalhador não recebe um salário fixo, mas pelo trabalho realizado e que o pagamento era feito de acordo com a quantidade de metros pintados. Badharó narra como ocorreu o domínio dos *angolanos* na área da pintura predial:

Jorge: Mas por que tantos angolanos aqui foram para essa área da pintura?

Badharó: Então, na verdade, nós fomos nessa área da pintura porque não estava mais acessível para a gente, tínhamos acesso, tinha uns caras que já conheciam a pintura, já trabalhava com a pintura, um ensinava o outro e assim ia.

Jorge: Um ia puxando o outro?

Badharó: Um puxando o outro, isso, e também o dinheiro estava mais... Era bom de ganhar dinheiro na pintura, é bom de ganhar dinheiro, hoje em dia já está mais devagar, mas é porque naquela época os brasileiros fugiam de subir jau, e a gente subia jau, eles não sabiam a metragem da parada.

Jorge: E aí vocês foram dominando essa área?

Badharó: Isso, fomos dominando, tanto que agora que está meio devagar, muitos saíram dessa área, mas de 2000 até 2010, 2011 a gente e que dominava essa área aqui no Rio de Janeiro, tudo quanto e firma de pintura sempre era uma disputa para nos ter como trabalhador. (Entrevista realizada em 15 jul. 2015).

O relato do rapper demonstra orgulho da coragem dos *angolanos* em exercer uma profissão perigosa, a qual os brasileiros recusavam-se a trabalhar⁷¹. De fato, uma rede étnica de *angolanos* se especializou na pintura predial e passou a dominar parte desse setor. Percebi essa presença ao conversar com diversos interlocutores que revelavam ter trabalhado na pintura predial. Segundo Badharó, de 2000 até 2011 os *angolanos* exerceram uma hegemonia nesse ramo profissional, que é uma área especializada da construção civil, onde os *angolanos* iniciaram na década de 1990 exercendo cargos de baixa remuneração e sem especialização. Em seguida, na década de 2000, eles resolveram seguir alguma especialização, o que os fez esbarrar com essa área, hoje, dominada por eles. O que indica uma rede étnica informal de *angolanos* que atuavam em um setor especializado da construção civil.

⁷¹ O Jau é o elevador é utilizado para levar os pintores aos andares mais altos dos prédios.

Nos últimos anos em São Paulo os imigrantes chineses passaram a dominar um setor específico da economia popular, a venda no atacado e varejo de produtos importados da China e produtos pirateados. Esse setor, antes era dominado pelos libaneses, que hoje disputam a hegemonia econômica com os chineses (FREIRE, 2015). As redes de imigrantes buscam controlar setores econômicos em que se especializam nos países para onde emigraram. No caso dos *angolanos* no Rio de Janeiro, foram dois os setores em que foi formada uma rede de caráter étnico: a *mukunza* e a pintura predial, ambos de caráter informal.

Apesar dos interlocutores não trabalharem mais na construção civil, esse setor sempre pode ser uma opção de trabalho, o que também é uma situação dos pobres urbanos no Brasil. As dificuldades financeiras, endividamento com cartões de créditos ou a busca por um objetivo como comprar uma casa podem contribuir para o retorno para atividades informais, trabalhos precários ou ilícitas que sempre aparecem como uma possibilidade de atividade econômica. No caso dos imigrantes *angolanos*, poucos são os que ainda permanecem na área da construção civil, pois a oportunidade de trabalho em outras atividades econômicas, parte dessas oportunidades também são informais ou ilícitas como a prática ilícita do “171”. A rentabilidade da *mukunza* e obtenção do visto de permanência no Brasil por muitos imigrantes são fatores que contribuíram para o deslocamento dos *angolanos* para outras atividades econômicas.

A partir do conceito de “cidade como bazar” dos autores Ruggiero e South (1997), o qual a autora Vera Telles (2010) utiliza para analisar a circularidade dos trabalhadores urbanos na capital paulista, é possível compreender como a trajetória desse grupo social transita por esse mundo social construído após a erosão do trabalho assalariado e a reestruturação produtiva. Essa citação abaixo traduz de maneira fidedigna a circularidade dos imigrantes africanos pelos caminhos tortuosos do trabalho precário e informal.

Na mira dos autores está um cenário urbano no qual se expande uma ampla zona cinzenta que torna incertas e indeterminadas as diferenças entre trabalho precário, emprego temporário, expedientes de sobrevivência e atividades ilegais ou delituosas. Nas fronteiras porosas entre o legal e o ilegal, o formal e informal, transitam as figuras contemporâneas do trabalhador urbano, lançando mão, de forma descontínua e intermitente, das oportunidades legais e ilegais que coexistem e se superpõem nos mercados de trabalho. “Mobilidades laterais”, definem os autores, de trabalhadores que oscilam entre empregos mal pagos e atividades ilícitas, entre o desemprego e o pequeno tráfico de rua, negociando, a cada situação e em cada contexto, os critérios de aceitabilidade moral de suas escolhas. É isso propriamente que caracteriza o bazar metropolitano: a intersecção entre os mercados irregulares e os mercados ilegais, esse embaralhamento do legal e do ilegal, e o permanente deslocamento de suas fronteiras. (TELLES, 2010, p. 173).

2.3.2 A prática do “171” e as atividades ilegais

Pretendo analisar as trajetórias de dois interlocutores, Roberto Manuel Cazenga e Ivo Domingos, a partir dos percursos de sua vida no Rio de Janeiro, sua viração, ilegalismos e trabalho informal. Ambos imigrantes *angolanos* residentes em um conjunto de favelas no Rio de Janeiro. Como foi apresentada anteriormente, a trajetória de Rob circula em vários momentos por ações ou práticas tidas como ilegais, ilícitas e informais. A trajetória de Ivo Domingos não é diferente, pois ele, inclusive, foi preso por conta de suas atividades ilícitas, além de também trabalhar na informalidade vendendo celular, entregando panfletos e atuando na construção civil. Esse contexto não está longe da vida de grande parte da população pobre urbana, e vem configurando-se desde os anos 1990.

O estelionato, segundo o Código Penal Brasileiro, é o famoso crime previsto no artigo 171 como infração penal contra o patrimônio que pode ser praticado por qualquer pessoa que tenha a intenção de enganar alguém para lhe tirar vantagem. O crime de estelionato é considerado um crime contra o patrimônio como roubo, latrocínio e furto. A pena prevista é de um a cinco anos de reclusão e multa. Caso o réu seja primário, a pena de reclusão pode ser substituída por detenção (BRASIL, [2015]). A prática do estelionato, em geral, inclui também a falsificação de documentos, como indica o artigo 298, que se refere ao crime de falsificar documento de particular. Esse artigo prevê pena de reclusão, de um a cinco anos e pagamento de multa (BRASIL, [2015]). Considere-se o estelionato um crime comum, desde os tempos do início do Brasil República. Ao consultar os dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro do ano de 2015, foram 34 mil casos de estelionato (INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016).

Apesar de configurar como uma prática criminal, o estelionato não está inserido nas práticas criminais que, nos últimos 30 anos, têm despertado temor em parte considerável da população das grandes metrópoles brasileiras, a chamada “violência urbana”. Como é abordada por Silva (2008b), a representação da “violência urbana” no Rio de Janeiro tem levado camadas sociais e a opinião pública a reivindicarem ações coercitivas e rígidas das autoridades. A “violência urbana” está associada às atitudes e condutas que têm em comum a utilização de força física aplicada de maneira ilícita contra as pessoas e o patrimônio. Portanto, apesar da grande incidência do crime de estelionato, não há uma demanda ou uma agenda pública pelo combate a essa categoria criminal. A partir deste prisma, o “estelionatário” está mais associado à categoria do malandro – aquele que recusa o trabalho, a disciplina e às obrigações familiares

e utilizava de habilidades pessoais para obter o seu “ganha pão” Alba Zaluar (2002). Apesar de praticar atividades ilícitas, o que diferencia o malandro do bandido, ou até mesmo o traficante, é a utilização da arma de fogo, sendo uma distinção primordial entre os sujeitos criminais.

O sociólogo Luiz Antonio Machado da Silva (2008b) aponta que a “violência urbana” remete as práticas criminosas que utilizam da força física e o uso da ameaça mediante a utilização de armas. Nessa prática, criminosos ameaçam duas condições: a integridade física e a garantia patrimonial.

Considerada em seus conteúdos de sentido mais essenciais, a representação da “violência urbana” indica um complexo de práticas legal e administrativamente definidas como crime, selecionadas pelo aspecto da força física presente em todas elas, que ameaça duas condições básicas do sentimento de segurança existencial que costumava acompanhar a vida cotidiana rotineira- integridade física e garantia patrimonial. “Violência urbana” é, portanto, uma representação que interroga basicamente o crime comum, mas o foco de atenção não é o estatuto legal das práticas consideradas, e sim a força nelas incrustadas, que é interpretada como responsável pelo rompimento da “normalidade” das rotinas cotidianas, ou seja, da certeza sobre o fluxo regular das rotinas em todos os aspectos: cognitivo, instrumental e moral. Esta é a razão pela qual “violência urbana” não é simples sinônimo de crime comum nem de violência geral. (SILVA, 2008, p. 36).

Como foram abordadas no primeiro capítulo, as acusações de envolvimento com o tráfico de drogas mobilizaram forças policiais (Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Federal), secretário de Segurança Pública e o governador do Rio Janeiro. Essa enorme mobilização com o intuito de investigar as acusações se justifica pela identificação dos traficantes de drogas como principais atores da violência que assola a cidade, o temor da dita “violência urbana”.

Os relatos de Rob sobre a relação entre os agentes do Estado e as pessoas que praticam o esquema do “171” apontam para a existência de “ligações perigosas” entre esses agentes do Estado e os estelionatários, que pode ser corroborada pelo fato de ele ter sido preso por duas vezes e solto mediante ao pagamento de propina. Essa relação também é indicada por Ivo Domingos, quando narra em seu livro a figura de Bakiki, que era um antigo cliente dos policiais e já tinha sido preso e liberado por algumas vezes mediante ao pagamento de propina. Ivo Domingos descreve, ainda, um caso semelhante em São Paulo, em que conterrâneos e policiais realizavam práticas de extorsão aos *angolanos* que viajam para cidade para fazer compras com cheques e cartões clonados pela prática do estelionato. Essas ações remetem ao conceito de “mercadorias políticas”, proposto por Michel Misse (2011):

São muito diferentes entre si os tipos de “mercadorias políticas”, e a chamada “economia da corrupção”, com toda a sua variedade interna de tipos, é um deles. O que há de específico na corrupção como mercadoria política é o fato de que o recurso político usado para a produzi-la é expropriado do Estado e privatizado pelo agente de sua oferta. Essa privatização de um recurso público para fins individuais pode assumir diferentes formas, desde o tráfico de influência até a expropriação de recursos de violência cujo emprego legítimo dependia da monopolização de seu “Liberdade” de

criminosos comuns, contraventores e traficantes, é um exemplo de mercadoria política produzida por expropriação de um poder estatal (no caso, o poder de polícia”), fazendo uso de recursos políticos (a autoridade investida no agente do estado) para a realização de fins privados. (MISSE, 2011, p. 208).

As práticas ilícitas⁷² cometidas por uma rede informal de *angolanos*, comentadas abertamente no documentário “Open Arms, closed doors” (2012) e revelada também no livro de Ivo Domingos Bumba (2016), indicam ser práticas já conhecidas pelas forças policiais. Valendo-se do “poder de polícia”, os agentes policiais passaram a explorar essas “mercadorias políticas”, primeiramente extorquindo aqueles envolvidos com o esquema do “171” e, posteriormente, *angolanos* com mercadorias adquiridas para o exercício da *mukunza*⁷³ – mercadorias que seriam enviadas para serem revendidas em Angola por familiares e amigos. Analisando as informações obtidas no trabalho de campo, os policiais que extorquiam os *angolanos* sabiam que a grande maioria dos imigrantes africanos não estavam envolvidos com o “171”, contudo, muitos *angolanos* trabalhavam com a *mukunza* e, portanto armazenavam em suas casas mercadorias e dólares. Logo, os policiais passaram a utilizar a falsa acusação de que eles faziam parte da rede de estelionato para justificar a extorsão ou apreensão de mercadorias. Assim, essa atividade ilícita tornou-se uma fonte de ganhos para os agentes do Estado, o que o sociólogo Michel Misse (2011) chama da utilização dos recursos políticos de agente do Estado para os fins privados.

Em uma das entrevistas realizadas com um dos meus interlocutores, ele revela que a polícia já tinha, desde o início da década de 2000, o conhecimento da prática de estelionato por membros da comunidade angolana. Inclusive, ele cita que tal atividade era de conhecimento do secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro na época, o delegado Álvaro Lins.

Jorge: Fevereiro de 2000?

Entrevistado: Isso, mas teve alguém que nos defendeu, eu acho que Álvaro Lins, alguma coisa assim, aí teve uma primeira denúncia que fizeram, o Álvaro Lins falou assim, não eu conheço eles, eles não são bandidos, eles não são bandidos, eles são sete um, mas bandidos eles não são, e aí se comprovou mesmo ao contrário que nós não éramos bandidos, entendeu? Que na verdade, a maioria desses vagabundos que eram pegos e falavam que era angolano, não eram angolanos, são pessoas que tinham nome, que se intitulavam tipo angolano. (Entrevista realizada em nov. 2016).

⁷² Ao trabalhar com o conceito de práticas ilícitas. Refiro-me as práticas ilegais, práticas criminosas e previstas no Código Penal Brasileiro. Essas práticas perpassam por uma grande variedade desde o contrabando de produtos pirateados até o tráfico de drogas ilícitas no varejo. Contudo, todas essas práticas estão sujeitas ao agenciamento de “mercadorias políticas” com os agentes do Estado. A extorsão, chantagem, corrupção e proteção são práticas comuns no mercado ilegal.

⁷³ Durante o trabalho de campos mais de três interlocutores me revelaram as *blitze* armadas por policiais militares na saída do aeroporto do Galeão, nos dias de voo advindos de Luanda. Os policiais sabiam que angolanos voltavam com dólares do aeroporto e organizavam *blitze* para achacá-los.

Nesse momento da entrevista, falávamos sobre as acusações acerca da participação dos *angolanos* no tráfico de drogas ilícitas, quando o meu interlocutor respondeu que o próprio secretário de Segurança Pública na época, o delegado Álvaro Lins, sabia que os *angolanos* na Maré não participavam do tráfico, mas conhecia o envolvimento de *angolanos* com a prática do “171”. Segundo o entrevistado, o secretário Álvaro Lins teria afirmado que eles não eram bandidos, mas eram “171”, ou seja, estelionatários. O que reforça a tipificação da prática de “171” como uma atividade relacionada à malandragem diferente das categorias criminais como assalto a mão armada ou tráfico de drogas ilícitas.

A resposta do meu interlocutor traz outra questão para ser analisada, pois ele fala que os *angolanos* poderiam até ser “171”, mas não eram bandidos. O que a fala dele indica é que, apesar do conhecimento de que a prática do estelionato é uma prática ilícita, muitos não consideram como um crime ou não consideram como bandidos aqueles que a praticam. Deste modo, revela um campo de atividades ilícitas, que configuram para a tipificação popular, como delitos de menor porte que não configuram no imaginário social como crime, pois são ações relacionadas à malandragem e esperteza, o que difere de um crime como o tráfico de drogas ou assalto a mão armada. A minha hipótese é de que os delitos que não fazem uso de arma não são associados à chamada “violência urbana”.

Na reportagem do jornal *O Globo* publicada no dia 19 de julho de 2003 (GOULART, 2003), que abordava a operação policial realizada na Maré, novamente fazendo menção à participação dos *angolanos* no tráfico de drogas, mostra quatro imigrantes africanos que foram presos, sendo que dois foram presos por estarem com documentos e cartões de crédito falsos⁷⁴. A reportagem não aprofunda a prisão desses dois rapazes, pois o foco da reportagem era na suposta participação dos *angolanos* no tráfico de drogas. Apreensão desses dois *angolanos* com cartões clonados reforça a hipótese de que o esquema de “171” era conhecido pela polícia e de que *angolanos* já tinham sido presos por esses crimes. Essas informações confirmam o conhecimento e a relação entre policiais e a rede informal de *angolanos* que praticavam o estelionato.

Conforme é narrado por Ivo Domingos, a prática do “171” não era restrita ao Rio de Janeiro, mas também estava presente na cidade de São Paulo, em especial, no bairro do Brás⁷⁵,

⁷⁴ A posse de documentos falsificados e cartões de créditos configuram fortes indícios de envolvimento com a prática do estelionato.

⁷⁵ Ver: UNIVERSITÁRIA angolana é morta em bar na região central de SP. *G1*, São Paulo, 23 maio 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/05/universitaria-angolana-e-morta-em-bar-na-regiao-central-de-sp.html>. Acesso em: 15 maio 2016.

região de forte comércio popular e de maior concentração de *angolanos* no Brasil, o que indica a existência de redes étnicas que operavam em dois estados. Dois casos de violência contra os *angolanos* na região do Brás tiveram destaque na imprensa: o assassinato de uma estudante angolana e o espancamento de jovens *angolanos* por policiais militares. Os *angolanos* possuem lojas e há também a presença de turistas compatriotas que viajam ao Brasil para comprar roupas e tecidos para serem revendidos em Angola. Nessa região, como o livro narra, há inúmeras atividades ilícitas e informais ligadas ao grupo étnico africano, que gera uma fonte de renda para aqueles que vivem no Brasil.

Como demonstram os dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, o estelionato é categoria criminal de grande incidência (INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016), portanto, a rede informal de *angolanos* é apenas uma pequena parcela dos praticantes desse delito. Inclusive, os *angolanos* não podem ser acusados de importarem tal prática para o Brasil, pois o “171” é uma prática criminal antiga no país. As minhas argumentações vão de encontro a evitar qualquer acusação no sentido de atribuírem a esse grupo étnico a alcunha de criadores dessa prática criminal. A ideia de que estrangeiros importam atividades ilícitas ou mesmo arcaicas é recorrente como assinala Morice (2015):

Entre a idealização e dramatização, a economia informal vista pelo prisma da participação dos estrangeiros, costuma ser objeto de debates acalorados, nos quais nem sempre reina o espírito científico (Morice e Potot, 2010). De maneira geral, para sobre as minorias vinda do exterior a suspeita de importar atividades, modos de fazer ou de ser arcaicos e contrários à “nossa” cultura. Rapidamente se atinge a margem ilegítima, se não ilegal e condenável, dessa economia que. A despeito de qualquer evidência, é designada como um conjunto de vícios vindos de fora. No centro das atenções, estão as fábricas clandestinas, os “passadores”, o tráfico de drogas e a prostituição- tendo esta última a particularidade de fazer vibrar, em geral de maneira negativa, inúmeras coras sensíveis ao mesmo tempo. (MORICE, 2015, p. 150).

Em seu clássico livro “Vigiar e Punir”, Michel Foucault (2013) analisa como foram transformadas as punições, principalmente, as direcionadas às ilegalidades populares, que eram toleradas, mas que, a partir da virada século XVIII para o século XIX, passaram a ser controladas e perseguidas. Tais perseguições aconteciam apenas às ilegalidades populares, pois as ilegalidades de direitos, ou as demais ligadas à burguesia, passavam por uma espécie de “aceitação”, o que (FOUCAULT, 2013) nomeia como “conjunto de tolerâncias” às ilegalidades de direitos, como fraudes e evasões fiscais. As ilegalidades populares foram desviadas para as ilegalidades de bens e estas profundamente controladas e punidas. A constituição dessas leis e punições está relacionada às classes, visto que a penalidade não foi desenvolvida para controlar

Ver: DELFIM, Rodrigo Borges. Após sofrerem ofensas racistas, estudantes estrangeiros são agredidos pela PM em SP. *Migra Mundo*, [s. l.], 2 abr. 2015. Disponível: <http://migramundo.com/2015/04/02/apos-ofensas-racistas-estudantes-estrangeiros-sao-agredidos-pela-pm-em-sp/>. Acesso em: 15 maio 2016.

e punir todas as ilegalidades, e sim pressionar e controlar algumas, enquanto outras ilegalidades são toleradas, o que seria uma forma de “economia” geral (FOUCAULT, 2013). Em suma, o que autora aborda é a gestão diferencial dos ilegalismos. A hipótese é que o esquema do “171” é uma ilegalidade tolerada, pois não configura um crime violento, entendendo que o Estado, na atualidade, promove grandes esforços em combater o crime violento em detrimento de outras ilegalidades. Como assinala Vera Telles (2010) sobre os ilegalismos:

Os ilegalismos, diz Foucault em outro texto, não são imperfeições ou lacunas nas aplicações das leis. Antes, contêm uma positividade que faz parte do funcionamento do social, compõem os jogos de poder e se distribuem conforme se diferenciam “os espaços protegidos e aproveitáveis em que a lei pode ser violada, outros em que ela pode ser ignorada, outros, enfim, em que as infrações são sancionadas”. As leis, diz Foucault, “não são feitas para impedir tal ou qual comportamento, mas para diferenciar as maneiras de contornar a própria lei” (Foucault, 1994: 716). Porém, é justamente nesses torneios da lei que as questões se configuram. É isso o que está sendo aqui visado ao se chamar a atenção para o que acontece nas dobras do legal-ilegal. Não se trata de reter ou se ater a essa binaridade como chave explicativa, mas de seguir, prospectar seus efeitos, o modo como os jogos de poder se configuram nesses espaços, a distribuição diferenciada dos controles e, em torno deles, os agenciamentos práticos que se curvam ou que escapam aos dispositivos de poder implicados nessas categorias e codificações. (TELLES, 2010, p. 189).

Ao pensar as atividades ilícitas que mais são controladas pelo Estado, no Brasil, o tráfico de drogas e a criminalidade violenta são as mais alarmantes desde a década de 1990, porque o tráfico de drogas no varejo passou a ser uma ilegalidade em evidência e o Estado gradativamente aumentou os recursos para combatê-lo. Outras práticas ilegais também são combatidas, sobretudo, as práticas criminais relacionada ao que se considera como “violência urbana”. Como já foi dito pelo atual secretário de Segurança Pública do Rio Janeiro, José Mariano Beltrame, as Unidades de Polícia Pacificadora têm como objetivo combater o tráfico de drogas ilícitas e acabar com o “domínio territorial” dos traficantes de drogas no varejo (LOBATO, 2011)

As UPPs são hoje o mais caro e principal programa da secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, outras práticas ilegais seguem em curso, sem que o Estado mobilize grandes esforços para erradicá-las. Por isso, estas outras práticas ilegais são toleradas e chamadas de margens de tolerância, usando o termo de Foucault (2013). Como foi assinalado acima, a atividade de estelionato é tolerada por duas questões: A primeira, por não estar incluído como um crime violento, logo não despertando um debate público nem na sociedade e nem na opinião pública que clame pelo combate a essa categoria criminal. Em segundo, por ser atividade ilícita agenciada pelos agentes do Estado, que atuam agenciando a troca de “mercadorias políticas”. A extorsão, o suborno e chantagem praticada pelos agentes do Estado com os autores do estelionato rendem para estes cifras significativas.

É importante ressaltar que as atividades ilícitas analisadas neste capítulo não estão restritas à favela, já que práticas ilícitas relacionadas ao estelionato não eram realizadas apenas por *angolanos* residentes em favelas, como também praticadas por *angolanos* que residiam em outros bairros cariocas, como também na cidade de São Paulo. Abordo essa questão para evitar a representação social da favela, tida como cidade dentro da cidade ou cidade ilegal dentro da cidade legal. Representação esta, que teve durante muito tempo presente até mesmo nos meios acadêmicos, como salienta Licia Valladares (2005).

2.3.3 Globalização popular

Foram quatro cenas⁷⁶ (duas etnográficas, uma retirada do livro de Ivo Domingos Bumba (2016), e a última relatada por interlocutor em uma entrevista) que eu cito abaixo remetem ao conceito de *globalização por baixo* ou *globalização popular não hegemônica*, que é fundamental para analisar os imigrantes e refugiados *angolanos* residentes na Maré.

A primeira cena é aquela em que eu narro a feira da favela Roque Santeiro, com a presença de camelôs chineses, bolivianos e *angolanos*. A segunda, em que narro o episódio em que Rob empregou um refugiado haitiano em seu depósito. A outra é narrada por Ivo Domingos Bumba (2016) em seu livro, quando ele relata o comércio de diversos produtos pelos *angolanos* nas ruas do Brás em São Paulo. E, por último, a cena que foi relatada no primeiro capítulo, narrada por Alex, que durante alguns anos trabalhou comprando produtos no Paraguai e na Bolívia para enviar ao seu país natal. As quatro cenas apontam para um fenômeno novo no Brasil e já conhecido nos países centrais, a *Mundialización par bas (Globalização por baixo)*, ou, termo criado pelo sociólogo francês Allain Tarrus (2002).

O conceito de *Globalização por baixo* elucida os novos atores da globalização, atores estes que diferem das grandes empresas que operam e dominam o comércio transnacional, as “formigas da mundialização”. São atores que não combatem a globalização, mas fazem dela uma oportunidade para diversas atividades econômicas nas dobras do legal e ilegal. Esses novos

⁷⁶ Uma história tragicômica foi me contada por mais de três vezes durante o trabalho. Um imigrante angolano que residia na Maré foi assassinado por um chinês. O chinês encontrou o angolano em ato sexual com sua esposa. O chinês assassinou o rapaz angolano. Os meus interlocutores contavam essa histórias aos risos. A princípio eu desconfiava da veracidade da estória. Pesquisando na internet consegui constatar que a estória era real (ANGOLANO..., 2011) e também a pensar sobre a presença de imigrantes no Conjunto de Favelas para além dos angolanos.

atores, que são imigrantes em países centrais e periféricos, movimentam a cada dia uma vultosa circulação transacional de mercadorias, pessoas e dinheiro por vias informais, ilegais e ilícitas. Segundo Angelina Peralva (2015), a definição de *globalização por baixo* pode ainda ser entendida de tal forma:

[...] Ela se disseminou sob essa e outras formas para definir uma dinâmica social capaz de fugir ao controle dos grandes atores econômicos da cena mundial. Uma dinâmica impulsionada por trabalhadores em movimento que fariam parte de redes globalizadas, criadoras de oportunidades econômicas originais, combinando trabalho assalariado precário e atividade empresarial. Discretas, essas iniciativas situavam-se bem longe dos grandes conflitos de Davos, Seattle ou Gênova, que revelaram aos olhos do mundo um movimento anti e depois alterglobalista. A globalização por baixo tinha em vista um ator- e não simples vítima da globalização. Definido pela ação estratégica mais do que por uma lógica de protesto, uma de suas principais competências seria a capacidade de atravessar fronteiras. [...] (PERALVA, 2015, p. 441).

Para além do conceito de *globalização por baixo* foi criado um conceito similar para abordar a questão contemporânea da atividade mercantil praticada por esses novos atores, provenientes das camadas populares: o conceito de globalização popular não hegemônica (RIBEIRO, 2010), que consegue fornecer ferramentas mais eficazes para analisar o meu objeto de pesquisa, os imigrantes e refugiados *angolanos* e suas trajetórias ocupacionais. Os *angolanos* são atores que residem em bairros populares e praticam atividades econômicas em feiras ou espaços populares, mas também articulam o comércio transnacional informal. São atividades econômicas praticadas por *angolanos* tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo. São indivíduos pertencentes às camadas populares que praticam comércio para o povo, tanto vendendo mercadorias para Angola, como vendendo bonés e roupas na Maré ou no camelódromo da Uruguaiana. A definição de globalização popular não hegemônica do antropólogo Gustavo Lins Ribeiro (2010):

Parte da definição de globalização popular refere-se à participação de agentes sociais que, em geral, não são considerados nas análises sobre globalização ou, quando são, figuram apenas como migrantes, ou “transmigrantes”. Na maioria das vezes, não se leva em consideração a existência de um sistema mais amplo, de escala global, cujas amplitudes e interconexões várias podem ser estudadas. Os agentes sociais que me interessam são, para dizer de maneira simples e direta, gente do povo. Existe uma globalização econômica não hegemônica formada por mercados populares e fluxos de comércio que são, em grande medida, animados por gente do povo e não por representantes das elites. Uso o adjetivo popular de forma análoga a Néstor García Canclini, em seu clássico. As culturas populares no capitalismo (1982). Parafraseando a García Canclini, posso dizer que as globalizações populares, mais do que a globalização popular, “se configuram por meio de um processo de apropriação desigual dos bens econômicos e culturais” do mundo globalizado por parte de “setores subalternos” (RIBEIRO, 2010, p. 21-22).

O período da globalização não abriu espaço apenas para circulação de mercadorias pelas grandes empresas transnacionais, mas imigrantes, sacoleiros e pequenos comerciantes também começaram a participar dessa vultosa atividade mercantil em escala global. Os imigrantes, a

partir da organização em redes étnicas, que seguem a diáspora que atravessam oceanos e fronteiras, exportando e importando milhares de mercadorias tanto de maneira informal como ilegal, são sacoleiros, camelôs e pequenos comerciantes que compram, vendem e revendem uma infinita variedade de produtos no varejo, muitas vezes, em operações que escapam dos agentes do Estado que exercem a vigilância, fiscalização ou policiamento das fronteiras. Embora, em muito dos casos, essas atividades transnacionais são realizadas com a conveniência e tolerância dos agentes estatais, que lucram com a tolerância dos ilegalismos.

O conceito de “mercadorias políticas” (MISSE, 2011) é de grande importância para a globalização popular não hegemônica. Essa circulação transnacional só pode operar e ser compreendida a partir do conceito de “mercadorias política” do sociólogo Michel Misse (2011). O Estado não é ausente nesses espaços onde os atores da globalização popular não hegemônica atuam e por onde circulam as mercadorias, na verdade o Estado é copartícipe das atividades econômicas da globalização popular não hegemônica, através da gestão dos ilegalismos e da intensa troca de “mercadorias políticas”.

A extensão evidente dessa economia circulatória do trabalho assalariado precário, bem como do contrabando e da pirataria, fartamente ilustrada neste livro, coloca a questão dos mecanismos que tornam possível, nessa escala, uma tal dinâmica econômica à margem da lei. A recorrência das práticas observadas, que remetem – não obstante importantes diferenças de contexto- a um mesmo plano de atualidade, coloca a necessidade de nos interessarmos pelo conjunto de atores implicados na fabricação desses mercados. O Estado aparece, então, não como simples obstáculo, mas como um verdadeiro parceiro dos atores sociais e econômicos em suas ações para contornar a lei [...] (PERALVA, 2015, p. 444).

Como assinala Angelina Peralva (2015), esse intenso fluxo de pessoas e mercadorias por vias ilegais e ilícitas não poderia existir sem que o Estado fosse parceiro dos atores envolvidos. Dentro dessa análise é possível compreender como os *angolanos* organizaram um fluxo intenso de produtos pirateados ou contrabandeados que são vendidos tanto no Brasil como em Angola. Não só *angolanos*, mas outras nacionalidades também, como chineses e bolivianos. E, como pensar, ainda, a *mukunza* e o esquema ilícito do “171”, sem a troca de mercadorias e a tolerância dos ilegalismos com os agentes estatais.

A *mukunza* ou a muamba foi uma atividade econômica informal de grande adesão entre os imigrantes *angolanos*, que compravam produtos como tênis, sandálias, roupas e até celulares que eram enviados para Angola. Lá, esses produtos eram revendidos por familiares e amigos, que depois enviavam para o Brasil o dinheiro obtido com a venda dos produtos. É relevante ressaltar que o dinheiro fruto das vendas dos produtos em Angola era enviado ao Brasil sem ser declarado e o dinheiro não passava por contas bancárias; era enviados através de amigos,

vizinhos ou conhecidos que viajavam para o Rio de Janeiro. O produtor musical Xumane relata como funcionava essa atividade econômica:

Jorge: Em que você trabalhou no Brasil?

Xumane: Todos nós que vivemos no Brasil, quando nós chegamos. Nós somos um povo comerciante, isso é história da África. Nós trabalhamos sempre com comércio, mesmo em Angola trabalhamos com comércio. Há um problema quando o brasileiro vê que o angolano não está trabalhando, mas está sempre vestindo bem. Está sempre bonito, mas não trabalha. Nós mandamos mercadorias em Angola as nossas famílias vendem. O momento que a gente manda mercadoria em Angola. A gente aqui só tem que esperar até o dinheiro vir, comprar outra mercadoria e mandar para lá.

Jorge: A mukunza?

Xumane: A que chamamos de mukunza. Agora nem todo angolano que aqui estava mukunzava. Porque uns faziam negócio e as famílias não mandavam dinheiro de volta por causa da situação difícil lá. Acabavam gastando o dinheiro. E outros acabavam procurando trabalho aonde? Em locais diferentes, uns na construção civil, em restaurantes [...]. (Entrevista realizada em 21 nov. 2015).

O relato acima do produtor musical revela uma incompreensão dos brasileiros em relação à atividade da *mukunza*. Segundo ele, os brasileiros não conseguem entender como os *angolanos* não trabalhavam e podiam se vestir bem. Essa declaração está em sintonia com a declaração de outro interlocutor, Da Nike, em que ele conta uma abordagem policial que ocorreu em sua casa: quando ele acordou, os policiais já estavam em seu quarto, com as armas apontadas em sua direção. Quando Da Nike respondeu que era trabalhador, os policiais responderam em um tom irônico que trabalhador não poderia estar dormindo em uma segunda-feira ao meio-dia.

Logo, os *angolanos* que trabalhavam com a *mukunza* estavam sempre sob suspeita de estarem envolvidos em atividades ilícitas, em especial com o tráfico de drogas ilícitas no varejo. A atividade da *mukunza* é informal, mas não configura como uma atividade ilícita ou ilegal. A *mukunza* é nada mais nada menos do que a exportação de produtos do Brasil para Angola por uma via informal. Contudo, é uma atividade informal por não atender aos requisitos legais para exportação e muitos dos produtos exportados não terem nota fiscal. O que há de revelador nessas batidas policiais nas residências dos *angolanos* seriam duas motivações: a primeira era a busca de *angolanos* envolvidos com o esquema do “171”, desta forma esses indivíduos seriam extorquidos ou chantageados. A segunda era a busca por *angolanos* que trabalhavam com a *mukunza*, que, portanto, teriam em casa mercadorias e dinheiro⁷⁷ (dólar) que poderia se extorquido pelos policiais. A diferença que a primeira atividade é ilícita e a segunda é informal.

⁷⁷ É comum que muitos estrangeiros em situação irregular guardem dinheiro em suas residências. Por estarem em situação irregular não podem abrir contas bancárias, logo a única maneira é guardar as economias em casa.

Porém, dentro da troca de “mercadorias políticas”, o envolvimento com as duas atividades era passível para a extorsão.

Os *angolanos* não compravam apenas os produtos no Rio de Janeiro e São Paulo, como revelou Alex, que chegou a comprar produtos no Paraguai e na Bolívia, o conhecido contrabando de formiga no trajeto Ciudad del Este-São Paulo (FREIRE, 2015). Na verdade, a *mukunza* era um “contrabando de formiga”, que movimentava comércio informal em uma proporção transnacional. A rede de *angolanos* que compravam e revendiam produtos na está limitada apenas ao Brasil e Angola, o que assinala a capacidade circulatória e transnacional desses atores.

A atividade econômica *mukunza* foi tolerada pelos agentes do Estado, dentro do conceito de tolerância dos ilegalismos de Michel Foucault (2013), em específico, os agentes da alfândega, que faziam vistas grossas para imensa quantidade de produtos despachados nos vôos do Rio de Janeiro para Luanda. Contudo, o desembarque do vôo de Angola foi deslocado para o terminal 2 do aeroporto do Galeão, pois autoridades alegaram que os *angolanos* eram barulhentos e no terminal 2 teriam mais espaço. A Infraero na época negou qualquer tipo de discriminação aos imigrantes africanos.

Badharó e Melo relatam as *blitze* que eram realizadas por policiais militares na saída do aeroporto do Galeão (Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro) nos dias dos voos da capital angolana para o Rio de Janeiro. As *blitze* eram montadas com o propósito de extorquir os *angolanos* que saíam do aeroporto com dólares que tinham recebido de Angola, provenientes da venda dos produtos enviados para o país natal. A intensificação dessas *blitze* fez com que os *angolanos* fizessem uma manifestação na Ilha do Governador para denunciar a extorsão praticada pelos policiais militares.

É possível observar que alguns de meus interlocutores iniciaram sua vida profissional no Brasil na construção civil, com o intuito de juntar dinheiro e migrar para a atividade da *mukunza*, que, apesar da instabilidade, dos problemas relativos ao envio de dinheiro da venda para Angola e dos achaques dos policiais, ainda é a ocupação preferida dos *angolanos*, se comparada à construção civil.

Uma hipótese é que a *mukunza* era uma forma de os imigrantes africanos fugirem do trabalho precário na construção civil, tanto pela *mukunza* ser uma atividade mais rentável e também pelo fato dessa atividade econômica não configurar como um trabalho precário, extenuante e por vezes insalubre como a construção civil. Melo foi um interlocutor que me revelou que não suportava trabalhar em obra e fez de tudo para sair o mais rápido o possível do trabalho na construção civil.

Atualmente o número de *angolanos* no Brasil que trabalham com a *mukunza* é relativamente pequeno. Analiso que a exportação de produtos para Angola tornou-se mais organizada, como é possível observar na empreitada de Melo que, atualmente, exporta móveis fabricados no Brasil para o seu país natal. Já em São Paulo, como é relatado por Ivo Domingos Bumba (2016) em seu livro, os *angolanos* desenvolveram uma rede de comércios e serviços no bairro do Brás, voltada principalmente para atender clientes provenientes de Angola. Como assinala Carlos Freire (2015), os *angolanos* compram roupas confeccionadas no Brasil para revender em Angola. Na região do Brás existe um fluxo de *angolanos* que viajam para o Brasil para realizar o chamado “turismo sacoleiro”.

[...] Também estão presentes os angolanos, que mobilizam ampla gama de serviços e expedientes para a travessia do Atlântico e viabilização das operações de compra e transporte, principalmente de artigos de confecção [...] (FREIRE, 2015, p. 295).

Como é narrado por Ivo Bumba (2016), os *angolanos* radicados no Brasil desenvolveram uma estrutura de serviços para atender os conterrâneos que viajam para São Paulo a fim de realizar o “turismo sacoleiro”. Os imigrantes africanos de São Paulo oferecem transporte, guia de compras pelo comércio popular, entre outros serviços. Contudo, essa rede de serviços destinados aos turistas sacoleiros está situada nas fronteiras borradas do ilegal, ilícito e informal, porque opera junto aos agentes de Estado que agenciam as “mercadorias políticas”, como extorsão, chantagem e suborno. No trecho do livro em que Ivo Domingos descreve as “mercadorias políticas”:

Outros angolanos trabalham como guias turísticos levando as pessoas para as lojas que não conhecem bem nas ruas do Brás e 25 de março. Depois as pessoas pagam os guias no final de todas às compras. Este fato já passou várias vezes na TV Record e jornais falando de como muitos angolanos vivem aqui no Brasil e de como ganham os seus sustentos. Aqui é um local que dá para se ganhar dinheiro sem atrasar o lado de ninguém, porque alguns angolanos usam drogas, mas não traficam assim como os nigerianos, que são mal vistos não só pela polícia, mas pela população. Assim, de muito roubo, porque chegam ladrões roubarem seus patrícios. E muitos homens da lei, que é a polícia aparecem por lá para saquear dólares dos pobres coitados que vêm de Angola.

Alguns já andam com os policiais para tomar o dinheiro dos seus irmãos, por isso assim muitos não são confiáveis e é difícil confiar um no outro, Em vez de se ajudarem já que estão num país alheio, mas isto não acontece. Tudo bem que, às vezes, os angolanos compram mercadorias roubadas sem notas fiscais que passa a ser um crime, mas os policiais não fazem só isso. Eles colocam dólares falsos no seu bolso ou droga para depois te prender e você tem que ter um acerto com ele dando um dinheiro. (BUMBA, 2016, p. 56-57).

Segundo Ivo Domingos Bumba (2016), os agentes do Estado, junto com alguns *angolanos*, organizam práticas para extorquir os conterrâneos que viajam a São Paulo para comprar produtos. Os imigrantes africanos são responsáveis por passar informações aos policiais indicando quem são os turistas sacoleiros que estão com grandes somas de dinheiro

ou com grande quantidade de mercadorias. A par dessas informações, os policiais extorquem os turistas sacoleiros, obtendo o dinheiro ou os produtos. Entretanto, Bumba (2016)relata que os *angolanos* não são as vítimas preferidas, pois, por serem lusófonos, conseguem ter uma melhor articulação para contrapor as investidas arbitrárias dos policiais. Michel Peraldi (2015) esclarece essas “mercadorias políticas”:

Os comerciantes de sacolas, os sacoleiros, não são aspirantes à integração salarial nos modelos culturais do Ocidente, tampouco são “migrantes” no sentido fordista do termo (Peraldi, 2002). Além disso embora driblem leis e códigos, não podem ser enquadrados como clandestinos ou contrabandistas, pois a maior parte deles possui visto em dia, e apenas sem caso excepcionais transportam produtos ilícitos. Em sua face política, o que abrem à exploração e ao olhar não é um mundo de polícia e normas, de brutalidade cega, mas de arranjos e negociações subornos e corrupção. Do ponto de vista econômico, não é o universo de exploração e submissão do trabalho análogo à escravidão, mas um mundo de apetite e frenesi de consumo, de desejo de riqueza e dinheiro vivo. [...] (PERALDI, 2015, p. 468).

Ivo Domingos Bumba (2016) relata, em seu livro, ter trabalhado por um período em uma loja de celulares de um compatriota na região do Brás. Segundo ele, os celulares vendidos eram celulares roubados ou contrabandeados⁷⁸. Esse relato ilustra como operam essas redes de imigrantes no comércio popular e da globalização popular não hegemônica.

Diante das dificuldades de encontrar soluções universais para as contradições existentes entre o par legal/ilegal e o par lícito/ilícito, especialmente no âmbito transnacional que atravessa as leis emolduradas pelos Estados-nação, Abraham e Van Schendel constroem uma noção que, em última instância, tem sua definição determinada pelos cruzamentos entre o lícito e o ilegal e entre o ilícito e o legal: o (i)lícito. Interessam-se especialmente pelo cruzamento entre o lícito e o ilegal que cria um espaço onde o (i)lícito significa atividades “legalmente banidas mas socialmente sancionadas e protegidas” (Idem, p. 22), como, acrescento, aquelas que animam a globalização popular, isto é as atividades dos “sacoleiros” e dos mercados populares de superlogomarcas e gadgets globais. Em muitos contextos, o “socialmente lícito” domina o “formalmente ilegal” como, exemplificam os autores, na venda, no Paquistão, de filmes indianos em DVDs. A visibilidade e o caráter rotineiro das atividades ilegais não significam que o Estado deixe de reprimi-las, algo que frequentemente é feito pela polícia em momentos de elevado sentido de “missão cívica e pública” (RIBEIRO, 2010, p. 26).

As fronteiras entre o legal e o ilegal e o lícito e o ilícito na globalização popular não hegemônica são extremamente porosas e estão o tempo todo em interação com os agentes do Estado, pois eles são atores ambivalentes, que, ora agem como repressores, ora, agenciando os ilegalismos através das “mercadorias políticas”. O intenso comércio de formiga praticado pelos imigrantes tanto pelo “contrabando de formiga” e também pelo “turismo de sacoleiros” está em conexão com redes ilegais que transportam pessoas e mercadorias, muitas vezes por vias ilegais.

⁷⁸ Na feira da favela Roque Santeiro encontrei um cenário parecido. O ambulante chinês com quem Rob negociava o preço do celular. Vendia celulares de origem duvidosa, provavelmente fruto de contrabando ou aparelhos pirateados.

A lei dos Estados inevitavelmente cria suas contrapartidas, zonas de ambiguidade e ilegalidade aberta. Submundos criminosos, piratas e quadrilhas, mercados negros, migrantes ilegais, contrabandistas e redes de extorsão são tópicos que causam uma certa atração sensacionalista ou talvez desafiadora. Mas não existem separados do Estado, nem o Estado deles. Tendo se desenvolvido necessariamente conectadas, a lei estatal e a sua evasão devem ser estudadas juntas [...] é interessante pesquisar as condições sob as quais governos e práticas ilegais gozam de algum tipo de simbiose e aquelas que resultam em maiores ou menores graus de conflito. (HEYMAN; SMART, 1999, p. 1).

A primeira cena etnográfica chama atenção pela variedade de camelôs, provenientes de países de três continentes diferentes, vendendo produtos em uma feira, em uma favela do Rio de Janeiro. A quantidade não era tão significativa como nos centros de comércio popular de São Paulo ou em outras metrópoles pelo mundo, contudo, chama atenção para a capilaridade das redes de imigrantes, como para a rede de comércio informal e ilegal que esses atores movimentam. A presença dos imigrantes no comércio popular no Conjunto de favelas da Maré demonstra que essas redes de imigrantes não estão limitadas à atuação apenas nos grandes centros de comércio popular, mas também espalhados pelos bairros das metrópoles.

As três nacionalidades citadas tinham mais de uma barraca na feira e vendiam basicamente os mesmos produtos ou mercadorias similares, o que demonstra claramente a existência de uma rede de imigrantes que esse especializa na venda de determinados produtos. Os *angolanos* vendiam bonés e roupas; os bolivianos, roupas; e os chineses, celulares e eletroeletrônicos. Outra questão é que essas redes estão conectadas com outras ainda mais extensas que são responsáveis pela compra, transporte e distribuição da mercadoria entre a rede de imigrantes.

Uma das características da globalização popular não hegemônica é a capacidade de articulação entre as redes de migrações e as de fornecimento de produtos ilegais ou pirateados. No Roque Santeiro, as roupas vendidas por *angolanos* e bolivianos eram de aparência duvidosa, muito similar às roupas vendidas pelos camelôs da Uruguaiana, que são cópias de marcas famosas. Essas roupas podem ter sido produzidas na China, na Bolívia ou em fabriquetas ilegais em São Paulo. Os celulares e eletroeletrônicos chineses também aparentavam serem provenientes dos carregamentos de mercadorias chinesas, que são em boa parte produtos pirateados ou de origem duvidosa.

A importância das redes sociais no funcionamento desse universo é destacada na literatura. Heyman e Smart formularam uma definição de “rede ilegal” útil para pensar a economia ilegal global. Trata-se, para eles, de uma “teia ordenada de pessoas centradas em uma atividade ilegal”, redes que implicam, mas não necessariamente requerem, “um mundo social alternativo ao Estado formal e legal”. Tais redes são vitais para as práticas ilegais dadas suas características de relações baseadas em mutualidade, confiança e trocas (1999, p. 17). Na minha perspectiva, as redes sociais ilegais realizam suas práticas ilegais internamente a uma estrutura hierárquica em que

prevalecem a conspiração e o planejamento centralizado, assim como o uso da violência ilegítima. Se trocarmos o adjetivo “ilegais” por (i)lícitos, poderemos buscar, analogicamente, uma definição para pensar a economia (i)lícita global. Assim, na globalização popular, operam as redes sociais (i)lícitas de forma descentralizada, horizontal e baseadas em valores de confiança. As redes sociais (i)lícitas realizam suas práticas (i)lícitas sobre ou a partir de sistemas informais previamente construídos por diásporas, redes migratórias ou formas típicas da economia popular (feiras e seus sistemas de mercados associados, por exemplo). (RIBEIRO, 2010, p. 30).

São redes informais ou ilegais formadas por imigrantes que articulam a compra, transporte e distribuição das mercadorias. Essas redes étnicas, muitas vezes, também são responsáveis por agenciar com os agentes do Estado as “mercadorias políticas” para que as elas possam circular livremente ou mesmo para que seus conterrâneos possam trabalhar sem serem incomodados ou reprimidos pelas forças policiais. As redes são formadas por uma filiação étnica ou nacional, porém podem envolver indivíduos de outras nacionalidades, contudo geralmente em posições subalternas ou assimétricas às posições dos nacionais.

2.4 Apontamentos finais

Ao analisar os principais interlocutores da minha pesquisa de mestrado, é possível constatar que todos estão em atividades econômicas de trabalho precário, terceirizado, vivendo de aluguel de imóveis ou atuam como proprietários de comércio informal. Lica é proprietária de uma pensão/bar; Badharó vive da renda das casas e *kitnets* alugados nas extensões da sua casa; Melo aluga duas casas que construiu em cima de sua e despacha móveis que são revendidos em Angola; Fortunato trabalha como camelô na Uruguaiana; Rob é proprietário do depósito de bebidas e aluga duas casas; Jihad trabalha vendendo frango assado em uma barraca na Maré, enquanto Ivo Domingos não me revelou em que trabalha atualmente. Alexandre Rui Paxalina é faxineiro e foi contratado por uma empresa terceirizada, um exemplo das agências de trabalho temporário relatadas por Vera Telles (2010). Em entrevista, Melo relatou-me não ter encontrado dificuldade para encontrar o seu primeiro emprego no Brasil, completando que, em menos de uma semana, conseguiu emprego de servente em uma obra na Barra da Tijuca. Como ele mesmo citou, foi contratado por uma empresa “gata”, que é aquela que agencia trabalhadores para atuar em obras, porém são subcontratadas das empreiteiras.

A quantidade de interlocutores proprietários de pequenos estabelecimentos comerciais – apenas na *esquina dos angolanos* são seis comércios – suscitou a pensar em como o trabalho autônomo ou empreendedorismo é uma opção ou mesmo uma resistência destes trabalhadores

pobres. O “trabalho por conta própria” ou o “trabalhador independente” é uma categoria cada vez mais presente nas cidades globalizadas, o que pode se compreender como uma tentativa de resistência aos trabalhos precários e instáveis ou um efeito do *ethos* empreendedor do individualismo mercantil, segundo Vera Telles (2010). Como assinala Lia Rocha (2014), o novo eixo do programa UPP social é capacitar os moradores das favelas “pacificadas” a tornarem-se empreendedores. Segundo o conceito de PPPP – Parceria Público Privada Participativa ocorrerá a inclusão de “moradores empreendedores” nas favelas. Não será possível desenvolver aqui, mas dar um pontapé em como o empreendedorismo tem sido uma opção ocupacional para os trabalhadores pobres e, por outro lado, em como o Estado elabora novas estratégias para agenciar o empreendedorismo nos territórios de pobreza.

São trajetórias e percursos analisados neste capítulo tão comum nas cidades globalizadas e não só nos países periféricos como também nos países centrais. No mundo após 1970, o trabalho assalariado torna-se rarefeito e os trabalhadores urbanos passam a circular por atividades econômicas instáveis e informais. Contudo, as trajetórias destes trabalhadores urbanos transitam por atividades econômicas e situadas nas fronteiras incertas das atividades ilícitas, informais e ilegais que sempre aparecem como saídas temporárias (ou não) da situação de desemprego. São os trabalhadores urbanos pobres os mais vulneráveis ao desemprego, também são estes trabalhadores pobres que recorrem às práticas ilegais ou informais. Gostaria de ressaltar que nos países centrais e, há poucos anos, nos países periféricos os imigrantes são esses grupos sociais que estão inseridos nessa dinâmica.

As trajetórias ocupacionais dos *angolanos* atravessam atividades informais, ilegais e ilícitas. No caso, as duas trajetórias apresentadas nesse capítulo são as semelhantes às demais trajetórias dos imigrantes africanos residentes na Maré. Desde o trabalho precário na construção civil, passando pela informalidade da *mukunza* e chegando até a atividade ilícita do estelionato. A trajetória ocupacional é próxima da trajetória dos trabalhadores urbanos no Brasil. Aqui, faço uma comparação com as trajetórias analisadas por Vera Telles (2010) na periferia de São Paulo. As trajetórias ocupacionais dos *angolanos* no Brasil podem ser consideradas como trajetórias erráticas, devido à precariedade e instabilidade das ocupações laborais que ocuparam e ocupam.

A trajetória de Ivo Domingos é bastante representativa desse mundo social estabelecido a partir da década de 1970, em que o trabalho formal é cada vez mais rarefeito, visto que os trabalhadores urbanos oscilam entre períodos de desemprego, empregos temporários e bicos. Ivo, em São Paulo, trabalhou entregando panfletos no centro da cidade, vendendo celulares roubados e contrabandeados no bairro do Brás e praticou por algumas vezes o estelionato. A sua trajetória revela uma curta passagem pelo tráfico de drogas, em que o interlocutor entregava

“mercadoria” para seus amigos envolvidos com o tráfico de drogas. Segundo Dedé, esse foi um momento da sua vida em que não conseguia trabalho, portanto o tráfico tornou-se uma oportunidade ocupacional por um curto período.

Devido a atividade ilícita do “171” acabou sendo preso em 2004. Na passagem pela prisão, Ivo conheceu o famoso Primeiro Comando da Capital e suas regras, o chamado proceder, o que revela como nessas trajetórias a experiência carcerária está presente. Como assinala Vera Telles (2010), ser um ex-presidiário, ter um familiar que está preso ou um amigo ou vizinho na prisão é comum no Mundo social envolto nos territórios de pobreza. O envolvimento cotidiano com atividades ilícitas faz com que ser preso seja uma possibilidade para esses atores que detém uma trajetória errática. Como atesta o sociólogo francês Loïc Wacquant (2008):

Apesar disso, o fato característico do fim do século, é, sem sombra de dúvida, a tremenda inflação da população carcerária nas sociedades avançadas, graças ao freqüente, de fato rotineiro, uso de encarceramento como um instrumento de administração da insegurança social. Isso é exatamente o que debato em meu livro. As prisões da miséria em todos os países onde a ideologia neoliberal de submissão ao “livre mercado se implantou, observamos um espetacular crescimento do número de pessoas colocadas atrás das grades, enquanto o Estado depende cada vez mais da polícia e das instituições penais para conter a desordem produzida pelo desemprego em massa, a imposição do trabalho precário e o encolhimento da proteção social. (WACQUANT, 2008, p. 96).

A trajetória de Roberto Cazanga teve início com o trabalho informal na construção civil como os seus conterrâneos. Depois seguiu para trabalhar com a prática do “171”, a qual exerceu por quase 10 anos. Ao desistir de praticar uma atividade ilícita, passou para o empreendedorismo ou microempreendedorismo, na Maré, quando abriu o seu próprio negócio, o depósito e bar – que foi sua atividade de sustento nos últimos dois anos.

Os imigrantes *angolanos* percorreram e percorrem ocupações que estão no que podemos chamar de “viração”. São trabalhos como de biscateiros, camelôs, pequenos empreendimentos, trabalho informal na construção civil e em restaurantes, em empresas terceirizadas, entre outros. A economia informal é tida como subterrânea, paralela, submersa, marginal e não oficial. Ou seja, uma economia que está à margem da economia legal, que está à margem do Estado. Essa classificação resulta em ações do Estado para repreender os atores quês e localizam nas margens dessa economia, muitas vezes, criminalizada pelo Estado.

Será importante verificar o modo como as dinâmicas urbanas são redefinidas por essas novas formas de produção e circulação de riquezas que caracterizam a experiência contemporânea. Trata-se do engendramento de formas urbanas atravessadas por circuitos econômicos em escalas variadas que se superpõem e se entrecruzam nos mercados informais, também eles redefinidos, pois agora conectados a economias transnacionais que mobilizam os trabalhadores e ativam agenciamentos locais

informais, também ilegais, para fazer circular bens e mercadorias (TELLES, 2010, p. 184).

São atividades econômicas que, em grande parte, circulam pelas fronteiras do informal, ilegal e ilícito. São produtos pirateados que são vendidos, são produtos sem nota fiscal ou fruto de contrabando. São atividades não regularizadas pelo poder público ou mesmo atividades ilícitas. Essas atividades vão desde o estelionato (uma prática criminosa), o tráfico de drogas ilícitas no varejo ao comércio ambulante, mas todas as atividades inseridas nas dobras do legal e ilegal. Portanto, são atividades ocupacionais situadas nas dobras do legal e ilegal, em que as possibilidades de negociação e agenciamento com agentes públicos são sempre possíveis. Quando uma atividade é repreendida, os atores mudam para outra, mas a possibilidade de retorno para atividade que foi interrompida sempre está aberta. Justamente devido à instabilidade dessas atividades, o trânsito é recorrente. Da mesma maneira que o desemprego nos trabalhos precários e temporários é recorrente, como exemplifica Ivo Domingos, quando relata que a prática do “171” foi suspensa durante determinado período devido às ações intensas de chantagem e suborno cotidiana dos policiais. Após o esfriamento das ações policiais, a rede informal de *angolanos* envolvidos com a prática do “171” retornou a praticar o delito.

Os imigrantes *angolanos* estão imersos em um Mundo social no qual o trabalho formal está em plena decadência, desta maneira o mercado informal, as atividades ilegais e ilícitas aparecem como oportunidades de trabalho ou sobrevivência. Ao analisar as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores pobres urbanos e dos *angolanos* que compõem essa camada social é possível observar a “arte do contornamento” ou “contornamento popular”. Para sobreviver em meio às incertezas do mundo do trabalho instável, os trabalhadores pobres urbanos realizam diversas atividades que são classificadas pelo Estado como atividades informais, ilícitas e ilegais, mas que são atividades que providenciam a sobrevivência desses. Contudo, a economia informal está diretamente em conexão com o Estado e seus agentes.

A economia informal sobrevive devido às fronteiras porosas do Estado, em que ocorrem os agenciamentos. Sem os agenciamentos políticos ou as “ligações perigosas” não é possível compreender como esses setores da economia conseguem movimentar milhões de pessoas, mercadorias e cifras importantes. Não só movimentar dentro do país como movimentar mercadorias e dinheiro pelas fronteiras internacionais, como o exemplo das “formigas da mundialização” (TARRIUS, 2002). O que faz com que a economia informal funcione são o agenciamento das “mercadorias políticas” e a tolerância dos ilegalismos por parte dos agentes estatais.

O ponto de partida foram as evidências de uma expansiva trama de ilegalismos novos, velhos ou redefinidos, que passam pelos circuitos da hoje expansiva economia (e cidade) informal, o comércio de bens ilegais, o tráfico de drogas e suas capilaridades nas redes sociais e práticas urbanas. Bem sabemos que ilegalismos urbanos não são propriamente uma novidade. São algo que acompanha a história de nossas cidades, item quase obrigatório nos estudos urbanos, já foram tematizados por uma extensa e importante literatura, para não falar das circunstâncias históricas que presidiram o desde sempre expansivo mercado informal. No entanto, o que nos parece merecer uma interrogação mais detida são as mediações e as conexões pelas quais esses ilegalismos vêm sendo urdidos no cenário urbano. São outras as conexões, outras as mediações, também outra a escala em que os problemas se colocam. Ao seguir o traçado desses ilegalismos vemos perfilar-se mundos urbanos alterados e redefinidos por formas contemporâneas de produção e circulação de riquezas, que ativam os diversos circuitos da economia informal, que mobilizam o trabalho sem forma, para usar a expressão de Francisco de Oliveira, e se processam nas fronteiras incertas do informal, do ilegal, também do ilícito. (TELLES, 2010, p. 23).

Os ilegalismos populares são permitidos pelo Estado devido às “ligações perigosas” entre os agentes estatais e os atores populares que participam dessa economia. Desta maneira, o conceito de “economia de bazar” é de suma importância para analisar como são acionados esses dispositivos pelos populares (TELLES, 2010). Os ilegalismos são negociados em meio a suborno, extorsão, chantagem e, por vezes, a utilização da violência. São fronteiras borradas do legal, ilegal, lícito e ilícitos onde são negociados e tolerados os ilegalismos (TELLES, 2010).

As forças policiais, os fiscais e os guardas municipais sempre estão agenciados por meio de chantagem, extorsão, compra de proteção o funcionamento das atividades informais. É um jogo perverso de relações de poder e trocas ilícitas que garantem o funcionamento de fábricas e que depósitos e barracas de camelôs possam ter vida funcional. Um exemplo dessas “ligações perigosas” foi me revelado por Fortunato, que, desde 1995, é camelô na Uruguaiana. Segundo Fortunato, às vezes, os camelôs reúnem uma determinada soma de dinheiro para subornar os guardas municipais, desse modo podem trabalhar sem que sejam incomodados pelos agentes estatais. A fala de Fortunato é apenas um exemplo entre as diversas “mercadorias políticas” que os imigrantes *angolanos* agenciam com os agentes do Estado.

A gestão diferencial dos ilegalismos (FOUCAULT, 2013) nos oferece uma importante questão para analisar em relação aos *angolanos* residentes no Conjunto de favelas da Maré. Como foi abordado no primeiro capítulo, o Estado mobilizou quase mais de mil policiais para reprimir uma possibilidade que ainda figurava como acusação; as frágeis acusações de que os *angolanos* que poderiam estar envolvidos no tráfico de drogas no varejo. Enquanto isso, uma rede informal de *angolanos* que, por anos, praticou e talvez ainda pratique uma atividade ilícita, como o estelionato gozavam de liberdade para operar o esquema do “171”. A chave explicativa para tal desproporção na repressão aos diferentes delitos é a tolerância do Estado para determinados ilegalismos. Como assinala Michel Misse (2015):

Há crimes que permitem trocas para ocultá-los, infrações que permitem negociações para não serem registradas, inquéritos que permitem manipulações para não irem em frente, julgamentos cujas as sentenças são negociáveis. Assim como podemos listar os crimes que implicam a participação de funcionários públicos, podemos também listar crimes que envolvem políticos e empresários, cujo comparecimento também é baixo, quase nulo, na contabilidade oficial. Não estaria grande parte de todos esses crimes e ilegalismos sendo desviados do processo de criminalização e incriminação simplesmente pela interposição de um mercado ilegal que transaciona exatamente o desvio? Mercadorias como “criminar” ou não, “incriminar” ou não, podem ser valiosas se oferecidas compulsoriamente à clientela [...] (MISSE, 2015, p. 507).

No caso da prática do “171”, foram revelados vários indícios no início deste capítulo que tal atividade ilícita não é nenhuma novidade para as forças policiais e para os moradores da Maré. O envolvimento de uma rede informal de *angolanos* com prática criminosa não é relatada em tom de segredo, como revela o comerciante no documentário que retrata a vida do rapper Badharó. Se a questão fosse um tabu, provavelmente a cena teria sido cortada. Da mesma maneira, Ivo Domingos revela em várias passagens da sua autobiografia em que o próprio se envolve com a prática do estelionato como vários de seus amigos também praticavam tal atividade.

No período em que exerci o trabalho de campo na Maré, um rapaz *angolano* foi preso, acusado de praticar estelionato. Três meses depois o rapaz conseguiu o *habeas corpus* e foi solto. O assunto não era segredo, era tema das rodas de conversa sem constrangimento. Essas informações contribuem para analisar como uma atividade ilícita praticada por um grupo social de fácil identificação pode permanecer em atividade por mais ou menos 10 anos sem uma ação contundente ou repressão por parte das autoridades. Na verdade, a repressão não ocorreu ou não ocorre devido as “mercadorias políticas” entre a rede informal de *angolanos* envolvidos com a prática do “171” e os agentes do Estado.

A trajetória ocupacional de Ivo Domingos é singular para analisar a viração dos trabalhadores dos territórios de pobreza. Conforme narra em sua biografia, nenhum dos empregos que teve no Brasil foi um emprego formal, passando por ajudante de servente, entregador de panfletos e vendedor de celulares (de origem suspeitas). Ao olharmos para a trajetória de Rob, encontramos uma trajetória semelhante: a de pintor em obras, depois como estelionatário e, por último, como proprietário de um comércio informal, na favela Balacobaco. Neste capítulo, não analisei com mais atenção as trajetórias ocupacionais dos demais interlocutores, pois o capítulo ficaria demasiadamente extenso. Contudo, essas trajetórias são próximas ou semelhantes das duas trajetórias analisadas, com exceção das atividades ilegais. Os que essas trajetórias nos fornecem são dados da situação de trabalhadores imigrantes, moradores de favela em uma cidade globalizada. São trabalhadores pobres que circulam por trabalhos precários, informais, ilegais e ilícitos.

[...] Nas situações extremas da “vida nua”, extremas, porém frequentes, tão frequentes quanto as formas violentas de intervenção policial nesses lugares, explicita-se o que está contido, de modo latente ou aberto, nos meandros dos mercados informais. Também nos ilegalismos difusos que se pode apreender no mundo social e que está crivado nas “mobilidades laterais” das figuras contemporâneas do trabalhador urbano que transita nas fronteiras incertas do formal e informal, legal e ilegal, também o ilícito. É o que está contido nos jogos de poder e relações de força que se processam nessas dobraduras da vida urbana, dobras do legal e ilegal. Mas isso também significa dizer que esses espaços de exceção não são espaços vazios; é justamente aí, poderíamos então dizer, que as fronteiras do Estado estão em disputa, os sentidos de lei, de justiça, de ordem e seu avesso. (TELLES, 2010, p. 30).

Como aponta Vera Telles (2010), os *angolanos* são atores imersos no Mundo social em que as “mobilidades laterais” são acionadas para transitar nas fronteiras do formal e informal, do legal e ilegal e do lícito e ilícito. São opções acionadas pelo trabalhador urbano pobre para superar os cotidianos períodos de desemprego, em que atividades que vão desde informais até ilegais pequenos delitos aparecem como atividades oportunas para sobreviver em mundo em que o trabalho assalariado, formal e estável é rarefeito. Essas atividades informais, ilegais e ilícitas só conseguem existir devido às “ligações perigosas” e às trocas de “mercadorias políticas” em que os agentes do Estado agenciam os ilegalismos, no caso específico, os ilegalismos populares.

Para finalizar, gostaria de utilizar o conceito de bazar urbano e mobilidade dos autores Ruggiero e South (1997). O conceito de bazar urbano ou bazar contemporâneo faz menção às interseções que permeiam o mercado formal, o mercado informal, ilegal e ilícito que se formaram a partir da década de 1980, nas grandes cidades dos países centrais. Os autores chamam atenção para as diversas trocas que ocorrem nesses mercados, envolvendo atores e agentes do Estado. São trocas e negociações incertas e instáveis nas dobras do legal e ilegal, que operam em articulação com trabalho precário, o desemprego, o emprego temporário, expedientes de sobrevivência, atividades ilegais, clandestinas e delituosas.

Nesse bazar contemporâneo está inserida a figura do trabalhador urbano que percorre um percurso tortuoso oscilando entre trabalhos mal pagos, atividades ilícitas, atividades ilegais, desemprego e o pequeno tráfico de rua. A figura do trabalhador urbano aceita determinadas ocupações de acordo com a situação, contexto ou critério de aceitação moral. Como assinaléi acima, para alguns *angolanos*, praticar o “171” não é considerado um crime. Também, quando Ivo Domingos realizou algumas entregas de drogas ilícitas, por estar desempregado e com uma filha recém-nascida. Ele, ainda, entre outros momentos, foi entregador de panfletos, trabalhou na construção civil, praticou estelionato e vendeu celulares roubados e contrabandeados.

As “mobilidades laterais” definem o trabalhador urbano que circula, percorre e transita pelas fronteiras porosas do desemprego, do trabalho precário, atividades ilícitas e até mesmo o

tráfico de drogas no varejo. A trajetória de Doralice analisada pela socióloga Vera Telles (2010) uma moradora da periferia de São Paulo que circula por diversas atividades ocupacionais, desde vender CD pirata até transportar drogas ilícitas, é semelhante com as trajetórias dos imigrantes *angolanos* que circulam por essa zona cinzenta das dobras do legal e ilegal; uma circulação característica do Mundo Social formado após a reestruturação produtiva, a flexibilização das leis trabalhistas em que o trabalho assalariado tornou-se rarefeito e o desemprego quase permanente. Por isso, os personagens urbanos recorrem a “arte do contornamento” para sobreviver em meios às incertezas do trabalho instável.

3 OS ANGOLAS

Eu vi Luanda, Benguela
Lobito e outras mais
Na Catumbela, o samba
Jorrou, me deu sinais
Que naquela terra cantaram
Sambaram meus avós
Ilha de Mussolo teve gente que chorou

Lá de Angola - João Nogueira

Neste capítulo pretendo primeiramente analisar a identificação dos *angolanos* residentes no Conjunto de favelas da Maré. Primeiramente o Estado produziu uma identificação estigmatizante e criminalizante do grupo étnico africano na Maré. Na construção da comunidade angolana uma nova identificação passou a ser construída pelos imigrantes africanos. Esta identificação é positiva, a categoria *angola*.

A categoria *angolanos* inicialmente foi acionada pelo Estado (prefeito do Rio de Janeiro), que fez acusações sobre a possibilidade de refugiados *angolanos* trazerem um novo vírus da Aids para o Brasil, em 1993 (CÉSAR..., 1993). Posteriormente, em 2000, o Estado (Governo fluminense) fez acusações relativas a um vínculo dos *angolanos* com o tráfico de drogas (SOARES, 2000, p. 434). Essas ações contribuíram para que a categoria *angolana* se tornasse uma categoria estigmatizante.

Busco analisar a categoria *angola*, uma categoria construída pelos moradores da Maré, em interação social com os imigrantes africanos. Atualmente essa categoria é acionada pelos *angolanos* que se identificam como *angolas*. Ser *angola* no Conjunto de favelas da Maré significa ser membro a um grupo étnico reconhecido pelos moradores da Maré, pelo Consulado angolano e pelos traficantes como um grupo social consolidado.

Na segunda parte deste capítulo, busco analisar as redes sociais, a disputa de poder e os líderes da comunidade angolana da Maré. Os *angolas* como um grupo social é disputado por forças internas e externas ao Conjunto de favelas. As forças agenciam os *angolas* em busca de interesses políticos e econômicos. O grupo étnico é dividido em redes sociais, que são manipuladas por três líderes: Badharó, Kazanga e Fidel. Os três líderes mantêm relações com forças internas e externas, agem de acordo com seus interesses e objetivos. A disputa de poder faz com que acusações, fofocas e rumores sejam acionados para desqualificar e desabonar a os rivais. Analiso também como as fronteiras étnicas são agenciadas pelos líderes angolanos.

Por último analiso a trajetória do rapper e produtor musical Xumane Mos Califa. Xumane já residiu na Maré, mas hoje reside no Bairro de Fátima, porém frequentemente está presente no Conjunto de favelas. Xumane tem posições políticas radicais e polêmicas, é um militante da luta contra o racismo, é um defensor da África e um grande crítico do governo angolano. Pretendo analisar primeiramente a seu discurso em relação ao racismo e as relações raciais no Brasil. E por último analisar seu discurso crítico ao governo angolano, suas críticas são vinculadas através dos seus *raps*.

3.1 Os Angolas da Maré

Em 1993⁷⁹, o prefeito do Rio de Janeiro César Maia acusou refugiados africanos, procedentes de Angola e Nigéria, de trazerem para o Brasil o um novo tipo de vírus da Aids, o HIV-2 (MÉDICO..., 1993). E propôs que os refugiados fossem submetidos a um teste anti-Aids antes de viajarem para o Brasil. Ao ser acusado de discriminar os africanos, Cesar Maia alegou que não havia discriminação em solicitar o visto de permanência acompanhado de um exame médico (CÉSAR..., 1993). Na década de 1990, os *angolanos* eram o maior número de refugiados que chegavam ao Brasil e ao Rio de Janeiro. Portanto essa denúncia atingiu a comunidade angolana no Rio de Janeiro. (PETRUS, 2001).

⁷⁹ Em 1992, as divergências entre MPLA e a UNITA devido ao resultado eleitoral provocou um ressurgimento dos conflitos armados. Esses conflitos ocorreram em Luanda. Os bakongos residentes em Luanda foram massacrados pelos apoiadores do MPLA. O massacre atingiu também os descendentes de bakongos. Esse episódio sangrento provocou uma imigração de muitos bakongos, sendo o Brasil um dos principais destinos (POLL, 2001).

Fotografia 6 – Recorte de jornal: O Globo de 25 de abril de 1993

César nega acusação de discriminação

O prefeito César Maia negou ontem ter tentado discriminar ou segregação os refugiados africanos que vivem no Rio, quando sugeriu que eles fossem submetidos a testes anti-Aids em seus países, antes de viajar para o Brasil. A acusação de discriminação por parte do prefeito contra os africanos foi feita, anteontem, pelo cônsul geral do Senegal no Rio, Alain Vallabriga, indignado com a afirmação de César de que os refugiados trazem o vírus HIV.

De acordo com César, não há discriminação em solicitar que a emissão do visto de permanência seja acompanhado de exame médico. Além disso, para o prefeito, é necessário que os refugiados sejam cadastrados, fornecendo informações sobre sua localização e profissão. Ele afirma que os africanos deveriam ser mais bem distribuídos pelo país, para evitar que fiquem concentrados apenas no Rio, onde as perspectivas de emprego são mínimas:

— Agora, essa entrada será limitada, pelo Ministério de Relações Exteriores, para 80 por mês — disse o prefeito.

Fonte: O Globo, 1993.

Médico nega que atendeu africana

A denúncia do prefeito César Maia de que há fortes evidências de que o vírus HIV-2, da Aids, esteja entrando no Brasil através de refugiados africanos, procedentes principalmente de Angola e do Zaire, provocou informações falsas durante a semana. O médico Rogério Rocco, chefe da maternidade do hospital Gafirée e Guinle, disse ontem que nenhuma africana portadora do vírus da Aids foi atendida ou tenha abortado no hospital.

— Na maternidade, temos gestantes portadoras do vírus. Mas nenhuma delas é africana. Até o momento, só atendemos duas pacientes angolanas, que não estavam contaminadas, e os partos foram realizados sem problemas. Se tivesse ocorrido algum aborto, eu seria o primeiro a tomar conhecimento do fato. Esse tipo de denúncia é uma leviandade e não sei quem tem interesse em divulgá-la. Isso demonstra racismo contra os refugiados — disse Rocco.

O personagem “Angolano” do programa humorístico de televisão *Zorra Total*, da emissora Globo, durante anos de 2004 a 2011 era uma representação caricatural dos *angolanos*. O personagem se vestia com roupas extravagantes, tinha um sotaque característico de Portugal. E uma das suas tiradas era enrolar ou enganar o personagem com quem contracenava. Nos esquetes em que o personagem angolano atuava, ele sempre buscava aplicar um “golpe” em alguém. O personagem pode ser compreendido como uma caricatura de mau gosto dos *angolanos*.

Nos anos 2000 como foi abordado, no primeiro capítulo, surgiram as acusações de *angolanos* residentes na Maré serem guerrilheiros e fornecerem treinamento de guerrilha para os traficantes da Maré. Essas acusações produziram efeitos para os *angolanos*, como as operações policiais voltadas para prender e investigar os imigrantes africanos. As operações policiais ocorreram mais duas vezes na década de 2000 com base nas acusações não comprovadas do envolvimento do grupo étnico com o tráfico de drogas. Os *angolanos* relatam algumas ações violentas de facções rivais contra os imigrantes africanos. E casos em que *angolanos* foram espancados por populares devido às acusações. Além de casos de abusos policiais, em que *angolanos* sofreram torturas.

As acusações de que os *angolanos* forneceram treinamento de guerrilha aos traficantes e de que os imigrantes africanos eram integrantes dos bandos de traficantes na Maré. Produziu

efeitos como a estigmatização dos *angolanos* residentes na Maré, que passaram a ter uma representação social associada ao tráfico de drogas e, portanto estigmatizante. Além de que as acusações produziram uma criminalização dos *angolanos*, pois as forças policiais agiam de maneira discriminatória com os imigrantes africanos, a partir da representação social construída a partir das acusações. Essas ações discriminatórias e racistas são efeitos de uma identificação dos *angolanos* como bandidos ou potenciais criminosos.

Estudantes universitários africanos oriundos de países lusófonos apontam serem constantemente confundidos com *angolanos* no Brasil. Segundo eles, os brasileiros identificam todo negro estrangeiro que tem um sotaque português como *angolano*. O que indica que a categoria *angolano* detém uma representação consolidada para parte da sociedade brasileira, contudo essa representação é estigmatizante, como foi abordada no primeiro capítulo, como já aponta o pesquisador moçambicano Carlos Subuhana:

As representações construídas sobre os negros africanos são bem negativas. Quando vem um negro africano “começam a imaginar que vivemos na selva, subimos em árvores e andamos no meio de elefantes”. A África é associada a guerras, “selva, pobreza e miséria”. Isso faz com que o negro africano, muitas das vezes, seja sujeito a discursos e ações preconceituosas e estigmatizantes, sendo comum o uso da categoria “angolano” para se referir a todo indivíduo oriundo do continente africano, independentemente de sua nacionalidade. Essa generalização é tão arraigada que perpassa em indivíduos de todos os níveis socioeconômicos e até acadêmicos. (SUBUHANA, 2007, p. 332).

Por algumas vezes durante o trabalho de campo fui questionado pelos meus interlocutores *angolas* se eu era *zuka*⁸⁰ ou *mwangules*⁸¹ quando respondia que era brasileiro, em geral, a minha resposta era recebida com surpresa e desconfiança⁸². Mais de duas vezes tive que mostrar minha carteira de habilitação ou meu documento de identidade para provar a minha nacionalidade. Após provar minha nacionalidade brincava, dizendo que todo negro no Rio de Janeiro era *angolano*, já que mais de 80% das pessoas escravizadas que desembarcaram no porto do Rio de Janeiro eram provenientes de Angola. Especialmente, na esquina dos *angolanos* os bares eram frequentados por *angolanos*, logo a surpresa quando eu me identificava como brasileiro. O questionamento se eu era *angolano*, geralmente ocorria quando estávamos em uma roda de conversa no bar ou no restaurante da Lica e histórias dos tempos de Angola eram contadas. Quando algumas expressões nativas as quais eu desconhecia eram utilizadas, alguém

⁸⁰ Zuka é uma gíria angolana diminutiva de Brazuka que significa brasileiro.

⁸¹ *Mwangules* é uma expressão nativa angolana que significa angolano.

⁸² Durante a entrevista que eu realizava com Badharó sua esposa interpelou-o a respeito da minha identidade, supondo que eu fosse angolano.

tentava me explicá-las e nesse momento alguém me questionava se eu era *mwangules* ou *zuka*. A definição de *mwangules* segundo Melo:

Melo: Ah, não Luanda não fala *mwangules*, mas como tudo mundo quer ser angolano, então está bom, fica então de angolano, eu não sei se você já viu, nós queremos ser um angolano, já os do Zaire eles queriam ser angolano, já o nigeriano, nigeriano é outro também que fala que não, eu sou angolano, ele não aceita, ele quer ser um nigeriano, mas os outros países da África, eu vejo isso, o queniano, de Luanda, de todos os países assim da África. (Entrevista realizada em 7 set. 2015).

Uma das situações em que minha nacionalidade foi questionada aconteceu quando logo após o jogo de futebol, eu juntamente com mais seis *angolanos* almoçávamos no restaurante da Lica. Naquele período o traficante Playboy era o traficante mais procurado pela polícia do Rio de Janeiro e a conversa era sobre os planos de Playboy para invadir o Conjunto de favelas da Maré. Segundo os relatos o traficante Playboy era originário da Maré e, portanto, estava planejando retomar os pontos de drogas de uma das facções que dominam o Conjunto de favelas⁸³. Nesse momento vários rumores circulavam pela Maré, gerando ansiedade e medo. A conversa evoluiu para um debate sobre os locais mais vulneráveis na Maré para a suposta invasão. Uns defendiam que a invasão seria fácil, enquanto outros defendiam que seria difícil. Um ponto de acordo entre eles era dificuldade de ser invadir o Morro do Anil⁸⁴. Segundo eles, na favela Sem Saída era habitada por muitos *cabombos*⁸⁵. Imediatamente questionei o que significava *cabombo* e logo alguns se surpreenderam e questionaram sobre a minha nacionalidade: “Você não é *mwangules*?”.

Ao longo do trabalho de campo, fui conhecendo as expressões nativas utilizadas pelos meus interlocutores e aprendendo como essas expressões são empregadas. Desde o início percebi que a expressão “*mwangules*” é sempre utilizada em conversas entre os *angolanos*. *Mwagulges* significa angolano, contudo existe um determinado orgulho em se afirmar como *mwagules*. A partir da minha observação, *mwagules* é uma expressão nativa que remete ao orgulho em ser angolano, em contradição a expressão *zairenses* ou *angolanos falsos*⁸⁶ é

⁸³ Um dia por volta de 22h, Melo me levou de moto até a casa de Kué para me apresentá-lo. Kué considerado um dos primeiros angolanos a residir no conjunto de favelas da Maré. No caminho para a casa de Koué passamos por um grupo de aproximadamente 15 traficantes reunidos. Segundo, Melo eles estavam em estado de alerta devido as ameaças de uma invasão comandada pelo traficante Playboy.

⁸⁴ A favela Sem Saída é a localidade mais alta do conjunto de favelas da Maré, portanto o Morro do Anil tem uma posição geográfica estratégica.

⁸⁵ Cabombo é uma expressão nativa angolana que significa policial.

⁸⁶ Os angolanos da etnia *bacongós* não considerados por angolanos de outras etnias como angolanos. Essa acusação se deve ao fato de muitos angolanos da etnia *bacongo* viveram no Congo durante os anos da guerra civil. Muitos *bacongós* possuem sotaque francês e falam línguas étnicas como o *kikongo* e a *linguala*. No Rio

utilizada para designar os *angolanos* pertencentes a etnia *bacongo*. Essa é uma expressão pejorativa e estigmatizante, pois, os luandenses não consideram os *angolanos* da etnia *bacongo* como compatriotas.⁸⁷

Apreendi outras expressões nativas, principalmente nas rodas de conversa antes ou depois dos jogos de futebol. No final de 2015, quando aos sábados eram realizadas partidas entre os *angolanos* residentes no Cano Furado contra os conterrâneos do Roque Santeiro e Balacobaco, consegui compreender a expressão nativa *pula*. Durante o trabalho de campo já tinha escutado esta expressão nativa, mas sem conseguir identificar o significado. Antes do início da partida três *angolanos* conversavam sobre o enteado de um deles, o qual acompanhava-o no campo de futebol. O padrasto chamou pejorativamente o menino⁸⁸ de *pula* e seguiu dizendo que os homens brancos têm relações com as mulheres negras e posteriormente as abandonam. Desta forma, cabem aos homens negros assumirem a criação dos seus filhos, no caso os *pulas*. A expressão nativa *pula* designa originalmente mestiços ou mulatos frutos de relações inter-raciais entre *angolanos* e portugueses. No Brasil, essa expressão é aplicada aos pardos e mulatos. Em geral, os *angolanos* ao usarem essa expressão, utilizam de maneira pejorativa.

A questão da miscigenação apresentou-se pela primeira vez em minha etnografia, quando mostrei uma foto da minha ex-namorada para Melo. Ele imediatamente após ver a foto me questionou: “*Queres embranquecer a família?*”. Fiquei envergonhado, sem reação e respondi que não. Melo continuou falando que os negros brasileiros são racistas, pois preferem casar com mulheres brancas a casar com as mulheres negras. Em seguida ele citou artistas e esportistas negros casados com mulheres brancas. Segundo Melo, os *angolanos* só casam com mulheres negras. Em um dia questionei-o sobre dois *angolanos* do Cano Furado casados com mulheres brancas, ele respondeu com argumento de que eram exceções, mas a maioria dos *angolanos* eram casados com mulheres negras.

O casamento inter-racial ou interétnico é uma das discussões atuais do movimento negro no Brasil. Os militantes partidários do casamento endogâmico (negros casando com negros) apontam o casamento interétnico como uma busca do negro brasileiro pelo “embranquecimento”. O embranquecimento é possível no Brasil, pois a raça não é definida na

de Janeiros, os bacongos residem no Catumbi e na cidade de Duque de Caxias na região metropolitana do Rio de Janeiro.

⁸⁷ Ver: PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. *Os Bakongo de Angola: etnicidade, política e parentesco num bairro de Luanda*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015. v. 1.

⁸⁸ O menino era pardo ou mulato.

origem, como nos Estados Unidos e na África do Sul. Nesses países, a definição da raça ocorre pela origem e não pelos traços físicos. No Brasil, a raça é definida pelos traços físicos, quanto mais os traços físicos de um indivíduo se aproxima dos traços europeus melhor será sua posição social e o acesso aos privilégios. Dentro desse entendimento, embranquecer a família é uma maneira de buscar uma ascensão social e também tem relação com a solidão da mulher negra⁸⁹.

Foi demonstrado aqui que a representação da miscigenação brasileira de Freyre ignorou o tremendo ônus para as pessoas não-brancas, especialmente as mulheres mais escuras. No mercado matrimonial, a pele mais branca é preferida e pessoas, especialmente mulheres, com pele mais escura são predominantemente rejeitadas. Mesmo quando as barreiras à união inter-racial são superadas, o peso da cor mais escura persiste como desvantagem nas constantes trocas relativas à questão do matrimônio. Além disso, a união inter-racial traz esposos e parentes de diversas cores para o convívio numa mesma casa ou família, na qual casamentos inter-raciais frequentemente não são bem aceitos, ficando sujeitos a maledicências e intrigas. De forma recíproca, as pessoas mais claras frequentemente trocam sua branquidão por status social e outras vantagens que recebem de seus parceiros de pele mais escura. Embora muitas uniões inter-raciais sejam certamente amorosas e duradouras, é impossível que a importância da questão racial desapareça completamente, mesmo nesses casais. (TELLES, 2003, p. 158).

Nas conversas com Melo a questão racial ou temas relativos ao racismo não foram tão presentes, como nas conversas com Xumane, entretanto, por mais uma vez Melo me interpelou sobre a minha preferência e a preferência dos homens negros por mulheres brancas. Essas interpelações foram feitas sempre em um tom crítico.

Conheci Melo por intermédio de Badharó no dia 4 de abril de 2015. A minha relação com Melo tornou-se próxima em pouco tempo. No início de 2015, Melo começou a cursar a graduação em Turismo em uma faculdade privada em Bonsucesso e estava tendo dificuldades com os estudos e sempre me solicitava ajuda. Logo no início, Melo estava lendo um capítulo do livro *As veias abertas da América Latina*, para uma disciplina da faculdade e emprestei-lhe meu livro⁹⁰. Melo viajou para Angola no final de 2014 e por incentivo do seu irmão decidiu cursar Turismo. Em conversas Melo por vezes me agradeceu por eu ajudá-lo com os estudos. Melo convidou-me para ministrar uma palestra em sua faculdade sobre a minha pesquisa de mestrado, mas não conseguimos agendar uma data. Ao mesmo tempo em que ele me requisitava para ajudá-lo com trabalhos e textos da graduação em que ele encontrava dificuldades, Melo

⁸⁹ Sobre a solidão da mulher negra no Brasil. ver: PACHECO, Ana Cláudia Lemos. “*Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar*”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <https://cdn.revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2015/09/PachecoAnaClaudiaLemos.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

⁹⁰ Ao final da pesquisa de mestrado dei o livro de presente para Melo.

ajudava-me avisando dos eventos da comunidade angolana e apresentando-me aos seus compatriotas residentes na Maré.

A minha proximidade com Melo foi de suma importância para o exercício do trabalho de campo, pois Melo tinha disponibilidade para me levar na casa de seus compatriotas ou conseguir o telefone deles. O meu contato com Alexandre Rui Paxalina foi realizado por intermédio de Melo, que me levou a casa de Alexandre. Melo pedia algumas indicações a respeito de curso de inglês ou de escola para o seu filho. Eu o indiquei o curso de inglês gratuito da UFRJ e indiquei também para ele inscrever seu filho nas provas de acesso para as escolas federais do Rio Janeiro, em especial a Escola técnica federal de saúde, localizada na Fiocruz muito próxima da Maré⁹¹.

Em conversas com Melo, ele sempre gostava de contar com muito bom-humor as histórias do tempo de Angola e dos anos iniciais no Brasil. Melo contava as histórias em meio a gargalhadas e chamava os amigos para confirmar como eles passaram por essas dificuldades juntos. Melo é um simpático as ideias socialistas, por duas vezes ele discutia com Coelho na *esquina dos angolanos* sobre qual sistema era melhor: socialismo ou capitalismo. Em meio à discussão Melo chamava-me para opinar, me legitimando para opinar sobre o assunto. Eu respondia de maneira tímida a minha preferência pelo socialismo, Melo vibrava e dizia “*Tá vendo, eu não estou lhe falando*”.

Em outras situações também fui requisitado para responder, a partir da alcunha de professor e pesquisador. Um grupo de *angolanos* discutia a respeito da recente prisão de um rapaz conterrâneo. Segundo os relatos, esse rapaz tinha chegado a menos de um ano ao Brasil e estava em situação irregular. O rapaz preso tinha uma namorada grávida e a dúvida era se ele seria extraditado para Angola ou permaneceria preso no Brasil em função de seu filho brasileiro que iria nascer. Eu apenas observava a discussão, quando fui questionado sobre qual deveria ser a decisão da justiça em relação ao caso. Eu dei uma resposta vaga, pois não tinha conhecimento jurídico para responder com solidez. Atento para o fato de que a consulta foi feita a mim, delegando um poder de conhecimento para abordar sobre o caso em discussão.

As memórias de Melo sobre os tempos em que viveu em Angola sob um regime socialista são saudosistas. Segundo Melo e outros interlocutores, nos tempos em que socialismo vigorava em Angola, a educação e a saúde eram de qualidade, com a grande presença de médicos e professores cubanos, em Luanda. A alimentação era gratuita e adquirida através de cartões de abastecimento que as famílias levavam ao supermercado para trocar por alimentos.

⁹¹ O filho de Melo fez provas de seleção para as escolas técnicas e escolas federais, mas infelizmente não conseguiu passar.

Apesar da guerra civil, este é um período lembrado com nostalgia por Melo. No final da década de 1980, o regime socialista foi desmontado em Angola e a situação socioeconômica começou a piorar.

Os *angolas* como são chamados os *angolanos* residentes no Conjunto de favelas da Maré pelos moradores da localidade. Os nomes como “bar dos Angolas”, “futebol dos Angolas”, “time dos Angolas”, “pagode dos Angolas”, entre outros, demonstram como *angolas* se apropriaram dessa identificação. A identificação com a categoria *angola* é acionada pelos moradores da Maré e pelos próprios *angolas*. No campeonato de futebol realizado no segundo semestre de 2015, o nome do time formado pelos *angolanos* era: Clube Esportivo os Angolas. Um uniforme foi encomendado com as cores: vermelha, amarelo e preto (as cores da bandeira de Angola). E um brasão com o símbolo e nome do time.

Encontrei uma reportagem intitulada: “Pobres e angolas” (THEOPHILO, 2001), a qual aciona a categoria *angola* para fazer referências aos angolanos residentes na Maré. Encontrei outra reportagem mais recente da Televisão Pública da Angola Internacional sobre a visita a visita da Cônsul Geral de Angola ao Conjunto de favelas da Maré, me março de 2015. O jornalista introduz a reportagem acionando a categoria *angolas*:

“Funcionários do Consulado Geral no Rio de Janeiro seguiram estrada para dar início ao que se pretenda que seja uma relação de proximidade [...]. O destino é a Maré, um dos principais complexos de favela desta cidade. Aqui o ambiente é de quase uma guerra urbana, com o exército brasileiro na entrada da comunidade. Apesar do clima de insegurança que se vive no local, os angolanos são sempre bem-vindos. Afinal, não é a toa que na rua [4, do Cano Furado] os “angolas” como são tratados levam uma vida tranquila como se estivessem no quintal de casa [...]” (CONSULADO..., 2015 n. p)

Fotografia 7 – Colete utilizado pelos angolas nos jogos de futebol aos sábados



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2016.

Angola é categoria nativa da Maré para designar homens negros, *angolanos*, da faixa etária de 20 anos até 50 anos, com sotaque característico e morador do Conjunto de favelas da Maré. A categoria foi criada pelos moradores da Maré em interação social com os imigrantes africanos. Não é possível assinalar a data de construção da categoria *angola*. Contudo, é possível afirmar que categoria surgiu entre a década de 1990 e 2000. Período em que a comunidade angolana da Maré teve o maior número de membros, com aproximadamente 2000 imigrantes e refugiados.

Esta categoria a princípio construída pelos moradores brasileiros da Maré, hoje também é apropriada pelos *angolas*. Ao nomearem o time de: “Time dos Angolas”, entre outros nomes que indicam que os próprios *angolas* também acionam e reivindicam essa categoria de identificação. A minha hipótese é que a categoria *angola* é uma categoria positiva e que contribui para identidade dos *angolas* na Maré. Questionei dois interlocutores sobre a origem da categoria *angola*, mas nenhum deles soube me responder ao certo como surgiu essa categoria. Segue abaixo a respostas de Melo quando questionei sobre o surgimento da categoria *angola*.

Jorge: E como é que surgiu o apelido de angola?

Melo: Apelido de Angola, você não quer mais chamar o nome do cara o Angola lá, Angola, Angola, você que sabe, pode falar que o meu nome é mesmo, está falando de Angola, para conviver contigo, tudo bem, na Angola, epa, me chama de Angola, eu sou angolano mesmo.

Jorge: A galera começou a adotar, porque time dos angolas, começou o bar dos angolas?

Melo: Time dos angolas, bar dos angolas, sabe, eu nem sei se é preguiça do pessoal copiar o nome, será que aí os brasileiros aí, é mesmo modo de todos os países falar. (Entrevista realizada em 7 set. 2015).

A resposta de Badharó também foi pouco elucidativa sobre o surgimento da categoria *angola*.

Jorge: Fica difícil ter qualquer tipo de amizade de... E te perguntar, como é que surgiu esse apelido de Angola, por que o apelido de Angola, e, enfim, como é que se fortaleceu aqui na comunidade?

Badharó: Na verdade, eu acredito que isso aconteceu através, ninguém sabia os nossos nomes na época, agora que hoje em dia eu lembro que uns sete anos atrás, sete ou cinco anos atrás, na verdade naquela época também já tinha pessoas que já sabiam o meu nome, mas éramos muito, entendeu? E isso no meu ponto de vista é relativo porque quando a gente também está num... Em Angola também a comunidade brasileira a gente também chamava de Brazucas.

Jorge: Zuca.

Badharó: Isso, Zuca, Brazuca, a gente nunca chama muito pelos nomes, entendeu? Você pode até conhecer o nome, mesmo aqui quando a gente está aqui conversando assim, a gente falou, olha o Zuka lá, é algo já que a gente não tem mais problema

contra isso, e eu acredito que se fortificou por causa disso, porque angolano, angolano ou eles chamam Angola, entendeu, os angolas, angolano, é isso aí.

Jorge: Mas aí daí que surgiu, por que não o Angolano, e por que o Angola?

Badharó: Isso já foi já, porque eles têm mais facilidade de falar o Angola, acredito que por isso, que eles tenham mais facilidade de falar o Angola, não angolano.

Jorge: É mais rápido, mais fácil, aí foi pegando?

Badharó: Angolano também é mais extenso, eles falavam Angola, mas tem muito aí que chamavam pelos nomes mesmo, e conforme o tempo foi passando, agora cada um, muitos deles já sabem o meu nome, se você perguntar um montão desses garotos aí, eles vão te falar, aquele é o “Bene”. (Entrevista realizada em 15 jul. 2015).

Presumo que a categoria *angola* surgiu no período em que a presença de *angolanos* foi mais intensa na Maré. Entre os anos de 1995 e 2003. Nesse período, os moradores da Maré ao invés de chamarem de *angolanos*, passaram a chamar de *angolas*. Não é possível precisar se a escolha por *angola* se deve ao fato de ser mais fácil ou mais curta, mas o mais importante é que foi adota e utilizada pelos *angolanos*.

A princípio a utilização da categoria *angola* pelos moradores da Maré pode indicar um desprezo pela individualidade dos *angolanos*. Entretanto, o que observei no trabalho de campo que as pessoas que mantêm relações de proximidade com *angolas* conhecem o nome de cada um e os chamam pelos seus nomes. As pessoas que não mantêm relações de proximidade com os *angolas* utilizam da categoria *angola* para se referir a um *angolano*. Em um domingo, estava na esquina dos *angolanos*, conversando com Da Nike, quando chegou um senhor procurando por um *angola*. Da Nike perguntou qual era o nome, mas o senhor respondeu que não sabia o nome do rapaz, apenas que ele era *angola*. O senhor disse que um *angola* iria fazer um serviço para ele, mas ele não estava conseguindo encontrá-lo. Essa foi uma das situações em que pude observar a utilização da categoria *angola* pelos moradores da Maré.

Fotografia 8 – Clube Esportivo dos Angolas C. E. A.



Fonte: perfil Jiboia Angola no Facebook, 2015.

O time dos *angolas* não era formado, apenas por *angolanos*, mas também por brasileiros, aproximadamente mais de metade do time era composto por brasileiros. A comunidade angolana da Maré tem um número suficiente para compor um time apenas com *angolas*. Contudo, presumo que o objetivo de vencer o campeonato, o qual o prêmio era de R\$ 5.000,00, fez com que jogadores que não eram *angolas* fossem convidados para compor o time. Os jogadores *angolas* convidados a participar do time, foram àqueles considerados como jogadores mais aplicados. O convite aos jogadores brasileiros provocou algumas reclamações. Os *angolas* que não foram convidados para participar do time reclamaram da participação de jogadores brasileiros.

Apesar das divergências em relação à formação do time, nos dias de jogos do time dos *angolas* aproximadamente vinte *angolas* se reuniam no campo de futebol da Caverna⁹² para assistir os jogos. A torcida dos *angolas* é bastante animada, barulhenta e provocativa. Fidel⁹³ que fazia parte da comissão técnica comandava a torcida com gritos de guerra e provocando os torcedores adversários a fazerem apostas relativas ao resultado do jogo. A torcida angolana levava isopores com cervejas e bebidas para o campo. O grito de guerra mais entoado pela torcida angolana era: “*Quando o tiro não te mata Quem te mata quem te espera*”.

⁹² O campo de futebol da Caverna fica localizado no Cano Furado é um campo grande e de grama sintética. A casa de Badharó é de frente para o campo da Toca.

⁹³ Fidel chegou ao Brasil em 1996, é proprietário da Adega dos angolanos e é considerado um dos líderes da comunidade angolana na Maré.

Pelos dados colhidos no trabalho de campo e nas entrevistas, a categoria *angolas* é a categoria construída pelos moradores da Maré para definir um novo grupo social, o grupo étnico dos *angolanos*. A categoria *angolas* não é estigmatizante, como em determinados contextos que a categoria *angolanos* passa a ser. Portanto, a categoria *angolas* foi e é acionada por muitos *angolanos*, inclusive sendo utilizada em símbolos e identificações do grupo étnico na Maré. Na pesquisa de mestrado da geógrafa Regina Petrus (2001) os *angolanos* do Conjunto de favelas da Maré detinham representações negativas:

As representações fortemente negativas construídas sobre o grupo de angolanos residentes no complexo da Maré, a partir dos fatos relatados, não apenas reforçam e servem como justificativa para práticas discriminatórias e de segregação social e especial que já ocorriam naquela área, como (ao que tudo indica) informaram de maneira irreversível até o momento atual a representação predominante na sociedade de imigração sobre o grupo imigrante investigado neste trabalho. (PETRUS, 2001, p. 172).

Passados mais de 10 anos da pesquisa, que aponta uma representação negativa dos *angolanos* na Maré a representação pode ser compreendida de forma positiva através da categoria *angolas*.

Se desde a chegada dos *angolanos* em números expressivos ao Rio de Janeiro, estes foram representados de forma estigmatizante. Como foi mencionado, primeiramente pelo ex-prefeito do Rio de Janeiro ao acusar os *angolanos* de trazerem um novo tipo de vírus da Aids para o Brasil. Posteriormente pelos meios de comunicação em massa, que veicularam um personagem caricatural sempre buscava aplicar golpes. Depois com as acusações de envolvimento dos *angolanos* com o tráfico de drogas do Estado e veiculadas sem senso crítico. Todos esses episódios contribuíram para que ser *angolano* ou a representação do *angolano* não fosse positiva, e sim estigmatizante.

Dentro de contexto de uma representação estigmatizante dos *angolanos* o surgimento de uma nova categoria positiva como *angolas* foi um contraponto necessário. A categoria *angola* contribuiu para a construção de uma categoria positiva que identifica o grupo étnico na Maré. A categoria *angola* é acionada pela comunidade angolana por acionar uma identificação positiva. A apropriação dessa categoria positiva pelos *angolas* da Maré é um indício do aspecto valorativo da categoria *angola*.

3.2 Disputas, redes sociais e fronteiras étnicas

Pretendo nesta segunda parte, deste capítulo me debruçar sobre as disputas internas na comunidade angolana da Maré pelo posto de líder. Analisarei três personagens singulares nessa disputa: Kazanga, Fidel e Badharó. Cada um deles busca a alcunha de líder do grupo étnico a partir de suas redes sociais, recursos, agenciamentos e articulações com as forças que são aliadas⁹⁴.

Badharó articula sua liderança a partir da sua arte, o *rap*. Através do *rap*, ele tem uma inserção nos meios de comunicação, já foi entrevistado pelo jornal *O Globo*, pela *Folha de São Paulo* e foi protagonista de um documentário da TV *Al Jazeera*. O rapper pode ser considerado uma figura pública da comunidade angolana na Maré. Badharó mantém relações próximas com o Consulado. Já Kazanga é comerciante, mas faz uso principalmente das suas relações de proximidade com os traficantes para legitimar e impor sua liderança, utilizando da violência para se impor perante os seus conterrâneos. E Fidel que já é considerado por parte dos seus compatriotas da Maré como um líder, também é comerciante, seu bar (Adega do angolano é localizado em frente ao bar de Kazanga) é um ponto de concentração de *angolas* e ultimamente é utilizado pelo Consulado para atividades do órgão. Neste local são realizados churrascos e foi um dos comércios visitados pelo Cônsul Geral de Angola em março de 2015.

O grupo étnico *dos angolas* é um grupo disputado por forças internas e externas do Conjunto de favelas da Maré. São forças que buscam disputar o grupo étnico por meio de agenciamentos, recursos, violência e “mercadorias políticas”. Dentro do jogo de disputa de poder os agentes externos que agenciam *os angolas* da Maré são: Consulado e as forças policiais. O tráfico de drogas no varejo é uma força interna que agencia o grupo étnico dos *angolas*. As ações dessas forças para agenciar a comunidade angolana produzem efeitos, como a divisão dos *angolanos* em redes sociais organizadas em torno das lideranças e acirramento das rivalidades a partir de acusações, fofocas e rumores. A polícia também é uma força externa que agencia os *angolas*, como foi abordado no segundo capítulo a troca de “mercadorias

⁹⁴ A disputa pela liderança na comunidade angolana remete ao clássico livro do sociólogo Nibert Elias e John L. Scotson (2000) *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. O livro é uma análise de uma pequena cidade no interior da Inglaterra. Dois grupos: o grupo mais antigo que se reivindica como detentor das tradições e valores da cidade, que é classificado como os estabelecidos. E o segundo grupo que é classificado pelos estabelecidos como outsiders. Os outsiders são considerados desviantes e desordeiros. Os estabelecidos estigmatizam e marginalizam o segundo grupo através de fofocas, acusações e manipulações. Os estabelecidos utilizam da margem de poder para acusar e classificar o grupo dos outsiders. O livro contribui para problematizar como ocorrem as disputas internas nos grupos sociais.

políticas”. As redes sociais são agenciadas apenas pelas forças, mas agem também de acordo com seus objetivos.

Os *angolas* é um grupo social entre os diversos grupos existentes no conjunto de favelas da Maré. Como os demais grupos sociais, *os angolas* são disputados por forças internas e externas. Os três líderes *angolas* se relacionam com essas forças de acordo com seus interesses, recursos e objetivos. E os líderes mobilizam suas redes sociais para agir em prol dos seus interesses. Os membros das redes sociais não são manipulados e também agem de acordo com seus interesses pessoais, podendo transitar entre as redes sociais do grupo étnico. A disputa pela liderança entre os três líderes *angolas* é para obter seus recursos, prestígio e consolidar o *status* de liderança.

A disputa entre os líderes *angolas* e suas redes sociais é movida por fofocas, rumores, interesses, acusações e manipulações. As redes sociais são agenciadas pelos líderes e são manipuladas tanto por acusações contra os rivais, quanto pelos interesses e pelos agenciamentos das forças internas e externas. É importante apontar que as redes sociais dos *angolas* na Maré não são redes fechadas, e sim redes abertas em que os membros transitam de acordo com seus interesses e suas relações pessoais. A definição de rede social do antropólogo John Arundel Barnes define de maneira fidedigna as redes sociais dos *angolas* na Maré:

[...] O conceito de rede social é apropriado em situações em que grupos persistentes, como partidos e facções, não estão formados, bem como em situações em que indivíduos são continuamente requisitados a escolher sobre quem procurar para obter liderança, ajuda, informação e orientação. Desse modo, o emprego da rede social ajuda-nos a identificar quem são os líderes e quem são os seguidores, ou a demonstrar que não há padrão persistente de liderança. (BARNES, 2010, p. 176).

Dos três *angolas* os quais analiso o único que manteve uma relação de proximidade foi com Badharó, que foi um dos meus primeiros interlocutores na Maré. Acompanhei dois shows do rapper e realizei duas entrevistas. Durante o trabalho de campo, Kazanga, nunca me deu abertura para uma aproximação, apenas duas vezes freqüentei o seu bar. Já com Fidel, minha proximidade era maior, devido aos meus contatos com sua rede social, em algumas vezes freqüentei o seu bar. Conversei com ele, contudo sempre quando eu propunha uma entrevista, ele desconversava. Geralmente Fidel ia após o jogo de futebol aos sábados beber com os seus amigos, desta forma eu participava de rodas de conversas com o líder *angola*. Meu contato com Fidel é oriundo das minhas relações com Melo, Leozinho e Coelho os quais são amigos de Fidel e pertencentes a sua rede social. É importante relatar que os três líderes não mantêm relações, não se falam há alguns anos.

A polícia foi é uma força externa que agencia os *angolas* através da troca de “mercadorias políticas”. No segundo capítulo analisei as práticas ilegais de dois imigrantes *angolanos* na Maré. O esquema de “171”, estelionato que era praticado por alguns membros da comunidade angolana na Maré, na década de 2000. Essas práticas ilegais cometidas durante alguns anos não poderiam ser realizadas sem relações corruptas com agentes do Estado, em especial policiais. Rob, um dos *angolanos* que me revelou o esquema de “171”, apontou a existência de uma conveniência de policiais com as práticas ilegais. Segundo Rob, sem a complacência de policiais não seria possível à vigência do esquema de “171”. Inclusive Rob relata por duas vezes ter sido detido e liberado mediante ao pagamento de propina.

Analisei também Ivo, que através de sua autobiografia revelou como era praticado o esquema do “171”. Esquema que não era restrito aos *angolanos* residentes no Rio de Janeiro, também funcionava em São Paulo. Um dos pontos de extrema relevância de sua autobiografia, é o relato sobre as ligações entre policiais e os *angolanos* envolvidos com o esquema do “171”. Segundo Ivo Domingos seu conterrâneo Bakaki, morador da Maré era o articulador das relações ilegais com os policiais. Bakaki pagava aos policiais para que seus conterrâneos envolvidos no esquema de “171” não fossem presos e suas mercadorias compradas com dinheiro do estelionato não fossem apreendidas. A troca de “mercadorias políticas” entre Bakiki e policiais definiu, quando *angolanos* não envolvidos em atividades ilegais passaram a ser extorquidos pelos policiais, causando indignação na comunidade angolana.

O que os relatos demonstram é a existência de relações entre os *angolanos* envolvidos com as práticas ilegais, o estelionato, e os policiais. Seguindo os apontamentos do sociólogo Michel Misse (2011) um mercado informal de serviços e mercadorias o que configura como a troca de “mercadorias políticas”. Segundo os relatos a troca de “mercadorias políticas” entre as força policiais e os *angolanos* não foi um episódio isolado e sim constante, configurando uma prática contínua. As “mercadorias políticas” obtidas pelos policiais eram especialmente através da prática de extorsão, como define Michel Misse:

A “extorsão, como na chantagem e no sequestro, é um caso-limite de mercadoria política. Por um lado, desenvolve-se sob constrangimento de uma das partes, para quem troca é ilegítima. Na medida, porém, que, mesmo assim, a troca se realiza, seja porque esta parte a considera racionalmente vantajosa, seja por qualquer outro motivo, há mercadoria política [...] (MISSE, 2011, p. 209).

No período em que realizei observação participativa no grupo dos *angolas*, não me foi revelado se ainda existiam relações dos *angolanos* com agentes do Estado. Presumo, que ainda exista tais relações, devido algumas conversas que escutei, mas não obtive informações mais

aprofundadas sobre a manutenção de troca de “mercadorias políticas” entre os *angolanos* e os policiais.

As narrativas, com as quais me deparei no trabalho de campo sempre foram pessimistas em relação a uma possível unidade da comunidade angolana na Maré. A comunidade angolana é sempre tida como desunida, briguenta e desorganizada. É uma fala recorrente entre diferentes interlocutores. As histórias que me foram contadas sobre as brigas, geralmente surgiam quando eu questionava sobre o surgimento da *esquina dos angolanos*. O início da concentração de *angolanos* na esquina das ruas 4 e 5, do Cano Furado ocorreram por volta de 2002 e 2004. Existe uma disputa interna, em que alguns *angolanos* se reivindicam como os pioneiros da localidade, que é a localidade central dos imigrantes africanos. Essa disputa ocorre principalmente entre Badharó e Fidel⁹⁵. Ao questionar Badharó sobre a formação da *esquina dos angolanos*, ele contou ter sido o primeiro a abrir um bar na localidade e em seguida foram criados outros comércios.

Segundo Badharó, naquela época aconteciam muitas brigas, “*Eles se cortavam com garrafas*”, disse o rapper *angola*. Eram desentendimentos por motivos banais que levavam a brigas sangrentas. As garrafas de *longneck* em que os *angolas* bebiam cerveja tornavam-se armas. Ele contou de uma briga específica em que um dos envolvidos quebrou uma garrafa de *longneck* e cortou o rosto do adversário. Segundo Badharó o rosto do rapaz ficou desfigurado. Assim como essa história outras mais foram relatadas. Em seguida, o questionei sobre qual era a ação do tráfico de drogas em relação às brigas entre os *angolas* e Badharó respondeu:

Jorge: O tráfico se metia nessas brigas?

Badharó: Na verdade, o tráfico se metia, mas não tanto assim, porque eu falava, eles são angolanos, não que a gente não possa se meter nos problemas deles, mas quando eles tiverem fazendo briga entre eles vão com calma, entendeu, porque a gente tem que entender primeiro eles para saber o que está acontecendo entre eles, entendeu? Porque a briga é entre eles, a gente não pode chegar assim se meter logo e sair matando, fazendo alguma coisa, então o tráfico tinha muita cautela nessa época, depois mais tarde, quando uma vez o Samuca determinou, o Samuca falou, a partir de hoje acabou vocês são morador também, vocês deixam de ser imigrantes como todo mundo fala, não imigrante, não Pererê, acabou, vocês são moradores, o que aconteceu com vocês também a gente está no meio. (Entrevista realizada em 15 jul. 2015).

Após falar sobre as brigas na esquina dos *angolanos* eu o questionei como funcionava a relação dos traficantes com as confusões e brigas dos *angolas*, Badharó respondeu como o tráfico de drogas agia em relação às brigas e como ocorreu aceitação da comunidade angolana na Maré pelo traficante Denilson⁹⁶. Segundo Badharó, Denilson foi o primeiro a declarar que

⁹⁵ Outros interlocutores apontam Fidel como o fundador da *esquina dos angolanos*.

⁹⁶ Denilson foi chefe do tráfico nas favelas da Vila Esperança, Cano Furado, Cova da Onça e Salsa e Sem Nome.

os *angolas* eram moradores da Maré como os demais e deveriam ser respeitados da mesma forma.

Jorge: Mas isso aconteceu depois daquela acusação do Garotinho em 2000?⁹⁷

Badharó: Isso, isso aconteceu depois que teve aqui aqueles novecentos ou mil policiais que estavam aqui na favela, isso aconteceu depois, aconteceu depois, foi onde ele determinou, o que aconteceu com vocês pode vir dar queixa aqui que a gente vai resolver, agora estamos aqui, todo mundo é igual.

Jorge: Mas o tráfico nunca acreditou nessa história que foi veiculada pela imprensa não?

Badharó: Não, o tráfico daqui nunca acreditou, porque não que ele não aceitava, se eu dizer que nunca teve um angolano bandido eu estou mentindo, porque bandido cada vez mais entra gente ele recebe, entendeu? Só que eu e o Samuca aqui, a gente determinava, falava assim, olha, vocês vieram de longe, vocês sabem como e que é aqui, aqui sempre morre gente, entendeu? (Samuca) ‘Então, se eu falar que eu não quero vocês no meio, eu estou mentindo, querer quero, mas não tanto assim como vocês [...]’. (Entrevista realizada em 15 jul. 2015).

A reunião dos *angolas* convocada pelo traficante Denilson aconteceu depois de serem veiculadas as acusações do envolvimento dos mesmos com os traficantes da Maré. Após o traficante Denilson constatar que as s acusações não eram verídicas, o traficante declarou um salve conduto aos imigrantes e refugiados africanos. A partir daquele momento, os *angolas* eram moradores da Maré, sem nenhuma distinção dos demais moradores.

Presumi que o acontecimento relatado pelo rapper era sobre do traficante Denilson e ocorreu logo após acusações de *angolas* fornecerem treinamento de guerrilha aos traficantes. Aponto baseado na declaração de Regina Petrus, em que ela narra uma reunião convocada pelo traficante da Maré, após as acusações de envolvimento com o tráfico de drogas. A reunião foi convocada com o intuito de averiguar a veracidade do envolvimento dos *angolas* com o tráfico de drogas. O relato feito pela geógrafa Regina Petrus em uma reportagem intitulada “*Pobres e ‘angolas’*”:

“Somente uma vez os angolanos viram-se todos, ou quase todos, de uma vez só. Justamente no único episódio que projetou na mídia sua existência. Em 1998, uma quadrilha vestindo uniformes camuflados e toucas ninja invadiu a favela Roque Santeiro (também Maré) para tomar o controle do tráfico de drogas da região. “Algumas pessoas disseram que entre eles havia quem falasse um português enrolado”, lembra Regina Petrus. Foi o bastante para que os policiais afirmassem que haviam mercenários angolanos atuando ao lado dos “soldados do tráfico”. A professora Regina Petrus ri quando lembra do fim da confusão: “Assim que as coisas acalmaram um pouco, um dos chefões do tráfico mandou convocar pelo rádio todos os angolanos da Maré para um campo de futebol. Pensava que encontraria 20, 30 mas apareceram mais de 800 por lá”. (THEOPHILO, 2001, n. p.).

⁹⁷ As primeiras acusações sobre a partição e envolvimento dos angolanos com os traficantes da Maré surgiram em 1999. No governo de Anthony Garotinho (PDT). Na época o governador Garotinho deu declarações públicas ofensivas aos angolanos residentes no conjunto de favelas da Maré.

Presumo que essa reunião foi convocada pelo traficante Denilson é a mesma reunião o qual Badharó relata na entrevista. Reunião que tinha como propósito averiguar as supostas acusações sobre a participação dos *angolas* no tráfico de drogas. As denúncias não foram comprovadas pelas forças policiais e também por Denilson. Contudo, as denúncias produziram efeitos na vida e principalmente na representação dos *angolanos* associadas aos traficantes.

Essa suposta associação entre os *angolas* e os traficantes em algumas situações durante o trabalho de campo me despertou medo. Em geral, quando estava acompanhado de um interlocutor ou mais e ia para uma favela da Maré para outra sob controle de uma facção rival. A primeira vez, em que fui acompanhado de Rob da favela Balacobaco para o Cano Furado, senti um profundo medo de que pudesse acontecer algum incidente ou retaliação. Esse medo não é apenas devido a estar acompanhado por *angolas*, mas também relacionado ao imaginário que a “violência urbana” exerce nos moradores do Rio de Janeiro.

O que há de mais relevante nessa passagem é que esse episódio apesar de ter produzido efeitos negativos para comunidade angolana como estigmatização e criminalização. Este episódio selou o que rapper Badharó chama de reconhecimento pelo tráfico de drogas dos *angolas* como moradores da Maré. Sendo esse episódio um divisor de águas, pois foi nesse episódio que o traficante Denilson reconheceu os *angolas* como moradores legítimos do conjunto de favelas, gozando de igualdade quanto os demais moradores.

Desta forma, os *angolas* passaram a ser um grupo social na Maré, a partir desse episódio gozando de uma interação social com os traficantes, em especial da facção que controlava parte das favelas da Maré. O traficante Denilson abriu um canal de diálogo e interação com a comunidade angolana. Os *angolas* como um grupo social reconhecido no Conjunto de favelas passou a ser disputado pelo tráfico de drogas. Após 15 anos desse episódio e por diferentes traficantes na Maré a interação entre os *angolanos* e o tráfico drogas ainda vigora, contudo é alvo de disputas, entre os membros do grupo étnico. Abaixo relato do diário de campo de um dia em que associação dos *angolas* com o tráfico de drogas me despertou um profundo medo e revela como são acionados os canais de mediação e *desenrolo* com o tráfico de drogas.

Eu cheguei na esquina dos angolanos por volta de meio-dia. Na segunda-feira eu tinha ido à casa do Melo para lhe ajudar nos estudos, pois ele está tendo dificuldades nas disciplinas da faculdade. Na segunda-feira, Melo contou-me sobre o jogo de futebol que teve entre os angolanos residentes na Maré. A partida foi no sábado passado, os angolanos moradores do Roque Santeiro e Balacobaco contra os angolanos da Vila Esperança e do Cano Furado. No primeiro jogo realizado no campo da Mata [Cano Furado], os angolanos do Cano Furado venceram o jogo, mas segundo seu relato o jogo foi bem disputado. Agora, na próxima semana o jogo seria no Roque Santeiro, e os jogadores de lá estavam prometendo uma revanche e me convidou para jogar a partida no próximo sábado. Eu cheguei à esquina dos angolanos e fiquei junto aos angolanos que já estavam ali, esperando os demais chegarem para irmos para o jogo. Essa espera levou mais ou menos uma hora até que todos estivessem reunidos para

irmos ao jogo. Enquanto não chegavam os demais jogadores permaneceram ali conversando. Na conversa, enquanto esperávamos, eu, Xabalaia, Manucho e os demais, o assunto era sobre um angolano que foi espancado por um traficante do Terceiro Comando. Segundo o relato, o angolano agredido estava bêbado e já andava vacilando. O rapaz angolano foi espancado na frente de seus conterrâneos com um taco de beisebol. Alguém teria dito que o Kazanga teria denunciado o angolano para o traficante, já que Kazanga tem uma proximidade com esse traficante. Apesar desse impasse, todos ali na roda de conversa concordavam que o espancamento tinha sido exagerado e violento. Após reunir aproximadamente 15 pessoas, nós saímos em direção ao Roque Santeiro. Eram três carros e uma moto. A moto pilotada por Denzel e com mais um na garupa ia à frente e depois em seguida os três carros, sendo que o primeiro carro da fila era o meu. Há alguns anos atrás, essa viagem em três carros com angolanos em cada um em direção à favela Roque Santeiro seria algo impensável já que as duas favelas estiveram em anos em guerra devido às disputas entre as facções. Passamos por debaixo da linha amarela onde fica estacionado um Caveirão da polícia militar desde a saída das forças armadas do complexo da Maré em junho. Seguimos pela rua chamada de ciclovia que margeia as favelas da Maré, no meio dessa rua encontra-se a divisa entre a área dominada pelo Comando Vermelho e a área dominada pelo Terceiro Comando. Ao passarmos pela divisa, notei a presença cotidiana dos meninos do tráfico que faziam a vigia da divisa. Os meninos não esboçaram nenhuma reação a nossa passagem. Iuri que estava no banco de carona do meu carro comentou que por várias vezes já saiu bêbado do Cano Furado e foi para o Roque Santeiro, ele comenta que isso aconteceu na época em que ainda bebia, pois hoje Iuri é evangélico. Iuri conta que hoje não faria isso de jeito algum. Logo, depois da divisa, passamos pelo portão do Batalhão da Maré. Chegamos ao campo que fica situado a poucos metros do 22º batalhão da Polícia Militar, estacionamos os carros sobre os olhares atentos dos rapazes que estavam ali no bar e aguardamos os jogadores do Roque Santeiro e do Balacobaco chegarem. Ficamos ali parados por cerca de minutos até que alguém recebeu uma ligação com a informação de que o jogo não seria realizado naquele campo de futebol, e sim no campo do Balacobaco. Voltamos para os carros para seguir em direção ao Balacobaco o, favela que fica ao lado do Roque Santeiro e também é dominada pelo comando vermelho. Ao entramos no carro para seguir a moto de Denzel que ia a frente nos guiando, Denzel desceu da moto e veio até o meu carro e deu o recado de que era para irmos devagar e com cuidado para que não despertássemos alguma suspeita nos traficantes, para não sermos “esculachados”, disse Denzel. Em seguida, Iuri confirmou o que Denzel tinha falado, que os traficantes do Roque Santeiro gostam de esculachar. Nessa segunda parte da viagem, o clima de tensão aumentou, pois as ruas são extremamente estreitas e o número de carros, motos, carrocinhas e transeuntes faz com que seja ainda mais difícil transitar por ali. Somado a isso, a tensão também estava no ar devido ao temor de que os traficantes pudessem confundir os três carros estivessem formando um bonde para atacar a favela vizinha. Quando estávamos quase chegando ao campo, Iuri lembrou que um dos angolanos que mora no Roque Santeiro é casado com a irmã do principal traficante do Roque Santeiro, caso acontecesse algum problema era só comunicar o rapaz que o problema seria resolvido. Confesso, que após essa informação eu fiquei mais aliviado. Apesar dos temores tudo correu bem até ao campo de futebol localizado no Balacobaco, o campo de futebol, na verdade uma área de lazer é localizada bem no final da favela entre a Avenida Brigadeiro Trompowski e a Linha Vermelha. Antes de chegarmos ao campo de futebol nos deparamos com uma rua interditada por trilhos de trem encravados no asfalto. Eram três trilhos paralelos de trem com um metro altura do asfalto. Logo de cara, eu julguei que seria impossível passar com o carro ali, mas Iuri insistiu que era possível passar. Disse-me que um carro de passeio passa, mas o Caveirão ou a blazer da polícia não passam. Fiquei desconfiado, mas segui os conselhos de Iuri e passei com carro entre os trilhos com muito cuidado. Realmente o espaço é no limite para que um carro de passeio possa passar. No campo de futebol do Balacobaco estavam reunidos mais de 30 angolanos que conversavam animadamente sobre assuntos variados, contudo o principal assunto era a revanche prometida pelos jogadores do Roque Santeiro, que estavam confiantes na vitória sobre o time do Cano Furado. As provocações giravam em torno de uma aposta, no caso o time perdedor da partida teria que pagar duas caixas de cerveja para o time vencedor.

Entre gozações da derrota na semana passada e as ameaças de revanche avassaladora, esse era o clima que reunia os dois times antes da partida. Os jogadores do Roque Santeiro e do Balacobaco demoraram mais tempo para chegar ao local da partida e os jogadores do Cano Furado reclamavam do atraso e da desorganização do outro time. Por volta das 14h, os dois times estavam prontos para o início da partida. (Diário de campo, 23 out. 2015).

O relato acima aborda em primeiro lugar o meu medo ao me encontrar em um carro acompanhado de mais quatro jovens negros⁹⁸. O meu medo era em parte de uma ação policial que pudéssemos nos deparar no caminho, bem como o medo de que os traficantes da facção rival pudessem desconfiar que os três carros formavam um bonde⁹⁹ da facção rival com objetivo de invadir a favela vizinha. Só consegui ficar um pouco menos preocupado ao saber que um dos *angolas* é cunhado de um dos chefes do tráfico de drogas naquela localidade.

A cena narrada revela como são acionadas as relações entre o tráfico de drogas e os *angolas* residentes na Maré. Quando Iuri mencionou que se tivéssemos algum problema com os traficantes do Balacobaco poderíamos recorrer a Alberto¹⁰⁰, pois este era casado com irmã de um importante traficante da localidade. A fala Iuri revela os canais acionados pelos *angolanos* para resolverem problemas e situações com os traficantes. Os *angolas* como moradores da Maré acionam seus canais e mediadores como os demais moradores para resolver conflitos, onde o tráfico atua como árbitro, o chamado *desenrolo*. Da mesma forma, o tráfico de drogas aciona os *angolas* para obter serviços e favores. Por último, a fala de Iuri elucida que existem outros *angolas* com relações próximas com o tráfico de drogas.

Apresento Badharó o primeiro líder envolvido na disputa de poder no grupo dos *angolas*. O nome de Badahró é Leonardo Canga, 37 anos, chegou ao Brasil em 1997 e desde então vive na Maré. O rapper é casado e tem dois filhos. Desde que chegou ao Brasil Badharó já retornou uma vez ao seu país natal. O rapper sobrevive do aluguel dos kitnets construídos nos andares superiores de sua casa. O rapper é uma personalidade de destaque entre os *angolas* residentes na Maré. Ele faz parte da geração de *angolas* que chegou ao Brasil em meados da década de 1990 e hoje detém um importante protagonismo na comunidade angolana na Maré.

⁹⁸ Quase um mês depois da partida citada no diário de campo ocorreu uma chacina em que cinco jovens negros foram assassinados por policiais no bairro de Costa Barros, no subúrbio do Rio de Janeiro. Ver: ESCÓSSIA, Fernanda. Chacina de Costa Barros: por que são as famílias que têm de dar explicações? *BBC Brasil*, [s. l.], 2 dez. 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151202_rio_jovens_mortos_fe_hb. Acesso em: 15 maio 2016.

⁹⁹ No Rio de Janeiro a palavra bonde pode designar um grupo de jovens ou funkeiros. Como pode designar um grupo de traficantes em carros ou motos para realizar uma ação. Essa ação pode ser um assalto ou a invasão de uma favela rival.

¹⁰⁰ Alberto é angolano, reside na favela Roque Santeiro controlada pelo Comando Vermelho.

Badharó conseguiu uma projeção maior por ser artista, cantor de rap e ter participado de um documentário e concedido entrevista veículos de comunicação.

Badahró se orgulha da sua liderança e participação ativa na comunidade angolana da Maré. Ele fala com muito orgulho de ter sido um dos fundadores da *esquina dos angolanos*. Segundo seus relatos ele foi o primeiro alugar uma casa na localidade e abrir o primeiro bar, que depois foi procedido pelos demais comércios. Atualmente, Badharó não reside mais na *esquina dos angolanos*, e sim em uma área mais valorizada no Cano Furado. A mudança para esse local ocorreu devido ao fato da casa que sua esposa residia foi removida pela prefeitura. As famílias removidas receberam novas casas, no Cano Furado, mas distante da *esquina dos angolanos*.

O prestígio de Badharó faz com que ele reúna em torno de si uma rede social que não é limitada somente aos artistas e rappers *angolanos*, mas ao número maior de conterrâneos como Melo. Melo é um dos principais amigos de Fidel e muito próximo de Badharó. Com a disputa de poder entre os dois, Melo se mantém neutro para evitar que as contendas entre os dois possam atrapalhar amizade. A posição de Melo demonstra um pouco a posição de outros *angolas* pertencentes as duas redes sociais dos três líderes em disputa, em especial as redes sociais de Badharó e Fidel que têm um maior número de membros em comum.

Nas minhas conversas e nas duas entrevistas com o rapper africano, ele sempre deixou muito claro sua oposição ao governo angolano, fazendo críticas a corrupção do governo e a falta de comprometimento deste com as regras democráticas. Em algumas letras o rapper expõe suas críticas ao MPLA e a miséria em seu país natal. Em uma conversa perguntei-o se iria à festa organizada pelo consulado angolano para celebrar o aniversário do presidente José Eduardo dos Santos. Ele respondeu, que não, pois não era uma festa da nação, e sim uma homenagem ao presidente. Concomitantemente suas críticas também são dirigidas ao Consulado de Angola no Rio de Janeiro. Segundo Badharó, o Consulado, desde sua chegada ao Brasil em 1997, nada fez em relação aos imigrantes e refugiados *angolas* residentes na Maré.

Devido as suas críticas ao governo angolano me espantei quando passei em frente à casa do rapper no início de 2015 e deparei-me com um posto de atendimento do Consulado no local onde funcionava o seu bar. Quando questionei-o sobre o posto, ele explicou que não tinha nenhuma relação com funcionamento do posto. Segundo Badharó ele somente alugou o espaço para o Consulado. O posto de atendimento é alvo de críticas pelos *angolas*. A resposta do rapper tinha um claro sentido de *limpeza moral*, já que o Consulado e o governo angolano são criticados por ele e outros conterrâneos de serem corruptos e ao alugar um espaço para o Consulado Badharó estaria sendo conveniente com a corrupção ou se aliando ao governo.

Portanto, a sua resposta tinha como propósito desvincular sua imagem do Consulado. Badharó foi a principal atração do show de rap “Maré Mix”, organizada pela rádio Kwanzario, na Maré. A rádio é diretamente ligada ao Consulado angolano.

Melo reclamou que o posto de atendimento não serve em nada aos *angolas* e que o dinheiro gasto com o posto poderia ser investido em cursos profissionalizantes ou financiando cursos universitários. As críticas de Melo não eram direcionadas a Badharó, e sim ao Consulado. Segundo Melo o posto de atendimento do Consulado tem um gasto mensal de aproximadamente R\$ 4.000,00, por mês, além de empregar 4 pessoas que passam o dia sem fazer nada

O primeiro indício de que existiam cisões entre *os angolas* na Maré apareceu em 2014 ao final da partida que é disputada todos os anos, no dia 31 de dezembro. Os *angolas* da Maré realizam um jogo festivo dos Cotas¹⁰¹ contra os Extras¹⁰². O jogo de futebol é precedido por um churrasco. Quando acabou o jogo a maioria seguiu do campo de futebol para o bar de Fidel, onde seria realizado o churrasco. Eu fiquei no bar do campo junto com Badharó e mais 10 pessoas de sua rede social. Quando questionei Badharó se ele iria para o churrasco, ele respondeu que não, pois lá tinham alguns *angolas* com quem ele não mantinha relações. Não citou ninguém nominalmente, porém mais tarde fiquei sabendo que era o Fidel.

O *status* de Badharó como líder foi sendo me revelado no decorrer da pesquisa, em especial a reunião política convocada pelo rapper em 2014. Durante o período eleitoral em 2014 – com destaque para o segundo turno –, notei que o rapper *angolano* declarava em seu perfil em uma rede social apoio à candidata à presidência Dilma Roussef. Sua atuação em defesa da candidata chamou-me atenção, não pela escolha da candidata, porém pelo seu engajamento na campanha virtual. Após o segundo turno eu questionei-o sobre o apoio à candidata do Partido dos Trabalhadores à presidência. Badharó me respondeu que a condição dos pobres e dos moradores de favelas melhorou, relativamente, durante os 12 anos de governo do PT¹⁰³, e assinalou também que, nesse período, conseguiu sua casa (hoje com três andares, a contar com um bar, no térreo). Ele disse, ainda, que os *angolas* também conseguiram melhorias nesse período e chamou a atenção para o fato de a confraternização esse ano (2014) estar mais vazia

¹⁰¹ Cota é uma categoria nativa angolana usada para designar os mais velhos. Por exemplo, o presidente angolano José Eduardo dos Santos, com 73 anos é chamado por muitos de Cota Zedu.

¹⁰² Extra é uma categoria nativa angolana empregada para designar um angolano recém-chegado ao Brasil.

¹⁰³ Período que abarca os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2008) e o primeiro mandato da presidente Dilma Roussef (2009-2012).

devido a ida de muitos compatriotas à Angola, para passar as festas de fim de ano. Segundo ele antes do governo do PT nenhum de seus conterrâneos possuía recursos financeiros para viajar ao país natal.

O rapper me relatou, inclusive, que os *angolas* realizaram uma reunião antes do segundo turno das eleições de 2014 para ratificar o apoio à Dilma Roussef, ainda que muitos dos *angolas* (como o próprio rapper) gozassem do visto de permanência no Brasil, porém sem direito ao voto. Ao contar sobre a reunião em defesa da presidente Dilma Roussef, o rapper demonstrou claramente o orgulho em ter sido um dos organizadores, deste modo sendo um líder político dos *angolas*. A reunião para angariar votos para Dilma demonstra a capacidade de mobilização e liderança de Badharó e sua capacidade em mobilizar sua rede social.

As fofocas e rumores exercem um papel importante na disputa pela liderança nesse grupo étnico. São através de fofocas e rumores que surgem as acusações mútuas entre os membros da comunidade angolana. As acusações mútuas se baseiam muito mais em conversas informais do que necessariamente em fatos concretos ou presenciados. Deste modo, as acusações cumprem o papel de desqualificar e desabonar os rivais, sem a necessidade de comprovar a veracidade dos fatos.

As acusações contra Kazanga foram me reveladas no segundo semestre de 2015. Após o habitual futebol aos sábados foi me revelada à estória de um *angola* que foi violentamente espancado por um traficante da Maré com um taco de beisebol. Segundo as informações o traficante teria agredido bastante o rapaz durante o pagode dos *angolas*¹⁰⁴, na frente de vários conterrâneos. Após a partida pude saber melhor sobre o caso do rapaz espancado. Norberto contou-me que o tal traficante agrediu o rapaz porque não gosta de *angolanos*, questione-o então sobre qual era a motivação de ele não gostar dos *angolas*. Norberto respondeu que este traficante esteve preso por algum tempo e nesse período um *angola* que não mora mais na Maré teve um relacionamento amoroso com a ex-mulher do traficante. Desde que o traficante saiu da prisão tem procurado agredir os *angolas* por motivos banais. Norberto reside no Cano Furado e tem uma namorada na favela Sem Saída, ele contou que tem evitado ir a casa de sua namorada, pois lá é o reduto deste traficante que não gosta de *angolas*, por isso evita ir lá para que não seja agredido ou aconteça algo pior¹⁰⁵.

¹⁰⁴ O Pagode dos Angolas acontece todos os domingos na esquina dos angolanos. O pagode é financiado pelos bares dos angolanos localizados na localidade. O pagode que já existe há alguns anos é motivo de orgulho para os angolanos da Maré.

¹⁰⁵ O Cano Furado e a Sem Saída são situadas no conjunto de favelas da Maré são controladas pela facção criminosa. O que explica a circulação dos traficantes por essas duas favelas.

Outros relatos sobre o espancamento apontavam Kazanga como o “caguete” ou X9¹⁰⁶ dos *angolas* para o tal traficante. Kazanga é uma figura bastante controversa na comunidade angolana da Maré, apenas um dos meus interlocutores mantém uma relação de amizade com ele. Kazanga é proprietário de um bar e depósito de bebidas, *na esquina dos angolanos*, chamado de “Casa de bebidas do gringo”.

Apresento Kazanga o segundo líder na disputa de poder no grupo dos *angolas*. Dentre os comércios pertencentes aos *angolas* o de Kazanga é o mais frequentado por brasileiros. Kazanga tem cerca de 1,90m de altura, se veste bem, está quase sempre com cordões e pulseiras de ouro. Seu semblante é sempre fechado e dificilmente sorri, tem um tradicional rosto de “poucos amigos”. De acordo com meus interlocutores o comerciante africano chegou ao Brasil em 2000, ou seja, depois de Badharó e Fidel. Segundo rumores Kazanga teria fugido para o Brasil após o ter se envolvido em um crime de sangue em seu país natal. O tempo de estada no Brasil é um dos argumentos utilizados para desqualificar a liderança de Kazanga. O comerciante *angola* não participa de atividades e práticas da comunidade angolana como churrasco, jogo de cartas ou o jogo de futebol aos sábados. Segundo alguns dos meus interlocutores Kazanga é amigo do traficante que não gosta dos *angolas* e conta tudo que se passa entre os *angolas*.

Badharó: O que aconteceu, eu não vou nem me meter nesse negócio porque eu não gosto de ir muito naqueles lados, mas o que eu escuto é isso, eu escuto um montão de assuntos em relação à pessoa dele, mas só uma vez eu presenciei uma aqui, uma vez que eu presenciei uma aqui que ele quis botar o pé na bola, no meu pé, e chamou o maluco vagabundo, e vieram botar na bola, e me chamaram e aí eu tive que defender o cara,

Jorge: No futebol isso, não?

Badharó: Não, aqui.

Jorge Aqui?

Badharó: Houve uma briga entre eles, e o cara foi mesmo, entendeu?

Veio Menor P veio mais outros caras aí, botara no Homero na bola lá, o cara estava querendo cobrar, eu entrei no meio, eu e o Homero, nós todos éramos daqui, eu falei, aí falei, pô, estava o Assis também, eu falei pô, esse cara aqui chegou, esse cara quando a gente chegou aqui ele não estava aqui não, quando a gente chegou na favela ele não estava, já nos encontrou, a gente já conhecia você, você era muito mais menor, nós ficávamos num lugar lá assim, assim, ele lembrou tudo, que eu comecei a falar, nós já estávamos aqui, ele chegou agora, ele quer ser chefe dos angolanos aqui, a gente não ia aceitar isso não, nós não vamos admitir botar os irmãos aí na bola aí, coisa que ninguém de nós nunca fez, ele está botando o outro aí na bola, você sabe como é que são as coisas, você pode não ter intenção de matar, agora se você tiver essa intenção de matar, matava aí o cara, então nós não concordamos com isso, muita coisa, entendeu? Os caras foram vendo isso aí que ele estava botando o cara na bola, e não só esse, teve problema com o Coelho, trouxe Coelho nos caras, entendeu? Pegava aí de vez enquanto um ferro tentando bater outros angolanos lá, a gente foi vendo aquilo ali, para a gente não lhe machucar, a gente se isolou dele

¹⁰⁶ O relato de Norberto aponta Kazanga como um X9, expressão que significa caguete. Desse modo, Kazanga seria um espião do tráfico dentro do grupo social dos *angolas*.

Jorge: Melhor coisa que...

Badharó: É, muita coisa que ele fez achando que... A última agora que eu fiquei sabendo agora aqui, a gente sempre juntava dinheiro para comprar brinquedo para as crianças no Dia das Crianças, a gente fazia a nossa contribuição para dar os caras, só que essa contribuição a gente fazia e parava na mão dele porque ele que vinha fazer a recolha, parava na mão dele, quando ele ia dar, levar nos caras lá ele não falava e que nós e que fizemos...

Jorge: O ratatá?

Badharó: É, ele só chegava e entregava, os caras pensavam que ele que entregava, que ele que entregava e saia como o cara, entendeu? Só que esse ano que a gente descobriu isso aí, muita coisa que ele fez, achar que é o cara, que tem que bater os outros, entendeu, só que muitos ali não machucou ele porque evitam, entendeu, sempre que tem um problema chamava os caras.

Jorge: E também sabe que ele tem uma proximidade com os caras que dá ele uma proteção, mas sempre de olhar assim eu percebi que ele sempre teve essa arrogância mesmo de se sentir o dono, o cara, o Manda-Chuva.

Badharó: Só que a gente nunca é, muitos que não entendem acham que a gente tem raiva dele à toa, entendeu, muitos não concordaram com ele, porque na verdade, o primeiro cara que esteve aqui já teve os caras com chance de ser nego do vagabundos, mas uns se afastaram, entendeu, o Coelho são fechamento do coroa (Denilson), mas Coelho nunca teve esse tipo de arrogância que ele teve aí, quando os caras entraram aqui ele começou a ter esse tipo de arrogância, estava sempre, conversava com ele normalmente, entendeu? Ele começou esse tipo de arrogância, mas ele nunca foi assim a ponto de querer arrumar problema com ele, estava botando o Coelho na bola, ah, isso aqui é fechamento do fulano, do fulano, podia até ser fechamento, quem que nunca fez fechamento de vagabundo? Muitos são, mas não se meteu nos problemas não, o cara gostava de conversa com ele, o cara gostava de comprar as coisas que ele trazia, o cara não vai vender, e ele agora também compra duas coisas, por exemplo assim, o Menor P sempre vinha, ele gostava de comprar cerveja aqui a mim, não comprava dos outros, ele falava sempre, pega umas caixas lá no Angola lá, cobrava e aí? Só compra, eu não vou deixar de vender? Eu não tenho nada contra ele, eu não tenho nada contra ele e nem contra ninguém, só vou vender, entendeu?

Jorge: Relação comercial.

Badharó: É, o que acontecia também com o Coelho, mas depois que aqueles caras foram eu estava botando o Coelho na bola, isso acontece muito, essa arrogância dele, por isso e que muitos se afastam dele. (Entrevista realizada em 15 jul. 2015).

Badharó relata na entrevista episódios em que o seu conterrâneo Kazanga teria agido de maneira antiética, individualista e violenta. Nos primeiros episódios citados o comerciante *angola* é acusado de ter por várias vezes entregar seus conterrâneos para os traficantes, exigindo que esses fossem punidos com espancamento ou mesmo a morte. O que Badharó usa expressão colocar “na bola”, que significa entregar alguém para ser punido pelo tráfico de drogas. O rapper também denuncia que o comerciante *angola* agrediu e tentou agredir com uma barra de ferro seus compatriotas. E a última acusação é de que Kazanga por alguns anos ludibriou *os angolas* e traficantes. Primeiro enganou os seus compatriotas dizendo que doaria os presentes em nome de todos os *angolas* que contribuíram com as doações. Segundo Badharó o comerciante enganou os traficantes, ao dizer que era o único doador dos brinquedos. Ao enganar os traficantes Kazanga objetivava fortalecer seu *status* e suas relações com os chefes do tráfico.

Essas acusações citadas nesse último trecho da entrevista por Badharó, que teve conhecimento por via de terceiros se parece muito com o que é definido como fofoca pelos sociólogos Nobert Elias e John Scotson:

[...] O uso comum nos inclina a tomar por “fofocas”, em especial, as informações mais ou menos depreciativas sobre terceiros, transmitidas por duas ou mais pessoas umas às outras. Estruturalmente, porém, a fofoca depreciativa [*blame gossip*] é inseparável da elogiosa [*pride gossip*], que costuma restringir-se ao próprio indivíduo os grupos com que ele se identifica [...] (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 121).

Em uma disputa de poder, Badharó aciona as fofocas depreciativas contra os seus rivais, em especial Kazanga. A fofoca tem um papel de relevância nesse processo de acusações entre os líderes do grupo étnico. Não quero negar ou questionar a veracidade dos relatos contados pelo rapper, mas problematizar como essas histórias circulam na comunidade angolana através de fofocas depreciativas e rumores.

As acusações contra Kazanga buscam excluí-lo do grupo étnico, no caso o comerciante a não estaria inserido dentro da categoria *angolas*. O que esse jogo de acusações pela disputa pelo poder indica é o estabelecimento de fronteiras étnicas. Fronteiras que são acionadas para definir quem é *angola* e quem não é *angola*. A categoria *angola* abrange todos aqueles que são angolanos e moradores do Conjunto de favelas¹⁰⁷. E até alguns que não residem na Maré, como Xumane. O produtor musical por frequentar constantemente a Maré também considerado como um *angola*. Entretanto essas fronteiras são acionadas para excluir determinados *angolas*, como no caso de Kazanga.

O argumento utilizado para negar Kazanga como membro do grupo étnico é o fato dele denunciar seus conterrâneos para os traficantes, já ter agredido compatriotas e além de ser aliado de traficantes. Uma acusação que é relacionada ao comportamento moral e não a uma característica identitária. Entretanto ser *angola* está diretamente ligado a uma questão identitária muito mais do que comportamental. Kazanga se identifica como um *angola* mesmo sendo para agenciar o grupo étnico para seus interesses ou por outros interesses comerciais. Para Kazanga ser *angola* é importante para se impor para os traficantes como um líder do grupo étnico e a partir desse *status* agenciar os seus interesses com essa força, como também agenciar os interesses do tráfico de drogas.

O conteúdo cultural das dicotomias étnicas parece ser, em termos analíticos, de duas ordens diferentes: (i) sinais e signos manifestos, que constituem as características diacríticas que as pessoas buscam e exibem para mostrar sua identidade; trata-se frequentemente de características tais como vestimenta, língua, forma das casas ou

¹⁰⁷ Durante o trabalho de campo me deparei algumas vezes com um rapaz branco que acompanhava os angolanos. Contudo, pelo fato de ele ser branco eu classificava como brasileiro. Já no final da pesquisa que fui constatar que o rapaz era angolano. Portanto, a categoria angolas não era restrita apenas aos negros.

estilo geral de vida; e (ii) orientações valorativas básicas, ou seja, os padrões de moralidade e excelência pelos quais as performances são julgadas. Uma vez que pertencer a uma categoria étnica implica ser um certo tipo de pessoa e ter determinada identidade básica, isto também implica reivindicar ser julgado e julgar-se a si mesmo de acordo com os padrões que são relevantes para tal identidade. Nenhum desses tipos de “conteúdos” culturais deriva de uma simples lista descritiva de características ou diferenças culturais; não se pode prever a partir de princípios primários quais características os atores irão efetivamente enfatizar e tornar organizacionalmente relevantes. (BARTH, 2000, p. 32).

Como define Fredrik Barth (2000) as dicotomias étnicas podem ser mantidas por duas ordens. A primeira ordem segundo o autor é relativa às características diacríticas como vestimenta, língua, etc. A segunda ordem é relativa às orientações dos padrões de moralidades e a performance, nesta ordem que foi construída a fronteira étnica. Segundo o julgamento de Fidel e Badharó o comportamento de Kazanga não é compatível com o grupo étnico dos *angolas*, e portanto o comerciante não pertence a categoria étnica. Essa fronteira acionada que define o comportamento como uma fronteira define quem pertence e quem não pertence ao grupo étnico. Uma fronteira que define a dicotomia entre brasileiros e *angolas*.

Ao mesmo tempo Badharó e Fidel conjuntamente com suas redes sociais buscam classificar Kazanga como um não pertencente ao grupo étnico. O grupo étnico *angolas* é formado em oposição aos não *angolas*, que são os brasileiros, estabelecendo a dicotomia *angola/brasileiro*. A exclusão de Kazanga é mediante ao argumento de que ele é mais brasileiro do que angolano. Ou que ele atende aos interesses dos brasileiros em detrimento dos interesses angolanos, logo por esses motivos seria acusado de ser brasileiro e excluído do grupo étnico. Na verdade, Kazanga é excluído de algumas atividades organizadas por Badharó e Fidel, porém não de todas as atividades dos *angolas*. O que indica que apesar da exclusão de Kazanga, ele ainda detém uma liderança sob parte do grupo étnico. A negação do pertencimento de Kazanga ao grupo social só tem efeito nas redes sociais de Badharó e Fidel.

Como o grupo étnico *angolas* não é um grupo étnico homogêneo ou coeso, Kazanga não é totalmente excluído. É apenas excluído por uma parte dos seus conterrâneos, com destaque para aqueles que pertencem às redes sociais de Badharó e de Fidel. Os *angolas* que não estão inseridos nessas duas redes sociais ou que fazem parte da rede social de Kazanga o consideram como um *angola*. Portanto, Kazanga é considerado por parte do grupo étnico como membro e consegue mobilizar sua rede social. Desse modo, é a partir de sua rede social que Kazanga pode ser identificar como *angola*, agenciar um grupo de conterrâneos e assim gozar do *status* de líder perante o tráfico de drogas, que é uma das forças que agenciam o grupo étnico.

Essa disputa interna entre os *angolas* demonstra como são construídas e manipuladas as fronteiras étnicas que estabelecem a dicotomização. No caso estudado as fronteiras étnicas não

são acionadas para excluir um indivíduo que não compartilha da identidade ou de características como língua, vestimenta ou hábitos culturais. A exclusão mediante a demarcação de uma fronteira étnica é utilizada a partir de argumentos morais, comportamentais e subjetivos. Dessa maneira, as fronteiras étnicas acionadas têm como plano de fundo a disputa interna pelo posto de líder, do que uma busca pela manutenção da identidade étnica dos angolas.

Além disso. A fronteira étnica canaliza a vida social. Ela implica uma organização, na maior parte das vezes bastante complexa, do comportamento e das relações sociais. A identificação de uma outra pessoa como membro de um mesmo grupo étnico implica um compartilhamento de critérios de avaliação e de julgamento. Ou seja. É pressuposto que ambos estejam basicamente “jogando o mesmo jogo”. E isso significa que há entre eles um potencial para diversificação e expansão de suas relações sociais. De modo a eventualmente cobrir todos os diferentes setores e domínios de atividade. Por outro lado, a dicotomização que considera os outros como estranhos. Ou seja. Membros de outro grupo étnico. Implica o reconhecimento de limitações quanto às formas de compreensão compartilhadas. De diferenças nos critérios para julgamento de valor e de performance. Bem como uma restrição da interação àqueles setores em que se pressupõe haver compreensão comum e interesses mútuos. (BARTH, 2000, p. 34).

Como assinala Fredrik Barth (2000) a dicotomização que define que são os estranhos a um grupo étnico, no caso dos *angolas* é acionada por meio de um julgamento moral sobre as ações e comportamentos de Kazanga. Desta maneira o comerciante é classificado por parte do grupo social como um brasileiro.

Nos três episódios em que *angolas* foram entregues aos traficantes por Kazanga, Badharó acionou o dispositivo do *desenrolo*. Possivelmente, esses episódios terminariam em assassinato, caso não fosse acionado dispositivo, chamado de *desenrolo*. O *desenrolo* é o termo usado nas favelas do Rio de Janeiro para ocasiões em que é preciso resolver algum problema com as lideranças do tráfico. O *desenrolo* (SILVA, 2009) pode ser bem-sucedido, quando os mediadores conseguem evitar que o resultado seja a morte ou espancamento.

Como assinala a Márcia Leite (2008) nas favelas do Rio de Janeiro a possibilidade de conversar ou “desenrolar” com os traficantes e criminosos é restrita a um determinado grupo de moradores. Em especial, as mães detêm um respeito, que as possibilitam realizar o *desenrolo*. Os líderes religiosos e presidentes de associação de moradores também gozam de um *status* que os referenciam para desenrolar com os traficantes. Segundo os relatos de Badharó o que lhe credencia para ter por três vezes desenrolado com os traficantes e conseguido a libertação de seus amigos, foram as relações próximas que manteve com alguns traficantes. Segundo Badharó, ele viu muitos desses traficantes nascerem.

Segundo a narrativa de Badharó, Kazanga se coloca como o “chefe dos angolas” e utiliza da sua relação próxima a alguns traficantes para assumir esse posto de liderança. Kazanga só pode se colocar como “chefe dos angolas”, para o tráfico de drogas, pois com essa força ele

dispõe de prestígio e *status* suficientes para tal afirmação. As acusações dos meus interlocutores contra Kazanga é que ele leva os problemas e desentendimentos entre os *angolas* para os traficantes resolverem, utilizando das suas relações de amizade deste modo, Kazanga é fechamento¹⁰⁸ dos traficantes. As mesmas acusações são feitas por outros interlocutores os quais questionei sobre a figura de Kazanga. O rapper cita outros *angolas* que mantiveram relações de amizade com traficantes, porém sem fazer uso dessa relação para impor respeito ou ameaçar os conterrâneos.

Como já foi abordado acima, Kazanga não é o único *angola* que mantém relações de proximidades com os traficantes. Segundo os relatos de Badharó as relações de Kazanga com o tráfico são mais profundas, do que apenas uma colaboração ou uma mediação entre os traficantes e a comunidade angolana. Possivelmente, as relações de Kazanga também envolvem atividades econômicas ilícitas, segundo os rumores os quais tive contato durante o trabalho de campo. As acusações contra Kazanga têm muito mais o caráter de denunciá-lo como um indivíduo cruel e sanguinário, que se utiliza do apoio dos traficantes para impor o seu poder, ou seja, uma liderança que se impõem pela violência.

O rapper africano, quando relata que manteve relações de proximidade com um antigo traficante da Maré, mas que sua relação era apenas comercial, Badahró aciona uma *limpeza moral*. Desta maneira, ele se autodefende de uma proximidade ou complacência com os traficantes, deixando bem claro que suas relações com esse determinado traficante eram estritamente comerciais. Enquanto, que Badharó acusa Kazanga de manter relações de complacência e cooperação com tráfico, sendo essas ações mais graves devido Kazanga acionar os traficantes contra os seus conterrâneos.

Não se pode descartar, que as ações e atitudes de Kazanga são em busca de poder dentro do grupo étnico dos *angolas*. Contudo, não se pode descartar que Kazanga é principalmente movido por *status*, prestígio e interesses econômicos. São os interesses em atividades econômicas ilícitas, como máquinas de caça-níquel, gatonet¹⁰⁹, entre outras que movem Kazanga a se aliar aos traficantes, por mais que suas ações possam prejudicar seus compatriotas. Do mesmo modo, o tráfico atende as demandas de Kazanga, pois a comunidade angolana é um grupo de importância econômica e política, desta maneira é interessante para o tráfico ter uma

¹⁰⁸ Ser fechamento do tráfico significa ser uma pessoa de confiança e prestígio para os traficantes. Necessariamente um indivíduo que é fechamento do tráfico precisa ser um traficante ou membro da facção.

¹⁰⁹ Essas atividades ilícitas estão presentes em estabelecimentos comerciais pertencentes aos angolanos.

liderança angolana como Kazanga que possa agenciar os interesses dos traficantes no grupo étnico.

Ao longo de toda a discussão, ênfase, de propósito, a noção de que os indivíduos escolhem entre séries de alternativas socialmente legitimadas, ainda que agindo primordialmente de acordo com o que consideram melhor para eles, em vez de agirem de acordo com o que é melhor para seus vizinhos, seus grupos ou sua sociedade. Mais uma vez chamo atenção para o fato de que os dois pontos de vista são relacionados, já que a maior parte das pessoas são também seres morais. Ou seja, além dos motivos pragmáticos, uma pessoa também age de acordo com valores que são importantes para si, uma vez que ela faz parte de certos grupos e participa de atividades institucionalizadas com valores próprios a que se subscreve. Em resumo, uma pessoa faz ou não determinadas coisas porque acredita ser moralmente certo ou errado fazê-las, e não porque acredita que será recompensada ou punida por isso. (BOISSEVAIN, 2010, p. 214-215).

A ordem social imposta pelo tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro não é imposta apenas através da violência como o senso comum compreende. Essa ordem é estabelecida também sem ações violentas através de relações de parentesco, vizinhança, de amizade, etc. A cena do diário de campo demonstra como em uma situação de perigo, um traficante poderia ser acionada devido às relações de parentesco de um membro da comunidade angolana.

Apresento Fidel o terceiro líder envolvido na disputa de poder no grupo dos *angolas*. O nome de Fidel é Celso Marcos Miranda, 37 anos, Fidel migrou para o Brasil em 1996 e desde então residiu no Cano Furado. Fidel é casado e tem um filho. Desde que chegou ao Brasil, o comerciante ainda não retornou ao seu país natal.

Fidel é um dos mais famosos e conhecidos *angolas* na Maré. Ele é apontado como um dos fundadores da *esquina dos angolanos*. É proprietário do maior e mais antigo bar na localidade. O seu bar só funciona à noite, e é bastante frequentado pelos seus conterrâneos. O bar é decorado com as três cores do seu país, com a bandeira angolana, além de grafites com desenhos e figuras que representam a África e seu país natal. Em 2015, o seu bar junto com a pensão da Lica foram visitados pelo Cônsul Geral de Angola, além de receberem um ponto de televisão da TPA, rede televisão de angolana. A rede social de Fidel é formada por *angolas* residentes nas favelas Vila Esperança, Cano Furado e Sem Nome. Quase todos os comerciantes da *esquina dos angolanos* fazem parte de sua rede social, exceto Kazanga. A visita do Cônsul Geral de Angola ao bar de Fidel foi um ato que demonstra o prestígio e *status* do líder *angola*.

O comerciante não faz questão de esconder a sua satisfação em ser considerado um dos líderes da comunidade angolana. Em 2014, foi entrevistado pelo jornal *O Globo*, Fidel relata que seu apelido surgiu devido aos seus “arroubos autoritários” (OLIVEIRA, 2014, n. p.)

semelhantes ao do líder político cubano. O próprio Fidel se autodefine como uma pessoa nervosa e que não leva desaforos para casa.

Em uma oportunidade consegui assistir um dos momentos de destemperança de Fidel com seus conterrâneos. Foi em um sábado, em 2016, após o jogo de futebol, Fidel dificilmente participava do jogo, mas chegava após o final da partida para beber e conversar no bar situado ao lado do campo. Fidel chegou ao bar perto do fim do jogo falando alto, esbravejando e fazendo provocações. Ao final da partida, quando os jogadores estavam bebendo e conversando teve início uma discussão de Fidel com dois compatriotas. Fidel gritava, falava palavrões e acusava os dois rapazes de serem puxa-sacos e oportunistas. A autoridade de Fidel durante a discussão era bem clara, pois os dois rapazes quase não respondiam, enquanto Fidel era agressivo e imponente. A minha dedução é que no dia anterior na sexta-feira, os rapazes teriam abandonado Fidel e sua rede amigos para ficar com Kazanga, o que despertou a fúria do comerciante. A discussão seguiu por 20 minutos, em um momento Fidel pegou um bolo de notas e mostrou em tom provocativo aos dois rapazes. O ato de Fidel insinuava que os dois rapazes eram mercenários.

Em primeiro lugar, o que essa discussão elucidou foi a liderança de Fidel em sua rede social. Mesmo Fidel se excedendo na discussão, xingando, gritando e sendo bastante hostil nenhum dos rapazes presentes ousou interromper, conter ou contrapor Fidel. O que demonstra o *status* de Fidel em relação aos seus compatriotas. Em segundo lugar, a discussão ilustrou a disputa existente por poder e liderança entre Fidel e Kazanga. Em especial o momento em que Fidel pegou um bolo de dinheiro, em uma clara provocação aos dois rapazes, e uma demonstração que ele também possui dinheiro tanto quanto o seu rival Kazanga.

Em março de 2015, o Consulado Geral de Angola realizou uma atividade de grande proporção no Cano Furado. A atividade era direcionada aos *angolas* moradores do Conjunto de favelas da Maré. Segundo os meus interlocutores foi à primeira vez em que um Cônsul angolano visitou o conjunto de favelas. A atividade tinha como propósito atender aos *angolas* e seus filhos para emissão de passaportes, documentos de identificação e certidões de nascimento. Como a *esquina dos angolanos* é o principal local de sociabilidade da comunidade angolana, portanto foi o lugar escolhido para realização da atividade. Apenas dois estabelecimentos comerciais foram visitados pelo Cônsul angolano: o restaurante da Lica e a Adega do Angolano (CONSULADO..., 2015).

A visita do Cônsul apenas nesses dois estabelecimentos provocou descontentamentos entre os demais comerciantes não agraciados com a visita do Cônsul. O Consulado instalou pontos de televisão do canal angolano TPA nos dois estabelecimentos visitados. Segundo os

meus interlocutores a instalação dos pontos televisivos desencadeou um acirramento da disputa entre Kazanga e Fidel. Kazanga valeu-se mais uma vez de suas relações com tráfico de drogas para conquistar seus objetivos. Kazanga ameaçou denunciar aos traficantes a instalação dos pontos de TV, já que a instalação dos pontos de TV seria uma intervenção no “gatonet”¹¹⁰, controlado pelo tráfico de drogas. Em troca de não denunciar o ponto de TV aos traficantes Kazanga queria a instalação do ponto de TV em seu bar. A chantagem realizada por Kazanga surtiu efeito, foi feita uma extensão do ponto de TV para o seu estabelecimento¹¹¹. A ação de Kazanga não foi apenas originada pela rivalidade com Fidel, mas também devido ao interesse comercial. Pois ao dispor do canal televisivo atrairia mais clientes conterrâneos para o seu bar. Dessa forma, é possível observar que a disputa entre os dois líderes não é somente por poder e *status*, como também econômica.

Dentre os três líderes *angolas*, Fidel é o que mantém relações mais próximas com o consulado angolano, mas divide essa relação com outros líderes, como Badharó. Meses após o evento na porta de seu bar foi colocado uma lista do consulado com o nome daqueles que já estavam com os documentos prontos. Apesar da existência do posto de atendimento o bar de Fidel permanece como um local de atuação do consulado. Além da recepção do Cônsul Geral de Angola, Fidel participa de algumas reuniões junto com os conterrâneos de seu grupo para viabilizar projetos do consulado na comunidade da Maré. A relação de proximidade e as atividades do consulado em seu bar colaboram para afirmação de Fidel com líder dos *angolas* na Maré.

Nos últimos dois anos o Consulado de Angola, que segundo os relatos dos *angolas* sempre foi omissos está se aproximando da comunidade angolana na Maré. Desde 2014, o Consulado de Angola tem implementado diversas ações para com os *angolas* da Maré como, jogos de futebol, emissão de passaportes, emissão de carteira de identidade, shows, festas em datas comemorativas, campeonatos, shows e diversos *angolas* foram convidados a trabalhar no Consulado Geral de Angola e em suas agências, como a rádio *Kwanzario*.

O Cônsul Geral de Angola defende, que aproximação só tornou-se possível em 2014, devido a ocupação da Maré pelas Forças Armadas, assim oferecendo segurança para as ações

¹¹⁰ O *gatonet* é o serviço de TV a cabo clandestino fornecido nas favelas, conjuntos habitacionais e na periferia do Rio de Janeiro. Em geral o serviço clandestino é controlado por traficantes ou milicianos, sendo uma relevante atividade econômica.

¹¹¹ Durante o trabalho de campo um dos dias em que o bar de Kazanga esteve mais cheio foi em sábado em que o canal angolano veiculava uma partida de futebol entre os dois maiores times de Angola. Havia aproximadamente 10 angolanos aglomerados em frente a televisão assistindo ao jogo. Essa clientela só pode ser atraída pela conquista do ponto de televisão através da chantagem.

consulares (SILVEIRA, 2015). O Cônsul alega que as futuras instalações das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) na Maré vão facilitar ações e atividades do Consulado na localidade.

A justificativa do Cônsul Geral de Angola é que antes da ocupação da Maré pelas Forças Armadas (abril de 2014) não era possível realizar atividades do órgão diplomático no Conjunto de favelas, devido ao domínio do tráfico de drogas. A justificativa do Cônsul não é factível, pois mesmo com a ocupação das Forças Armadas na Maré, os traficantes de drogas continuaram a exercer o controle do conjunto de favelas, inclusive na *esquina dos angolanos*. Era comum observar traficantes armados passando nas ruas do Cano Furado e bancas de venda de drogas armadas em determinadas esquinas. Além disso, para a visita do Cônsul Geral possivelmente houve alguma negociação com os traficantes para permitir ou comunicar a presença do corpo diplomático na Maré¹¹².

Após 24 anos de presença dos *angolas* na Maré, foi a primeira vez que o Cônsul Geral de Angola visitou o conjunto de favelas da Maré. Participei de uma atividade organizada pelo consulado angolano, a festa de celebração dos 13 anos de paz¹¹³. Nessa data ocorreram festividades em várias localidades onde há concentração de angolanos no Rio de Janeiro. Nessa atividade em específico, o secretário geral que representava o consulado fez uma fala inicial, alegando que durante anos o consulado teve poucas ações para os *angolas* na Maré. Mas, que a partir daquele momento o consulado teria uma política para comunidade angolana.

Essa aproximação do Consulado da comunidade angolana na Maré é vista por muitos interlocutores com desconfiança. Muitos acreditam que a movimentação do Consulado é com interesse nas próximas eleições angolanas que ocorrerão em 2017, Lica é uma das defensoras dessa tese. Desta forma, o Consulado estaria interessado em conquistar votos na comunidade angolana, por isso se justifica a emissão de documentos. Um dos meus interlocutores revelou-me que ao emitir a identidade, o indivíduo automaticamente vota no MPLA¹¹⁴.

Já Fidel utiliza da sua posição de comerciante para agenciar seus objetivos com o consulado angolano. Fidel é uma liderança da comunidade angolana reconhecido pelo Consulado. O corpo diplomático dialoga com Fidel para realizar suas ações na Maré. Não

¹¹² Nenhum dos meus interlocutores revelou-me como foi feita a mediação para a visita do cônsul geral de Angola. Contudo, não é possível pensar como uma autoridade tenha ido no conjunto de favelas sem que ao mesmo os traficantes tenham sido comunicados da visita.

¹¹³ No dia 4 de abril é celebrada a festa do “Dia de Paz”. Em 4 de abril de 2002 a guerra civil chegou ao fim em Angola.

¹¹⁴ Essa declaração me pareceu demasiadamente exagera, muito mais rumor. Contudo, essa declaração aponta a desconfiança dos angolanos no MPLA e no sistema eleitoral de seu país.

aciona apenas o comerciante, mas sim uma rede de contatos, sendo Fidel a principal liderança. Fidel se coloca como um homem ilibado e que não mantém contatos ou relações com traficantes, o que configura como uma busca de *limpeza moral* em contraposição ao rival Kazanga.

No campeonato de futebol da Maré em 2016, Kazanga não jogou no time dos *angolas* e formou o seu próprio time com participação de poucos compatriotas, sendo a maioria seus amigos e conhecidos brasileiros. O time de Kazanga foi patrocinado pelo seu próprio estabelecimento comercial, enquanto o time dos *angolas* foi patrocinado pelos comércios de Fidel e sua rede social de amigos. Segundo rumores cada comerciante contribuiu com a quantia de R\$500 reais. As cores de Angola no uniforme, o nome “Clube Esportivo dos Angolas” e o símbolo demonstram a intenção dos organizadores fazer do time o legítimo representante dos *angolas*. Essa representação pode ser compreendida como contraposição ao time de Kazanga, time que não teria legitimidade para representar os *angolas*.

A disputa entre Kazanga e Fidel criou uma grande expectativa para partida do time dos *angolas* contra o time de Kazanga. O time dos *angolas* investiu para ganhar o campeonato, mas era uma questão de honra vencer o time de Kazanga. Não só pela rivalidade que foi narrada acima, mas pelo fato do comerciante ter formado um time sem representatividade dos *angolas* e com muitos brasileiros. Sobre essa questão, um dos meus interlocutores uma vez me disse: “Ele pensa que é brasileiro”, se referindo a Kazanga. Na partida em que o time dos *angolas* enfrentou o time de Kazanga ocorreu uma pequena confusão. Segundo o relato, Kazanga realizou uma entrada mais dura contra um jogador do time *dos angolas* e acabou sendo expulso. Antes de sair de campo houve um pequeno princípio de confusão, apartada pelos árbitros e demais jogadores.

Apesar de processo acusatório de relações com o tráfico apontarem para Kazanga, este não é o único *angola* que mantém ou aciona o tráfico de drogas na Maré. Como foi relatado na entrevista com Badharó, ele mesmo acionou os traficantes com quem mantinham relações próximas para evitar que dos conterrâneos de sua rede social não fossem espancados ou mortos pelos traficantes, por ordem de Kazanga. O que pode se notar é um emaranhado de relações com as forças internas e externas, acionadas de acordo com os interesses dos líderes e de suas redes sociais. Ao mesmo tempo, em que as acusações são utilizadas para desqualificar as ações, seja acusando de ser subserviente ao Consulado ou de ser subserviente ao tráfico de drogas.

As ações de Kazanga que geram críticas dos seus conterrâneos são difíceis de ser interpretadas, pois não se sabe qual é objetivo de Kazanga com essas ações. Se Kazanga busca com essas ações ganhar um maior *status* em relação aos traficantes da Maré ou se ele pretende

com essas ações se impor como o “chefe dos angolas”. Não tenho respostas para essas questões, mas é possível compreender as ações de Kazanga como um manipulador que usa das relações sociais e seus contatos da maneira que lhe é conveniente. Desta forma, Kazanga pode ser considerado um empreendedor social manipulando sua rede de contatos para alcançar seus objetivos.

A minha discussão, portanto, concentra-se na maneira como as relações interpessoais são estruturadas e influenciadas, no modo como indivíduos – vistos como empreendedores sociais – procuram manipulá-las para atingir metas e resolver problemas, e na organização e no dinamismo das coalizões que constroem para atingir seus fins. O assunto é familiar: a rede social de amigos, parentes e colegas de trabalho; as visitas, as barganhas, fofocas e manipulações que ocorrem entre eles; o impacto que todas essas situações exercem sobre a promoção, a ideologia e o conflito; as etapas que um homem ambicioso percorre para construir um fundo de crédito entre as relações proveitosas; e a atuação de cliques e facções constituídas na vizinhança e no local de trabalho. Trata-se de processos e situações com os quais todos nós nos envolvemos e que constituem o material básico da vida social. (BOISSEVAIN, 2010, p. 208).

Não compreendo a comunidade angolana na Maré como uma comunidade coesa e homogênea, com membros compartilhando dos mesmos padrões sociais ou valores morais. A comunidade angolana da Maré é heterogênea. Deste modo, o melhor conceito para analisar a figura de Kazanga é como um indivíduo que possui uma “leitura divergente” dos demais membros. A partir dessa “leitura divergente” Kazanga age em busca dos seus interesses pessoais, apesar das críticas sobre os valores morais de suas atitudes. “Kazanga não é um “marginal” ou “doente mental” é apenas um *angola* portador de um comportamento divergente de parte dos seus compatriotas. Para finalizar a minha análise sobre Kazanga, cito um trecho do artigo do antropólogo Jeremy Boissevain:

[...] Em vez de tentar responder à questão “Por que ele fez isso?” somente com questões funcionalista-estruturais, como “Quais são as regras de comportamento em um caso como esses?” (ou, como freqüentemente acontece, “Por que ele disse que o fez?”, o que normalmente dá no mesmo), sugiro que é igualmente importante perguntar: “Que proveito ele está tirando disso?”. Em última instância, ele provavelmente extrairá para si, das várias “regras” possíveis, o que lhe for mais conveniente, para justificar a ação da qual é o principal beneficiado. Embora eu concorde que as pessoas freqüentemente em termos de valores morais e regras de sociedade porque acreditam sinceramente nelas, um modelo sociológico que sugere que as pessoas normalmente atuam nesse sentido ingênuo. A concepção de que o homem, além de ser moral, é também um indivíduo que age de acordo com seus próprios interesses é útil para gerar proposições testáveis e para examinar o tipo de problemas nos quais estou interessado. (BOISSEVAIN, 2010, p. 212).

Os *angolas* da Maré constituem um grupo social estável e de importância no conjunto de favelas da Maré. Portanto, esse grupo étnico é disputado por diferentes forças internas e externas. Os interesses nesse grupo social são econômicos e políticos. Os três líderes analisados agem de acordo com seus objetivos e dos interesses das forças que os agenciam. As redes sociais

dos *angolas* são manipuladas e agenciadas por esses objetivos e assim é possível compreender como esse grupo age e como a disputa de poder é estabelecida.

3.3 Xumane, o autor de “Zedu tem que morrer”

Pretendo analisar o rapper e produtor musical angolano Xumane Mos Califa. Xumane é casado, tem duas filhas e uma de suas filhas reside em Angola. O rapper e produtor musical chegou ao Brasil em 1999 e morou durante um ano na favela Vila Esperança, na Maré com um amigo chamado Cachala. E depois foi morar junto com sua prima no Bairro de Fátima, no Centro do Rio de Janeiro. Devido a perseguição do governo angolano, o rapper residiu durante 4 anos e meio nos Estados Unidos e retornou ao Brasil, em 2010. Em sua primeira estada no Brasil Xumane conheceu o Islamismo e se converteu a religião. Ele tem um discurso contra o racismo e em defesa da África. Suas músicas refletem principalmente seus posicionamentos políticos. O rapper e produtor musical é reconhecidamente uma liderança intelectual da comunidade angolana na Maré. Na primeira parte busco analisar o discurso do produtor musical sobre racismo e as relações raciais. Na segunda parte pretendo analisar o discurso de Xumane em oposição ao presidente José Eduardo dos Santos e ao MPLA. E como tais críticas são produzidas a partir dos seus *raps*.

O nome completo usado pelo rapper angolano é: Xumane Mos Califa. O rapper explica que na época pagã, da ignorância, os povos escolhiam nomes para os seus filhos que tinham significado de animais ou de deuses pagãos. Dessa forma, o profeta Mohamed disse que não se pode nomear os filhos sem que tenham significado, portanto é preciso por consciência na escolha de um nome com um grande significado. O seu novo nome foi escolhido após fazer o ritual mulçumano da *Sharada*¹¹⁵, o nome escolhido foi Califa. O significado de Califa é gerente. O rapper elucida que Xumane é um apelido artístico, o qual o significado no tupi-guarani é guerreiro. Ele chegou a esse nome através do dicionário. O seu nome de nascimento é Moshi, o qual ele abreviou para Mos. Na língua africana Moshi significa um.

¹¹⁵ A *Sharada* é a profissão de fé em que o indivíduo afirma acreditar que Alá é o único Deus e Maomé, o seu mensageiro. A profissão deve ser feita na presença de duas testemunhas. Após a *Sharada* é concluída a conversão ao Islamismo.

3.3.1 O discurso sobre racismo

Nessa primeira parte analiso o discurso de Xumane sobre o racismo e as relações raciais. Em dezembro de 2015, três campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foram ocupados por estudantes, devido ao atraso das bolsas estudantis, falta de verbas e salários atrasados dos funcionários terceirizados. No campus da Faculdade de Formação de Professores (FFP), em São Gonçalo ocorreram aulas públicas. Convidei-o para ministrar uma aula pública sobre o tema “Rap e racismo”. Xumane aceitou o convite, participou de uma aula pública, abordando temas como racismo, política, África e rap. Como sempre, suscitou temas polêmicos com suas posições radicais.

Tive vários debates extensos, passando por temas como política, racismo, ações afirmativas, Estados Unidos, geopolítica, religião, marxismo e universidade. Xumane se autodeclara como *muslim*, o que segundo ele é uma pessoa que segue os princípios e preceitos do Islã. Desde o primeiro sábado em que fui a Maré, diversos interlocutores recomendaram-me entrevistá-lo. Xumane frequenta o Cano Furado para comer comida angolana no restaurante da Lica e para rever seus amigos.

Em novembro de 2015, Xumane participou do festival musical Terra do Rap, o festival homenageou neste ano os países lusófonos. Além da participação de rappers brasileiros o festival também contou com participação de rappers angolanos, moçambicanos, guineenses e portugueses. Inclusive com participação do rapper mais famoso de Angola, MC Katrogi ou como é popularmente chamado de MCK (Pronuncia-se MCKapa). A participação de MCK foi bastante polêmica, porque antes de embarcar para o Brasil o rapper angolano teve o passaporte retido e foi impedido de viajar pelo governo de seu país. MCK declarou a imprensa ter sido impedido de viajar devido a perseguições políticas, pois em um show em Portugal fez críticas ao governo angolano. Após a polêmica ser publicada na imprensa de vários países o rapper conseguiu a liberação para viajar.

No segundo dia de festival, foi exibido o documentário “Open arms, closed doors” (“Braços abertos Portas fechadas”), que retrata a vida do rapper angolano Badharó. Após a exibição do documentário ocorreu um debate intitulado “A África é aqui- A importância da matriz Afro na construção do Rio de Janeiro. O papel do imigrante luso-africano na cidade do século XXI”. Entre os convidados da mesa de debate estavam o rapper angolano radicado no Brasil, MC Ngambala e mais quatro membros brasileiros, o rapper africano era o único negro.

As falas abordaram questões sociais, racismo¹¹⁶ e a influência do negro na cultura carioca e brasileira. Após as falas dos convidados da mesa o microfone foi aberto para intervenções do público. A primeira intervenção foi de Xumane. A intervenção dele foi bastante polêmica, pois fez uma questão direcionada para o produtor audiovisual presente na mesa. A questão de Xumane problematizava a luta contra o racismo. Segundo seu questionamento não adianta apenas os brancos participarem de campanhas contra o racismo, sem que os brancos não abram mão de seus privilégios, em seguida ele questionou se o produtor estava disposto abrir mão dos seus privilégios de ser branco para combater o racismo.

A intervenção de Xumane provocou um incômodo, sendo seguida de várias intervenções sobre o racismo e em defesa do produtor audiovisual que foi questionado pelo produtor musical e rapper angolano. O debate durou mais de meia hora, o organizador festival que estava mediando a mesa colocou panos quentes para a questão não se alongar. Após o debate, Badharó e Xumane subiram ao palco para apresentarem quatro músicas cada um¹¹⁷. Antes de sua apresentação Xumane recitou uma curta oração mulçumana em árabe e cedeu uma das suas músicas para a rapper Mina, que é produzida musicalmente por ele.

Esse episódio do festival de *rap* elucida um pouco como é o discurso e atuação de Xumane em relação ao racismo. O discurso político do rapper e produtor musical é radicalizado e incômodo em muitos espaços em que estão presentes brancos progressistas que militam contra o racismo.

A trajetória de Xumane nos ajuda a compreender como suas ideias sobre o racismo foram construídas. O produtor musical nasceu em Angola onde viveu até os 19 anos, quando imigrou para o Brasil. Chegou em 1999 ao Brasil e residiu aqui por cerca de 6 anos até migrar para os Estados Unidos. Na América do Norte viveu por quase 4 anos meio, antes de retornar ao Brasil, em 2010. Essa trajetória indica que o produtor musical viveu em três países em que o racismo e as relações raciais possuem particularidades, em especial o Estados Unidos que é um país de formação cultural anglo-saxã. Na entrevista, Xumane abordou principalmente as diferenças do racismo e das relações raciais no Brasil em comparação com os Estados Unidos. Segundo seu discurso o racismo é mais latente no Brasil.

Jorge: Como foi a sua adaptação ao Brasil?

¹¹⁶ Na mesa foi citado o caso de racismo recente em que o gerente de um bar na Tijuca entregou banana para dois entregadores de bebidas. O caso repercutiu bastante na mídia e nas redes sociais. Ver: ELIZARDO, Marcelo; BOECKEL, Cristina. Gerente de restaurante da Tijuca é preso no Rio por injúria racial. *GI*, Rio de Janeiro, 23 nov. 2015 Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/gerente-de-restaurante-da-tijuca-rio-e-preso-no-rio-por-injuria-racial.html>. Acesso em: 15 maio 2016.

¹¹⁷ Badharó e Xumane não mantêm relações, não me foi revelado porque os dois não se falam.

Xumane: Adaptação no Brasil, na verdade pela questão lingüística foi uma facilidade falamos a mesma língua. Pela questão da alimentação também não tinha muita diferença. São duas colônias portuguesas que explorou a África, explorou o Brasil. Na questão da atitude, do comportamento é que é difícil, até hoje. É um povo que tem um racismo como cultura, como herança européia, entendeu. Isso que realmente me dificultou desde o dia que eu cheguei até o dia que eu estou, até hoje. É isso que às vezes, que me deixa um pouco indignado com essa situação. (Entrevista realizada em 21 nov. 2015).

A argumentação de Xumane sobre a não existência de racismo em Angola vai de encontro com outros interlocutores que relataram que os mestiços ou *pulas* ocupam posições hierárquicas privilegiadas. Em uma conversa Melo relatou-me que os *angolanos* de pele mais clara são preferidos, tanto por mulheres como em seleções de emprego. O próprio termo *pula*, da maneira como é empregada pelos *angolanos*, em geral de maneira pejorativa, elucida a existência de tensões nas relações sociais em Angola. Não quero negar os relatos de Xumane sobre a surpresa e espanto com que se deparou com o racismo no Brasil, mas problematizar como essas percepções do racismo são articuladas em Angola e no Brasil¹¹⁸.

[...] No caso de Brasil e Angola cabe nos apropriarmos da definição de preconceito demarca, no qual as características físicas se sobressaem à origem ascendência. Dessa maneira, quanto mais o negro se aproximar do branco – já que esse é considerado o modelo – enfrenta menos problemas de mobilidade e ascensão social. “Pela tez, pelos traços do rosto, nariz afilado, cabelos lisos, lábios finos, maiores suas probabilidades de ser aceito (Bastide e Fernandes, 1971: 167). Ao contrário dos Estados Unidos, onde aquele que tiver uma gota de sangue é tido como negro, aqui no Brasil e Angola, à medida que a cor de pele clareia, os obstáculos diminuem e o mulato “pode passar” ou, pelo menos, aproximar-se do branco. (BARBOSA, 2008, p. 114).

A autora Luciene Cecília Barbosa (2008) realizou uma pesquisa de campo, durante a sua tese de doutorado que abordou as relações raciais na telenovela brasileira – Brasil e Angola. Segue um relato da percepção da autora sobre o racismo em Angola e as posições privilegiadas dos mestiços e brancos.

É perceptível a tensão nas relações cotidianas entre negros e mestiços. A observação confirmou-se no decorrer dos depoimentos dos entrevistados. Percebemos que quem está no topo dos outdoors, em evidência nos programas televisivos e nos serviços de atendimento ao público são os negros com a pele mais clara, os denominados mestiços. Entendemos que na ausência física do branco, o mestiço, de algum modo, passa a representar a figura do colonizador branco, isso intensifica ainda mais, as tensões já existentes. (BARBOSA, 2008, p. 114).

O número pequeno de mestiços e brancos em Angola faz com que o racismo não seja tão latente e as relações raciais não sejam tão acirradas. E ainda tem a questão da colonização portuguesa que não produziu uma segregação racial como em ex-colônias inglesas como a África do Sul, Estados Unidos e a Rodésia do Norte. Abaixo segue o trecho da entrevista com

¹¹⁸ Ver: FRY, Peter. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

Xumane em que o rapper e produtor musical fala sobre a experiência do racismo nos Estados Unidos e no Brasil.

Jorge: Como foi a questão do racismo em Nova York?

Xumane: O problema é assim. Você no Brasil, você fica mais indignado com o branco do que em Nova York. Por que aqui o racismo é mais do que lá, só que é velado. É alguém que não gosta de você e finge que gosta. É alguém que não gosta de você e finge que ta dar vaga ou que quer te ajudar. Então, quando você tenta trazer isso a á tona, eles dizem que é coisa da sua cabeça. Então, o que dói é a falsidade. Na América não é assim [...]. (Entrevista realizada em 21 nov. 2015).

O produtor musical aponta que a diferença é que no Brasil o racismo é velado e por isso gera mais indignação. Em seguida Xumane conta sobre um patrão que teve em Nova York, quando trabalhava como vendedor em uma loja de calçados. Segundo ele esse patrão era judeu e falava abertamente que não gostava de negros. Contudo, Xumane disse que nunca foi destrutado ou discriminado por esse patrão, e que sempre mantiveram uma relação cordial, profissional e respeitosa. Segundo o rapper o seu patrão judeu tratava-o como qualquer outro empregado, sem distinção racial ou de credo. O que para o produtor musical é algo louvável, a competição equânime no mercado de trabalho, o que para ele inexistente no Brasil. Para o produtor musical foi com esse patrão que ele aprendeu que os seres humanos não são obrigados a gostar dos outros, mas manterem relações respeitadas e que não sejam falsas. A partir da vivência nos Estados Unidos ele traçou uma diferença entre os brancos anglófonos e os brancos lusófonos. Segue o trecho da entrevista em que Xumane traça essa distinção.

Xumane: [...] O branco da língua portuguesa, ele é diferente do branco que fala inglês. Não estou a dizer que o branco da língua inglês é melhor. Eu estou a dizer que o branco de língua inglês ele é mais sincero, quando ele fala não gosto, ele fala não gosto de você. Isso te ajuda a entender que as pessoas não são obrigadas a gostar das outras pessoas. Da língua portuguesa não é, é falso, não gosta de você. Não quero você esteja onde ele está. Mas, ele não fala isso, ele não demonstra. Ele demonstra e que forma? Na disparidade de onde as pessoas vivem, onde os pretos vivem, onde eles vivem. Essa é a diferença.

Jorge: Nesses cinco anos nos Estados Unidos você não sofreu nenhuma discriminação racial?

Xumane: Pra ser sincero, não. Quando eu estava nos Estados Unidos a minha indignação contra os brancos começou a diminuir, começou a diminuir. Quando eu voltei, para o Brasil começou a aumentar, entendeu. Por que é um país, assim, ninguém precisa gostar de você, mas você não precisa travar que o cara desenvolva. Essa indignação, não é porque não gosta ou porque gosta. É porque não permite que você cresça, entendeu. Quando você não permite que outro passe, você coloca obstáculos, bloqueios. Isso que cria uma indignação não pela questão da cor, mas sim pela atitude desse povo. Por isso que o povo brasileiro preto até agora está na mesma situação. Agora analisa se os Estados Unidos é o maior país racista do mundo. Porque é que nós vimos. Por exemplo, lá mata um preto toda comunidade preta sai. Aqui matam todos os dias, mas não sai. E a imprensa não fala como se fosse... Isso onde está o problema. Agora o erro está onde? Está em eles não deixar que você. Até não tem que deixar, está errado eles deixar. Mas, não impedir que alguém que têm suas capacidades alta ou baixa desenvolva sozinho. Cresça da forma que ele quer crescer. Isso que o branco da língua portuguesa não deixa, não permite. Parece que eles sentem

incapacidade dentro deles. Porque, quando você sente auto-sustentado e capaz de tudo não importa quem vai entrar na fila pra competição. Você sabe que está capaz para derrubá-lo. Mas se você cria armadilhas para deixar cair, é porquê você não está preparado para o que ele está a trazer. (Entrevista realizada em 21 nov. 2015).

Para analisar o discurso de Xumane é preciso compreender brevemente a formação das relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos. O Brasil foi por um longo período considerado um “paraíso das relações raciais”. Essa era uma avaliação dos pesquisadores estrangeiros como: Donald Pierson (1945) e Charles Wagley (1952). Como também uma avaliação dos próprios sociólogos e antropólogos brasileiros, sendo o maior expoente deles Gilberto Freyre (1933) em seu clássico livro *Casa grande & senzala*, livro que teria o mito da democracia racial¹¹⁹. O Brasil era exemplo que deveria ser estudado e tido como modelo para países como Estados Unidos e África do Sul, países em que vigoravam leis que instituíam a segregação racial. O Estado brasileiro se apropriou do mito da democracia racial, transformando esse mito em um dos símbolos da identidade nacional. O mulato tornou-se símbolo nacional durante o período chamado de Era Vargas (1930-1945) e também pela Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Até os anos 1980, a democracia racial ainda detinha um reconhecimento nos meios acadêmicos e principalmente no imaginário social da população brasileira.

O termo “democracia racial” passa, portanto, a carregar e sintetizar uma certa constelação de significados. Nela, raças não existem e a cor é um acidente, algo totalmente natural, mas não importante, pois o que prevalece é o Brasil como Estado e como nação; mas não importante, pois o que prevalece é o Brasil como Estado e como nação; um Brasil em que praticamente não existem etnias, salvo alguns quistos de imigrantes estrangeiros. Inventa-se, portanto, um povo para o Brasil, que passa a ter samba, passa a ter um pouco da cultura negra, que até aqui não existia pois se, no Império, predominou a mística do índio, e na República a mística do imigrante europeu, somente na Segunda República o negro vai dar colocação á nação, à idéia de uma nação mestiça. (GUIMARÃES, 2009, p. 75).

No Brasil a existência de raças ou etnias foi negada por muito tempo, logo como a própria existência do racismo como um sistema. O que contribui para reforçar essa tese da inexistência de racismo o número significativo de casamentos e relações inter-raciais, a ausência de leis racistas, a inexistência de uma segregação racial institucionalizada e o grande número de mestiços (mulatos). Além de muitos autores defenderem que a discriminação no Brasil era atribuída a classe, e não a raça ou etnia (GUIMARÃES, 2009).

O mito da democracia racial foi desconstruído ao longo do século XX. A desconstrução desse mito ocorreu devido aos intelectuais e pesquisadores que passaram a desnudar as relações raciais no Brasil como: Guerreiro Ramos (1954), Florestan Fernandes (1965) e Abdias

¹¹⁹ É importante ressaltar que no livro de Gilberto Freyre *Casa Grande & Senzala* o autor em nenhum momento faz uso da expressão democracia racial. Contudo as origens desse termo são atribuídas ao clássico livro do autor (TELLES, 2003).

Nascimento (1950). A partir década de 1950, o mito da racial foi questionado nos meios acadêmicos, abrindo espaço para uma análise crítica sobre as relações raciais no Brasil. Resumidamente a conclusão era que o Brasil era um país em que o racismo predominava, contudo distinto do racismo norte-americano. O movimento negro brasileiro teve um papel fundamental na denúncia do racismo e na desconstrução do mito da democracia racial, em especial o Movimento Negro Unificado (MNU), que surgiu nos anos finais da Ditadura civil-militar.

Nos Estados Unidos as leis segregacionistas vigoraram desde o período o colonial, inclusive leis que impediam os casamentos inter-raciais. No período pós-abolição da escravidão a lei Jim Crow (1876-1965) instituía a segregação racial, uma dualidade jurídica. No meado do século XX, as leis que instituía foram derrubadas pela força do movimento pelos direitos civis (TELLES, 2003). O resultado o fim da segregação racial oficializada, a implementação de ações afirmativas e manutenção da segregação racial informal. As relações raciais norte-americanas possuem particularidades e a comparação com as relações raciais brasileiras muitas vezes ignoram as distintas formações histórica dos dois países.

A partir desse breve histórico das relações raciais nos Estados Unidos e no Brasil, acredito que o discurso de Xumane aponta para o chamado racismo à brasileira. O racismo à brasileira ou racismo brasileiro tem como característica a informalidade. Quando são ações discriminatórias públicas elas são direcionadas as práticas, tradições e traços culturais de origem africana. E o racismo institucional, porém que não se faz presente nos documentos e normas das instituições.

O racismo brasileiro operou quase sempre, depois da escravidão, por meio de mecanismos de empobrecimento, ou seja, de destituição cultural e econômica dos negros, e de mecanismos de abuso verbal, utilizando-se, sobretudo, dos carismas de classe e cor. Em geral, o racismo brasileiro, quando publicamente expresso, aparece em discursos sobre a inferioridade cultural dos povos africanos e do baixo nível cultural das suas tradições e de seus descendentes. Grosso modo, esse racismo atravessou duas grandes fases: a da discriminação aberta, mas informal e secundada pela discriminação de classe e sexo, que gerava segregação de fato, em espaços públicos e privados (praça e ruas, clubes sociais, bares e restaurantes, etc.) e a fase atual, em que, com a discriminação e a segregação raciais sob mira, apenas os os mecanismos estritos de mercado (discriminação de indivíduos e não de grupos) ou psicológicos, de inferiorização de características individuais (auto discriminação), permitem a reprodução das desigualdades raciais. (GUIMARÃES, 2009, p. 226).

O Xumane refere-se no trecho da entrevista citado acima não é uma distinção entre brancos anglófonos e brancos lusófonos, mas uma distinção entre o racimo à brasileira e o racismo norte-americano. Na verdade, o que produtor musical indica não é uma diferença entre os homens brancos brasileiros e norte-americanos, e sim uma distinção entre as relações raciais nos dois países e como o racismo é praticado.

Uma segunda questão que pode ser analisada no discurso do produtor musical é a questão da desigualdade entre negros e brancos no mercado de trabalho. Um dos pontos que o produtor musical angolano ressalta da sua vivência é que nos Estados Unidos os negros e brancos competem em igualdade no mercado de trabalho. Segundo ele, no Brasil não existe essa igualdade na competição no mercado de trabalho entre negros e brancos. Xumane também aponta que o mais perverso desse quadro de racismo no Brasil é o discurso de que todos são iguais e que não existem distinções raciais.

Os sociólogos que se debruçaram sobre o estudo das relações raciais no Brasil foram taxativos em apontar a desigualdade entre negros e brancos no mercado de trabalho. Os anúncios de trabalho até os anos 40 utilizavam termos raciais para excluir os negros de determinados postos de trabalho em que aparência física branca era privilegiada (DAMASCENO, 2000). No decorrer do século XX os termos raciais foram substituídos pela expressão “boa aparência”, que na verdade significava pessoas brancas. Esse critério estético e racista foi amplamente utilizado para excluir os negros do mercado de trabalho (DAMASCENO, 2000).

Pesquisas realizadas no Rio de Janeiro nos anos de 1995 e 2000 apontam que os adultos brasileiros acreditam que a discriminação racial é mais latente no mercado de trabalho. Segundo essas pesquisas os pretos e pardos tendiam mais do que duas vezes que os brancos a identificar o preconceito racial contra sua cor no momento da contratação e da promoção (TELLES, 2003).

Em um trecho Xumane critica o conformismo ou a frágil mobilização dos negros em relações aos casos de negros assassinados pela polícia brasileira. Ele cita as manifestações ocorridas nos Estados Unidos em 2015. Essas manifestações tiveram origem após assassinatos de jovens negros pela polícia norte-americana, os levantes se espalharam por várias cidades e foram noticiados na mídia internacional¹²⁰. A mobilização da população negra norte-americana resultou na campanha “Black Lives Matter” (Vidas negras importam), além de uma declaração do presidente norte-americano sobre o racismo institucional.

O produtor musical estabelece uma comparação da mobilização norte-americana contra os assassinatos e no Brasil onde a mobilização dos negros foi inexistente ou pouca expressão. Nos últimos anos, alguns movimentos sociais¹²¹ lançaram algumas campanhas contra o

¹²⁰ Ver: RELEMBRE a história de 15 jovens negros mortos por policiais. *Terra*, [s. l.], 8 jun. 2015. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/estados-unidos/ferguson-relembre-15-casos-de-morte-de-jovens-negro-s-nos-eua,34fcbdd08e3d5073e53d3ce075fd91999mz8RCRD.html>. Acesso em: 15 maio 2016.

¹²¹ Na Bahia surgiu o movimento Reaja ou Será Morta; no Rio a Rede de Comunidade e Movimentos Contra Violência; em Goiás o Comitê Contra a Violência Policial de Goiás e em Minas Gerais a Frente Antiprisional das Brigadas Populares.

chamado: “Genocídio da Juventude Negra”, mas a campanha ainda é restrita aos meios acadêmicos, os movimentos de direitos humanos e ao movimento negro. Em novembro de 2015, estive presente no Ato Contra o Genocídio da Juventude Negra que teve a participação aproximadamente de 400 pessoas, no bairro de Madureira¹²². A manifestação denunciava a chacina de 5 jovens negros que foram assassinados por policiais militares no subúrbio do Rio de Janeiro. O caso ganhou repercussão nos meios de comunicação, mas não chegou próximo a repercussão dos casos norte-americanos.

Devido ao número gritante de jovens negros assassinados no Brasil. Segundo os dados do Mapa da Violência de 2012 foram assassinadas 56 mil pessoas no Brasil. Desses assassinatos 30 mil eram jovens na faixa etária de 15 anos até 29 anos. Dos jovens assassinados 77% eram negros. A partir desses números gritantes a Anistia Internacional Brasil lançou no ano de 2014 a campanha “Jovem Negro Vivo”. A campanha tem como objetivo reivindicar políticas públicas mais efetivas no combate a violência e à mortalidade de jovens negros (ANISTIA INTERNACIONAL, 2014).

No trecho da entrevista abaixo, questioneei o produtor musical sobre as acusações do envolvimento dos *angolanos* com o tráfico, sobre o racismo da polícia brasileira e se a polícia agia de forma diferenciada com os *angolanos* residentes na Maré.

Jorge: A polícia passou a agir de forma racista?

Xumane: A polícia brasileira não age de forma racista, apenas por ser angolano, não. O que seria injusto eu dizer isso. A polícia aqui, ela age de forma racista, preconceituosa antes de os angolanos chegarem ao Brasil. Porque os filhos dos angolanos que aqui tão. Quando eu falo descendentes de angolanos, de guinéus que vieram na época da invasão portuguesa sofrem discriminação ao longo da história, entendeu. Então, isso para a polícia brasileira tornou-se normal, tratar um angolano preto igual a um brasileiro preto. Então, não há diferença entendeu.

Jorge: Mesmo depois da notícia. Você acha que não teve ação diferenciada da polícia com os angolanos na Maré?

Xumane: Não, que teve ação diferenciada teve. Se não aconteceu comigo, porque eu não estava presente isso não quer dizer que não aconteceu comigo. Eu ‘tando’ presente ou não, isso aconteceu comigo. Porque eles estão a falar sobre a questão dos pretos, entendeu. Então, se aconteceu de forma isolada com alguns angolanos na Maré ou noutras outras favelas, isso aconteceu realmente. Porque é uma mídia passando uma informação e essa informação sobre ‘tá’ dando treinamento já é uma coisa policial. Outra, a polícia tem que chegar de uma forma ostensiva, entendeu. Se vai discriminar, vai discriminar. Se vai torturar, vai torturar. Se vai humilhar, vai humilhar. Por exemplo, as torturas parte da estrutura física e as torturas psicológicas. Então, as torturas físicas são mais agravantes porque não tem ninguém realmente que possa te defender sobre essa tortura física. Você suporta sozinho, entendeu. A tortura física pelo menos vai ter brasileiro que vai falar que é errado, não faz isso, não faz aquilo. Então, a tortura física foi tão forte, foi tão forte. E isso deixou os angolanos tristes. A

¹²² Ver: PLATONOW, Vladimir. Manifestantes protestam contra morte de jovens negros no Rio. *UOL*, [s. l.], 3 dez. 2015. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2015/12/03/manifestantes-protestam-contramorte-de-jovens-negros-no-rio.htm?mobileDev&width=320>. Acesso em: 15 maio 2016.

tortura física pode acontecer de forma isolada. Um que foi pego e torturado e assim sucessivamente vai. (Entrevista realizada em 21 nov. 2015).

No trecho acima Xumane demonstra um sólido conhecimento discriminação racial no Brasil e os agentes do Estado, no caso as forças policiais. Xumane aponta que o tratamento discriminatório da polícia com os *angolanos* residentes na Maré não é um caso isolado, mas apenas um *modus operandi* comum da polícia para com população negra brasileira. Segundo o produtor musical muito antes da chegada dos *angolanos* ao Brasil, os negros eram e continuam sendo discriminados pela polícia brasileira. Logo, essa discriminação não seria diferente para os *angolanos*. Xumane conclui que a polícia brasileira pratica o mesmo *modus operandi* racista para os negros brasileiros e os africanos.

A suspeição criminal da polícia brasileira¹²³ com pessoas negras não é um fato novo, essa denúncia é apontada há anos pelos militantes dos direitos humanos e por militantes do movimento negro. Esse histórico de suspeição dos negros pelas forças policiais é em parte originado por um estereótipo senso comum que associa em especial os jovens negros á criminalidade. Ou que compreende o homem negro como um criminoso em potencial, deste modo a abordagem policial é justificada por esse potencial criminoso do homem negro. Policiais e juízes sistematicamente praticam discriminação a pobres e negros que são mais criminalizados pelo Estado, o que autor alega ser uma situação análoga ao pior do que *apartheid*, como aponta Michel Misse (2011).

Um estudo feito por Mitchell e Wood (1998) apóia ainda mais essas constatações. Baseado nos autos-relatos de vitimização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- PNAD, eles constataram que, independentemente dos efeitos da região, urbana ou rural, renda, educação e idade, os homens negros estão mais sujeitos do que os brancos de ser alvos de ataques físicos e também mais propensos de ser vítimas de agressão por policiais. Os pardos estão em posição intermediária entre pretos e brancos. Os negros têm 2,4 vezes mais possibilidade do que os brancos de ser abordados pela polícia, independentemente de outras variáveis. Por essas razões, é preciso entender porque os negros são mais sujeitos do que os brancos e temer e desconfiar da polícia. (TELLES, 2003, p. 255).

O discurso de Xumane é crítico a classificação racial brasileira, que não é polarizada como nos Estados Unidos e na África do Sul. A classificação racial brasileira é estruturada em um *continuum* de cores que permite ao indivíduo pardo que pode ser classificado como

¹²³ Em 2015, os movimentos sociais e OAB de São Paulo denunciaram o racismo institucional um material distribuído pela Polícia Militar de São Paulo. Nesse material informativo trazia dicas de segurança pública, entretanto todos personagens que simbolizavam criminosos eram negros. Ver: NEGROS são colocados como bandidos em manual de segurança da PM. *Revista Fórum*, [s. l.], 12 ago. 2015. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/direitos/2015/8/12/negros-so-colocados-como-bandidos-em-manual-de-segurana-da-pm-13583.html>. Acesso em: 15 maio 2016.

branco¹²⁴. São posições intermediárias na classificação racial brasileira que permitem o trânsito daqueles que principalmente são fruto de relações inter-raciais. Essa flexibilidade em que um indivíduo pode acionar na classificação racial é resultado de uma sociedade que desde tempos coloniais não teve leis ou normas que impedissem a miscigenação. No século XIX, a miscigenação foi estimulada pelo governo imperial e foi seguida pelos governos republicanos o chamado branqueamento¹²⁵ (SCHWARCZ, 1993). Projeto que objetiva eliminar a população negra através da miscigenação e dos casamentos inter-raciais. Projeto que foi malsucedido devido a inúmeros fatores que não explorarei aqui.

Nas conversas em que tive com Xumane, ele nunca usou a expressão “negro”, sempre a expressão “preto”. Sua explicação para esse posicionamento é de que “negro” é uma expressão criada pelos colonizadores para deteriorar a identidade dos pretos. Porque a cor, segundo ele, é preta, nos Estados Unidos a expressão usada pelos negros é *black*, que significa preto e a expressão pejorativa e não tolerada pelos negros norte-americanos é *nigger*, que significa negro¹²⁶. Xumane vai além e diz em todo o mundo a expressão defendida pelos negros é preto e apenas no Brasil se utiliza a expressão negro. A defesa do termo preto pelo produtor musical tem relação com a defesa da polarização racial entre pretos e brancos. O posicionamento de Xumane ao reivindicar a expressão “pretos” é um efeito dos anos em que viveu nos Estados Unidos e ao movimento *hip-hop*. No final do século XX e início do século XXI, o movimento *hip-hop* tem crescido no Brasil, especialmente em São Paulo e influenciando o movimento negro. O movimento *hip-hop*¹²⁷ reivindica uma gênese periférica, preta e popular. O *rap* um dos quatro elementos do movimento as letras abordam temas como a denúncia da

¹²⁴ Os brasileiros, frequentemente, preferem a noção de cor ao invés da de raça, porque este termo capta melhor a fluidez das relações raciais. Mesmo assim, a noção de cor dos brasileiros é equivalente ao conceito de raça, pois está associada à ideologia racial que hierarquiza as pessoas de cores diferentes. Independentemente do uso do conceito de cor ou raça, as pessoas são tipicamente racializadas e seu status depende de sua categorização racial ou de cor. (TELLES, 2003 p. 304).

¹²⁵ No século XIX e no século XX parte da elite brasileira foi adepta do pensamento eugenista. Segundo os eugenistas brasileiros a raça brasileira era degenerada, devido a intensa miscigenação com as chamadas raça inferiores (índios e negros). Portanto, o Brasil era um país fadado ao fracasso devido a degeneração da raça. A solução para degeneração da raça foi a política do branqueamento. Segundo essa política o estímulo a imigração para o Brasil de europeus e a consequente miscigenação dos imigrantes europeus com a população nativa a longo prazo resultaria no branqueamento da população brasileira. (SCHWARCZ, 1993).

¹²⁶ Da proclamação da República em 1889 até a década de 1970 o Movimento negro se auto-identificava com os termos: “homens de cor”, “negro” ou “preto”. A partir da década de 1970 o movimento negro brasileiro passou auto-declarar com os termos: “negro”, “afro-brasileiro” e “afro-descendente”. (DOMINGUES, 2007, p. 118).

¹²⁷ É importante assinalar que o movimento hip-hop não é um movimento apenas composto por negros, mas também por jovens brancos. As críticas sociais nas músicas de rap são reflexo das origens sociais dos jovens, em geral de periferia, favela e marginalizados.

violência policial, do racismo e da exclusão social. Uma das diferenciações do movimento negro tradicional é o uso do termo *preto* ao invés de *negro*.

O termo preto, difundido pelos adeptos do hip-hop, é a adoção traduzida do black, palavra utilizada por décadas pelo movimento negro estadunidense. Já a rejeição que eles fazem do negro deve-se ao fato de que nos Estados Unidos esta palavra originase de nigger, termo que lá tem um sentido pejorativo. (DOMINGUES, 2007 p. 120).

Contudo, a defesa de Xumane é em defesa de um sistema racial polarizado entre pretos e brancos, o birracismo. Para ele o sistema classificação racial brasileiro que é estruturado a partir do *continuum* de cores só favorece a imobilidade dos negros e a desunião, já que nesse sistema os pardos tendem ao branqueamento. Em que as classificações intermediárias fossem excluídas, como pardos, mulatos, morenos, entre outras. Essa posição é próxima a de alguns movimentos negros brasileiros que defendem um sistema de classificação racial tal como o norte-americano em que é estruturado pela uma gota de sangue. Em que uma pequena ascendência negra é o necessário para classificar uma pessoa como negra, a hipodescendência (TELLES, 2003).

No Brasil, a existência da categoria mulato, ou pardo, ou mestiço, é, ao mesmo tempo, causa e consequência de uma ideologia de miscigenação e não o resultado automático do processo biológico real da mistura de raças. A miscigenação não cria seres de raças mistas, como demonstra o caso dos Estados Unidos, onde as pessoas com mistura racial são simplesmente negras. Na ideologia brasileira, os mulatos são valorizados no imaginário nacional como sendo o brasileiro típico, embora sejam também, frequentemente, marginalizados e, na realidade, estejam mais próximos da condição dos negros do que dos brancos nas estruturas de classes do Brasil. (TELLES, 2003, p. 305).

O período em que Xumane residiu nos Estados Unidos contribuiu para que ele compare cotidianamente o racismo norte-americano com o racismo à brasileira. Essa comparação não é só feita pelo produtor musical, mas também por grande parte do movimento negro brasileiro como aponta o historiador Petrônio Domingues (2007):

O movimento negro ainda desenvolveu, nessa terceira fase, uma campanha política contra a mestiçagem, apresentando-a como uma armadilha ideológica alienadora. A avaliação era de que a mestiçagem sempre teria cumprido um papel negativo de diluição da identidade do negro no Brasil. O mestiço seria um entrave para a mobilização política daquele segmento da população. Segundo essa geração de ativistas, a mestiçagem historicamente esteve a serviço do branqueamento, e o mestiço seria o primeiro passo desse processo. Por isso, condenavam o discurso oficial pró-mestiçagem. Como contrapartida, defendiam os casamentos endogâmicos e a constituição da família negra. O homem negro teria que, inexoravelmente, casar-se com a mulher do mesmo grupo racial e vice-versa. Por essa concepção, os casamentos interracialis produziam o fenômeno da mestiçagem que, por sua vez, redundariam, a longo prazo, em etnocídio. O discurso nacional pró-mestiçagem era, assim, concebido como uma estratégia da classe dominante para provocar o “genocídio” do negro no país. (DOMINGUES, 2007, p. 115-116).

Xumane tem uma personalidade forte e gosta de fazer longos debates. Em um dos nossos debates ele questionou a figura do líder negro sul-africano Nelson Mandela¹²⁸. Segundo ele, Mandela fez o que as grandes potências e os brancos queriam. Mandela não teria realmente promovido mudanças reais para os negros sul-africanos. Xumane enaltece a figura de Steve Biko¹²⁹, que morreu lutando contra o *apartheid* e muitos poucos lembram da sua luta pela libertação dos negros. Xumane faz as mesmas comparações entre Martin Luther King Jr¹³⁰ e Malcolm X¹³¹. Para ele, o líder negro Martin Luther King fazia aquilo que os brancos desejavam, ao contrário de Malcolm X que não tinha medo em defender posições mais radicais e por isso acabou assassinado. Existe uma polêmica entre os militantes do movimento negro, alguns afirmam que Martin Luther King obteve notoriedade por ceder aos brancos, por pregar a não violência e a desobediência civil. Em contrapartida Malcolm X foi perseguido por defender posições mais radicais, como armamento e autodefesa da população negra e por essas posições foi assassinado.

Dentro do universo dos movimentos negros, Xumane se identifica com as posições mais radicais. Em geral, aqueles que se posicionam de forma radical admiram Malcolm X e defendem que Martin Luther King era recuado e conciliador. O mesmo ocorre nas críticas ao líder sul-africano Nelson Mandela, que é tido como fraco por ter liderado uma relação harmônica com os brancos no período pós-*apartheid*. As críticas de Xumane aos líderes negros supostamente cooptados pelos brancos estão presentes na letra do rap “*Eu sou a selva*” de sua autoria.

[...] *Ignoras negro doméstico*
Se ser civilizado pra você
É agir e se comportar como os brancos
Então eu serei selvagem para sempre

¹²⁸ Nelson Mandela (1918-2013) foi um advogado, político e militante da luta contra o apartheid na África do Sul. Por lutar contra o racismo em seu país passou 28 anos na prisão e ao ser libertado liderou a luta pelo fim do regime de segregação racial. Foi o primeiro presidente negro eleito da África do Sul, 1994.

¹²⁹ Steve Biko (1946-1977) foi um importante líder na luta contra o regime do apartheid e fundador do Movimento Consciência negra, na África do Sul. Steve Biko foi preso, torturado e assassinado pelos policiais do regime racista africânder. Em 1987, a trajetória de Steve Biko foi retratada no filme “Cry freedom” (“Um grito de liberdade”) Ver: UM GRITO de liberdade. Direção e produção: Richard Attenborough. EUA: Universal Pictures, 1987. 1 rolo de filme. (157 min) son., color., 35 mm.

¹³⁰ Martin Luther King Junior (1929-1968) pastor e líder da luta contra a segregação racial e pela igualdade entre negros e brancos nos Estados Unidos. Em 1964, Martin Luther King ganhou o prêmio Nobel da Paz. Martin Luther King era um defensor da desobediência civil e contra o uso de violência como instrumento de luta política.

¹³¹ Malcolm X (1925-1965) foi um importante líder negro norte-americano na luta contra o racismo e a segregação racial. Malcolm X converteu-se a religião muçumana. Malcolm foi bastante criticado pelas suas posições radicais. Foi assassinado em 1965.

*Porque eu sou o último preto entre os pretos
Os brancos não vão conseguir
Me transformar em negro doméstico
Assim como fizeram com
Obama, Martin Luther King, Nelson Mandela, Mahatma Ghandi
Produtos brancos enrolados em saco preto (EU..., [201-?], n. p.)*

Na letra acima Xumane considera Obama, Martin Luther King e Nelson Mandela como líderes negros que serviram aos brancos e por isso chegaram ao poder. A tese de Xumane é que antes de chegar ao poder esses líderes foram formados e controlados pelos brancos. Os brancos que Xumane refere-se são os grandes líderes das nações centrais.

Quase todos os interlocutores apontaram o racismo como um dos problemas que enfrentaram no Brasil. Contudo, o que destaca dos demais interlocutores é que Xumane é o seu discurso articulado em relação ao racismo e as relações raciais. Um discurso que é resultado de sua vivência em três países em que as relações raciais são distintas. É claro que o discurso de Xumane também é resultado de leituras. Contudo, o que destaca o seu discurso sobre o racismo são suas posições radicais, pois não é só um crítico, como também um pensador do racismo.

3.4 Angola, rap e ativismo político

Nos vários debates que mantive com Xumane, um dos temas principais era a política angolana. Como já disse no início desse capítulo, o rapper é um crítico feroz do governo angolano. Contudo, isso não era novidade para mim já que outros interlocutores são críticos ao MPLA e ao presidente José Eduardo dos Santos. Além das críticas sobre a corrupção no país natal muitos interlocutores classificam o sistema político de Angola como uma ditadura. Desde a independência em 1975 o mesmo partido se mantém no poder e o presidente José Eduardo dos Santos está no cargo desde 1979.

Alguns meses depois de conhecer Xumane, fiquei sabendo que ele fez uma música crítica ao presidente angolano. A música chama-se: “Zedu Tem Que Morrer”, o rap de caráter ofensivo em que o rapper angolano “prega” a morte de José Eduardo dos Santos. Segue a letra do rap:

*os direitos violados
Por alguns soldados
Oh manipulados lá pelo Zé Eduardo
É triste viver em um país
Aonde a justiça não existe
A televisão manipulada
E quando a pele escura*

*Escura se manifesta pelos seus direitos
Sofre censura
Assim dão privilégios aos pulas
Sem medo , medo de me elevar
Xumane fala fala
Oh com tanta bravura
Angola não é dos pulas
Não é dos pulas
Zedu tem que morrer
Pro povo sobreviver
As eleições acontecer
A ditadura enfraquecer
Zedu tem que morrer (ZEDU..., [200-?], n. p.)*

Ao chamar os dirigentes políticos do MPLA de *pulas* “Angola não é dos pulas”, Xumane acusa o partido do governo de atender aos interesses dos brancos e também refere-se à formação racial ou étnica do MPLA. O MPLA em sua formação foi um partido que se reivindicou multiétnico, fugindo do “tribalismo” (ANTÓNIO, 2013). Os membros do MPLA eram oriundos de uma elite intelectualizada formada por “assimilados” negros e mestiços e alguns angolanos brancos. Devido essa formação étnica ou racial do MPLA são as motivações das acusações do rapper nesta música. Existem outras músicas de autoria de Xumane que são críticas ao governo como: “O Revu Dos Revus”, “Fora MPLA”, “Porque Zedu Tem Que Morrer”, entre outras.

O rap “Zedu tem que morrer” provocou problemas políticos para Xumane. O governo angolano não gostou do *rap* e passou a persegui-lo. Xumane conta que após a música o Serviço de Inteligência e Segurança de Estado (SINFO) começou a procurá-lo em Angola até descobrirem que ele morava no Brasil. Inseguro no Brasil ele migrou para os Estados Unidos, deixando sua filha e sua esposa. Sua imigração para os Estados Unidos foi na verdade uma fuga da perseguição política, pois segundo Xumane o Brasil não era um país seguro.

Xumane: O que me fez sair do Brasil é não me sentir seguro no Brasil é que as pessoas morrem por nada. Seja até juiz, polícia, cidadão e delegado. Se alguém quiser pagar para te matar, vai matar. Então, eu não me senti seguro no Brasil, por isso foi uma das razões que sabia que o governo angolano ali não tinha como reagir dentro dos Estados Unidos.

Jorge: Qual é o nome dessa música?

Xumane: Zédu Tem que Morrer.

Jorge: Tem no youtube?

Xumane: Ya, tem.

Jorge: Como foi sua entrada nos Estados Unidos?

Xumane: Quando eu cheguei lá, dei entrada de asilado político, entendeu. Apresentei alguns processos, algumas provas. Só que era um momento onde os Estados Unidos tava intenso da questão da imigração, as torres gêmeas tinham caído. Então o sistema americano estava tentando criar um processo para realmente analisar, porque estava vindo muita gente de outros países. Então, eles tinham um problema, uma trama pelas torres que caíram. Não sei o que. Se referiam que era estrangeiro que fez aquilo. Então,

a imigração ficou um pouco apertada. Praticamente muitos “tavam” sendo negado o seu asilo, entendeu. (Entrevista realizada em 21 nov. 2015).

O *rap* crítico ao presidente angolano fez com Xumane tornasse-se um rapper conhecido principalmente em Angola. Em alguns vídeos Xumane inicia a sua fala apresentando-se como o autor da música “Zedu tem que morrer”. Os demais interlocutores consideram Xumane corajoso por ter feito tais críticas ao presidente angolano. Inclusive, um interlocutor já revelou que o governo angolano tentou dialogar com o rapper e produtor musical. Segundo esse interlocutor o governo teria oferecido dinheiro, entre outras vantagens para que Xumane abrisse mão de suas críticas ao MPLA, mas ele não aceitou.

O rapper não se arrepende do *rap*, mas a sua fuga para os Estados Unidos fez com se separasse da família já que sua esposa e sua filha permaneceram no Brasil. Xumane permaneceu seis meses em um centro de detenção de imigrantes em Miami, teve seu primeiro pedido de asilo negado nos Estados Unidos. Após apelar judicialmente teve seu pedido aceito pelas autoridades norte-americanas. De Miami, ele foi morar em Nova York. Em Nova York trabalhou em empregos com faxineiro, vendedor e estocador. Seu retorno ao Brasil ocorreu devido tentativas frustradas de conseguir vistos para que sua esposa e sua filha fossem residir nos Estados Unidos. Então, sua decisão foi retornar ao Brasil em 2010.

Jorge: Como ficou sua relação com o Consulado quando você retornou dos Estados Unidos para o Brasil?

Xumane: Assim, hoje em dia a minha situação com o consulado não tão intenso quanto nos princípios quando eu lancei a música. Porque era momento que em Angola não se falava em democracia. Era momento que Angola não havia manifestações. Era momento que o povo angolano estava na “distração”. Ninguém sabia que o presidente tem que sair. Havia alguns que tinham noção, mas eu falo na questão da massa, popularidade. Não tinha essa noção a popularidade. Então, é mais fácil você criticar, parar um jovem que está a começar de quando já o país todo está nessa situação. Então, quando eu voltei aqui (Brasil), eu vi que a maioria da população angolana já estava descontente com o governo no poder. Então, o que eles vão fazer já não adianta me para, porque? Porque todos ali já têm o mesmo pensamento. Então se parar aqui já tem cem que vão continuar. Então, a repressão deles aqui contra mim diminuiu um pouco, tas a ver. É isso que me fez ter coragem de andar em cada rua, um pouco a vontade, onde eu vou, onde eu venho, entendeu. Porque agora em Angola não é mais um Xumane, que fez música Zedu Tem Que Morrer. É como se fosse são tipo 5 mil Xumanes. Então não adianta parar aquele tipo. (Entrevista realizada em 21 nov. 2015).

A constatação do rapper e produtor musical sobre o crescimento da oposição do rapper é uma questão relevante. Desde 2011, um número significativo de protestos e manifestações tem acontecido em Angola, em especial na capital. Mesmo com a repressão dura, os manifestantes não deixaram de realizar atos contra o governo (ANGOLA..., 2013). Em 2013, diversas manifestações insurgiram em Luanda. Contudo, se Xumane não é mais perseguido pelo governo angolano, mas outros opositores e críticos continuam sendo perseguidos em

Angola e até assassinados. Inclusive originando campanhas internacionais pela libertação de presos políticos. Alguns deles são rappers, como Xumane cito o recente caso de jovens presos pelo governo angolano mais para o final do capítulo. Acredito que um fator novo nas críticas e oposição ao governo de José Eduardo dos Santos é a expansão do acesso a internet em Angola. A internet é um meio de comunicação que é mais difícil para o governo controlar. Músicas críticas ao governo como as produzidas por Xumane são facilmente acessadas, já que dificilmente tais músicas poderiam ser veiculadas pelas rádios angolanas.

Um terceiro ponto a ser analisado no relato de Xumane tem relação com a politização da comunidade angolana no Brasil. Durante o trabalho de campo escutei alguns interlocutores afirmam que ao chegaram ao Brasil puderam constatar o que o governo de seu país era uma ditadura. Em suma, os meus interlocutores se dividem em dois grupos quando a questão é a política angolana. Um grupo é extremamente crítico ao MPLA, ao José Eduardo dos Santos e defende que se Jonas Savimbi¹³² tivesse vencido as eleições ou a guerra civil (1975-2002) o futuro do país natal seria diferente. O segundo grupo é crítico ao MPLA e a José Eduardo dos Santos, mas reconhece que até a década de 1980 Angola tinha estrutura social que atendia boa parte da população angolana. Uma crítica que os dois grupos convergem é sobre a imagem construída de Jonas Savimbi pelo MPLA. Segundo os interlocutores a imagem de Savimbi era veiculada como um bárbaro, inculto e sanguinário o que seria resultado da construção do imaginário social realizada pelo MPLA¹³³.

Jorge: E essa aproximação do Consulado de um ano pra cá, fazendo atividade na Maré?

Xumane: Isso nunca teve, realmente nunca teve, isso é bom, é bom. Porque os angolanos que aqui vivem precisam de ter seus documentos correto, para se identificar. Agora, não é que ele é bom, não porque bom fazendo isso. Porque ele está fazendo o sue dever como um funcionário dos angolanos. Somos o patrão dele. Ele não é bom porque nós pagamos para ele fazer isso. Agora, que é bom que os angolanos estão tendo seus documentos, é bom. No outro ponto porque está se fazer isso? É porque agora em Angola tem um partido da oposição que também já se faz sentir. Então, como é um processo eleitoral eles agora precisam correr atrás um pouco de voto ou talvez do... Não, do voto até não, porque o angolano aqui não vota, entendeu. Mas, o cartão consular que se faz é como se fosse um voto automático. Então, dando os documentos a todos angolanos e aos filhos dos angolanos, eles primeiro precisam ter um cartão consular. Então, com esse cartão consular se dá já torna-se um voto automático, entendeu. Então, é bom chegar nas comunidades chamar aquele que nunca tinha cartão consular para se transformar em um voto automático. E assim beneficia o partido no poder. (Entrevista realizada em 21 nov. 2015).

¹³² Jonas Savimbi foi o líder da UNITA. A UNITA foi um grupo político militar inimigo do MPLA. Jonas Savimbi foi assassinado em 2002. A sua morte abriu caminho para o fim da guerra civil angolana.

¹³³ O MPLA controlava e ainda controla os principais meios de comunicação angolanos, em especial na capital Luanda.

Ao questionar Xumane sobre a rearticulação do Consulado angolano no Rio de Janeiro, o rapper e produtor musical responde que realmente é algo novo. O consulado angolano nunca tinha agido dessa forma. Xumane até considera que ação de emitir documentos para os *angolanos* é uma ação benéfica. Entretanto, como os demais conterrâneos o rapper é cético enquanto as reais intenções do órgão diplomático com essa ação. Para Xumane o real objetivo do governo angolano é conseguir mais votos para as eleições que ocorrerão no ano de 2017¹³⁴. Lica também me confessou que o interesse do consulado com a aproximação das comunidades angolanas no Rio de Janeiro era o pleito eleitoral.

A análise feita por Xuamane é que o governo de José Eduardo dos Santos está temeroso enquanto ao crescimento de um partido de oposição em Angola. Esse partido, segundo Xumane e mais um interlocutor possui chances de vencer as eleições de 2017. Portanto, a movimentação do MPLA com a emissão de documentos tem como propósito angariar votos fora do país para evitar uma derrota eleitoral. A tese de Xumane é que o cartão consular significa um voto automático no MPLA, o partido do atual governo. A princípio me parece uma afirmação mais conspiratória do que factível¹³⁵. Um argumento uníssono entre os meus interlocutores é a desconfiança com a aproximação do Consulado. Cada um aponta um motivo que estaria por trás dessa aproximação.

Em 2004 o produtor musical fugiu do Brasil, devido à perseguição do governo angolano. A preocupação de Xumane com sua segurança não é exagerada. Em 2002 aconteceu um episódio que ganhou ampla repercussão nos meios de comunicação. Um jovem de 27 anos de apelido “Cherokee” foi espancado e assassinado. Os assassinos eram os guardas presidenciais de José Eduardo dos Santos. Os guardas presidenciais ouviram o jovem cantarolando uma música do rapper MCK, o que motivou o espancamento seguido de assassinato. A música chama-se “A Técnica, as Kausas e as Konsekuências”, que faz críticas ao presidente angolano, ao seu partido MPLA e convoca a população angolana se libertar da “escravidão moderna” (FONSECA, 2014). Segue abaixo a foto de Xumane na manifestação fotográfica “Eu sou

¹³⁴ Outros interlocutores são céticos enquanto a possibilidade de o MPLA e o José Eduardo saírem derrotados nas eleições de 2017. Segundo Badharó, só haverá mudança política em Angola, quando o atual presidente morrer.

¹³⁵ Acredito que a afirmação do rapper e produtor musical é conspiratório, pois os votos que o governo angolano conseguiria a partir dos angolanos residentes no exterior teria pouca incidência no resultado da eleição. Já que a população angolana é de 20 milhões de habitantes.

Ganga, exijo justiça”, por justiça ao assassinato do engenheiro Manuel Hilbert de Carvalho Ganga¹³⁶ em 2013, quando Ganga colava cartazes em Luanda.

Fotografia 9 – Cartaz de campanha “Eu sou Gaga. Exijo justiça a todos”



Fonte: perfil de Xumane Mos Califa no Facebook, 2014

Os problemas enfrentados por MCK para embarcar para o Brasil, o assassinato do jovem Cherokee e a perseguição do SINFO a Xumane remetem as técnicas de silenciamento agenciadas pelo governo angolano. Os principais meios de comunicação em Angola são controlados pelo MPLA, dos canais de televisão três pertencem ao governo e os outros dois são brasileiros: Rede Globo de Televisão e a TV Record (BARBOSA, 2008). Logo, há poucos meios de comunicação em que os opositores possam criticar o governo. Nesse sentido, a internet e os novos meios de comunicação detêm um papel fundamental na divulgação de ideias, críticas e posicionamentos contrários aos veiculados pelos meios de comunicação tradicional. Um desses veículos que fazem críticas ao governo angolano é o portal Angodiaspora. Xumane publicou um artigo nesse portal em que crítica uma lei aprovada no legislativo angolano¹³⁷.

Na internet a expressão simbólica permanece mediaticamente disponível a ser ressuscitada com um simples click. As ações passam do espaço público para o ciberespaço público, gerando visualizações, partilhas e comentários. Eis aqui um exemplo ativista que se pode ver na internet, cruzando linguagens como o vídeo, a dança, a música, a performance, a representação etnográfica ou a intervenção político-social [...] (MOURÃO, 2015, p. 54).

¹³⁶ O engenheiro Manuel Hilbert de Carvalho Ganga foi assassinado por policiais com dois tiros, quando colocava cartazes no Estádio dos Coqueiros, perto da residência presidencial. Os cartazes pediam justiça pelo assassinato de dois rapazes pela Polícia nacional. O governo alegou que os policiais agiram em legítima defesa. Manuel Hilbert era um ativista dos direitos humanos.

¹³⁷ Ver: MOS CALIFA. [Texto de Xumane Mos Califa para o site Angodiaspora]. Angodiaspora.com, Bruxelas, [20--?]. Disponível em: <http://www.angodiaspora.com/en/83-actualite-de-baixo/920-texto-xumane-mos-califa.html>. Acesso em: 15 maio 2016.

Ao longo do trabalho de campo praticamente todos os interlocutores mais próximos são críticos ao governo angolano. As críticas vão desde a extravagância da família presidencial¹³⁸, da invasão dos chineses em Angola até o longo período em que José Eduardo dos Santos está no poder (37 anos) e dos vários casos de corrupção¹³⁹. No último dia do festival Terra do Rap foi realizada uma homenagem aos 15 ativistas *angolanos* presos acusados pelo governo de planejarem um golpe de Estado, no mesmo dia em que o rapper MCK se apresentou no festival. O palco foi decorado com as fotos dos 15 jovens ativistas¹⁴⁰. Um dos ativistas presos é o rapper angolano Luaty Beirão, famoso por compor músicas, abordando os problemas sociais angolanos e críticas ao governo de José Eduardo Santos. O rapper fez uma greve de fome por 36 dias, com o propósito de dar viabilidade à prisão arbitrária dos ativistas. Uma campanha pela liberdade dos ativistas chamada “15 + 1”¹⁴¹ teve adesão de artistas, intelectuais, músicos, escritores entre outros. Inclusive Xumane gravou um vídeo direcionado ao presidente angolano em que pedia a libertação dos jovens ativistas. Abaixo a arte panfletária feita a partir das fotos na manifestação pela libertação dos ativistas presos. Participei dessa manifestação que ocorreu em frente ao Consulado angolano no Rio de Janeiro em outubro de 2015.

¹³⁸ Uma das histórias que me foram contadas é da visita da primeira-dama angolana ao Brasil. Segundo a história, primeira-dama teria dado US\$ 100 dólares de gorjeta para cada funcionário do hotel. Em 2014, Isabel dos Santos, filha do presidente de Angola, foi apontada pela revista Forbes como a mulher mais rica da África.

¹³⁹ A Operação lava-jato apontou uma operação de lavagem de dinheiro e caixa dois de campanha que envolvia o Partido dos Trabalhadores, o MPLA e a Odebrecht. Ver: FELLET, João. Odebrecht, Lula e uma campanha de US\$ 50 mi: as peças do 'quebra-cabeça' de João Santana em Angola. *BBC Brasil*, [s. l.], 26 fev. 2016. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160223_odebrecht_angola_jf. Acesso em: 15 maio 2016.

¹⁴⁰ Em junho de 2015, 15 jovens angolanos foram presos sob acusação de planejarem um golpe de Estado contra o presidente angolano José Eduardo dos Santos. Várias denúncias relativas à arbitrariedade da acusação e da prisão dos jovens foram feitas por entidades de direitos humanos. Em novembro de 2015, duas semanas antes do julgamento, participei de uma manifestação em defesa da liberdade dos 15 jovens em frente ao Consulado Geral de Angolano, no Centro do Rio.

¹⁴¹ A acusação do governo angolano é a de que os 15 jovens planejavam um golpe de Estado. Os jovens alegam, que quando foram presos estavam reunidos em uma livraria discutindo o livro *Da ditadura à democracia*.

Fotografia 10 – Arte panfletária



Fonte: perfil de Xumane Mos Califa no Facebook, 2015.

Os rappers Luaty Beltrão, MC Katrogi e Xumane, para não citar outros, são sujeitos políticos de importância na contestação do regime político em Angola, da censura e da liberdade de expressão, segundo António (2013).

As novas universidades, por outro lado, pertencem a pessoas vinculadas ao governo. Nelas é comum contar com a presença de agentes à serviço do governo para acompanhar o desenvolvimento das aulas. Observou-se que a partir das universidades emergiram os novos contestatários e promotores de manifestações concretizadas na vigência da Terceira República, sendo eles em sua maioria jovens, rappers, filhos de militantes e/ou ex-militantes da UNITA, mas sobretudo do MPLA. Integram igualmente estes grupos, jovens vinculados às novas forças políticas surgidas a partir da Segunda República. (ANTÓNIO, 2013, p. 118).

Um rápido histórico de Angola contribui para elucidar como foi estruturada a jovem República africana. Angola conquistou a independência em 1975, como as demais colônias portuguesas na África. Entretanto, existiam três grupos político-militares em disputa pela hegemonia política Angola, resultando em uma longa guerra civil. Os grupos políticos: Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA), União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Desde a independência, o MPLA foi o principal e mais poderoso grupo político-militar e manteve a capital Luanda sobre seu domínio, como também os principais meios de comunicação. Esse período é conhecido como a Primeira República (1975-1991), esse período é caracterizado pelo monopartidarismo (MPLA), autoritarismo e guerra civil (ANTÓNIO, 2013).

Em 1991, o MPLA e a UNITA assinaram os Acordo de Bicesse, estabelecendo a paz e a realização de eleições em Angola. Uma Lei de Anistia também foi assinada, eximindo a condenação de membros da UNITA, MPLA e FNLA. A partir de 1991 teve início a Segunda República (1991-2010) ou período multipartidário. Em 1992, ocorreram eleições em Angola e o MPLA saiu vitorioso do pleito eleitoral. A UNITA acusou o MPLA de promover fraude sistemática, militarização e de não permitir o acesso aos meios de comunicação controlados pelo governo. Os impasses e as acusações mútuas resultaram no reinício da guerra civil, tendo os conflitos iniciados em Luanda. Em 2002 a morte do líder da UNITA Jonas Savimbi resultou na assinatura do Memorando de Luena, colocando fim à guerra civil. (ANTÓNIO, 2013).

Em 2008 aconteceram eleições legislativas e em 2010 a promulgação da Constituição. Mesmo com avanços democráticos a Segunda República ainda manteve cerceamento de liberdade, censura, perseguição a jornalistas e políticos de oposição. Desde a promulgação da Constituição em 2010, é marco do início da Terceira República. Nas eleições gerais de 2012, José Eduardo dos Santos foi reeleito presidente de Angola, para um mandato de 5 anos. Na Terceira República ainda permanecem ações e práticas antidemocráticas e violações aos direitos humanos ainda são acionadas e utilizadas pelo governo angolano. Os recentes casos como a prisão arbitrária dos 15 jovens ativistas e o assassinato do engenheiro Gaga e a proibição temporária de viagem do MCK demonstram a permanência do cerceamento da liberdade de expressão no país africano. Na Terceira República, o Estado de direito, os direitos políticos e as liberdades individuais ainda são cerceados pelo regime político angolano (ANTÓNIO, 2013).

Desde os primeiros encontros Xumane fez críticas contundentes ao governo angolano, o que ele, como outros conterrâneos, consideram uma ditadura. A tese defendida pelo rapper é de que a sucessão do poder colonial para a independência foi controlada e organizada por Portugal. Segundo ele, tanto Agostinho Neto como José Eduardo dos Santos¹⁴² foram líderes formados em Portugal com o propósito de futuramente dirigem Angola no período pós-independência¹⁴³. Ele defende que esse não foi um caso restrito a Portugal, mas também nos demais países africanos. Em uma das músicas Xumane declara os políticos do MPLA como os *pulas*, que dominam a nação.

¹⁴² José Eduardo dos Santos realizou seus estudos universitários na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

¹⁴³ Na Casa dos Estudantes do Império (CEI) em Coimbra estudaram líderes africanos pela descolonização como: Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Joaquim Chissano e Marcelino dos Santos.

Para compreender como o *rap* é uma manifestação cultural de grande importância nas críticas políticas, é necessário voltar às origens do movimento *hip-hop*. O movimento *hip-hop* é estruturado em quatro elementos: o *grafitti* (expressão visual), o *break* (dança), o *rap* (ritmo e poesia) e MC (mestre de cerimônia) cantor de *rap*. Apesar de alguns militantes do movimento reivindicarem que o *hip-hop* tem a origem na África e teriam chegado aos Estados Unidos, o movimento nasceu nos bairros pobres e periféricos de Nova York nas décadas de 1970. Esses bairros tinham uma composição étnica formado por negros norte-americanos, hispânicos e afro-caribenhos, em especial os jamaicanos (ROSE, 1997)

Foram jovens negros, hispânicos e afro-caribenhos os fundadores do movimento *hip-hop*, jovens residentes em bairros marginalizados, atingidos por uma brutal diminuição dos investimentos estatais e desempregados devido à reestruturação da economia. As letras dos *rap* eram críticas a violência policial, a discriminação racial, críticas sociais e em valorização da cultura e beleza negra. A década de 1970 foi o período de ascensão do movimento *Black Power*. Existiu no movimento *hip-hop* uma busca pela conscientização.

No Brasil, o movimento ganhou força na década de 1980, um período de profunda crise econômica, altos índices de desemprego e o fim do regime ditatorial que permaneceu por 21 anos no poder. São Paulo foi o epicentro do movimento *hip-hop*, em especial a periferia paulista. São jovens negros e pardos os pioneiros do *rap* no Brasil e conseqüentemente suas letras abordavam questões relativas ao cotidiano desses jovens como violência, pobreza, desemprego, tráfico, Primeiro Comando da Capital (PCC) e racismo.

O grupo de rap RACIONAIS MC'S é um dos mais famosos grupos de rap do Brasil. O grupo é formado por rapazes negros oriundos da periferia de São Paulo. Ao analisar as letras do grupo RACIONAIS MC's, os temas são sobre as experiências vivenciadas pelos jovens moradores de periferia. O sucesso do grupo de *rap* paulistano pode ser explicado por suas letras traduziram de maneira fidedigna as experiências e vivências dos jovens de periferia das grandes metrópoles brasileiras. O rap tem claramente um compromisso político, que busca denunciar as questões sociais e políticas da periferia.

Mas o paradoxo era mais profundo: conforme escutei melhor o rap dos Racionais MC's, ainda nesse início de carreira, não me foi difícil notar que suas primeiras letras pressupunham, ao contrário das últimas, uma saída possível pela extensão da cidadania às periferias. A ruptura trazida pela sonoridade de armas de fogo, denunciando segregação radical em tempos "democráticos", simultaneamente pressupunha um ideal normativo de integração das periferias a uma comunidade moral mais ampla. Daí sua condição de enunciado de fronteira; daí sua politicidade. (FELTRAN, 2012, p. 46).

O *rap* para os imigrantes *angolanos* é uma manifestação cultural crítica e política e reflexo daqueles que produzem esse ritmo musical. São jovens e homens de meia idade, nascidos em meio a guerra civil, que acreditam em mudanças políticas em seu país. Utilizam dos novos meios de comunicação para divulgar suas músicas, o qual parte delas são críticas ao regime político angolano. Os novos meios de comunicação são relevantes devido a censura e poucos meios de comunicação não controlados pelo regime político. No Brasil, Xumane e Badharó são representantes dessa geração do rap angolana. Jovens oriundos dos *musseques* angolanos e emigrados em meio a guerra civil. Com destaque para Xumane por produzir letras mais radicais e ácidas, além de ter sido perseguido pelos agentes do SINFO.

O rapper e produtor musical Xumane, é um personagem singular na comunidade angolana do Rio de Janeiro. Essa notoriedade de sua personalidade é construída a partir das suas posições críticas e seu discurso ao governo de seu país, as suas letras de *rap* críticas ao sistema político, ao racismo e sua defesa da África. Acredito que foram essas posições os quais contribuíram para que desde o primeiro dia de trabalho de campo Xumane fosse apontado pelos seus compatriotas como uma pessoa importante para a minha pesquisa. A partir dos seus *raps*, dos textos e da sua atuação política Xumane é uma liderança intelectual.

CONCLUSÃO

Ao iniciar minha pesquisa de mestrado em 2014, os principais pontos que seriam analisados relativos aos angolanos na Maré eram: racismo e xenofobia. Pretendia analisar como o grupo étnico enfrentava e resistia a esses dois processos. Esse meu projeto inicial foi formulado a partir do documentário em que Badharó classifica o Brasil como o país mais racista do mundo e o assassinato da jovem angolana Zulmira em São Paulo¹⁴⁴, crime que tinha indícios de xenofobia e racismo. E, a partir bibliografia que li sobre os *angolanos* no Brasil, acreditava que esses dois pontos seriam fundamentais para minha pesquisa de mestrado.

Ao iniciar o trabalho de campo, o racismo sempre foi um assunto transversal nas minhas conversas com os interlocutores. Contudo, não era uma questão tão latente como eu presumia antes de iniciar a etnografia. Casos de racismo eram invariavelmente relatados, porém outras questões como trabalho, disputas internas, criminalização, tráfico de drogas, consulado, política angolana eram presentes e mobilizavam os interlocutores. Em menos de seis meses de pesquisa, o racismo não configurava mais como uma questão de suma importância para o meu trabalho. Não só o racismo como também a xenofobia.

O racismo não era uma questão tão evidente para a maioria dos interlocutores, mas para um interlocutor o racismo era de extrema importância. Xumane se revelou como um exímio debatedor e crítico do racismo à brasileira. Sua vivência dos Estados Unidos e seus estudos contribuíram para o seu posicionamento político crítico e radical ao racismo presente na sociedade brasileira. A singularidade do discurso de Xumane em relação ao racismo e a política angolana contribuíram para analisar a sua trajetória e seu discurso no capítulo 3. Ele é respeitado e admirado pelos seus conterrâneos, o que se deve ao seu discurso e sua militância política crítica ao governo de seu país. Sua militância está refletida em suas músicas que têm como tema o racismo e a política angolana. Desse modo, o rapper e produtor musical configura-se como uma liderança intelectual dos *angolas* na Maré.

Ao mesmo tempo em que o planejamento inicial de pesquisa foi paulatinamente alterado, novas questões surgiram. Em especial, a acusação de que os *angolanos* eram associados com o tráfico de drogas da Maré e que muitos teriam emigrado para o Brasil para fornecer treinamento de guerrilha aos traficantes de drogas. Muitos amigos e colegas, durante todo o tempo, me questionavam se esse mito era verdadeiro. Esses questionamentos

¹⁴⁴ Zulmira foi uma jovem angolana assassinada em São Paulo, no bairro do Brás em 2012. O crime ocorreu depois de um grupo angolanos terem sido vítimas de racismo.

contribuíram para que me debruçasse sobre essa questão, não no sentido de provar que os *angolanos* eram ou não associados ao tráfico de drogas, mas no sentido de analisar como essas acusações foram construídas e como produziram uma criminalização desse grupo étnico; além de analisar os efeitos produzidos pelas acusações como a criminalização, as operações policiais com foco no grupo étnico e o estigma.

As acusações que foram amplificadas pelos meios de comunicação em massa contribuíram para estigmatizar ainda mais a categoria *angolanos*. O processo de criminalização que ocorreu com esse grupo étnico ao longo da década de 2000 foi uma identificação criminalizante e estigmatizante produzida pelo Estado, que classificou o grupo étnico como criminosos (NOIRIEL, 2007). As acusações, matérias e notícias veiculadas pelos grandes meios de comunicação em massa construíram uma representação social dos *angolanos*, especialmente os que residem na Maré como criminosos, bandidos em potencial ou pertencentes às “classes perigosas” (COIMBRA, 2001).

A categoria *angolanos* que já tinha sido acusada de trazer para o Brasil um novo vírus da Aids pelo Estado em 1992. A categoria *angolanos* era acionada em um programa humorístico de forma pejorativa e, a partir dos anos 2000, passou a ser associada com a “violência urbana” devido as acusações. A construção da categoria *angolanos* só foi possível devido a algumas questões como a criminalização dos moradores de favela, o racismo institucional e associação dos negros com a criminalidade e a identificação dos africanos com questões negativas como guerra, AIDS e pobreza. Como apontam Vargem e Malomalo (2015) os africanos no Brasil são vítimas de dupla discriminação por serem negros e africanos. Uma associação ainda presente no imaginário social da população carioca e fluminense, como também em setores da Polícia do Rio de Janeiro, como indica os vários questionamentos que me foram feitos sobre a veracidade dessa questão.

O período em que as acusações eram intensas e as operações policiais com foco nos *angolanos* eram realizadas – o que chamo de “perigo” – foi um período em que os *angolanos* acionaram o órgão consular para autodefesa. Mesmo sem a comprovação das acusações, os imigrantes africanos necessitaram se organizar para comprovar que não eram criminosos. Deste modo, foram até o Batalhão para fazerem um cadastro com o propósito de comprovarem a inocência, a busca pela *limpeza moral*. Esse cadastramento não evitou que novas acusações ao longo da década de 2000, o que demonstra a dificuldade em desconstruir a associação entre o grupo étnico e a associação com o tráfico de drogas; o que é a mesma dificuldade encontrada pelos moradores de favelas ou territórios de violência, que constantemente buscam a limpeza moral para não serem classificados como bandidos ou potenciais bandidos (LEITE, 2008).

Se no início dessa dissertação apresento uma análise sobre a categoria *angolanos*, que é uma categoria desabonadora e criminalizante, no último capítulo apresento a categoria *angolas*, que pode ser compreendida como o alter-ego da categoria *angolanos*. Pois, se a categoria *angolanos* é depreciativa, desabonadora, negativa e criminalizante, a categoria *angolas* é positiva e valorosa. É uma categoria disputada pelos imigrantes africanos residentes na Maré, que inclusive delimitam fronteiras étnicas para delimitar quem pode ou não acionar tal categoria. Portanto, a categoria *angola* é a que representa e identifica positivamente o grupo étnico no Conjunto de favelas.

Durante o trabalho de campo, em algumas ocasiões, pude avaliar como essa categoria positiva é acionada pelos imigrantes africanos e os moradores da Maré. Os *angolas* representam os *angolanos* que residem na Maré, em geral ressaltando os pontos positivos desse grupo étnico. Logo, as ações e atitudes que os *angolanos* sentem orgulho em praticar na Maré recebem tais nomes como: “Pagode dos angolas”, “time dos angolas”, “Bar dos angolas”, entre outros. Tanto os *angolanos* se identificam como a categoria *angola*, como os moradores, vizinhos e até instituições, como do país Natal, o Consulado e a TPA acionam a categoria *angola*.

Os *angolas* da Maré identificam de maneira positiva o grupo étnico residente naquela localidade. Contudo, por ser uma categoria que identifica de maneira positiva o grupo étnico é também uma categoria disputada pelos grupos, facções e redes sociais internas ao grupo. Os *angolas*, como um grupo social, tem suas divisões internas e as disputas pela liderança, e, por ser reconhecido na Maré, é disputado por forças internas e externas. Os líderes através de suas redes sociais agenciam a liderança do grupo étnico, porém um grupo que não é coeso, e, portanto não tem uma liderança que possa responder ou se autointitular como líder ou chefe dos *angolas*. Os *angolas* é um grupo social heterogêneo com lideranças e interesses distintos, o que resulta em disputas e rivalidades.

As fronteiras étnicas são acionadas para classificar quem é *angola* e quem não é *angola* (BARTH, 2000). Desta maneira, acusações, manipulações, argumentos morais e fofocas são utilizados e produzidos para substanciar as fronteiras étnicas. Quando um *angolano* defende que um conterrâneo não é *angola*, na verdade ele busca, com exclusão, reivindicar valores e identidades que identificam que é pertence ao grupo étnico. A ação de definir quem pertence ou não ao grupo tem como objetivo interesses individuais e muita das vezes relacionadas aos interesses com as forças internas e externas. A busca pelo posto de líder dos *angolas* é permeada pelos agenciamentos da polícia, do tráfico de drogas e pelo Consulado.

Um ponto relevante para a pesquisa é relação trabalho informal, globalização popular não hegemônica e ilegalismos. Os imigrantes africanos da Maré fazem parte das camadas

populares da população brasileira. Uma bibliografia vasta já abordou como as camadas populares organizam e agenciam os chamados ilegalismos populares (TELLES, 2010), especialmente nos últimos anos em que o trabalho formal e instável é cada vez mais rarefeito. Nesse cenário econômico e político em que o desemprego é uma situação rotineira para as camadas populares, não só ao desemprego, como às passagens por trabalhos informais, precários e temporários, as camadas populares recorrem à viração para sobreviver em períodos cada vez mais longos de desemprego.

Essa situação econômica, social e política produziu efeitos como as práticas informais, ilícitas e ilegais, atividades econômicas que estão localizadas nas dobras do legal e ilegal. São atividades econômicas acionadas pelas camadas populares quem vão desde a venda de produtos falsificados, passando por empregos informais em obras ou no em lojas ou restaurantes e até mesmo o trabalho em atividades ilegais como o tráfico no varejo e outras atividades criminosas. Contudo, a instabilidade dessas atividades econômicas faz com que a circulação por essas atividades seja algo constante. A chamada “mobilidades laterais” (RUGGIERO; SOUTH, 1997) é o conceito que atribui essa circularidade das camadas populares por essas atividades nas fronteiras porosas do legal e ilegal.

Os meus interlocutores pertencentes as camadas populares circularam e circulam por essas atividades econômicas como o trabalho informal nas construções, como camelôs, como vendedores informais (*mukunza*) (PETRUS, 2001), como praticantes do “171” e até mesmo invariavelmente no tráfico de drogas no varejo. Foram vários dos meus interlocutores que praticaram e ainda praticam tais atividades, que só são possíveis a partir da intensa troca de “mercadorias políticas” com os agentes do Estado (MISSE, 2011), pois são eles que, através de “mercadoria políticas” como chantagem, suborno e extorsão, permitem que tais atividades possam ser praticadas e, desta maneira, o número considerável de mercadorias, pessoas e produtos falsificados possa circular por fronteiras internacionais. É importante ressaltar que essa circulação vultosa não está limitada ao Brasil, mas ultrapassa as fronteiras nacionais e também envolvem imigrantes e refugiados de diferentes nacionalidades, incluindo os *angolas* (FREIRE, 2015). Essa intensa circulação de mercadorias e pessoas é o que configura a globalização popular não hegemônica (RIBEIRO, 2010).

A globalização popular não hegemônica é a globalização que é praticada por pequenos atores, que podem ser sacoleiros, camelôs e pequenas empresas. Esses atores mobilizam redes sociais que conseguem movimentar inúmeras mercadorias e pessoas por diversas fronteiras. As redes conseguem transportar produtos de origem duvidosas, falsificados ou contrabandeados para mercados populares na China, Brasil ou Paraguai. Os *angolas* da Maré fazem parte da

globalização popular agenciando a compra de produtos para serem vendidos na Uruguaiana, na Maré ou mesmo enviando produtos para serem vendidos no país natal.

A atividade ilegal do “171” foi uma atividade ilegal praticada por uma parte comunidade angolana. Essa atividade me foi revelada pessoalmente por um interlocutor e por meio do livro por Ivo Domingos. Essa atividade ilegal que vigorou durante tanto tempo devido a não configurar como uma atividade dentro do campo chamado de “violência urbana”, além de ser uma atividade ilegal que era agenciada com as forças policiais através da troca de “mercadorias políticas”, em especial a extorsão. Como demonstram as trajetórias de Ivo Domingos e Roberto, a prática do “171” era instável, pois os acertos e desacertos com as força policiais interrompiam o funcionamento da atividade. Contudo, a atividade não era definitivamente abandonada, mas era suspensa por um determinado período até que novas oportunidades pudessem permitir o retorno das atividades.

A minha pesquisa trouxe à tona como um grupo étnico foi criminalizado pelo Estado e passou a ter uma representação social negativa e desabonadora por parte da população carioca. Ao mesmo tempo, esse grupo étnico que foi criminalizado pelo Estado construiu uma categoria positiva e valorosa na Maré, a categoria *angolas*. A categoria *angolas* que representa os *angolanos* residentes na Maré é um motivo de orgulho para o grupo étnico. Entretanto, por ser uma categoria legitimada e positiva, é uma categoria disputada, que gera disputas internas pelo *status* de líder ou “chefe dos angolas”. Os líderes recorrem às fronteiras étnicas para classificar quem pode ou não ser classificado como *angola*. Essa demarcação de fronteiras tem como propósito desqualificar os rivais dentro da disputa interna, analisando a circulação dos *angolanos* por trabalhos informais, precários, por atividades ilegais e até pelo pequeno tráfico de rua. Essa circulação por esses trabalhos é semelhante à circulação dos trabalhadores pobres urbanos no Brasil.

Os angolas são africanos e favelados. Constituem um grupo étnico consolidado e atuante no Conjunto de favelas da Maré. A representação desse grupo pode ser estigmatizante ou positiva. Contudo, *os angolas* são reconhecidos, agenciados e disputados.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

AGUALUSA, José Eduardo. *A Rainha Ginga: e de como os africanos inventaram o mundo*. Lisboa: Quetzal, 2014.

ALAGADOS. Intérprete: Paralamas do Sucesso. Compositores: Bi Ribeiro, Herbert Vianna, João Barone. In: SELVAGEM?. Intérprete: Paralamas do Sucesso. [S. l.]: Emi-Odeon Brasil, 1986. 1 disco vinil, Lado A, faixa 1.

ALVITO, Marcos. Um bicho-de-sete-cabeças. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. (org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 181-208.

ANDRADE, Carlos Drummond de. [Trecho de] A noite dissolve os homens. In: ONDJAKI. *Bom dia camaradas*. Rio de Janeiro: Agir, 2006. p. [7].

ANGOLA: cronologia das manifestações. *Esquerda*, Lisboa, 27 dez. 2013. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/angola-cronologia-das-manifesta%C3%A7%C3%B5es/30739>. Acesso em: 15 maio 2016.

ANGOLA exige desculpas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 fev. 2000. Rio, p. 15. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=dataDescendente&allwords=angolanos+na+Mar%C3%A9&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2000&mesSelecionado=2>. Acesso em: 15 maio. 2016.

ANGOLANO é morto a facadas na Vila do João. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 mar. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/angolano-morto-facadas-na-vila-do-joao-em-bonsucesso-2812061>. Acesso em: 15 maio 2016.

ANGOLANO ligado ao tráfico é preso com metralhadora no Complexo da Maré. Último Segundo IG, 15 jun. 2011. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/angolano-ligado-ao-trafico-e-preso-com-metralhadora-no-complexo-da-mare/n1597030540330.html>. Acesso em: 15 maio 2016.

ANGOLANOS podem ir para agrovilas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 fev. 2000. Rio, p. 15. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=dataDescendente&allwords=angolanos+na+Mar%C3%A9&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2000&mesSelecionado=2>. Acesso em: 15 maio. 2016.

ANISTIA INTERNACIONAL. Jovem negro vivo. *Anistia Internacional*, [s. l.], 2014. Disponível em: <https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>. Acesso em: 15 maio 2016.

ANTÓNIO, Nelson Domingos. *Transição pela transação: uma análise da democratização em Angola*. 2013. Tese. (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:

<https://www.bdt.uerj.br:8443/bitstream/1/12406/1/tesenelsonantonio.pdf>. Acesso em: 15 maio, 2016.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGpp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2016.

ARAÚJO, Vera. Angolanos estariam treinando traficantes do Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 abr. 2004. Rio, p. 35. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=dataDescendente&allwords=angolanos+na+Mar%C3%A9&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2004&mesSelecionado=4>. Acesso em: 15 maio 2016.

UM ARRASTÃO no ‘comando azul’. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 dez. 2006. Rio, p. 16. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=dataDescendente&allwords=angolanos+na+Mar%C3%A9&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2006>. Acesso em: 15 maio 2016.

UM ARSENAL de armas artesanais. *O Dia*, Rio de Janeiro, 7 mar. 2007.

BARBOSA, Luciene Cecilia. *As representações das relações raciais na telenovela brasileira Brasil e Angola: caminhos que se cruzam pelas narrativas da ficção*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-19092011-102810/publico/TESE_LucieneCeciliaBarbosa.pdf. Acesso em: 15 maio 2016.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 171-204.

BARROS, Jorge Antonio. Uma história mal contada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 fev. 2000. Opinião, p. 7. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=dataDescendente&allwords=angolanos+na+Mar%C3%A9&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2000&mesSelecionado=2>. Acesso em: 15 maio 2016.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Violência, povo e polícia: violência urbana no noticiário de imprensa*. São Paulo: Brasiliense: CEDEC, 1983.

BERTELLI, Giordano Barbin. Errâncias racionais: a periferia, o RAP e a política. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, n. 31, p. 214-237, set./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222012000300010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/4W4GXXnwGYDFVY6tSMV8gJj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2016.

BIRMAN, Patrícia. Favela é comunidade? *In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (org.). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 99-114.

BOECHAT, Isabel. Angolano que seria instrutor do tráfico é preso na Zona Oeste. *Extra*, Rio de Janeiro, 19 ago. 2009. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/angolano-que-seria-instrutor-do-trafico-preso-na-zona-oeste-393823.html>. Acesso em: 15 maio 2016.

BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando “amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões”. *In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p.205-234.

BRASIL. *Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código penal. Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 15 maio 2016.

BUMBA, Ivo Domingos. *O fugitivo*. São Paulo: Editora Comunicar, 2016.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EdUSP: Editora 34, 2000.

CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CANO, Ignacio. Viés racial no uso de força letal pela polícia no Brasil. *MPMG Jurídico*, Belo Horizonte, v. 1, p. 17-25, 2014.

CASO dos angolanos termina em samba. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 fev. 2000. Rio, p. 14. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=dataDescendente&allwords=angolanos+na+Mar%C3%A9&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2000>. Acesso em: 15 maio 2016.

CERQUEIRA, Sofia. Moradores denunciam área onde angolanos treinariam traficantes. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 fev. 2000. Rio, p. 18. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=2&ordenacaoData=dataDescendente&allwords=angolanos+na+Mar%C3%A9&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2000&mesSelecionado=2>. Acesso em: 15 maio 2016.

CÉSAR nega acusação de discriminação. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1993.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

COMITIVA de Angola visita Assembléia. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 jul. 2005. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=313231>. Acesso em: 15 maio 2016.

CONSULADO Geral de Angola, leva TPA Internacional na favela da Maré no Rio de Janeiro. [S. l.; s. n.], 2015. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal Cabingano Vidal Manuel. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LyugoRtTITk>. Acesso em: 15 maio 2016.

COSTA, Luciano Rodrigues. A construção da precariedade: o setor da construção civil no Brasil e na França. In: PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva (org.). *Ilegalismos na globalização: migrações, trabalho, mercados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015. p. 171-186.

DAMASCENO, Caetana Maria. “Em casa de enforcado não se fala em corda: notas sobre a construção social da boa aparência no Brasil”. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn (org.) *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 165-199.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. (ed.) *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fe, NM: School of American Research Press; Oxford: James Currey 2004.

DELFIN, Rodrigo Borges. Após sofrerem ofensas racistas, estudantes estrangeiros são agredidos pela PM em SP. *Migra Mundo*, [s. l.], 2 abr. 2015. Disponível: <http://migramundo.com/2015/04/02/em-ofensas-racistas-estudantes-estrangeiros-em-agredidos-pela-pm-em-sp/>. Acesso em: 15 maio 2016.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p.100-122, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2016.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESCÓSSIA, Fernanda da. Chacina de Costa Barros: por que são as famílias que têm de dar explicações? *BBC Brasil*, [s. l.], 2 dez. 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151202_rio_jovens_mortos_fe_hb. Acesso em: 15 maio 2016.

ESCÓSSIA, Fernanda da; PONTES, Fernanda. Guerra do tráfico deixa 6 mortos no Rio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 fev. 2000. Caderno Campinas, p. 15. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=14516&anchor=683143&origem=busca&originURL=&pd=6a922accfe735b3cfc4c2f2bb2499b8>. Acesso em: 15 maio 2016.

EU sou a selva. Intérprete: Mos Califa. Compositor: Mos Califa. [S. l.: s. n., 201-?].

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, 1965.

FONSECA, Dagoberto José. Cooperando com a África: Portugal e Brasil: o papel das universidades e de outras redes socioculturais, o caso de Angola. *O público e o privado*, v. 12, n. 23, p. 55-72, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2556/2331>. Acesso em: 15 maio 2016.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FRY, Peter. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREIRE, Aluizio; MARTINS, Marco Antônio. Tráfico contrata mercenários. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 fev. 2000. Cidade, p. 15. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_12&pagfis=2714. Acesso em: 15 maio 2016.

FREIRE, Carlos. Os mercados populares do centro de São Paulo: dispositivos comerciais globalizados. In: PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva (org.). *Illegalismos na globalização: migrações, trabalho, mercados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015. p. 287-303.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia e Schmidt, 1933.

GALINDO, Rogerio. Agressões a haitianos mostram o pior de Curitiba: racismo e intolerância. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 21 out. 2014. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/caixa-zero/agressoes-a-haitianos-mostram-o-pior-de-curitiba-racismo-e-intolerancia/>. Acesso em: 15 maio 2016.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GENTE da Banda: registro em massa comunidade da Maré. [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal Nova Angola. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=coIFGT4nEvA>. Acesso em : 15 de maio 2016.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOIS, Antônio. Angolanos no Rio lutam por preservação cultural e contra estigma do tráfico. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 jun. 2008. Cotidiano. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0106200828.htm>. Acesso em: 15 maio. 2016.

GOULART, Gustavo. Mil policiais ocupam sete favelas da Maré. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 jul. 2003. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=dataDescendente&allwords=angolanos+na+Mar%C3%A9&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2003&mesSelecionado=7>. Acesso em: 15 maio 2016.

GUIMARAES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. 2. ed. rev. São Paulo: Editora 34, 2012

GUIMARAES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HERSCHMANN, Micael. As imagens das galeras funk na imprensa. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder *et al.* (org.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 163-193.

HEYMAN, Josiah McC.; SMART, Alan. States and illegal practices: an overview. In: HEYMAN, Josiah McC. (ed.). *States and illegal practices*. Oxford (U. K.); Nova York: Berg, 1999, p. 1-24.

HIRATA, Daniel Veloso. Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-03032011-122251/publico/2010_DanielVelosoHirata.pdf. Acesso em: 15 maio 2016.

HOLLOWAY, Thomas H. *Policing Rio de Janeiro: repression and resistance in a 19th-century city*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1993.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Comparativo das incidências publicadas no Diário Oficial no Estado*. Rio de Janeiro: ISP, 2016. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/ResumoDez2015.pdf. Acesso em: 15 maio 2016.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *ISP Dados: visualização*. Rio de Janeiro: ISP, 2016. Disponível em: <http://www.ispvisualizacao.tj.gov.br/index.html> Acesso em: 15 maio 2016.

JUSTINO, David Manuel Diogo. *Os imigrantes angolanos no Rio de Janeiro: um perfil sócio-demográfico*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

LÁ de Angola. Intérprete: João Nogueira. Compositores: João Nogueira e Geraldo Vespar. In: BOCA do povo. Intérprete: João Nogueira. [S. l.]: Polydor, 1980. 1 disco vinil, Lado A, faixa 3.

LEITE, Márcia Pereira. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 374-389, ago./set. 2012. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/126/123>. Acesso em: 15 maio 2016.

LEITE, Márcia Pereira. De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de “pacificação”. In: BIRMAN, Patricia *et al.* (org.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015. p. 377-401.

LEITE, Márcia Pereira. Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 115-142.

LIMA Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

LOBATO, Eliane. José Mariano Beltrame: brasileiro do ano na cidadania. *Isto É*, São Paulo, 2 dez. 2011. Disponível em: https://istoe.com.br/181360_JOSE+MARIANO+BELTRAME+BRASILEIRO+DO+ANO+NA+CIDADANIA/. Acesso em: 15 maio 2016.

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MAGALHÃES, Alexandre Almeida de. *Transformações no “problema favela” e a reatualização da “remoção” no Rio de Janeiro*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.btd.uerj.br:8443/bitstream/1/15476/1/tese%20Alexandre%20Magalhaes.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

MATHEUS, Leticia; MENDES, Vannildo. Itamaraty repudia discriminação. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 fev. 2000. Rio, p. 12. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=dataDescendente&allwords=angolanos+na+Mar%C3%A9&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2000&mesSelecionado=2>. Acesso em: 15 maio 2016.

MATTOS, Carla dos Santos. *Viver nas margens: gênero, crime e regulação de conflitos*. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.btd.uerj.br:8443/bitstream/1/8361/1/Tese%20Carla%20Mattos.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

MÉDICO nega que atendeu africana. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1993.

MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MISSE, Michel. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: MISSE, Michel (org.). *Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2008. p. 13-38.

MISSE, Michel. Trocas ilícitas e mercadorias políticas. In: PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva (org.). *Ilegalismos na globalização: migrações, trabalho, mercados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015. p. 498-517.

MORICE, Alain. O imigrado e o ilegal: de volta às atividades informais dos estrangeiros. In: PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva (org.). *Ilegalismos na globalização: migrações, trabalho, mercados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015. p. 138-155.

MORTE de bandidos não é chacina, diz Garotinho. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 fev. 2000. Caderno Campinas, p. 15. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=14516&anchor=683143&origem=busca&originURL=&pd=6a922accfe735b3cfc4c2f2bb2499b8>. Acesso em: 15 maio 2016.

MOS CALIFA. [Texto de Xumane Mos Califa para o site Angodiaspora]. *Angodiaspora.com*, Bruxelas, [20--?]. Disponível em: <http://www.angodiaspora.com/en/83-actualite-de-baixo/920-texto-xumane-mos-califa.html>. Acesso em: 15 maio 2016.

MOURÃO, Rui. Performances artistas: incorporação duma estética de dissensão numa ética de resistência. *Cadernos de Arte e Antropologia*, Salvador, v. 4, n. 2, p. 53-69, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4000/cadernosaa.938>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cadernosaa/938?file=1>. Acesso em: 15 maio 2016.

MUFETE. Intérprete: Emicida. Compositores. Emicida, Xuxa Levy. *In: SOBRE Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa*. Intérprete: Emicida. [S. l.]: Sony Music, 2015. 1 CD, faixa 5.

NEGROS são colocados como bandidos em manual de segurança da PM. *Revista Fórum*, [s. l.], 12 ago. 2015. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/direitos/2015/8/12/negros-so-colocados-como-bandidos-em-manual-de-segurana-da-pm-13583.html>. Acesso em: 15 maio 2016.

NOIRIEL, Gérard (éd.). *L'identification: genèse d'un travail d'État*. Paris: Belin, 2007.

OLIVEIRA, Flávia. Africanidade (reportagem, 28/6). *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 jun. 2014. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/flavia-oliveira/post/africanidade-reportagem-28-6-541070.html>. Acesso em: 15 maio 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 125-161, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132014000100005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/BsL7sjmKX9445mRjYp7mZzw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2016.

OPEN arms, closed doors. Direção e roteiro: Fernanda Polacow e Juliana Borges. Produção Executiva: Ana Nasser e Pedro Gorski. [S. l.]: Plataforma, 2012. 1 vídeo (26 min), son., color. Disponível em: <https://vimeo.com/135998104>. Acesso em: 15 maio 2016.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <https://cdn.revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2015/09/PachecoAnaClaudiaLemos.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

PERALDI, Michel. Aventuras do novo capitalismo comercial: ensaio de antropologia e ética mercantil. *In: PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva (org.). Ilegalismos na globalização: migrações, trabalho, mercados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015. p. 466-497.

PERALVA, Angelina. Globalização por baixo e mercados ilegais. *In: PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva (org.). Ilegalismos na globalização: migrações, trabalho, mercados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015. p. 441-465.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. *Os Bakongo de Angola: etnicidade, política e parentesco num bairro de Luanda*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015.

PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PESSOA, Flávio; CERQUEIRA, Sofia. De 84 detidos, só 2 estavam sem documentos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 fev. 2000a. Rio, p. 13. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=2&ordenacaoData=dataDescendente&allwords=angolanos+na+Mar%C3%A9&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2000&mesSelecionado=2>. Acesso em: 15 maio 2016.

PESSOA, Flávio; CERQUEIRA, Sofia. Moradores denunciam área onde angolanos treinariam traficantes. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 fev. 2000b. Rio, p. 12. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=2&ordenacaoData=dataDescendente&allwords=angolanos+na+Mar%C3%A9&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2000&mesSelecionado=2>. Acesso em: 15 maio 2016.

PETRUS, Maria Regina. *Emigrar de Angola e imigrar no Brasil: jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro: história(s), trajetórias e redes sociais*. 2001. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/42/teses/538811.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2016.

PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contacto racial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

PITA, María Victoria. Poder de polícia e gestão de territórios: o caso dos ambulantes senegaleses na Cidade Autônoma de Buenos Aires. In: AZAÏS, Christian. KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera da Silva (org.). *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 109-140.

POLÍCIA prende tenente do Exército da Angola no Complexo da Maré, no Rio. *R7*, Rio de Janeiro, 16 jun. 2011. Balanço Geral. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/balanco-geral-rj/videos/policia-prende-tenente-do-exercito-da-angola-no-complexo-da-mare-no-rio-1802>. Acesso em: 15 maio. 2016.

POLL, Ana Paula. *“Do Baixo Congo ao Brasil”*: um olhar antropológico sobre o significado da Igreja Kimbanguista no contexto carioca. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema do negro na sociedade brasileira. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo*. Rio de Janeiro: Andes, 1954. p. 123-165.

RAP da felicidade. Intérprete: Cidinho & Doca. Compositores: Kátia e Julinho Rasta. In: EU só quero é ser feliz. Intérprete: Cidinho & Doca. [S. l.]: Spotlight Records, 1995. 1 CD, faixa 1.

RELEMBRE a história de 15 jovens negros mortos por policiais. *Terra*, [s. l.], 8 jun. 2015. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/estados-unidos/ferguson-relembre-15-ca>

sos-de-morte-de-jovens-negros-nos-eua,34fcbbd08e3d5073e53d3ce075fd91999mz8RCRD.html. Acesso em: 15 maio 2016.

RIBEIRO, Gustavo Lins. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 21-38, out. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000300002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/vfFYg65Lc75rbct8RsZQytb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2016.

RIO põe barreiras acústicas na frente de favelas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 12 mar. 2010: Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,rio-poe-barreiras-acusticas-na-frente-de-favelas,523193>. Acesso em: 15 maio 2016.

ROCHA, Lia de Mattos. Da “cidade integrada” ao “empreendedorismo”: participação e gestão nas margens em tempos de “pacificação”. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. *Anais [...]* São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2014. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/38-encontro-anual-da-anpocs/gt-1/gt34-1>. Acesso em: 15 maio 2016.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência e práticas discursivas. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder *et al.* (org.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 144-162.

ROSE, Trícia. Um estilo que ninguém segura: política, estilo e a cidade pós-industrial no hip-hop. In: HERSCHMANN, Micael (org). *Abalando os anos 90: funk e hip-hop: globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 190-213.

RUGGIERO, Vincenzo; SOUTH, Nigel. The late-modern city as a bazaar: drug markets, illegal enterprise and ‘barricades’. *The British Journal of Sociology*, London, v. 48, n. 1, p. 54- 70, Mar. 1997.

SATRIANO, Nicolas. Angolanos fugidos da guerra querem a paz também no Rio. *O Dia*, Rio de Janeiro, 5 abr. 2015. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-04-04/angolanos-fugidos-da-guerra-querem-a-paz-tambem-no-rio.html>. Acesso em: 15 maio 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Eliana Sousa. *O contexto das práticas policiais nas favelas da Maré: a busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas*. 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=15620@1>. Acesso em: 15 maio 2016.

SILVA, Eliana Sousa. *Testemunhos da Maré*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Aeroplano, 2012.

SILVA, João Henrique Francalino da. *Imigração angolana: redes sociais e processos de reterritorialização no Rio de Janeiro*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SILVA, Luiz Antonio Machado da (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008b. p. 35-45.

SILVA, Luiz Antonio Machado da; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 47-76.

SILVA, Sidney Antônio da. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 157-170, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000200012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/n6dvGSmjVzyVPMZ6fdpG66Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2016.

SILVEIRA, Maria Stella. Pacificação de favelas do Rio facilita apoio à comunidade angolana residente. *Angop: Agência Angola Press*, Angola, 23 abr. 2015. Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2015/3/17/Pacificacao-favelas-Rio-facilita-apoio-comunidade-angolana-residente,20cd6132-5855-433d-a83c-9cf4d2d74c10.html. Acesso em: 15 maio 2016.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SODRÉ, Muniz. *O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. Rio de Janeiro: Cortez, 1992.

SUBUHANA, Carlos. Estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro, Brasil: sociabilidade e redes sociais. *Imaginário*, São Paulo, v. 13, n. 14, p. 321-355, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ima/v13n14/v13n14a15.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

SUSPEITAS amedrontam os angolanos no Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 fev. 2000. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=2&or denacaoData=dataDescendente&allwords=angolanos+na+Mar%C3%A9&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2000&mesSelecionado=2>. Acesso em: 15 maio. 2016.

TARRIUS, Alain. *La mondialisation par le bas: les nouveaux nomades de l'économie souterraine*. Paris: Balland, 2002.

TELLES, Edward Eric. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Ford Foundation, 2003.

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2010.

THEOPHILO, Jan. "Pobres e 'angolas'". *Centro de Mídia Independente*, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2001/10/9119.shtml>.

TORRES, Ana Carolina. Angolano é preso pela PM no Complexo da Maré. *Extra*, Rio de Janeiro, 15 jun. 2011. Disponível em: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/angolano-presopela-pm-no-complexo-da-mare-2043495.html>. Acesso em: 15 maio 2016.

TORRES, Sérgio. Refugiado prejudica RJ, diz secretário. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 fev. 2000. Cotidiano. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1002200014.htm. Acesso em: 15 maio 2016.

TORRES, Sérgio; MONKEN, Mario Hugo. Polícia investiga hipótese de minas terem sido trazidas de Angola. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 abr. 2004a. Cotidiano. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u93205.shtml. Acesso em: 15 maio 2016.

TORRES, Sérgio; MONKEN, Mario Hugo. Polícia investiga suposta conexão angolana. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 abr. 2004b. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2204200405.htm>. Acesso em: 15 maio 2016.

TROPAS federais deixam Complexo da Maré após 83 mil ações em 15 meses. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 jun. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/tropas-federais-deixam-complexo-da-mare-apos-83-mil-acoes-em-15-meses.html>. Acesso em: 15 maio 2016.

UNIVERSITÁRIA angolana é morta em bar na região central de SP. *G1*, São Paulo, 23 maio 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/05/universitaria-angolana-e-morta-em-bar-na-regiao-central-de-sp.html>. Acesso em: 15 maio 2016.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

VALPORTO, Oscar. E as desculpas da imprensa? *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 fev. 2000. Opinião, p. 7. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=dataDescendente&allwords=angolanos+na+Mar%C3%A9&anyword=&no word=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2000&mesSelecionado=2>. Acesso em: 15 maio 2016.

VARGEM, Alex André; MALOMALO, Bas' Itele. A imigração africana contemporânea para o Brasil: entre a violência e o desrespeito aos direitos humanos. In: MALOMALO, Bas' Itele; FONSECA, Dagoberto José; BADI, Mbuyi Kabunda (org). *Diáspora africana e migração na era da globalização: experiências de refúgio, estudo, trabalho*. Curitiba: CRV, 2015. P. 107-128.

VELHO, Gilberto (org). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

WACQUANT, Loic J. D. *As duas faces do gueto*; tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

WAGLEY, Charles. *Races et classes dans Le Brésil rural*. Paris: Unesco, 1952.

WERNECK, Antônio. Angolanos fazem de favela uma Luanda carioca. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1997. Rio, p. 10. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=dataAscendente&allwords=angolanos+na+Mar%C3%A9&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1990&anoSelecionado=1997>. Acesso em: 15 maio 2016.

WERNECK, Antônio; AMORA, Dimmi; SCHMIDT, Selma. O Rio que não para de crescer. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 mar. 1998. Rio, p. 16. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=dataAscendente&allwords=angolanos&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1990&anoSelecionado=1998&mesSelecionado=3>. Acesso em: 15 maio 2016.

WERNECK, Antônio; MARTINS, Jorge; ARAÚJO, Vera. Ligação de angolanos com o tráfico é provada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 dez. 2006. Rio, p. 22. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=dataDescendente&allwords=angolanos+na+Mar%C3%A9&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2006&mesSelecionado=12>. Acesso em: 15 maio 2016.

ZALUAR, Alba. Crime, medo e política. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2002.

ZEDU tem que morrer. Intérprete: Mos Califa. Compositor: Mos Califa. [S. l.: s. n., 200-?].

ZORRA TOTAL. Rio de Janeiro: Rede Globo, 1999-2015. Semanal.